



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

BRUNO DE SOUZA SILVA

**“HOSTILIDADES DA FLORESTA”: AGRODESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS AGRÁRIAS NO NORDESTE DO PARÁ (SÉCULO XX)**

Belém – Pará
2024

BRUNO DE SOUZA SILVA

**“HOSTILIDADES DA FLORESTA”: AGRODESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS AGRÁRIAS NO NORDESTE DO PARÁ (SÉCULO XX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves
Nunes

Belém – Pará
2024

BRUNO DE SOUZA SILVA

**“HOSTILIDADES DA FLORESTA”: AGRODESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS AGRÁRIAS NO NORDESTE DO PARÁ (SÉCULO XX)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da Amazônia,
da Universidade Federal do Pará, para
obtenção do título de doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
PPHIST/UFPA – Orientador

Prof.^a Dr.^a Franciane Gama Lacerda
UFPA – Examinadora Interna

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento
UFPA – Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Cristiana Costa da Rocha
UESPI – Examinadora Externa

Prof. Dr. Alan Dutra Cardoso
INCT PROPRIETAS – Examinador Externo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D278h de Souza Silva, Bruno.
"Hostilidades da floresta" : Agromdesenvolvimento e políticas agrárias no Nordeste do Pará (Século XX) / Bruno de Souza Silva.
— 2024.
212 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2024.

1. História rural. 2. Agromdesenvolvimento. 3. Nordeste do Pará. I. Título.

CDD 016.981

Aos povos do campo, da zona rural da Amazônia, que lutam diariamente para produzir e manter seus modos de vida. Para aqueles que mesmo perante as dificuldades, ainda assim percebem no campo a felicidade em plantar, esperar e colher. Aos meus pais, Maria da Conceição de Souza Silva e Bernardo Soares da Silva, agricultores aposentados, incansáveis trabalhadores rurais.

AGRADECIMENTOS

Concluir o doutorado é sem dúvidas a maior realização da minha vivência acadêmica, fato que me acomete um sentimento de gratidão, não somente pelo objetivo alcançado, mas também pelo processo até aqui vivenciado. A minha gratidão aos meus pais, Bernardo Soares e Maria da Conceição Silva e aos meus sete irmãos. A trajetória trilhada nesses anos de curso foi permeada por inúmeras dificuldades, mas que cotidianamente foram dirimidas em função do apoio que recebi de muitos, nem todos aqui citados, mas que foram primordiais nessa empreitada.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Francivaldo Alves Nunes, grande entusiasta da produção e pesquisa, um dos maiores pesquisadores da história rural da Amazônia. Expresso também o meu orgulho em poder fazer parte do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFGPA), em ter sido pesquisador/bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), são instituições democráticas, que possibilitam o crescimento social e intelectual do indivíduo e da coletividade. Minha gratidão aos servidores da SUDAM, BASA, CEPLAC, ITERPA, também aos membros das cooperativas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais, foram espaços de pesquisa que viabilizaram a conclusão da tese.

Agradeço também aos meus colegas de curso, pelo aprendizado e contato que tive com suas pesquisas que certamente moverão mais conhecimento nas áreas que se propuseram, especial agradecimento ao meu amigo Márcio Douglas Santos, hoje Doutor em História Social. Amizade constituída durante as disciplinas do curso.

Minha gratidão ao Laércio Geovanny de Almeida Silva, primordial em 2019 quando cursei as disciplinas do curso, nas andanças de Tomé-Açú para Belém foi quem me deu apoio e estrutura para alcançar o transporte e chegar a tempo. Ser estudante, morador do interior do Pará e cursar doutorado em Belém foi um desafio, mas com a ajuda de companheiros cada etapa foi vencida.

Sou grato também aos meus professores da educação básica, foram eles que me despertaram e estimularam em estudar e cumprir todas as etapas possíveis da vida acadêmica e profissional, foi seguindo o exemplo de luta desses atores fundamentais na educação do Brasil que decidi ser professor e lutar para mudar o mundo, não o mundo literal, mas aquele que me cabe dentro das atribuições a mim confiadas.

Muito obrigado aos diversos atores sociais de Tomé-Açu, que me receberam e a mim proporcionaram ouvir suas memórias, as quais fazem parte da narrativa que compõe esse trabalho. Uma oportunidade importante que tive ao ouvi-los, percebendo as diferentes trajetórias que compuseram um importante momento para a história dos povos rurais da Amazônia. Enfim, agradeço à Deus pela oportunidade de ser professor, educador e pesquisador.

RESUMO

Esta tese apresenta as principais políticas de desenvolvimento rural que foram direcionadas para a região amazônica a partir da chamada Era Vargas (1930-1945) até o final do governo militar em 1985. Uma vez que foram períodos de intensificação nas políticas desenvolvimentistas que visavam a colonização, agricultura e agroindústria através de agências como a SPVEA, BASA e SUDAM. Mais especificamente sobre a experiência da população de Tomé-Açu, por ser uma sociedade que surgiu a partir de um projeto de colonização que se desenvolveu econômica e politicamente tendo como base a agricultura da pimenta-do-reino, assim como constituiu umas das mais importantes instituições associativistas do nordeste do Pará, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Temos como principal argumento que orienta esta tese o fato de que *Tomé-Açu surgiu a partir de políticas direcionadas para as florestas, seu desenvolvimento assim como as relações sociais e econômicas tiveram forte influência dos projetos capitaneados por agências do governo.*

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Políticas rurais; Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This thesis presents the main rural development policies that were directed towards the Amazon region from the so-called Vargas Era (1930-1945) until the end of the military government in 1985. Since these were periods of intensification in developmental policies aimed at colonization, agriculture and agroindustry through agencies such as SPVEA, BASA and SUDAM. More specifically about the experience of the population of Tomé-Açu, as it is a society that emerged from a colonization project that developed economically and politically based on black pepper agriculture, as well as constituting one of the most important institutions associations from the northeast of Pará, the Mixed Agricultural Cooperative of Tomé-Açu. Our main argument that guides this thesis is the fact that Tomé-Açu arose from policies aimed at forests, its development as well as social and economic relations had a strong influence from projects led by government agencies.

Keywords: Developmentalism; Rural policies; Rural workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1: GETÚLIO VARGAS NO PALÁCIO RIO NEGRO – MANAUS-AM - 09 DE OUTUBRO DE 1940	40
IMAGEM 2: CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSBRASILIANA - NORDESTE DO PARÁ, 1958	48
IMAGEM 3: PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS ASSINANDO O TEXTO DA LEI Nº 1.806	55
IMAGEM 4: ÁREA DE ATUAÇÃO DA SPVEA (AMAZÔNIA LEGAL)	57
IMAGEM 5: COLÔNIA ESTADUAL DE TOMÉ-AÇU - PARÁ	63
IMAGEM 6: PRODUTOR JAPONÊS NA PLANTAÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇU	73
IMAGEM 7: PORTO/TRAPICHE HIDROVIÁRIO DE TOMÉ-AÇU	77
FIGURA 8: TRABALHADORES NA COLHEITA DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇU	79
IMAGEM 9: APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1956 - A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU ELEGEU NEY BRASIL COMO VEREADOR PARA ATUAR NA CÂMARA DE ACARÁ	84
IMAGEM 10: POPULARES AGUARDANDO A COMITIVA DE POLÍTICOS PARA A FESTA DE EMANCIPAÇÃO DE TOMÉ-AÇU - 1959	87
IMAGEM 11: MOURA CARVALHO, GOVERNADOR DO PARÁ, E AUTORIDADES LOCAIS EM TOMÉ-AÇU – 1959	89
IMAGEM 12: DESFILE DE TRATORES RURAIS EM TOMÉ-AÇU- PA 1959	90
IMAGEM 13: MUTIRÃO PARA ABERTURA DE ESTRADA EM TOMÉ-AÇU, DÉCADA DE SESSENTA	98
IMAGEM 14: AGRICULTORES E SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE, TOMÉ-AÇU 1971	102

IMAGEM 15: HOSPITAL DA COLÔNIA RURAL DA JAMIC EM TOMÉ-AÇU - 1969	105
IMAGEM 16: TRANSPORTE ESCOLAR NA COLÔNIA JAMIC EM TOMÉ-AÇU- PARÁ. 1971	108
IMAGEM 17: ENFERMEIRA INDO AO ATENDIMENTO DE COLONOS RIBEIRINHOS EM TOMÉ-AÇU	109
IMAGEM 18: TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO CUXIÚ – COLÔNIA JAMIC – TOMÉ-AÇU	111
IMAGEM 19: SEDE ADMINISTRATIVA E AGROINDÚSTRIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU – 1974.	119
IMAGEM 20: DIRETORIA DA CAMTA REUNIDA COM MEMBROS DA COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO JAMIC	125
IMAGEM 21: DIVISÃO DA PROPRIEDADE RURAL - FAZENDA SÃO BERNARDO	131
IMAGEM 22: FAMÍLIA REINALDO DE OLIVEIRA, TOMÉ-AÇÚ, 1976	141
IMAGEM 23: PROPAGANDA DE INCENTIVO À PECUÁRIA NA AMAZÔNIA - SUDAM	146
IMAGEM 24: LOCALIZAÇÃO DOS POVOADOS QUE COMPÕEM A REGIÃO RURAL DE CANINDÉ	150
IMAGEM 25: EXTRATIVISMO DE MADEIRA PARA PRODUÇÃO DE ESTACAS E INSTALAÇÃO DE PLANTAÇÕES DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇÚ	152
IMAGEM 26: MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO E SEU IRMÃO CHAGAS ARAÚJO – TO-MÉ-AÇU - 1972	156
IMAGEM 27: MIGRANTES NORDESTINOS CHEGANDO EM TOMÉ-AÇÚ-1976	158

IMAGEM 28: VEREADORES DE TOMÉ-AÇU, A ESQUERDA GILBERTO SAWADA - 1971	161
IMAGEM 29: POLÍTICOS VISITANDO AS INSTALAÇÕES DA CAMTA - 1961	177
IMAGEM 30: ÁREA DE DISPUTA PELA POSSE DE TERRAS NO VALE DO RIO ACARÁ	183
IMAGEM 31: CARTAZ DE PROTESTO POR JUSTIÇA PELA MORTE DE BENEDITO ALVES BANDEIRA	185

TABELAS

TABELA 1 : PERCENTUAL DOS RECURSOS DESTINADOS À POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA DURANTE O GOVERNO DUTRA.53

TABELA 2: PRODUÇÃO DO CACAU DO BRASIL E DA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE SETENTA EM TONELADAS129

TABELA 3: VENDAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ATRAVÉS DA CEPLAC EM 1977135

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACTA** – Associação Cultural de Tomé-Açu
- ALEPA** – Assembleia Legislativa do Pará
- BASA** – Banco da Amazônia
- CAMTA** – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEPLAC** – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CDE** – Conselho do Desenvolvimento Econômico
- CETA** - Colônia Estadual de Tomé-Açu
- CDE** - Conselho de Desenvolvimento Econômico
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DNER** – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FATOR** - Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MAPA** – Ministério da Cultura, Pecuária e Abastecimento
- PROTERRA** – Programa Nacional de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste
- PIC** - Programas Integrados de Colonização
- POLAMAZÔNIA** – Programas de Polos Agropecuários da Amazônia
- PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PSD** - Partido Social Democrático
- PIN** - Programa de Integração Nacional
- PLS** - Programa de Lavouras Seleccionadas
- PPHIST** – Programa de Pós-Graduação em História Social
- PRONORPAR** – Programa de Recuperação Econômico do Nordeste Paraense
- PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- RADIOBRAS** - Empresa Brasileira de Radiodifusão

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I: “CONQUISTAR E DOMINAR”: DISCURSOS E POLÍTICAS PARA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AMAZÔNIA	33
1.2. A POLÍTICA E SUPERINTENDÊNCIA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA	50
CAPÍTULO II: A EXPERIÊNCIA DE TOMÉ-AÇU NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS ATIVIDADES RURAIS	62
2.1 – A COLONIZAÇÃO JAPONESA EM TOMÉ-AÇÚ NA DÉCADA DE 1930.	64
2.2 – A BUSCA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA – A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TOMÉ-AÇU	82
CAPÍTULO III: “RENOVAÇÃO” NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	92
3.1. SUDAM E A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – NOVAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO EM TOMÉ-AÇU	93
3.2 – AS POLÍTICAS DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA – ALGUNS CONTRASTES	113
3.3 – AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PARA AGRICULTURA DA AMAZÔNIA – A INTRODUÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRO	127
CAPÍTULO IV: O RURAL E O INSTITUCIONAL: DESENVOLVIMENTO, TERRA E CONFLITOS	138
4.1 - BUROCRACIA INSTITUCIONAL NO ESPAÇO RURAL	139
4.2 ASSOCIATIVISMO, SINDICALISMO E CONFLITOS NO ESPAÇO RURAL	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS:	194
ANEXOS	205

INTRODUÇÃO

“O sertanejo é, antes de tudo, um forte,” esse trecho do livro *Os sertões* de Graciliano Ramos, me chamou atenção e sintetiza uma percepção que compartilho desde meus primeiros contatos com a pesquisa sobre a história rural da Amazônia. Por tal conclusão, busquei compreender ainda mais o meu papel quanto historiador, refletindo as situações que os sertanejos amazônicos e os migrantes que buscaram na região encontrar espaços para reproduzirem seus modos de vida, enfrentaram e ainda enfrentam, mediante as políticas e ações do governo e dos grandes empresários, que por vezes se aliam para garantir que seus interesses sejam alcançados, fatos que empurram comunidades tradicionais e a população rural mais pobre, ainda mais para a margens da sociedade.

Durante o mestrado em história, cursado no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (PPHIST-UFGA) de 2016-2018, dediquei a estudar a migração de nordestinos, sobretudo maranhenses, para o município de Tomé-Açu, situado no nordeste do Pará, região que surgiu a partir de um projeto de colonização japonesa iniciada em meados do ano de 1926. Por conta da produção de pimenta-do-reino, a região ganhou notoriedade, com uma economia próspera baseada na agricultura de exportação em um período em que a região amazônica ainda vivenciava uma economia preponderantemente extrativista. Intitulada *Viveres de maranhenses no Pará, migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (1960-1990)*, a minha dissertação de mestrado foi concluída e defendida, porém, durante a pesquisa pude ter contato com sujeitos e documentações que me proporcionaram novos questionamentos, culminando na iniciativa de projetar novas propostas de pesquisa que visassem compreender o papel e ações da população rural, da pequena propriedade familiar, mediante as políticas desenvolvimentista dos governos para as áreas rurais.

Durante a pesquisa para dissertação, foi possível perceber que a partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas¹ ao poder executivo nacional, o governo passou a interferir na região amazônica de maneira mais incisiva. Através dos discursos de Vargas e outros políticos da época, notamos que as intenções dos governantes era ocupar as regiões por eles consideradas como vazias em demografia. Nesse sentido, foram elaboradas políticas de ocupação e colonização para as áreas de floresta da Amazônia,

¹ Sobre a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a revolução de 1930, ler FAUSTO, Boris. A. Revolução de 1930: história e historiografia. São Paulo, Brasiliense. 1970.

buscando através de agências ligadas ao governo, desenvolver atividades econômicas com destaque para a agricultura e agroindústria. Foi seguindo essas políticas que o governo do Pará em acordo com o Japão concedeu uma extensa área de floresta para a colonização japonesa no nordeste do Pará, naquelas terras se desenvolveu uma sociedade predominantemente agrícola, tendo como atividade econômica mais rentável a agricultura da pimenta-do-reino. Ainda na década de trinta a colônia japonesa de Tomé-Açu já constituía uma cooperativa de produção rural que passou a dialogar com as agências de governo e buscar representação fora dos limites do território que ocupavam. A partir dessas constatações, construímos o principal argumento que orienta esta tese; *Tomé-Açu surgiu a partir de políticas direcionadas para as florestas, seu desenvolvimento assim como as relações sociais e econômicas tiveram forte influência dos projetos capitaneados por agências do governo.*

Os discursos de Getúlio Vargas, assim como de outros políticos e intelectuais que defendiam as interferências na Amazônia para o desenvolvimento regional, culminaram em um grupo de importantes projetos que buscaram financiar a promoção de atividades rurais que fixassem os sujeitos em meio a imensidão das florestas que compõem a região. A concessão de terras para a colonização japonesa em Tomé-Açu, a política de Valorização Econômica da Amazônia, assim como a criação da SPVEA, BASA e SUDAM são exemplos das ações do poder executivo para incentivar a manutenção de uma sociedade de modo a transformar as florestas em áreas de produção agrícola.

O título da tese; “Hostilidades da floresta”: agrodesenvolvimento e políticas agrárias no nordeste do Pará² (Século XX), buscou representar o que foi dissertado no texto, mostrando a visão que políticos tinham sobre as florestas e suas “hostilidades” ao projeto desenvolvimentista para ela pensado. As matas fechadas e os rios grandiosos eram postos como desafios para aqueles que buscavam ocupar as terras da região. Foi a partir da visão de uma Amazônia despovoada, que agências ligadas ao governo criaram projetos para interferir na economia e criar uma sociedade que se dedicasse a agricultura e agroindústria.

Essas ações levaram grandes mudanças ao cenário regional, atraíram sujeitos que viram os projetos como oportunidades para melhoria em suas condições de vida. Foi

² Entendemos por políticas agrárias todas as ações materializadas pelo governo, tanto estadual quanto Federal, para o incentivo a atividades do setor agrário. Podemos citar o projeto de Colonização Japonesa na Amazônia que teve suas discussões a partir de 1926 e efetivação em meados da década de 1930, também a política de valorização econômica da Amazônia, sendo um dispositivo constitucional previsto no artigo 199 da Constituição de 1946. Assim como o BASA, SUDAM e os projetos propostos pelas agências citadas.

buscando atrair e encorajar a ocupação das florestas que políticos e intelectuais em diferentes períodos do século XX discursaram sobre a Amazônia. Getúlio Vargas defendeu a “incorporação da região a economia nacional” através de políticas e agências de desenvolvimento, pois era o “vale da promessa do Brasil de Amanhã”³. O presidente inaugurou um período de grandes investimentos que condicionaram o aparecimento de novos povoados que passaram a seguir ditames sobre como e o quê produzir. Como dito, esses fatos ocorrem no mesmo período da colonização que deu origem a sociedade rural que se tornou o município de Tomé-Açu. Esses discursos, não somente de Vargas, mas de intelectuais, poetas e políticos, configuram nosso objeto de problematização, uma vez que influenciaram em todo o processo de construção dos projetos. Em 1931, Lúcio Marianni, apresentou, na coletânea “poemas amazônicos” uma impressão literária, em que descreveu a grandeza dos rios da região Amazônica. Já o homem amazônico, foi descrito como “tão apegado e tão raquítico”, não compreenderia o que era pátria. Pensamos os impactos desses discursos como representação do poder e seus intuitos, de acordo com José de Assunção Barros (2005);

o poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão (discursos), com a sua perpetuação através da ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos, influenciam as massas.

A partir dessas reflexões, observamos a busca do Estado para legitimar e envolver a população local nas ações desenvolvimentistas pensadas para a região Amazônica. Os discursos construídos sobre a população e a região buscavam legitimar a atuação do governo, além de convocar o “homem civilizado” para conquistar e dominar os vales da região através dos projetos de colonização em meio às florestas.

A concessão do direito de propriedade aos japoneses em terras que hoje formam Tomé-Açu, no Pará, é um exemplo de intervenção orquestrada pelo governo do estado e substanciada por um aparato jurídico, por uma legislação negociada entre representantes dos governos do Japão e Pará. Nesse sentido, o Estado concedeu a possibilidade a um grupo para exploração dos recursos das terras concedidas, ao passo que proibiu a outros. Um fator importante é apresentar a perspectiva do sujeito regional, do caboclo, do migrante brasileiro, em relação ao processo de abertura da Amazônia para grupos de outras regiões.

³ (VARGAS, 1941, p. 228).

Os conflitos e crimes ocorridos na região por conta das terras e do direito de acessá-las foi tema da tese de doutorado apresentada pelo professor doutor Elias Diniz Sacramento, com o título “É muito triste não conhecer o pai” a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles”, em 2020, o texto oriundo do Programa de pós-graduação em História Social (PPHIST-UFPA), abordou três assassinatos de lideranças sindicais rurais ocorridos no Pará na década de 1980, o autor tratou os conflitos como consequência do modelo de desenvolvimento implantado pelos governos militares na região Amazônica, uma vez que atraíram e incentivaram a entrada de empreendimentos rurais que desconsideraram os modos de vida existentes na Amazônia. Um espaço de tradições, de modos de vida indígenas e caboclos, também de disputas, mas em menor proporção, passou a ser palco de interesses do grande capital, da pecuária extensiva e de projetos de governo. Compreendemos o conjunto de leis e projetos em torno da figura do governo, assim como do Estado, como de dominação, instrução, violência e imposição (BOURDIEU, 2007, p.11-13). Esses fatores apresentados por Elias Diniz, atestam as alterações diversas que ocorreram no cotidiano amazônico, no campo político, jurídico e social.

A compreensão e a apropriação que os sujeitos, pequenos produtores e trabalhadores rurais, fizeram dos sistemas normativos nos quais foram submetidos, foram elementos fundamentais para a definição das práticas e estratégias de sobrevivência em terras amazônicas. Aqui utilizamos as reflexões de Edward Thompson (1998, p.17) sobre cultura popular, “não situada dentro do ambiente dos significados, atitudes, valores, mas localizado dentro de um equilíbrio particular das relações sociais”. O processo de implantação e desenvolvimento dos projetos de governo, refletiram, portanto, a relação entre as legislações que regulamentavam e regimentavam os projetos e os modos de vida dos sujeitos rurais, constituindo “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes” (BLOCH, 2001, p.135).

Violeta Loureiro (1992) analisou as ações do Estado como tendenciosas, pois concederam poder para a burguesia sobre os trabalhadores, assim como transferiram para estrangeiros um inestimável patrimônio social. Dessa forma, foi através das ações do Estado que houve o fortalecimento do poder de um grupo social que passou a liderar a política local. Loureiro assim como Diniz, expuseram em seus trabalhos as mudanças ocorridas na região a partir da introdução dos projetos de governo, os crimes, as violências simbólicas, a concessão de benefícios a burguesia e a retirada dos direitos tradicionalmente acessados pelos povos amazônicos, tais fatores nos possibilitaram

pensar em como os pequenos produtores rurais agiram e conduziram seus modos de vida dentro desse cenário de oportunidades e de exclusão. É importante mensurar como essas políticas de governo foram ouvidas e compreendidas pelas diferentes classes, e quais as consequências desses projetos para a sociedade que se formava em meio às florestas.

Quando pensei em estudar as legislações e projetos do governo para as áreas rurais da região amazônica, fui motivado não somente pelo viés acadêmico, mas pessoalmente pelas curiosidades de criança, pelas memórias de familiares e vizinhos da região onde nasci. Sou da zona rural de Tomé-Açu, natural da comunidade rural de São José, distante 38 quilômetros da sede do município. Por lá, viviam mais de dez famílias, todas compostas por maranhenses, povo comum na região de Canindé, como é chamada a região que engloba várias comunidades rurais na qual São José se insere. Quando jovem, nas colheitas e quebras de cacau, nas plantações do meu pai, costumava ouvir dos meus familiares e trabalhadores diaristas as suas vivências e memórias, que atestavam as lutas dos povos rurais mediante o comércio, as variações dos preços, a luta por terra e reconhecimento, as burocracias junto às instituições técnicas e bancárias. Quando fui crescendo e percebendo o quão burocrático é o lidar com instituições, as infinitas questões que permeiam a vida adulta, questionei ainda mais e busquei compreender como os agricultores da região de Canindé conseguiram lidar com as situações cotidianas sem instrução acadêmica, uma vez que a maioria não possuía ensino básico. Logo concluí que as experiências, a luta coletiva, a solidariedade, os conflitos que fizeram e fazem parte da vida do pequeno produtor, foram estratégias que tornaram possível a sobrevivência em meio às condicionantes da vida rural no século XX.

As comunidades rurais que fazem parte da região do Canindé em Tomé-Açu surgiram a partir da distribuição de terras feita através da Prefeitura municipal por volta de 1960, as áreas foram ocupadas em sua maioria por famílias de nordestinos, mesmo sendo doadas via prefeitura, não houve documentação que atestasse a posse das terras e que garantisse algum direito aos povos que passaram a ocupar aquelas áreas. Tal fato me chamou atenção e aguçou mais uma questão, uma vez que muitos agricultores que visitei durante as pesquisas para o mestrado, haviam acessado políticas de financiamento para a produção rural, me fez tentar compreender os critérios para a liberação de tais recursos. O associativismo e a vinculação aos sindicatos simbolizaram uma importante estratégia para os agricultores mediante as políticas de governo para o desenvolvimento rural a qual a região amazônica passou a ser alvo a partir de meados do século XX, pois a partir da luta coletiva, conseguiram espaço nas políticas de governo e reconhecimento perante as

agências de desenvolvimento. Propus então, pensar esses elementos para a pesquisa de doutorado, buscando pesquisar e produzir sobre os povos rurais, tentando entender como se inseriram nas políticas de governo.

Durante as disciplinas do doutorado uma série de questionamentos consumiram minhas propostas de pesquisa, um deles foi a periodização escolhida, dúvida fortalecida quando tive acesso ao texto de Jacques Le Goff⁴, onde expressou que “a periodização da história jamais é um ato inocente ou neutro, sendo uma divisão artificial e provisória”. O autor ainda orientou que o historiador não deve seguir à risca as datações e marcas, considerando que existem períodos de continuidades e rupturas que se entrecruzam. Nesse sentido, era nas fontes que poderia obter respostas que norteariam a pesquisa, assim como a periodização. Como o foco foi compreender as legislações, políticas e instituições que intencionaram desenvolver as áreas rurais da Amazônia, e como tais projetos alteraram o modo de vida da população rural, inclusive fazendo surgir uma sociedade em meio a floresta, passei a visitar os arquivos que poderiam me proporcionar tais respostas, fui a Biblioteca Inocêncio Machado Coelho da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) por inúmeras vezes. Por lá tive acesso aos projetos de desenvolvimento rural, ao Programa de Ocupação da Amazônia, a síntese do Programa de Recuperação Socioeconômico do Nordeste do Pará (PRONORPAR), ao PROTERRA, a documentação que demonstrou a atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), ao Relatório do Cooperativismo na Amazônia, além dos projetos discriminados por polos de atuação.

A documentação me fez tentar retroceder, no sentido de buscar documentos mais antigos que proporcionassem uma percepção mais acentuada do momento em que os governos passaram a buscar introduzir na região amazônica políticas com intenções desenvolvimentistas a partir de suas agências, sempre tentando não perder de vista os sujeitos rurais, o pequeno produtor, o lavrador, suas famílias. O discurso do presidente Getúlio Vargas em 1940, quando esteve em Manaus, apresentou intenções para a criação de políticas para a introdução de ações para possibilitar que às *margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar*. (VARGAS, 1941: 77-78). Nesse sentido, o governo Vargas buscou introduzir novos sujeitos de outras regiões do Brasil na Amazônia, através de incentivos à migração e a partir de políticas para o desenvolvimento econômico da região.

⁴ LE GOFF, Jacques. A história deve ser dividida em pedaços. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

Contudo, não é novidade a intervenção do Estado na economia no Brasil, muito menos na economia rural, Francivaldo Nunes (2016) na obra intitulada *Terras de Colonização: Agricultura e vida rural ao Norte do Império Brasileiro*,⁵ apresentou as dimensões tomadas pela agricultura e vida rural na Amazônia Brasileira, entre as décadas de 1830 e 1880, mostrando que as atividades ligadas a agricultura no período citado extrapolavam os limites de uma prática econômica, através da análise de uma densa documentação, o historiador paraense apresentou os aspectos que permearam a agricultura para além de fenômenos relativos à produção, a constituindo como uma atividade moralizadora, “disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedade e povoamento regular”. (NUNES, 2016, p. 12). Dessa forma, em outros períodos, as atividades rurais já tinham sido estratégias de governo para fins de organização da sociedade rural.

No entanto, no período entre a tomada de poder por Getúlio Vargas e o fim da ditadura militar no Brasil, foram criadas leis, agências de cunho desenvolvimentista, sendo a região amazônica sangrada em todos os sentidos, para assim ser inserida dentro da lógica de planejamento estatal. Com a Segunda Guerra Mundial, Brasil aliado aos Estados Unidos, cooperando na produção da borracha. Todos esses fatores influenciaram de alguma maneira os diversos espaços da região, desde os centros urbanos, até as florestas e os que nela habitavam.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) na primeira metade do século XX, os discursos regionalistas foram convocados pelo governo para formar a ideia de unidade que configuraria o Brasil, sendo cada região, com suas características, importante para a caracterização de uma nação. Tal pensamento foi expresso na política, e passou a compor as estratégias de governo. Tais observações foram fortalecendo a perspectiva que me levou a pesquisar e os discursos que quando materializados fizeram surgir leis e agências que alteraram a sociedade e o rural amazônico, inclusive culminando no surgimento de povoados.

A partir da política de Valorização Econômica da Amazônia, prevista no artigo 199 da Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro do mesmo ano, se estabeleceu oficialmente a obrigatoriedade de União, estados e municípios investirem

⁵ NUNES, Francivaldo Alves. **Terras de Colonização: Agricultura ao Norte do Império Brasileiro**. Scortecci, São Paulo, 2016.

uma porcentagem da arrecadação em projetos para fortalecer a economia da região. Pensamos então, que tal dispositivo, previsto em lei, foi uma ação que formalizou o pensamento desenvolvimentista para a sociedade que se formava naquelas terras. Quando em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, durante o último governo do presidente Getúlio Vargas, fica mais evidente que o político foi uma figura importante no pensamento intervencionista para a região.

Trabalhos que analisaram as agências de desenvolvimento na perspectiva historiográfica são comuns, principalmente quando se trata de SPVEA, SUDAM e BASA, por conta da importância da atuação dessas instituições no planejamento e na concessão de recursos para o desenvolvimento econômico da Amazônia, nesse sentido, fui alertado sobre a necessidade de apresentar uma nova perspectiva ao pesquisar e escrever sobre a temática. Por ser um sujeito oriundo das florestas, por ter estudado em espaço rural, tive maior propensão em buscar esses povos do campo dentro da pesquisa, somando ainda ao fato de ser orientado por um grande pesquisador da história rural, o professor doutor Francilvado Alves Nunes. Dessa forma, passei a buscar desvencilhar as etapas históricas das intervenções do governo, através dos discursos, criação de leis e agências, que resultaram em projetos e no surgimento de povoados, e como tais ações atingiram as famílias que ocupavam ou passaram a ocupar o rural amazônico. Tentando compreender desde o surgimento dessas ações, assim como as intensificações dessas políticas ao longo do século XX. Apresentamos o governo Vargas como o início do pensamento desenvolvimentista para o rural, sendo que nos governos militares houve o fortalecimento dessas ações, assim como propostas de renovação nos projetos que pretendiam desenvolver os vales amazônicos.

Para Mesquita (2018) durante os governos militares novas legislações federais e estaduais foram sancionadas, visando o avanço do grande capital na região, abrangendo o mercado de terras e os mundos do trabalho. A partir dessas legislações, elites fundiárias faziam valer a sua influência junto a órgãos ligados à política de terras, delegacias, cartórios e até mesmo junto ao Poder Judiciário, em um esquema que implicava corrupção, impunidade e violência. Ainda segundo Mesquita (2018)

Nas décadas de 1960 e 1970, novas leis foram criadas para proteger uma elite local, que delas se beneficiava desde a década de 30, concomitante a esse cenário de reorganização das elites locais, essas novas leis foram apropriadas por uma nova elite fundiária, que chegava ao Pará, com o advento da abertura da rodovia.

Os estudos de Thiago Mesquita, são base para a compreensão das alterações ocorridas na região amazônica a partir da intervenção do governo, aliado a elites latifundiárias.

Tais estudos fortaleceram a compreensão sobre o surgimento de Tomé-Açu, uma sociedade desenvolvida a partir de um processo de colonização incentivado pelo Estado. Violeta Loureiro, na obra “Construção da História Social e Econômica da Amazônia”, apresentou Tomé-Açu como uma das áreas de colonização e ocupação de japoneses na Amazônia, o objetivo da colonização era dinamizar a economia, através do incentivo ao desenvolvimento de novas culturas e práticas de cultivo. Cerca de 600.000 hectares de terras foram destinadas às 43 famílias de japoneses que somavam 189 pessoas. Para Loureiro, a fixação dessas famílias na região que hoje é Tomé-Açu, se deu pelo volume de capital empregado e pela atividade econômica voltada à agricultura de média e longa duração.

Na região, a partir da década de quarenta, os imigrantes japoneses dedicaram esforços na produção de pimenta-do-reino, prática que após a Segunda Guerra Mundial passou a ser uma das mais lucrativas culturas praticadas da região, tornando Tomé-Açu um dos maiores produtores da espécie no país. Com a produção de pimenta-do-reino e o incentivo do Governo brasileiro e do Japão, os japoneses se tornaram uma elite rural no interior do Pará, empregando paraenses e nordestinos nas lavouras de pimenta-do-reino como mão-de-obra. Tais fatores, tornaram Tomé-Açu, um espaço interessante para a análise proposta nesta pesquisa, uma vez que agrega os fatores inerentes a história rural da Amazônia. É um município paraense, com uma elite formada a partir de projetos de governo, uma economia predominantemente rural, baseada na agricultura. Sendo a ocupação da região iniciada ainda no período do governo de Getúlio Vargas.

Estudar as configurações que tornaram Tomé-Açu município, pensando em sua formação social em consonância com as políticas de desenvolvimento capitaneadas pelas instituições ligadas do Governo Federal, levando em consideração a presença japonesa e a de nacionais, nos permitirá compreender como os projetos atingiram os grupos distintos. Interessante frisar, que a história oral, uma das principais fontes para estudar as minorias sociais, foi um campo metodológico fruto da luta de movimentos sociais ligados as populações marginalizadas, “negros, mulheres, migrantes, foram os principais responsáveis pela afirmação da história oral” tornando a memória um importante meio para as compreensões dos fatos históricos. (FERREIRA, 2002, p. 322). A memória, segundo Marieta Ferreira (2002), configura um importante fontes para os estudos de história do tempo presente, uma área da historiografia que porta uma singularidade que é

o conviver com testemunhos vivos, que vivenciaram os processos históricos e os rememoram. Nesse sentido, passa a ser uma importante forma de compreender a história que não pode ser percebida em documentos oficiais, ou fotografias, fontes que preponderantemente evidenciam grupos letrados em detrimento às minorias invisibilizadas historicamente. A memória, assim como a história se constitui uma construção, a historiografia, sendo que a memória não deve ser pensada apenas como algo do passado, ou mesmo do presente, mas também do futuro. Quem rememora tem intenções, a memória é de alguém ou de um grupo, que se configura em projetos e visa algo em períodos futuros (RICOEUR, 1996, p.9). A memória não apenas um emaranhado de informações fornecidas por uma pessoa ou um grupo de pessoas que trata de fatos coletivos ou individuais, mas sim uma “instância criativa”, que resulta em uma produção simbólica, que impõe identidades, demarca espaços e assegura ao grupo um sentimento de permanências.

Pensar na história de populações rurais como no caso de Tomé-Açu, implica lidar com questões ligadas à memória, mais precisamente a “lugares de memória”, sendo a historiografia um dos muitos lugares de memória que pode ser definido como um conjunto de recordações humanas, comemorações, fotografias, ritos, mitos que somados formam a memória coletiva (BARROS, 2019, p 05). Como Tomé-Açu surgiu de um processo político e econômico de colonização japonesa que em seu desenvolvimento resultou numa elite rural predominantemente nipônica, acabou por produzir a imagem de uma terra de japoneses na Amazônia. As comemorações de aniversário da colonização japonesa, as festas regionais cooperaram para o fortalecimento de uma memória que produziu um forte discurso do heroísmo japonês na região. Fato que conseqüentemente deixou de fora outros sujeitos que vivenciaram os períodos históricos. Assim, se faz necessário buscar metodologias que possam apresentar outras narrativas e versões que apresentem mais sujeitos e fatos. Nesse sentido, a historiografia, que é algo amplo, que não se reduz a um lugar de memória, configura-se como analítica, criadora de novos discursos e narrativas, pode incorporar outros fatos e sujeitos, através do uso de memórias individuais e coletivas para a produção do conhecimento historiográfico. (BARROS, 2019, p 9).

Dessa forma, criar uma narrativa que discorra sobre a atuação de instituições ligadas ao governo na região amazônica, buscando evidenciar que o Estado teve um projeto para o rural através de suas instituições, necessita apresentar uma definição de Estado. Pierre Bourdieu (2014) compreendeu e definiu o Estado como algo não palpável,

mas bem fundamentado, presente em “nossas estruturas mentais”, o Estado pensado por Bourdieu, pode ser entendido ou substituído como os atos políticos que pretendem ter efeitos no mundo social.

Há uma política reconhecida como legítima, quando nada porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença do princípio que os fundamenta. (BOURDIEU, 2014, p. 39)

Interessante pensar que a definição de Estado apresentada mostra que as ações do poder público, do Estado, interferiram na região de maneira intensa, substanciada pela legalidade e legitimidade do ato político que é o Estado, e suas ações. Nesse sentido, o que legitima, faz parte de uma estrutura que direciona os atos em sociedade, e esse é o interesse e objetivo da tese, perceber como essas ações foram implantadas, legitimadas através de leis, políticas, e principalmente, como os sujeitos conduzidos e atingidos por essas políticas, conseguiram lidar com instituições e agências que materializam o Estado.

Nos referimos ao conjunto de políticas para o desenvolvimento rural da Amazônia como agrodesenvolvimento, que para Peter Schröder (2011) trata-se do “desenvolvimento nas áreas rurais”, geralmente baseado em políticas de incentivo à produção. Navarro (2001), afirma que o “Agrodesenvolvimento, são políticas de “Desenvolvimento Rural” ou conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados. Pensamos que a partir da chegada de Vargas ao poder, as políticas de agrodesenvolvimento ganharam espaço e desencadearam mudanças consideráveis no cenário amazônico, os discursos políticos culminaram em uma série de ações e na estruturação de instituições que interferiram nos diversos espaços da sociedade, e aqui apresentamos o rural, os sujeitos que nele habitavam e habitam, em uma narrativa que apresenta o político, seus discursos, suas ações, o povo e a terra.

A tese foi dividida em quatro capítulos, buscando evidenciar o processo histórico, político e social que culminou no surgimento de uma sociedade rural. O primeiro capítulo, intitulado *Conquistar e dominar: discursos e políticas para a intervenção do Estado na Amazônia* apresenta os discursos de políticos e intelectuais que defenderam ações de intervenção na região amazônica, visando o que foi chamado de desenvolvimento. As fontes apresentaram as intenções externas que viam a necessidade de “conquistar e dominar” para superar o que foi chamado de “hostilidade das florestas”. Tais discursos

ocasionaram na criação de leis, a exemplo do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, dispositivos do artigo 199 da Constituição de 1946, proposto pelo deputado amazonense Leopoldo Perez, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1953, assim como os programas de colonização.

O discurso de Getúlio Vargas, proferido na capital do Amazonas em 1941, é uma fonte histórica que introduz de maneira simbólica as bases do pensamento político da época, para o presidente, era tarefa do Estado no século XX “conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada”, tal tarefa não era somente do Estado, mas também do homem civilizado, que para o poeta Lúcio Marianni (1931), certamente não se tratava do homem amazônico, que por ele foi tratado como “tão apegado e tão raquítico, que não compreenderia o que era pátria”. Estudar os discursos políticos, assim como a arte, literatura, que usaram a região amazônica como espaço para concretização de objetivos econômicos ou cenário literário, é uma forma de evidenciar como os atores políticos e sociais de fora da região a viam e descreviam, partindo da compreensão que à Amazônia é a região, mas também é o povo. Completamos apresentando alguns exemplos de acordos entre políticos brasileiros e estrangeiros, sendo as terras amazônicas o objeto principal, expondo assim a materialização dos discursos que culminaram em projetos ações.

Pensamos os discursos como integrantes aos Aparelhos Ideológicos do Estado, que Louis Althusser (1974) definiu como a informação, fazendo referência a televisão, rádio e imprensa, assim como a cultura disseminada através das letras, do desporto e artes, a própria escola e os discursos ali proferidos. Nesse sentido, há uma diferença entre o aparelho do Estado na concepção Marxista, que é compreendido como o governo, a administração pública, o exército, a polícia etc., e o aparelho ideológico do Estado, contribuição intelectual concedida por Althusser a concepção de Estado. Embora ambas, ainda segundo o autor, constituírem o mesmo sistema, o que de fato os diferencia é o fato do Aparelho (repressivo) do Estado funcionar pelo uso da violência, e o ideológico funciona pelas ideologias. Para Althusser (1974) nenhuma classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos que o compõe. Dessa forma, nos levou a crer que a intenção de Vargas, assim como dos outros governantes que o sucederam, em modificar as estruturas econômicas e sociais da região amazônica, introduzindo sujeitos e projetos, fez uso da ideologia desenvolvimentista, através dos instrumentos ideológicos. Porém, a tese expõe a relação

dos povos rurais do nordeste do Pará e suas lutas em meio às florestas e projetos desenvolvimentistas propostos pelo Estado, o que configura um emaranhado de interesses entre os sujeitos e as agências. Nesse sentido, compreendemos o Estado a partir da concepção de Antônio Gramsc, uma vez que amplia o conceito para a integração dialética entre “sociedade política e sociedade civil”. O primeiro capítulo se configura como conceitual e mais analítico dos discursos e políticas no campo teórico.

O capítulo dois, *A experiência de Tomé-açu no processo de desenvolvimento a partir de atividades rurais*, aborda a política de colonização japonesa na Amazônia, que resultou formação da sociedade rural, dando origem ao município de Tomé-Açu em 1959, é um estudo que mostra a trajetória social e política de sujeitos que atuaram nas florestas da Amazônia e materializaram os projetos desenvolvimentistas. Essa sociedade buscou autonomia administrativa na década de cinquenta, uma vez que se destacaram economicamente a partir da produção da pimenta-do-reino e do cooperativismo em torno da agricultura. Destacamos alguns projetos regionais que buscaram reproduzir ações de distribuição e ocupação das terras tendo como referência as políticas das agências do governo. O capítulo mostra Tomé-Açu, município situado no Nordeste do Pará, como um cenário importante para perceber as interferências do Estado na Amazônia, uma vez que foi naquelas terras que em 1926, o governo do Pará em acordo com o Japão buscou estabelecer uma colônia japonesa na Amazônia. As negociações foram se desenvolvendo e o processo de concessão de terras e incentivos foi mediado e acordado entre os membros dos governos interessados no processo. Os desdobramentos das negociações culminaram na criação da lei que concedeu mais de 1 milhão de hectares de terras para a colonização japonesa na Amazônia. No município de Acará, a lei 2.746 possibilitou aos nipônicos a concessão de um lote, com seiscentos (600.000) hectares, terras que hoje fazem parte do município de Tomé-Açu. Na região os japoneses fazendo uso da mão de obra local e de nordestinos, desenvolveram vastas plantações de pimenta-do-reino, a partir da agricultura transformaram a economia regional.

Tomé-Açu surgiu a partir da economia rural baseada na agricultura comercial, o que torna terra “fértil” para uma pesquisa que propõe analisar políticas governistas para o espaço rural. Por ser uma região que antes de tornar-se município foi a materialização de uma colônia japonesa, incentivada pelo governo do Pará no final da década de trinta,

culminou na produção de uma elite rural pimentalista (produtora de pimenta-do-reino),⁶ grupo vinculado a uma cooperativa (CAMTA)⁷ de produção que simboliza a organização da atividade econômica e social dos japoneses no meio rural amazônico. Dessa forma, temos uma região, no interior do Pará, com uma população diversa; japoneses, nativos, quilombolas, nordestinos, cametaenses, todos ocupando espaços e trabalhos rurais. Um terreno propício para entender os projetos de governo, atuação de suas instituições e participação da população rural nos projetos propostos.

O terceiro capítulo intitulado “*Renovação*” na política de desenvolvimento da *Amazônia*, apresenta as políticas de ocupação, com destaque o segundo projeto de colonização japonesa em Tomé-Açu ocorrido durante a década de sessenta, expondo os contrastes no acesso a terras e financiamentos entre os colonos japoneses e brasileiros. As terras da segunda colônia ficaram conhecidas como JAMIC, devido ao nome da empresa de colonização responsável por recrutar e alocar os japoneses para as terras em Tomé-Açu. Notamos as diferentes experiências e oportunidades entre japoneses e nacionais na região, sendo os primeiros assistidos pelo poder público e suas agências, já os brasileiros buscaram na luta coletiva constituir possibilidades de acesso à serviços públicos básicos. Tratamos também das políticas de estímulo à agroindústria, mostrando muitos contrastes que agitaram os setores políticos da época, assim como apresentamos os projetos voltados a incorporação de novos produtos na agricultura, buscando evidenciar uma parte da história da população rural de Tomé-Açu no período posterior a emancipação política da região em relação ao Acará.

O quarto e último capítulo, por título *O rural e o institucional: desenvolvimento, terra e conflitos*, apresenta a luta dos pequenos trabalhadores rurais para acessar os custeios e financiamentos propostos pelas agências de governo no período de intensificação nos programas de agrod desenvolvimento. Foi de 1964 a 1985 que os militares conduziram as políticas de desenvolvimento, propondo renovação nas agências e aumento nos investimentos, assim como a introdução de novos hábitos produtivos na

⁶ A introdução da produção da pimenta-do-reino foi feita por imigrantes japoneses, o que elevou o Brasil ao topo da produção, sendo o maior produtor de pimenta-do-reino do mundo. Através dos imigrantes japoneses Tomé-Açu tornou-se então o maior produtor mundial de pimenta-do-reino, onde cinco mil toneladas eram colhidas por ano, após a Segunda Guerra Mundial. As atividades introduzidas pelos imigrantes foram adotadas pelos agricultores brasileiros, fazendo com que a sua estratégia de sobrevivência fosse baseada sempre em constantes inovações tecnológicas para evitar problemas de mercado. (HOMMA et al., 2011).

⁷ Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu – CAMTA – fundada em 1929 por imigrantes japoneses que colonizaram a região de Tomé-Açu, no Estado do Pará, cultivando o cacauzeiro, hortaliças e arroz. (HOMMA, p 13, 2011).

sociedade rural, tais fatos acirraram a tensão no espaço rural, que se tornou área de disputa por terra entre os grupos de pequenos trabalhadores rurais e os empresários, sendo os últimos constantemente convidados pelo poder público para entrar na região. Burocracias, conflitos e crimes foram consequências da abertura da Amazônia para o grande capital, ônus que sobrecarregou principalmente o pequeno produtor em detrimento da burguesia rural que se formou com estímulo e financiamento do governo, em nome do desenvolvimento em meio a Amazônia do século XX.

“Hostilidades da floresta”: Agrod desenvolvimento e políticas agrárias no nordeste do Pará (Século XX) é um capítulo da história de parte dos povos rurais da Amazônia, com destaque às experiências da sociedade que se formou nas terras de Tomé-Açu a partir dos projetos de colonização, ocupação e financiamentos para a produção.

CAPÍTULO I: “CONQUISTAR E DOMINAR”: DISCURSOS E POLÍTICAS PARA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA AMAZÔNIA

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. [...] Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada.⁸

A determinação do Presidente Getúlio Vargas em seu discurso pronunciado em 1941, defendia a intervenção do Estado na política de ocupação. Era necessário que a região amazônica fosse inserida no ciclo de desenvolvimento econômico que outras regiões vivenciavam. Era o discurso que apresentava a sociedade que ali existia, como não civilizada, buscando justificativa para criação de diversas ações intervencionistas. A década de trinta foi considerada um marco para o início do ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil, intelectuais de diversas áreas identificaram que a Grande Guerra, a crise econômica mundial, foram fatores preponderantes para a modificação na forma de planejamento político nacional. O desenvolvimentismo vai contra as práticas de exploração extrativista e vivências nativas, tais atividades passaram a conotar atraso, logo, a região amazônica estava fora do ciclo ideológico, necessitando de intervenção para a integração na nova política nacional.

O intervencionismo mais acentuado passou a atuar na região a partir de 1930, com as políticas de colonização, na década de quarenta a intervenção no modelo econômico passou a ser parte da legislação, presente na constituição Federal de 1946. As décadas seguintes foram marcadas por grandes obras, surgimento de instituições e agências, renovações na política e conflitos que elevaram o espaço agrário como principal cenário, entravamos no período político do agrodesenvolvimentismo. Schneider (1999), partindo da experiência histórica do Brasil, conceituou o desenvolvimentismo como uma ideologia, visão de mundo para a qual a industrialização é o objetivo maior, cabendo ao Estado a tarefa de promovê-la. O desenvolvimentismo é vinculado à prática industrial, quando estendido para os projetos pensados para a Amazônia na década de trinta, percebeu-se o quão distante estava do ideal que outras regiões já vivenciavam. Foi nesse contexto que personalidades da política local e nacional, começaram a defender ações que

⁸ (Vargas, 1941, p. 230)

visassem a mudança para a promoção do desenvolvimento de atividades econômicas que disciplinassem o trabalho para o crescimento nos rendimentos.⁹

O Estado, aqui é compreendido na concepção de Antônio Gramsci¹⁰, como um espaço de disputa por hegemonia, deixando de ser apenas um órgão de coerção jurídica, inserindo a sociedade civil e política no mesmo cenário, buscando por diálogo e legitimação. A teorização do autor traduz o fenômeno histórico que a tese apresenta, pois os discursos de personalidades para a intervenção no espaço rural, buscavam dialogar e convencer as diversas classes e setores da necessidade de tais políticas. As narrativas para intervenção, proferidos por membros da “sociedade política” foram justificadas pela necessidade de “conquistar as terras, e dominar as águas,” era preciso promover a colonização e ocupação das terras de maneira a superar a “hostilidade das florestas” e deixar de lado a ideia de uma região era “imprópria para a civilização”, para assim sair da “idade média” a qual vivenciava até meados do século XX, e mais, convencer grupos para legitimar essas ações como uma necessidade coletiva. Para Gramsci, sociedade política “compreende o governo, as instituições, a legislativo, o judiciário”, nela se concentra-se o monopólio da coerção e da dominação, dessa forma, tratamos os políticos e as instituições do Estado, como representantes da sociedade política, uma vez que usaram do poder para buscar legitimar os projetos nas diversas regiões.

A sociedade civil, também conceituada por Gramsci, é caracterizada pelas entidades e organizações privadas, tais como; “empresas, organizações, escolas, partidos, sindicatos, associações”. Nesta tese, os colonos, a população rural de Tomé-Açu, as associações e sindicatos a qual são vinculados, materializam a sociedade civil, a quem Gramsci atribuiu a elaboração e disseminação dos mais diversos valores que visam dar uma direção hegemônica ao Estado. Dessa forma, temos uma relação dialética entre os grupos políticos e civis que caracterizam o Estado a qual apresentamos o fenômeno da elaboração e materialização de políticas rurais em meio as florestas que compõem a Amazônia.

A colonização foi o projeto defendido por diversos membros da sociedade política para o desenvolvimento da economia rural. Em 05 de outubro de 1941, José de Oliveira

⁹ OLIVEIRA, Juliana de Oliveira Gieremek. O desenvolvimento econômico no período de 1930 a 1945: contribuições e deficiências do governo Vargas. Florianópolis, 2013. 52 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

¹⁰ GRAMSCI, Antônio. Antologia. 4a. ed., México, Siglo XXI, 1978.

_____. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

Marques,¹¹ Diretor de Colonização, fez um balanço da população e economia amazônica, afirmou que a região vivia basicamente de produtos nativos e atividades extrativas, as florestas de dispersão botânica e safras aleatórias. Já a população era pequena e dispersa, “pobre e inculta”, nômade por força desses fatores. Ao defender projetos de colonização, Oliveira Marques, apresentou a região Amazônica como participante do intercâmbio do país, consciente do seu destino e do sentimento de brasilidade, sendo necessário racionalizar a produção, com assistência técnica a produção e valorização social e econômica do homem, de maneira a transformar as atividades primitivas para uma agricultura voltada ao mercado.

No Pará, a criação da colônia japonesa de Tomé-Açu, foi uma dessas experiências que deu origem a uma importante região agrícola, produtora de pimenta-do-reino, sendo fruto da intervenção política do Estado. As terras que foram conduzidas para colonização japonesa haviam sido negociadas por volta de 1926 pelo então governador, Dionísio Bentes. De acordo com Tatsuo Ishizu (2007), a colonização foi vista pelo governador do Pará como uma forma de levar ao estado grupos que pudessem criar a ideia de civilização, tal afirmação leva a crer que visão de região não civilizada em relação à Amazônia não era somente dos políticos de fora da região, mas compartilhada e projetada por governantes da Amazônia.

Os acordos entre o governo do Pará e do Japão foram formalizados a partir da visita do Embaixador do Japão, Shichita Tatsuké. O jornal *Folha do Norte*¹² de 24 de maio de 1926, noticiou a passagem do embaixador, que esteve no Pará para formalizar os acordos entre o governo do estado do Pará e o Japão, que objetivou colonizar terras na região do município de Acará. As terras foram destinadas a ocupação japonesa, sendo uma forma de desenvolvimento, pensada a partir da ocupação e da promoção de atividades ligadas a terra. Na região amazônica, mesmo no século XX a colonização foi considerada uma necessidade política, o processo de desenvolvimentismo estava atrelado a ocupação, uma vez que havia a forte crença externa na ideia do vazio demográfico, na necessidade de ocupação para o fomento de atividades como a agricultura e agroindústria.

A colonização japonesa no Pará foi oficializada a partir da lei estadual 2.746 de 13 de novembro de 1928, grosso modo, a legislação disciplinava a colonização e

¹¹ Dr. José de Oliveira Marques Diretor de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, e Gerente do Banco de Itajubá (ora inexistente), de sua filial do Rio de Janeiro. Fez parte do Núcleo Legislativo de Itajubá, da Legião de Outubro, em 1931. (Câmara Federal).

¹² Jornal Folha do Norte, Belém, 24 de maio de 1926.

ocupação de terras devolutas para criação de núcleos agrícolas. Assim o Pará concedeu um milhão e trinta mil hectares de terras para a ocupação japonesa no estado. Sendo 400 mil hectares de terra nos limites do município de Monte Alegre, situado a oeste do Pará, às margens do Rio Amazonas. No município de Acará foram concedidas as maiores extensões de terras, cerca de 600 mil hectares, sendo a maior área de colonização japonesa na Amazônia, essa região foi comumente chamada de Tomé-Açu.

Além de Acará e Monte Alegre, outras regiões também tiveram terras destinadas à ocupação de japoneses no Pará, sendo Marabá, Castanhal e Conceição do Araguaia, os três municípios concederam 10 mil hectares cada. Por mais que a literatura sobre a imigração japonesa discuta e exponha as dificuldades que o grupo enfrentou para ocupar as terras e reproduzir modos de vida, assim como desempenhar atividades econômicas, é notório que a legislação que antecedeu a ocupação, os concedeu o direito de propriedade. Nesse sentido, o grupo entrou na região, que historicamente possui graves problemas fundiários, com condições jurídicas favoráveis.

A ideia de propriedade com a carga semântica usada no tempo presente foi uma construção, tendo como base o capitalismo, é importante considerar que os projetos de governos para região amazônica introduziram o grande capital na região, transformaram as terras em produtos de disputa e comércio, assim como conduziram as sociedades regionais a buscarem se inserir na nova lógica. A noção de propriedade que anda ao lado do capitalismo não fazia parte da sociedade amazônica, Cliff Welch (2005) mensura que a história da propriedade é a mesma história do capitalismo, sendo a ideia de propriedade privada uma das principais características do capitalismo.¹³ As terras colonizadas, como as de Tomé-Açu, deram origem a propriedade rural privada, como veremos nos próximos capítulos.

A constituição brasileira de 1988 apresenta o direito à propriedade privada como um direito fundamental (STIEFELMANN, 2012) legitimando, a partir da legislação o direito de uso de algo como bem próprio. Dessa forma, a lei que disciplina a sociedade reconhece o acesso e posse de um bem como direito. Subtende-se, no caso da legislação criada pelo governo do Pará para permitir acesso e exploração de terras por japoneses na região, que foi concedida largas vantagens no campo jurídico ao grupo nipônico, disciplinou o uso e concedeu a propriedade aos colonos.

¹³ WELCH, Cliff. MOTTA, Márcia Menendes (Org.) Propriedade. In: Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (pp. 376-379).

A historiadora Rosa Congost (2007) propôs outra análise em torno do conceito de direito de propriedade, refletindo a necessidade de dessacralizá-lo, de acordo com as propostas de Congost, a sociedade criou uma perspectiva evolutiva, sendo a propriedade uma das características atribuídas a ideia de progresso, tornando o conceito comum e pouco problematizado. Dessa forma, é necessário observar propriedade muito além do fato de possuir algo, ou de manter relações com a posse exclusiva e individual de um sujeito sobre o bem possuído. A naturalização da propriedade se tornou “congelada em nossos códigos e, sobretudo, sacralizada em nossas mentes” (CONGOST, 2007, p. 11). Dessa forma, quando tomamos como referência os acordos entre o governo do Pará e do Japão que resultaram na lei 2.746, podemos concluir que o Estado, em ação planejada concedeu terras a um grupo estrangeiro, concedeu assim a posse, a propriedade, milhões de hectares de terras às margens dos principais rios e igarapés, normatizando, disciplinando e concedendo direito de propriedade aos sujeitos beneficiados.

A imigração de japoneses para a Amazônia é um exemplo dos esforços de políticos para levar projetos para o desenvolvimento econômico da região. Dionísio Bentes, governador, ao sancionar a lei 2.746, discursou abertamente sobre a pretensão de inserir imigrantes japoneses na Amazônia. O jornal *folha do Norte* de 1926, noticiou as intenções do político. Dionísio Bentes disse que dedicaria o mais persistente esforço para possibilitar a imigração de japoneses para a região, pois reconhecia que um dos mais sérios problemas da região era o que chamou de “despopulação”. O discurso comum da necessidade de ocupar para desenvolver, é um exemplo das inúmeras estratégias para o desenvolvimento da região, que cada vez mais se tornou preocupação dos políticos nas diversas esferas de poder do Brasil no século XX.

As diversas concepções externas sobre a região amazônica foram fortalecidas a partir da expansão da concepção de que os países deveriam proporcionar o desenvolvimento a partir da intervenção do Estado, tal concepção é entendida como ciclo do desenvolvimentismo, que orientou as políticas de industrialização de diversas nações no século XX. Nas concepções de Bresser-Pereira desenvolvimentismo caracteriza-se por uma ideologia que coloca como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 206). E a argumentação dos políticos para tais ações buscam cumprir o papel de legitimá-las como necessárias. (BOURDIEU, 2007, p. 13).

A partir dessas reflexões, propomos o entendimento de que os governos, com características desenvolvimentistas, imbuídos por discursos de uma Amazônia problema

ao desenvolvimento nacional, justificaram que precisariam intervir, para isso, criaram instituições, “rasgaram” a região com rodovias e incentivaram a ocupação das terras e o desenvolvimento da indústria e pecuária. Nesse sentido, é necessário desvelar os discursos construídos sobre a região, que forjaram o processo de intervenção para o desenvolvimento e a conseqüente criação e renovação de leis e instituições para a valorização e integração da economia da Amazônia, assim como perceber o quanto esses discursos das autoridades e gestores públicos vinculados ao agrodesenvolvimentismo defenderam as experiências governamentais desenvolvidas em Tomé-Açu, no nordeste do Pará.

1.1. DISCURSOS SOBRE A AMAZÔNIA – O DESENVOLVIMENTISMO PARA SUPERAR A “HOSTILIDADE DAS FLORESTAS”

Em 1931, Lúcio Marianni, apresentou, na coletânea “poemas amazônicos” uma impressão literária, em que descreveu a grandeza dos rios da região Amazônica. O homem amazônico, “tão apegado e tão raquítico”, não compreenderia o que era pátria. A imagem do homem, retratado no poema, era digno de comoção, era o não civilizado. Não era possível dizer um até logo ao homem amazônico, e sim, um adeus, pois os rios ou as vastas terras, já haveriam o engolido ou enterrado.¹⁴ O poema é uma expressão artística, mas consideramos os elementos simbólicos, que caracterizam, o poema, como uma forma de representação dos povos amazônicos.

A visão adventícia em relação a região amazônica, não estava presente apenas nas expressões artísticas, políticas e intelectuais, já observavam a região como não conectada ao desenvolvimento nacional. Em 1930,¹⁵ com a tomada do poder por Getúlio Vargas e

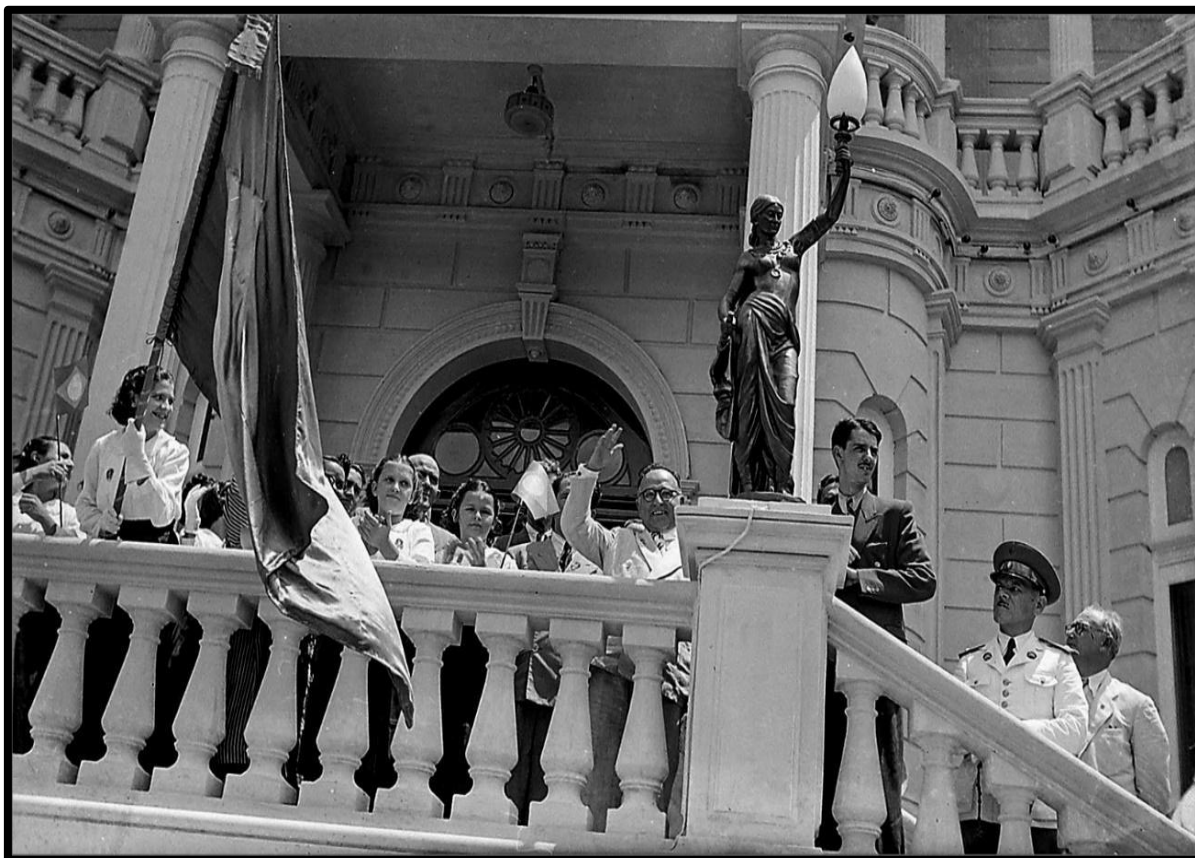
¹⁴ Homem que nasceste à beira do Amazonas e do Rio Mar; não tens a grandeza; tão apegado e tão raquítico que és; Homem que detesta o mais belo sol do mundo; porque o sol te queima doudamente; ao te ver, homem que te perdes em seringais; e que pareces inferior ao inseto pernilongo; que patina sobre as águas paradas; ao te ver comovo-me até as lágrimas.... ; É que tu representas o Amazonas!; - tu sabes que o Amazonas; é uns dos braços que embalam a criança da Pátria?; Mas tu lá sabes o que é pátria?; (se outros mais civilizados não o sabem) Tu só conheces e amas; a terra; Que é mais ou menos a mesma cousa!; Vendo-me, sem que eu o faça; Tu me dizes “adeus”!; Um adeus de quem tem a certeza; de que quando eu voltar; já não te encontrarei mais pois o rio; sem dúvida, já te engoliu ; ou a terra já te devorou; Lúcio Marianni, “Poemas Amazônicos nº 1”. Flamma – Pensamento Crítico – Combate, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 3, 16 de julho de 1931. Acervo Paschoal Carlos Magno, Documento 7.0.20, p. 5. Centro de Documentação da Funarte (CEDOC/FUNARTE).

¹⁵ Sobre a revolução de 1930 ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 – História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 16ª Ed.

seus aliados, o Estado passou a ter maior participação nas decisões econômicas, assumindo responsabilidades ligadas a introdução da industrialização no Brasil, em detrimento as características agroexportadoras do país, preponderante no período antecessor a 1930.

Em 10 de outubro de 1940, em ocasião da visita ao Amazonas, o presidente Getúlio Vargas discursou aos presentes, posteriormente, as pretensões do governante, expostas no discurso, foram consideradas um importante elemento, que marcou o início das ações intervencionistas do Estado na região Amazônica. Em 2020, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Ferreira Pinto, apresentou um texto em comemoração aos 80 anos do discurso proferido por Getúlio Vargas no Amazonas. Apontou ser a intenção do governo em “conquistar as terras, dominar as águas e sujeitar a floresta”. A dominação da terra, segundo Pinto (2020), era um alerta a “hostilidade” natural que a floresta amazônica apresentaria ao colonizador, toda essa postura hostil deveria ser domesticada, dominada para que as ofertas naturais fossem determinadas como geradores econômicos, que pudessem proporcionar a geração de emprego e um comércio na região.

**IMAGEM 1: GETÚLIO VARGAS NO PALÁCIO RIO NEGRO – MANAUS-AM -
09 DE OUTUBRO DE 1940**



16

FONTE: Acervo CPDOC/FGV

Getúlio Vargas se dizia empolgado, pois estava iniciando um movimento de reconstrução nacional, sendo a região amazônica a terra do futuro, o “vale da promessa na vida do Brasil de Amanhã”.¹⁷ Era necessário o ingresso definitivo da região ao “corpo econômico da nação”. Embora a visita de Vargas tenha ocorrido em 1940, desde 1930, o governo já desenvolvia ações para ocupação da região, através das Colônias para o povoamento. Para o presidente, todo o Brasil estava envolvido, causando um desejo “patriótico” de auxiliar o “surto de desenvolvimento” que a região vivenciou. Neste sentido, o patriotismo desenvolvimentista, assumiu destaque no discurso da autoridade do executivo nacional. Compreendemos que Vargas, buscava criar uma perspectiva

¹⁶ A fotografia marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares, nos informam sobre determinados aspectos desse passado, como as condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural e condições de História. (MAUAD, 2004, p 8).

¹⁷ (VARGAS, 1941, p. 228).

otimista, de integração não só econômica, mas superar, a imagem dos homens amazônicos como “aquém” da condição de pertencentes à pátria. A ideia de objetivo comum, de todos os brasileiros com os olhos voltados para região, buscava proporcionar a concepção de um objetivo de integração.

E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1941, p. 228).

Nesse caso, o presidente defendeu a introdução de estrangeiros na região, assim como ocorreu em Tomé-Açu em meados da década de trinta, incentivando à abertura de mais terras para a formação de propriedades capazes de desenvolver a agricultura e racionalização da produção. Vargas completou dizendo que “Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização.”¹⁸ O processo de legitimação do governo como promotor do desenvolvimento da região, se deu a partir do discurso que acentuava as diferenças entre o antes e depois da atuação do governo Vargas na Amazônia. O discurso buscou legitimar as ações já desenvolvidas, apontando para as “conquistas técnicas”, que mostraram o quão promissor era o solo e áreas de florestas, e passível para implantar uma “civilização peculiar de elementos vitais e apta para crescer e prosperar” (VARGAS, 1941, p. 229).

A partir dessas reflexões, observamos a busca do Estado para legitimar e envolver a população local nas ações desenvolvimentistas pensadas para a região Amazônica. Os discursos construídos em torno da atuação do governo, foram condicionados ao imaginário construído sobre a região, de um vasto território inabitado e desconexo do ideal crescimento que outras regiões do Brasil estavam vivenciando. Além de convocar o “homem civilizado” para conquistar e dominar os vales da região, o homem civilizado não parecia ser o homem amazônico, não para Vargas, ou seja, não necessariamente era o povo da região amazônica, eram os “civilizados”. Como foi observado, as estratégias de desenvolvimento pregadas por Vargas, contavam com projetos ditados de fora para dentro, e os “desenvolvedores” não seriam os homens amazônicos, mas estrangeiros com suas técnicas de produção.

sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização O nordestino, com o seu

¹⁸ (VARGAS, 1941, p. 229).

instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. (...) O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (VARGAS, 1941, p. 230).

De acordo com Vargas, passava a ser responsabilidade do Estado, estabelecer o fim das práticas primitivas, como o nomadismo, e buscar desenvolver núcleos coloniais com estrutura para que a região superasse o que chamou de atraso. O discurso de Getúlio Vargas, foi um marco final da “idade média”¹⁹amazônica, iniciada em 1912, com o fim do ciclo econômico da borracha. Pois a partir de 1912, a economia, assim como a demografia da Amazônia vivenciou uma forte crise, devido às dificuldades vivenciadas, muitos migrantes, voltaram para suas regiões de origem, principalmente os nordestinos. (PINTO, 2020, p. 08).

Para Costa (2014) a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, houve um avanço da Fronteira econômica com o objetivo de expandir o mercado interno brasileiro, fato que distingue esse processo histórico e social dos anteriores ocorridos no Brasil. “As constantes afirmações e discursos de Vargas, ressaltando a necessidade de superação do “arquipélago econômico” brasileiro, constituem-se como uma de suas mais importantes evidências” (COSTA, 2014, p 13).

Importante enfatizar que o início da experiência tratada nesta tese, ocorreu na mesma década em que Vargas chegou ao poder. Como veremos nos próximos capítulos, a Colônia de Tomé-Açu passou a ser ocupada por japoneses durante a década de 1930, logo, os discursos de Vargas e suas políticas intervencionistas chegaram ao cenário do nosso estudo. Aldair Carneiro, em sua tese de doutoramento escreveu sobre as mudanças ocorridas nos castanhais do Pará a partir da chegada de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, interventor, nomeado por Getúlio Vargas para governar o Pará. Para Cardoso (2018) os fatores políticos e ideológicos presentes durante a década de 1930, foram determinantes na formação da estrutura econômica em torno dos castanhais do estado, levando grupos a disputa pelo controle da extração e posse das áreas de produção. Assim como, os discursos bem mostram, havia o anseio pela mudança na região, os políticos

¹⁹ O termo “idade média” amazônica foi usado por alguns intelectuais, para referirem ao período de declínio da venda e exportação da borracha, iniciado em 1912.

passaram a incentivar a ocupação das terras, e a introdução de novos hábitos de produção. Portanto, uma região com produção baseada na agricultura, como Tomé-Açu, que teve na produção de pimenta-do-reino grande atividade empregadora e geradora de receitas, era o objetivo político daqueles que viam na colonização e agricultura a possibilidade de desenvolvimento regional.

Após a saída de Vargas do poder executivo nacional, Eurico Gaspar Dutra o sucedeu, em um processo de abertura democrática, mas mantendo a política de caráter desenvolvimentista e de intervenção na Amazônia. Foi durante o Governo Dutra que a constituição de 1946 foi promulgada, tendo em um dos artigos a garantia de valorização econômica da Amazônia, como veremos mais à frente. Os discursos e a política empregada pelo presidente também transpareciam a visão da Amazônia ainda hostil ao desenvolvimento, necessitando de interferências.

Em 15 de março de 1950, no Rio de Janeiro, Distrito Federal do Brasil, o presidente Eurico Gaspar Dutra discursou na abertura dos trabalhos legislativos, em sessão ordinária. Dutra proferiu ser a última oportunidade em seu mandato de falar ao legislativo, onde justificou “que com orgulho, havia defendido e “cumprido a Constituição da República”. Tratava-se da Constituição de 1946, na qual o artigo 199, previa a Política de Valorização Econômica da Amazônia.²⁰ Durante o mandato, o então presidente deu ênfase para as questões das fronteiras amazônicas, sendo tratadas como questões de segurança nacional.

Ao relatar sobre as ações do governo sobre a “os problemas de organização, administração e governo dos Territórios Federais” fortaleceu o interesse do Estado em proporcionar a “necessária” nacionalização, povoamento, valorização e segurança das áreas, principalmente as regiões de fronteiras brasileiras na Amazônia.²¹ Durante a gestão de Eurico Gaspar Dutra, foi dado maior ênfase às terras que compunham as áreas de fronteira, porém o objetivo e política eram os mesmos que foram empregados em Tomé-Açu, a ocupação e a colonização.

Os territórios Federais do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, tiveram destaque, ocupavam cerca de 759.068 km², representando 9,81% da área total do Brasil, e 16,13% da região Amazônica. As informações haviam sido levantadas por técnicos do

²⁰ Mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, em 1950, em ocasião da abertura da Sessão Legislativa. A documentação faz parte do acervo da Biblioteca da Presidência da República.

²¹ (Dutra, p 30, 1950).

governo para fins de planejamento.²² Essas terras faziam parte da área de defesa nacional, a qual era interesse do governo desenvolver uma política de povoamento e colonização. Era uma região grandiosa em expansão territorial, representava uma superfície maior do que alguns Estados da Federação. Fato que, nas palavras do chefe do executivo nacional, dificultava as ações intervencionistas. Os discursos políticos, em relação a Amazônia, mantiveram a percepção de uma região difícil, com problemas para o desenvolvimento econômico, social e para fins de segurança nacional.

As soluções para os “problemas” da Amazônia foram consideradas pelo presidente Eurico Gaspar Dutra como;

Particularmente difícil de solução, não apenas pela grandeza física de cada território, mas sim pelo conjunto de condições peculiares, representado pela localização geográfica, natureza *sui generis* da entidade, falhas de legislação e, sobretudo, o vulto das necessidades a atender. (DUTRA, 1950, p. 06).

Para o presidente, as reais necessidades da região não estavam nítidas, o que dificultavam as ações do Estado. Os territórios Federais agrupavam o que o governo descreveu como “típicos problemas” de natureza política, administrativa, jurídica e econômica. Para diminuir as dificuldades que a região enfrentava, era preciso de um tempo “apreciável como ainda se condiciona a adoção de medidas impositivas de revisão nas leis que a regem” (DUTRA, 1950). A revisão nas leis, propostas pelo presidente, tratava-se de intensificar as ações para o desenvolvimento da região, uma vez que mesmo com a política de Valorização Econômica da Amazônia, de 1946, as ações não saíram do campo teórico.

Além do discurso do presidente, outros registros relacionados às ações do governo após a constituição de 1946 foram analisados: As conclusões técnicas, relatórios de governo dos territórios Federais. Com a expectativa de encontrar nos registros, as intenções e ações do Governo Federal para a região, perceber o aparato técnico e administrativo preparado para atender as necessidades econômicas preconizadas pelo Estado. Para o governo, os territórios Federais e áreas de colonização na Amazônia, revelavam “reais possibilidades econômicas, deixadas antever pela imensa superfície e pela ocorrência de variados recursos naturais”. Para aquela região, o poder público havia disposto, “vultosos recursos financeiros” de 1946 a 1950.

O discurso do Presidente Dutra, apresentava às ações já desenvolvidas, assim como apontava para as dificuldades encontradas a partir da tentativa de modificar a

²² Relatórios Técnicos de Governo – 1948.

economia regional, para tempos futuros, o chefe do executivo nacional, previa que os seus sucessores deveriam buscar para si a responsabilidade de revitalizar a vasta região. A União, Estados e municípios, em esforço mútuo, mantinham, nas áreas “territorializadas” e colonizadas, órgãos de estruturações, além de um quadro pessoal, criado pela União.²³

Gaspar Dutra (1950), orientou que o Congresso deveria revisar a legislação e desenvolvimento das ações referentes à região amazônica, e instituir uma Comissão de representantes dos Territórios da Câmara dos Deputados, para que houvesse uma cooperação dos técnicos do Governo Federal e das administrações dos territórios Federais, para estudar a legislação vigente, e se, necessária, reformulá-la. É notório que o presidente, atestou dificuldades na instalação das políticas econômicas previstas na legislação, assim, não havia sido efetivado o que havia sido teorizado nas leis. Era necessário, nas palavras do presidente, “equacionar” os problemas fundamentais de organização, administração e o governo dos territórios Federais.

Na avaliação do presidente, a região Amazônica, já havia apresentado uma fase econômica “áurea”, o período da Borracha, porém, a herança expressiva do desenvolvimento a partir da exploração extrativista, só era visível nos Estados do Pará e Amazonas. Outros territórios da região, a partir do fim do ciclo da borracha, passaram a vivenciar uma decadência econômica. A maioria dos núcleos urbanos, eram constituídos quase em sua totalidade, por moradias construídas em madeira, “ao sabor da aventura econômica” daqueles que viram na região, a possibilidade de lucros no período do ciclo do látex.

Assim, pode ser identificado um outro problema deixado pelo fim da extração e comercialização da seringueira, fome e pobreza, uma vez que muitos que se deslocaram, principalmente do Nordeste para Amazônia, para a “aventura econômica”, e ao fim, foram obrigados a ficar na região e desenvolver outras atividades e modos de vida, isso caracterizou um problema social. O governo de Eurico Gaspar Dutra, a partir da política de valorização econômica da Amazônia, investiu em obras públicas na região, principalmente nos territórios Federais, fortalecendo o discurso desenvolvimentista, para superar a situação “problema” da região. O principal objetivo da política de Dutra era inserir outro modelo de produção que superasse o extrativismo, sendo a agricultura o modo de produção mais apropriado para os degredados da borracha.

²³ MEGDCN - 1950

Na Amazônia, os maiores investimentos em infraestrutura durante o período mencionado foram destinados aos territórios federais. No Acre, entre 1946 e 1947, foi construído o Palácio do Governo, o prédio do Ginásio escolar da capital. O Relatório do Governo do Acre²⁴, descrevia ações ligadas ao urbanismo e ao desenvolvimento da economia local, em consonância com o restante do país. Em 1948, o governo do Acre, concluiu o prédio da Imprensa Oficial; dois grupos escolares; a estação de passageiros da Capital; além do levantamento para a possível construção de 4 aeroportos e 11 escolas rurais, além de colônias rurais, fato também ocorrido em outras regiões da Amazônia, a exemplo da Colônia rural de Tomé-Açu, no Pará. Essa documentação colabora para entendermos que o governo teve interesse em possibilitar a introdução de novos moradores ao espaço rural dos territórios Federais, estruturando, com infraestrutura básica para o desenvolvimento de atividades para superar a situação econômica da região.

Outras propostas foram mencionadas para outros territórios Federais, como do Guaporé, Amapá e Rio Branco, além das obras já desenvolvidas. Rodovias, criação de áreas de colonização, e o incentivo a pecuária e extração vegetal. A partir dessa documentação, é possível abordar, que mesmo com o incentivo do governo, e o esforço dos poderes locais, formaram-se núcleos de produção, porém, muito inferiores aos resultados esperados. Ainda assim, essas ações mudaram as estruturas da sociedade que existia na floresta, surgindo outras formas de relação da população com os recursos que a terra oferecia. Dessa forma, surgiu outra sociedade após as interferências políticas, a partir dos projetos promovidos por agências desenvolvimentistas.

O discurso do Presidente Eurico Gaspar Dutra, proferido em 1950, foi considerado um importante documento, por entendermos, que foi o presidente que governou a partir da constituição de 1946, onde constava no artigo 199, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O referido discurso marcou a retórica do governo a partir de suas ações já desenvolvidas, e o teor apelativo, contido nas orientações proferidas, preconizando a necessidade de reformulação para a continuidade da intervenção econômica na região, além de buscar fortalecer as orientações técnicas nos modelos de produção, a partir disso, além das instituições desenvolvimentistas, passaram a surgir agências técnicas de orientação para o aprimoramento da produção nas áreas rurais da Amazônia.

²⁴ O Relatório de Governo do Acre (RGA), é parte da documentação presente nos arquivos da biblioteca Inocêncio Machado Coelho.

Politicamente, a década de 1950 foi de grandes transformações a nível nacional, com a volta de Getúlio Vargas à chefia do executivo, a retórica da intervenção no desenvolvimento ganhou mais energia, assim como o surgimento das instituições de planejamento. Com a criação da Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia em 1953, muitos povoados, surgidos a partir de áreas de colonização, buscaram emancipação política. Em 1955, um grupo político da Colônia de Tomé-Açu, buscou autonomia política em relação ao Acará. Foi um período de efervescência do ideal de desenvolvimento regional, tal ideologia acabou incentivando os grupos políticos regionais.

Ney Carneiro Brasil, foi vereador pelo município de Acará, e discursou na Câmara dos vereadores defendendo o desmembramento político da Colônia de Tomé-Açu.

Surge a necessidade de independência da colônia de Tomé-Açu em relação a este município, a colônia já populosa e com economia importante, deve ser elevada a condição política que merece. Precisamos progredir e desenvolver assim como ocorre no restante do Brasil, precisamos acompanhar o momento que vivemos. Hoje, apesar da importância econômica de Tomé-Açu, que produz uma agricultura moderna, deixando de lado uma produção meramente extrativista, mesmo assim, a população ainda sofre pela falta de estradas para o transporte da produção até o porto, fato que só pode ser solucionado com um olhar político atencioso. (BRASIL, 1955, p. 4).

O político paraense Ney Brasil, foi um defensor da elevação de Tomé-Açu a condição de município e seu conseqüente desmembramento de Acará, afirmando que a região deveria seguir o ideal político nacional de desenvolvimento. O problema da falta de estradas para o escoamento da produção era comum na Amazônia, não sendo uma especificidade apenas da colônia de Tomé-Açu.

A narrativa da abertura de estradas e rodovias como estratégia de integração tem base nas políticas nacionais de desenvolvimento aqui discutidas. Para Rômulo Andrade (2018)

A construção da estrada Belém-Brasília foi a principal intervenção estatal na região amazônica durante o interregno democrático (1946-1964). Era entendida por setores da imprensa como a possibilidade de integração da região amazônica ao restante do País e à nova capital que estava sendo construída, Brasília. A estrada tiraria a Amazônia de um isolamento histórico, além de representar a vitória definitiva do homem contra a natureza, considerada uma das principais vilãs do progresso e do desenvolvimento da região.

A percepção de Andrade (2018), sobre a narrativa da floresta como vilã do progresso, segue a mesma linha dos políticos e intelectuais que viam uma hostilidade na natureza amazônica que dificultava a integração ao restante do país. Sendo a criação de uma malha rodoviária uma das estratégias para superar a floresta.

A construção da Rodovia Transbrasiliana, Belém-Brasília, foi um empreendimento iniciado durante o governo de Juscelino Kubtschek de Oliveira, 1956, criando uma das maiores rodovias da América Latina na época. O Cinejornal “Caminho da Libertação”²⁵ noticiou, que com a abertura da estrada, “acendeu-se a esperança no espírito das populações esquecidas e abandonadas”, que despertaria as riquezas e libertaria a população da miséria e do subdesenvolvimento.

IMAGEM 2: CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSBRASILIANA - NORDESTE DO PARÁ, 1958



Fonte: Acervo da biblioteca Inocêncio Machado Coelho

Os homens que trabalhavam na abertura das rodovias, foram descritos no documentário da imprensa oficial, como “trabalhadores sem medo, intrépidos e audazes, que fazem do trabalho não apenas o ganha pão, mas uma empreitada cívica e libertadora de sua própria terra”. Não se trata apenas de uma propaganda para aceitação de um projeto de infraestrutura, e sim, da busca para o envolvimento nacional no projeto entusiasmado de

²⁵ Os cinejornais, eram produções de documentários produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, instrumento de comunicação e censura criado no Governo de Getúlio Vargas em dezembro de 1939.

desenvolvimento que pairava sobre o Brasil naquele contexto. As populações da Amazônia, na visão dos que planejavam o desenvolvimento nacional, viviam em condições que não condiziam com a realidade de outras regiões do Brasil, dentro desta perspectiva, era necessário buscar novos hábitos e inserirem-se ao bojo do nacional desenvolvimentismo.

A construção das rodovias, autorizada e realizada pelo governo, foi engendrada a partir de um discurso que justificava a necessidade de interferir na economia local e “libertar a sua própria terra” do atraso que ali era vivenciado. A construção das estradas que ligavam a capital do Brasil à Amazônia implicou no desmatamento de mais de 50 milhões de metros quadrados de florestas “entre selvas e cerrados”.²⁶ Diante da propaganda oficial sobre a necessidade de desmatar para levar o progresso, era dessa forma que a região amazônica seria “realmente dominada e ocupada”, para assim acenar com novas riquezas e perspectivas para o país. “A dura batalha contra a selva”, seria substituída pelo desenvolvimento, esses discursos estavam revestidos de animosidade para envolver a população amazônica.

Diante dessas questões, discursos, retóricas, intenções, ações, diríamos que o imaginário, os questionamentos, os problemas, identificados pelos governantes, mobilizaram atitudes para a expansão econômica e inserção da Amazônia no bojo do desenvolvimentismo. As intenções políticas, econômicas, marcaram a busca do controle pelo Estado para com o imenso território amazônico. Nesse aspecto, temos que considerar que desenvolvimentismo foi um forte consenso entre os políticos para fortalecer também a perspectiva de atraso, da floresta problema, hostil. Em outras palavras, a ideologia capitalista e industrial, afirmava o desenvolvimento como contrário a preservação da natureza, e a devastação “dominação” das florestas como necessárias para o progresso, tal perspectiva ganhou forças nas intenções dos políticos ao longo do século XX, o que formou na Amazônia, condições que deveriam buscar a superação. Assim, tratava-se de um território que deveria ser organizado sob orientação do Estado, entendidas como uma região que continha problemas em suas circunscrições, devendo ser submetido a uma política de desenvolvimento, valorização e racionalização econômica. Esses fatos, geraram ações que modificaram toda a estrutura econômica, social e fundiária da região, para atender aos interesses políticos e econômicos do Estado, justificando que a

²⁶ As informações foram retiradas do documentário “estradas para libertação de 1960”, o arquivo faz parte do acervo Nacional da Casa Civil.

hostilidade da floresta deveria ser superada, dando espaço para o desenvolvimento. Assim, entendemos as narrativas proferidas pela sociedade política, como circunstanciais para o convencimento dos demais sobre a necessidade de abrir a floresta para o povoamento e exploração.

1.2. A POLÍTICA E SUPERINTENDÊNCIA DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Em maio de 1948 a *Revista do serviço público*²⁷ elogiava em um dos textos o deputado amazonense Leopoldo Péres, por sua “inteligente iniciativa, entusiasmo e operosidade” que garantiu a introdução do artigo 199 da constituição de 1946. O referido texto constitucional, garantiu a Política de Valorização Econômica da Amazônia. A proposta de Leopoldo Péres remetia a criação da obrigatoriedade da União, estados e municípios a garantirem a execução do plano que previa movimentar a economia amazônica, usando 3% da renda proveniente da União, por pelo menos 20 anos. Da mesma forma, Estados e municípios da região também deveriam reservar 3% da sua renda para o mesmo fim.

Noticiada como um dos maiores empreendimentos de todos os tempos, a política de valorização, “efetiva para o fim de ocupação, domínio e exploração econômica dos grandes vales equatoriais do Brasil”, animou políticos e grupos regionais. A comunidade japonesa de Tomé-Açu, que após a Segunda Guerra Mundial ganhou grande espaço na economia paraense devido à valorização da produção de pimenta-do-reino, se valeu das novas políticas para buscar acessar benefícios para o fortalecimento da produção, inclusive vislumbrando o desmembramento da região em relação a Acará, para assim garantirem maiores receitas que ficariam no próprio povoado. Para Hajime Yamada, memorialista japonês, a população de Tomé-Açu acompanhava o desenrolar político nacional e buscava projetar essas ações no povoado.

A região produtora de pimenta-do-reino, era uma exceção na economia amazônica no final da década de 1940, tinha como base a agricultura e empregava grande mão de

²⁷ Revista do Serviço Público – maio de 1948.

obra, em um período em que as atividades da região eram preponderantemente extrativistas.

Em 1948 o engenheiro agrônomo Geraldo Rocha, defendeu no plenário da Câmara Federal a necessidade dos estudos das potencialidades da Amazônia, para a definição das estratégias de desenvolvimento. Pois, “nenhum rio da região era suficientemente conhecido 20 quilômetros à montante de sua foz” (ROCHA, 1948, p 02). O debate em torno da política recém-criada se estendeu do plenário federal até mesmo para as fazendas de pimenta-do-reino no Nordeste do Pará, como vimos anteriormente. Esse estudo das potencialidades seria a racionalização dos esforços para a criação de estratégias de intervenção na região. Nas inflexões de Geraldo Rocha, os estudos revelariam as vocações das áreas, isso definiria como os recursos seriam aplicados.

Ao destacar alguns aspectos que envolviam o planejamento e as políticas, nossa intenção é mostrar que tais ações definiram as experiências vivenciadas em Tomé-Açu e em outras áreas da região amazônica durante o século XX. Observamos que ainda no período discutido havia uma preocupação dos gestores públicos em definir um modelo de desenvolvimento que superasse as práticas tradicionais da região, sendo a agricultura defendida como a possibilidade mais viável devido às experiências já vivenciadas em Tomé-Açu desde a década de 1930.

Akira Nagai (2018) apresentou Tomé-Açu como uma região que tinha na agricultura a sua vocação, fato que a tornou uma das maiores áreas de produção de pimenta-do-reino no mundo. Para o memorialista, as práticas ali desenvolvidas serviram de grande valia para a economia do Pará. E se tratando de valorização econômica, dessa forma, Tomé-Açu já cumpria as características necessárias de acordo com a visão dos políticos da época, que buscavam compreender as potencialidades de cada local.

Estas e outras questões, foram preocupações dos políticos, que criaram uma comissão parlamentar para direcionar e fiscalizar a valorização econômica da região, como prevista na legislação. Sob o comando de Leopoldo Peres, os membros da comissão percorreram os territórios dos Estados do Amazonas, Pará, parte de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e pelos territórios Federais do Acre, Rio Branco, Amapá e Guaporé, buscando compreender as necessidades de cada região.²⁸

²⁸ As informações constituem o arquivo eletrônico da Câmara dos deputados. Acesso em 10 de junho de 2020.

No caso da situação da Amazônia, os debates em torno da realidade na década de 1940 ainda giravam em torno da crise demográfica, da imensidão das florestas. O presidente da república, Eurico Gaspar Dutra em mensagem a Comissão responsável pelas informações técnicas para viabilizar o dispositivo constitucional previsto no artigo 199, proferiu;

Tanto mais urgente se me afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia quanto é certo que, dia a dia e agravam suas difíceis condições de vida. Os esforçados habitantes dessa longínqua região se vêem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos, como, entre outros, escassez demográfica, vastidão territorial, afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo do país, economia primária de puro extrativismo florestal, estrutura econômica e social precária à mercê das oscilações dos preços de suas matérias primas essenciais. (DUTRA, 1948).

A complexidade da Amazônia, no entendimento do presidente, se dava principalmente pelo vasto território pouco habitado, fato que leva a crer que os programas de incentivo à ocupação da terra também seria umas soluções criadas pelo governo.

Assim como o presidente, a Comissão também concluiu que era necessário um amplo investimento que garantisse infraestrutura para viabilizar os projetos. A conclusão apontava para abertura de estradas, criação de áreas de cultivo para o abastecimento dos centros urbanos, superação da economia extrativista e criação de pólos de industrialização.²⁹

Apesar dos estudos e debates, de acordo com Araújo Cavalcanti (1948) a política de valorização “rastejou” até 1951, sendo um dos maiores naufrágios da geopolítica americana, de acordo com o crítico, tal fato ocorreu devido ao não cumprimento efetivo da legislação, a união acabou não repassando a porcentagem prevista na legislação³⁰. O chefe do executivo nacional, Eurico Gaspar Dutra, buscou defesa, mensurou os esforços econômicos de seu governo para cumprir a legislação sobreposta.

Os recursos da União que deveriam ser destinados à valorização da economia regional em tese tinham como destino a infraestrutura, como a construção de escolas, hospitais, rodovias e ferrovias. E assim criar condições para receber empreendimentos que gerassem emprego. A partir de 1947, como veremos na imagem seguinte, houve um aumento no repasse do governo para o programa, ainda assim, os investimentos tiveram

²⁹ Câmara dos deputados - Brasil

³⁰ O parágrafo único do artigo 199 da Constituição de 1946 previa que Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. (Brasil, 1946).

maior ênfase nos territórios federais e na estruturação das áreas em urbanização, sendo que as áreas rurais ainda continuavam dependendo da burguesia regional para abertura de estradas, acesso a áreas urbanas. Fato que nos leva a compreender a origem e manutenção do poder dessas elites no espaço rural Amazônico.

TABELA 1 : PERCENTUAL DOS RECURSOS DESTINADOS À POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA DURANTE O GOVERNO DUTRA

ANO	RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	QUOTA DESTINADA PARA AMAZÔNIA (3%)
1947	11.667.479	350.024
1948	12.150.220	364.506
1949	13.349.976	400.499
1950	15.590.011	467.700

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1947-1950.

Ao apresentar os valores destinados pelo governo para os projetos da região Amazônica, podemos perceber a evolução nos direcionamentos e volume dos recursos. Mesmo com duras críticas, a política “engatinhava”. Nesse período, já constavam iniciativas governamentais na região. Sobremaneira nos territórios Federais, que recebiam recursos para a criação de uma infraestrutura básica, para viabilizar a ocupação.

O território do Acre, teria recebido um montante de Cr \$ 60.057.000,00 no ano de 1949, o qual Cr \$ 20.220.000,00 foi destinado a despesas de pessoal, Cr \$9.272.000,00 para aquisição de material, 6.565.000,00 para serviços, 15.000.000,00 para execução das obras que tornariam a economia regional mais viável. Os valores e descrição de destino, foram enviados à Câmara dos Deputados, como parte da mensagem do presidente Dutra aos parlamentares.³¹ O governo Dutra, ao informar ao Congresso os investimentos feitos

³¹ Mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, em 1950, em ocasião da abertura da Sessão Legislativa. A documentação faz parte do acervo da Biblioteca da Presidência da República.

no território Federal do Acre em 1949, tinha o propósito de destacar os bons resultados do governo sobre sua chefia, assim como firmar sua inclinação perante a Constituição de 1946.

Apesar do discurso que pretendia mostrar que estava cumprindo com a constituição, de acordo com Abreu (2021), o governo Dutra não teve dificuldades somente nas questões relacionadas às políticas de desenvolvimento regional, o pós-guerra criou um cenário político difícil, ocasionando em péssimos índices de crescimento, aumentando inflação e gerando crise no Brasil.

Erico Gaspar Dutra havia apoiado os projetos de desenvolvimento do país nas suas esperanças de captação de recursos externos através da assistência financeira oficial dos Estados Unidos e pelo afluxo de capitais privados internacionais. Desde o imediato pós-guerra, entretanto, os interesses e a posição americana sobre a industrialização do Brasil mudaram completamente; começa a ficar progressivamente clara a natureza ilusória das expectativas brasileiras com relação à assistência financeira norte-americana.(VIANNA, 1987).

Tal crise afetou inevitavelmente todos os setores do país, assim como o desenvolvimento das políticas pensadas para a Amazônia. Para Ferreira e Bastos (2016), somente com a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1951, que o planejamento regional ganhou amplo espaço para debate, antes disso, a execução do artigo 199 da constituição de 1946, não passou do plano teórico.

Getúlio Vargas venceu a campanha presidencial durante as eleições de 1950 com grande apoio popular, descrito pelos eleitores como o “único que demonstrou interesse “pelo humilde, pelo trabalhador e pelo agricultor”³². O presidenciável agradava os agricultores, em Tomé-Açu, ainda no período que a região era um povoado pertencente a Acará, a população via na volta de Vargas a possibilidade de retomada dos investimentos para o setor rural. De acordo com Hajime Yamada, o apoio se deu por conta da forte crise vivenciada pelos agricultores no período do governo Dutra, outro fator, era a perspectiva de emancipação política de Tomé-Açu em relação a Acará, tornar a região um município era intuito da população. Portanto, a mudança de governo constituiria novas possibilidades de crescimento econômico e a independência da região produtora de pimenta-do-reino em relação ao município de origem.

Foi durante o novo governo de Getúlio Vargas, especificamente em 06 de janeiro de 1953, que foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a partir da Lei 1.804. A criação da instituição tinha o objetivo de:

³² Trecho retirado da carta do eleitor pernambucano João Aquino, texto enviado a Getúlio Vargas durante a campanha presidencial de 1950.

assegurar à ocupação da Amazônia um sentido brasileiro, construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressiva capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais e desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e completar ao da economia brasileira... (SPVEA,1954).

A partir de então, a valorização da Amazônia passou a ter uma instituição que materializaria as propostas econômicas para o desenvolvimento regional. Assim, a região entraria mais uma vez como espaço estratégico para a organização e equiparação da economia do Brasil.

IMAGEM 3: PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS ASSINANDO O TEXTO DA LEI Nº 1.806



Fonte: Biblioteca Inocêncio Machado Coelho – SUDAM

A imagem do ano de 1953, se configura numa importante representação política, possibilitando a rememoração do passado político nacional. Um ato administrativo que modificou a política e sociedade amazônica de maneira considerável, uma vez que foi criada a primeira agência que tinha como objetivo fomentar projetos e recursos para o desenvolvimento da economia regional. A letra da lei, a criação da SPVEA continha 36

artigos que disciplinavam a execução das ações que promoveriam as mudanças pensadas para a Amazônia.

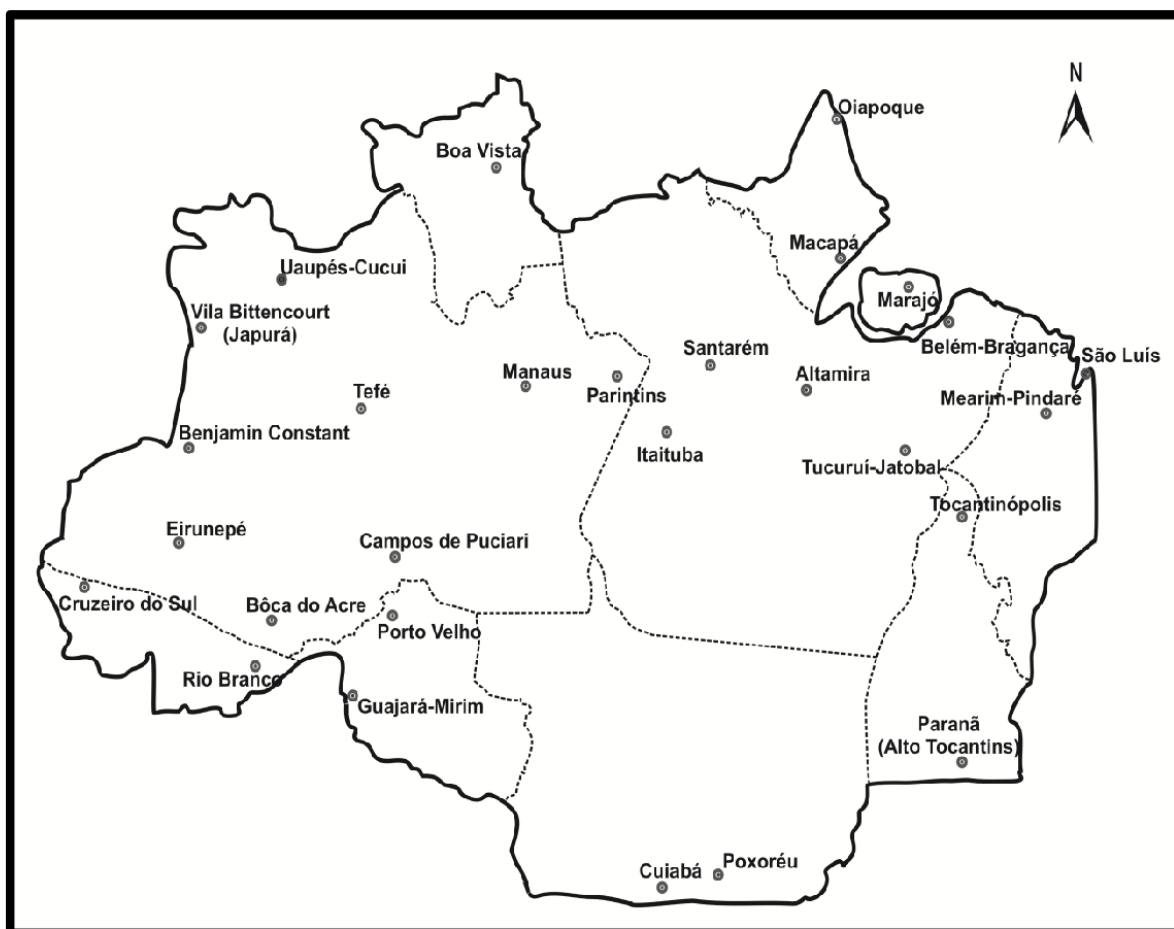
Collistete (2001) propôs que a criação de agências técnicas partiu da hipótese do pensamento desenvolvimentista a partir da industrialização, pois somente com a formação de uma economia industrial era que se pensavam as possibilidades de crescimento. Dessa forma, ao introduzir a SPVEA como articuladora dos projetos do governo na região, se pensava na modernização e no estabelecimento de atividades que superassem a economia extrativista.

A defesa da exploração dos recursos naturais pelo Estado, patrocinada pelos desenvolvimentistas nacionalistas, pela esquerda moderada e forças armadas, levava a uma decisão, apoiada pela opinião pública em geral, de que a utilização desses recursos deveria estar subordinada a um planejamento econômico conduzido pela União. Tal atitude era vista como o início de um caminho de progresso e crescimento nacional. É através desse entendimento que a Amazônia entra como região estratégica, tanto no sentido de reforço da agricultura nacional, quanto na possibilidade de oferecer ao país uma incalculável quantidade de matérias-primas que ainda necessitavam ser descobertas por estudos aprofundados. Com seu imenso território desocupado e desconhecido, o mundo amazônico apresentava um potencial incrível para a economia brasileira. Era dever da União mantê-lo sob os cuidados do Estado brasileiro. (RENHA,2016).

Para Renha (2016) a maioria dos grupos políticos atuaram em defesa da exploração dos recursos que a região amazônica oferecia, justificando que a criação de agências além de fomentar o desenvolvimento, também asseguraria o território, mantendo a hegemonia brasileira em todos os cantos do país. Havia uma preocupação em relação a segurança nacional, sendo os projetos de ocupação e colonização formas de assegurar a posse dos territórios.

Para a jurisprudência da Superintendência, foi considerada que a área de atuação seria a “Amazônia Legal” e mais 28 áreas polos que necessitavam de projetos para fins de recuperação social e econômica, como exposto na imagem a seguir.

IMAGEM 4: ÁREA DE ATUAÇÃO DA SPVEA (AMAZÔNIA LEGAL)



Fonte: Acervo da Biblioteca Inocêncio Machado Coelho

Essa política de inserir novas regiões para fins de recuperação econômica na jurisdição da SPVEA, fazia parte do pensamento governamental que preconizava os problemas da região como interligados, assim como as necessidades, as soluções também seriam mais viáveis em ações conjuntas. Nesse sentido, para efeitos de planejamento econômico da região, foi definido que os Estados do Pará, Amazonas, os territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, somando-se a parte do Mato Grosso, Goiás e Maranhão, eram áreas que receberiam projetos criados a partir das agências, em acordos com outras instituições técnicas e financeiras. Das áreas definidas, o Pará mantinha as maiores áreas de cultivo da agricultura, com destaque para o nordeste do Pará que na década de 1950 concentrava uma parcela importante da produção de alimentos na Amazônia. (SUDAM, 1972).

Com o intuito de entender as potencialidades econômicas de cada área dentro do campo de atuação da SPVEA, os agentes criaram uma equipe técnica para desenvolver estudos que cooperassem com a produção dos projetos e direcionassem os investimentos.

Para tanto, definiram as regiões e seus principais produtos, além de mapear o tipo de mão de obra utilizado no processo produtivo. Percebe-se que a criação da referida agência introduziu no rural amazônico as técnicas de pesquisa para fins de planejamento, induzindo o espaço agrário a um novo momento, mesmo que nessa fase apenas no campo teórico.

A valorização econômica da região tinha em seus objetivos, o intuito de promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativa da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região. (SPVEA,1954). Para além de um pressuposto teórico, a legislação preconizava o desenvolvimento a partir da mudança no espaço rural, como formas de modificar a relação dos homens e mulheres do campo com a economia regional.

Nesse contexto, como veremos mais a frente, Tomé-Açú era um povoado ainda pertencente ao Acará, porém já produzia uma agricultura vinculada a cooperativas, sendo a pimenta-do-reino o principal produto de exportação, além de empregar um quantitativo significativo de trabalhadores. Reiteramos que a experiência da sociedade rural que se formou em meio aquelas florestas, compôs um capítulo significativo da história rural, pois instituiu uma economia rural, baseada na agricultura em tempos de preponderância na economia extrativista. Destacamos, que os principais projetos das agências do governo incentivavam a prática da agricultura, e Tomé-Açu já a cumpria.

A produção agrícola, era uma atividade incentivada na região amazônica desde o século XIX, Francilvado Nunes (2016) apontava para a proposta governamental para região amazônica, que via na agricultura, elementos simbólicos, que “a associavam a uma atividade capaz de assegurar a civilização”, buscando garantir a prática econômica na região, para superar o extrativismo, “visto como incivilizado”. Para Nunes, o Estado Imperial, viu nas ações colonizadoras a possibilidade de inserir a agricultura e transformar as realidades econômicas e sociais naquelas “bandas do Brasil”. Nesse sentido, é notório, que mesmo após um século, o discurso da Amazônia como necessitada de intervenção estatal, de um estado intervencionista, ainda se prolongava. Os programas de colonização agrícola do século XIX, analisados por Francilvado Nunes, ainda pareciam possuir heranças no século XX, só que incrementada com uma política de desenvolvimento e interferências do governo no cotidiano rural. Assim, mesmo na década de 1950, a agricultura ainda era considerada uma prática que agregaria no crescimento da economia

e sociedade amazônica. Sendo uma das principais estratégias pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

A primeira normativa da SPVEA orientava que os esforços e projetos deveriam visar a promoção das atividades agrícolas, uma vez que as condições naturais da região apresentavam vocação para a produção rural. Dessa forma, buscavam através da instituição, substituir os hábitos produtivos extrativistas, por uma atividade rural subsidiada por orientações técnicas. (BRASIL, 1953).

O primeiro superintendente da SPVEA foi Artur Ferreira Reis, permaneceu no cargo de agosto de 1953, até dezembro de 1955. Foi cauteloso e otimista, ao afirmar que os projetos propostos pela superintendência levariam tempo para seu efetivo funcionamento. Mas que elevaria os povoados da região a condições melhores, tornando a sociedade amazônica cada vez mais próxima das realidades de outras regiões do Brasil. Por ser um dos primeiros a administrar a instituição, suportou muitos questionamentos e posições opositoras. Em 11 de fevereiro de 1955, o *Jornal do Comércio*, publicava a matéria intitulada “Grandes Problemas da Amazônia”, onde Artur César Ferreira Reis, divulgava as ações da instituição e os avanços na estruturação da SPVEA. Segundo o superintendente, novos barcos chegariam da Holanda para a melhoria do transporte na região, que naquele momento vivia uma decadência. O momento econômico foi descrito como crítico a nível nacional, o que ocasionou medidas de restrição de investimentos, porém, havia por parte do governo uma disposição em dispor recursos para assegurar a “plena realização do quadro planejado”.³³ Sendo assim, os projetos para a região amazônica, em 1955, ainda enfrentavam os velhos problemas, e os recursos estavam integrados ao “momento restritivo”. Estados e municípios proferiram críticas quanto a pontualidade na disponibilização dos recursos por parte das SPVEA, em relação a esses fatos, O superintendente disse que não havia atrasos;

O que ocorre é que, de acordo com os próprios convênios, os pagamentos se processam em parcelas, geralmente quatro. A primeira paga no ato da assinatura, e a segunda em data convencionada; a terceira e a quarta, porém, somente depois de examinadas e aprovadas as contas relativas aos primeiros pagamentos. O processo pode ser lento e difícil, mas é seguro (JORNAL DO COMÉRCIO, 1955, p. 1).

Para Artur Ferreira Reis, parecia haver uma “confusão” quanto a compreensão de gestores em relação aos prazos e processo burocráticos que envolvem o planejamento e execução da política de desenvolvimento econômico. Tais fatos, ocasionavam em problemas ainda

³³ Jornal do Comércio de 11 de fevereiro de 1955.

maiores, por não haver um equilíbrio entre os interesses dos envolvidos no processo desenvolvimentista, além de aportar para o grande desafio que seria construir possibilidades em meio a grandiosidade das florestas e rios.

Aguiar (2018) afirma que em Tomé-Açu, principalmente os agricultores ligados à cooperativa estavam atentos às políticas nacionais, assim como aos problemas nos projetos propostos através das agências de governo. Dessa forma, ainda quando a sociedade tomeaçense não constituía um município, já ensejam participação na política, naquele momento acompanhando os programas voltados para a região. Uma vez que buscavam a construção de uma rodovia que ligasse Tomé-Açu à capital do Pará, Belém. Em 1953, o superintendente Artur Reis anunciou a construção de várias rodovias federais que possibilitariam acessos a diversas regiões da Amazônia e a conectaria com o restante do Brasil (BRASIL, 1953). A notícia animou a população do povoado, uma vez que a região possuía relativa importância econômica e concentrava muitos trabalhadores, e possuidores de extensas plantações de pimenta-do-reino, que usavam principalmente os rios para escoamento da produção.

Em 1957, através da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e políticos, foi requerido a construção de um hospital, além da abertura de estradas para acesso por terra à região. O requerimento foi direcionado ao governo do Pará, e reforçado por representantes do Japão. De acordo com Akira Nagai (2016), os colonos japoneses buscaram intensivamente parcerias para a melhoria nas condições econômicas e sociais da região, inclusive se integrando nos projetos de desenvolvimento propostos pelas agências.

Muitas propostas do governo para ocupação, desenvolvimento, agricultura, colonização, eram reproduzidas em Tomé-Açu. Era uma região que tinha um povo que na década de cinquenta já possuíam rádios, automóveis, então estavam situados em tudo que acontecia, logo também buscavam opinar, pedir. (NAGAI, 2016).

Para Trindade (2015) a falta de autonomia política de Tomé-Açu na década de 1950 fez a região perder projetos que eram tratados diretamente com o município sede, na época Acará. Uma vez que a superintendência negociava diretamente com as prefeituras, sendo os recursos previstos em leis, assim como os projetos, direcionados ao governo local.

A população de Tomé-Açu acusava o governo de Acará de destinar os recursos dos projetos para outras regiões e preterir o povoado, desestruturando a economia local. Hajime Yamada, rememorou que na época a prefeitura de Acará justificou que os investimentos seriam nos povoados que iniciariam plantações, que não era o caso de

Tomé-Açu, que desde o início da colonização possuía uma economia baseada na agricultura.

Na década de 1950 o povo de Tomé-Açu queria tornar a região município, tentaram em 1955 e não deu certo, então o governo do Acará não olhava mais para nós com bons olhos. Então os projetos que as agências ou que o governo do estado mandava nunca chegava até nós. Nesse período, a força do povo daqui que ia guiando as coisas, os hospitais, escolas, a maioria do que era responsabilidade do governo era aqui em Tomé-Açu desempenhada pelos colonos pimentalistas, eram os agricultores que iam se ajustando. Em relação ao Acará, aqui a circulava gente e dinheiro. (YAMADA, 2019).

A partir desse relato é possível compreender que parte da população buscava acessar as políticas e agências de desenvolvimento, assim como reivindicavam o direito dos povoados que praticavam atividades baseadas na agricultura. A busca pela superação da economia extrativista, como dito, era parte dos objetivos da SPVEA, pois de acordo com a agência, era necessário “converter, gradualmente, a economia, extrativa praticada na floresta, e comercial, praticadas nas cidades, em economia agrícola e industrial³⁴”, as intenções que a “instituição” visava promover, incluiu mudanças nos modos de vida e relação dos homens e mulheres amazônicos com a terra e trabalho. A mudança no espaço extrativista, conotaria uma “modernização” das práticas de trabalho para atender as necessidades nacionais engendradas por aqueles que planejavam de fora para dentro, o crescimento da região aos moldes capitalistas.

Nessa primeira experiência de intervenção institucional de caráter desenvolvimentista da região amazônica, resultado dos esforços políticos regionais para superar os sucessivos ciclos econômicos e de crises vivenciadas pela população da região, foi possível perceber que o não cumprimento dos acordos teóricos previstos na constituição, culminou em resultados insatisfatórios das políticas previstas na legislação. Porém, a partir da análise das intervenções políticas anteriores a criação da SPVEA, podemos concluir que somente a partir de 1946 com a criação do artigo 199, que previa a valorização econômica, assim como a lei 1.806, que criou a SPVEA, a Amazônia teve a primeira experiência institucional, com precedentes de pesquisa, que buscaram atender as necessidades reivindicadas por grupos integrantes da região, assim como, se constituiu em um interesse político, pelo “qual a nação brasileira procurou ocupar e desenvolver os espaços inaproveitáveis do território nacional” (SPVEA, 1955, p. 20 e 24-25).

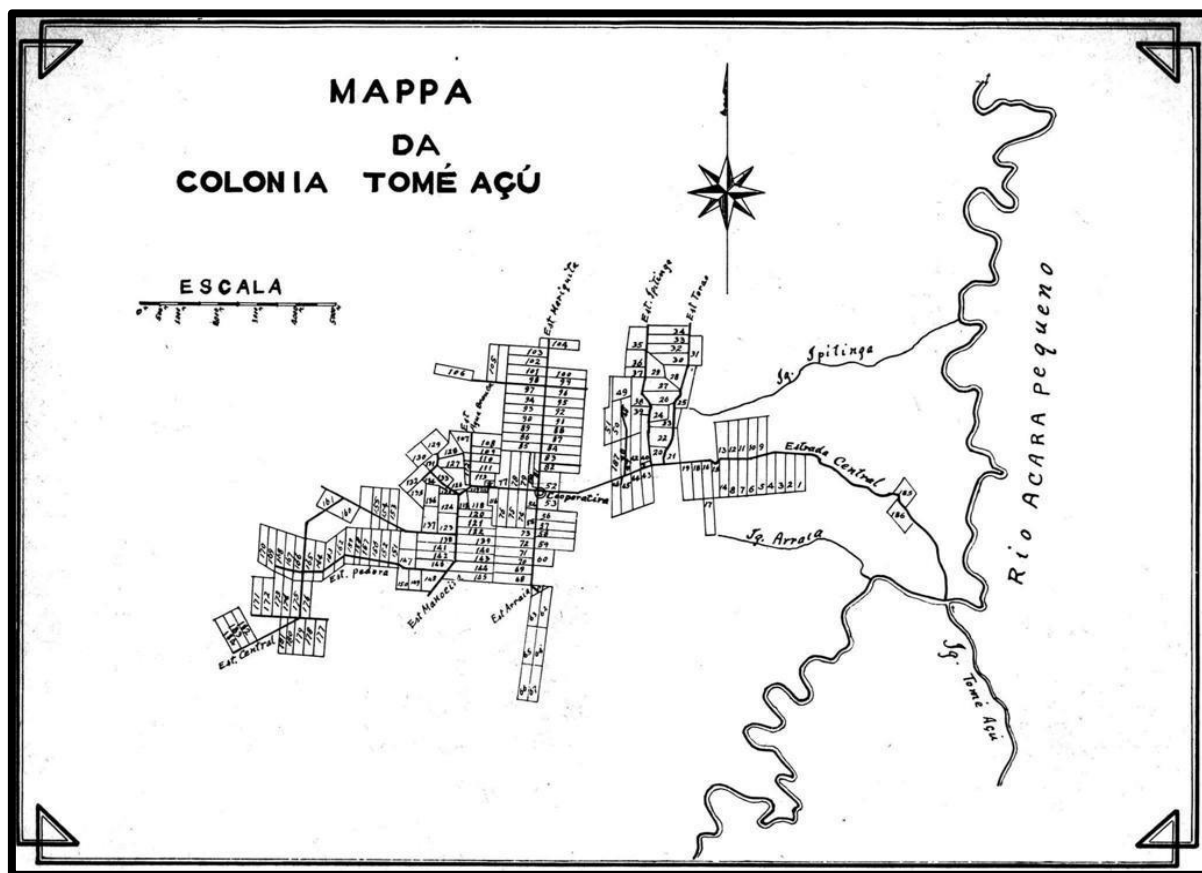
³⁴ (SPVEA,1954)

CAPÍTULO II: A EXPERIÊNCIA DE TOMÉ-AÇU NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS ATIVIDADES RURAIS

Em 13 de novembro de 1926, anos antes do ciclo de desenvolvimentismo aqui mencionado, foi assinada pelo governador do Pará Dionísio Bentes, a lei 2.746, um grande acordo entre o Pará e o governo do Japão, que previa a criação de Colônias de ocupação japonesa em meio a áreas de floresta do estado. Foi através da referida legislação que possibilitou aos japoneses que “organizassem e se instalassem em terras devolutas do Pará, acessando as florestas com o intuito de ali criar núcleos agrícolas para o desenvolvimento regional”. A experiência de Tomé-Açu é importante para as questões que levantamos nesta tese, uma vez que se trata de uma região que surgiu de uma proposta de desenvolvimento rural para a floresta amazônica, especificamente às margens do rio Acará, sendo os sujeitos imigrantes do Japão que materializariam as ações que levariam a região ao desenvolvimento. Toda a proposta era justamente de enfrentamento da floresta para a criação de uma colônia. Como veremos, Tomé-Açu foi o maior produtor de pimenta-do-reino do mundo, e o contexto que envolveu a produção rural da pimenta é rico em experiências que narram parte da história social da Amazônia.

Essas medidas são exemplos de ações orquestradas pelo governo que ganharam força na primeira metade do século XX, e foram materializadas e expandidas com a criação de instituições como a SPVEA e posteriormente a SUDAM. Foram projetos, leis, incentivos, propagandas que atingiram diversos grupos e modificaram as relações sociais no Norte do país. A floresta foi rasgada por projetos e passou a ceder espaço para o surgimento de povoados e vilas. Desde a era Vargas até os governos ditatoriais iniciados em 1964, as políticas que objetivaram desenvolver a região amazônica ganharam cada vez mais forças, o que mostra que os governos tinham um projeto para região, de cunho desenvolvimentista, capitaneado por agências ligadas ao governo, que via na floresta um impedimento ao crescimento econômico.

IMAGEM 5: COLÔNIA ESTADUAL DE TOMÉ-AÇU - PARÁ



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu

Toda parte que comporta o núcleo urbano de Tomé-Açu, como exposto na imagem acima, foi de ocupação japonesa, pois prioritariamente as terras próximas aos rios deveriam ser de posse dos novos colonos japoneses. Austríclínio Viana, rememorou que os japoneses tiveram as melhores terras garantidas, uma vez que o projeto inicial de colonização das terras às margens do rio Acará não previa que brasileiros tivessem terras na região, afirmou ainda que não foi fácil para o grupo, pois as condições locais eram difíceis, tudo era tomado por florestas densas e rios infundáveis.

O fato de Tomé-Açu ter surgido a partir da economia rural baseada na agricultura comercial, a tornou terra “fértil” para uma pesquisa que propõe analisar políticas governistas para o espaço rural, levando em consideração que a ocupação de Tomé-Açu ocorreu a partir do acordo entre o governo do Japão e do Pará, efetivado com a lei 2.746 de 13 de novembro de 1926. Também, por ser uma região que antes de tornar-se município foi a materialização de uma colônia japonesa, incentivada pelo governo do Pará no final da década de trinta, culminou no surgimento de uma elite rural pimentalista

(produtora de pimenta-do-reino),³⁵ grupo vinculado a uma cooperativa de produção que simboliza a organização da atividade econômica e social dos japoneses no meio rural amazônico. Dessa forma, temos uma região, no interior do Pará, com uma população diversa; japoneses, nativos, quilombolas, nordestinos, cametaenses, todos ocupando espaços e trabalhos rurais. Um terreno propício para entender os projetos de governo, atuação de suas agências e participação da população rural nos projetos propostos.

2.1 – A COLONIZAÇÃO JAPONESA EM TOMÉ-AÇÚ NA DÉCADA DE 1930

Tomé-Açu³⁶ surgiu a partir de um processo de incentivo governamental brasileiro, que culminou no interesse do governo do Estado do Pará pela recepção e incentivo para instalação de uma Colônia japonesa em terras paraenses. A constituição brasileira de 1891³⁷ previa que os estados tinham autonomia para desenvolver projetos de colonização, uma vez que a ocupação de terras e o desenvolvimento da agricultura simbolizavam a busca pelo desenvolvimento econômico. Desde o século XIX, Brasil e Japão já costumavam uma relação amistosa, formalizado em 1895 pelo tratado de amizade assinado entre os dois países. (HOMMA, 2007). Dessa forma, em meados da década de vinte o governo do Pará buscou aproximação com o governo japonês e ofereceu terras paraenses para ocupação japonesa.

³⁵ A introdução da produção da pimenta-do-reino foi feita por imigrantes japoneses, o que elevou o Brasil ao topo da produção, sendo o maior produtor de pimenta-do-reino do mundo, Através dos imigrantes japoneses Tomé-Açu tornou-se então o maior produtor mundial de pimenta-do-reino, onde cinco mil toneladas eram colhidas por ano, após a Segunda Guerra Mundial. As atividades introduzidas pelos imigrantes foram adotadas pelos agricultores brasileiros, fazendo com que a sua estratégia de sobrevivência fosse baseada sempre em constantes inovações tecnológicas para evitar problemas de mercado. (HOMMA et al., 2011).

³⁶ Tomé-Açu, como distrito de Acará, era considerado uma aglomeração urbana importante do município de Acará. Em 1952 os habitantes de Tomé-Açu iniciaram um movimento de emancipação política em relação a administração do município de Acará. O Governador do Estado, através da Lei nº 1.127 de 10 de maio de 1955, autorizou a criação do município de Tome Açu, com um conjunto de novos municípios e nomeação de novos prefeitos, porém o Supremo Tribunal Federal declarou a lei inconstitucional em 4 de outubro de 1955. em 17 de março de 1959, o Governo do Estado promulgou uma nova Lei, a de nº 1.725, a mesma que conseguiu para Tomé-Açu sua elevação à categoria de município do Estado do Pará, constituindo-se como tal, com terras desmembradas do município de Acará, a qual lhe pertencia na condição de distrito. A Câmara Municipal de Acará, sob vaías de sua população, em 9 de julho de 1959 aprovava o Projeto de Resolução nº 1 de autoria do vereador Zeferino Santos Maciel que, autorizava o Governador do Estado a desmembrar a área, hoje pertencente ao município de Tomé-Açu. Realizando-se, dessa maneira, o grande sonho dos tomeaçenses. Assim, no dia 1º de setembro de 1959, foi instalado oficialmente pelo Governador Luis Geolás de Moura Carvalho, o município de Tomé-Açu. (SILVA, 2016, p 38).

³⁷ Constituição Federal de 1891 – Artigo 64 – Competência da União e dos Estados-Membros

De acordo com Homma (1998) foi o governador do Pará, Dionísio Bentes que deu início ao processo convidativo de japoneses para o Estado. Em 1925 o referido governador recebeu uma comitiva de japoneses que faziam parte da diretoria de uma empresa de tecidos do Japão, (Kanebo) além de Hideo Nakano, do Ministério das Relações Exteriores no Japão que levou consigo uma carta do embaixador japonês “Hichita Tatsuki demonstrando o interesse dos japoneses em colonizar a Amazônia.” (HOMMA, 1998, p. 4). As negociações foram se desenvolvendo e o processo de concessão de terras e incentivos foi mediado e acordado entre os membros dos governos interessados no processo.

Os desdobramentos das negociações culminaram na criação da lei que concedeu mais de 1 milhão de hectares de terras para a colonização japonesa na Amazônia. No município de Acará, a lei 2.746 possibilitou aos nipônicos a concessão de:

Um lote, com seiscentos (600.000) hectares no município do Acará, compreendendo os terrenos situados entre os municípios de São Domingos da Boa Vista, pelo lado oriental e o município do Moju pelo lado ocidental, conforme as linhas divisórias intermunicipais e limitado ao sul pelo paralelo 3º, 30'; e a norte pelo paralelo da embocadura do igarapé Thomé-Assú, afluente da margem direita do rio Acará-pequeno, seguindo pela margem esquerda do igarapé Thomé-Assú, até suas cabeceiras no divisor dos municípios de São Domingos da Boa Vista, e por divisor para Sul, de modo a abranger todos os tributários superiores do rio Acará pequeno, assim como os formadores do rio Acará, entre os paralelos descritos ao norte e ao sul do lote.³⁸

Dessa forma, Tomé-Açu, na época pertencente ao município de Acará, no vale do rio Acará, foi o principal destino de imigrantes japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX. A partir da ocupação das terras da região e da introdução da pimenta-do-reino³⁹, passou a ser uma região próspera, com oportunidades de trabalho e fortalecimento econômico baseado na agricultura.

Segundo informações de um artigo do Jornal *Nikkei Shimbun*, responsável pela publicação comemorativa dos 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, tal processo iniciou-se em 1929, com a chegada dos primeiros imigrantes na colônia de Acará, hoje o município de Tomé-Açu. Ao todo 42 famílias, no total de 189 membros na primeira leva de imigrantes. A imigração japonesa estava a serviço da Nantaku (Nambei Takushoku), Companhia de Colonização da América do Sul S.A, agência que incentivava a vinda dos japoneses, com parceria do governo brasileiro, sob chefia de Hachiro Fukuhara. O

³⁸ Pará, 1926, p 08

³⁹ A pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, L.), conhecida também como pimenta da Índia, é uma planta trepadeira que possui boa produtividade e seus frutos apresentam um alto valor comercial por ser um dos condimentos mais utilizados em todo o mundo. (LIMA et al., 2010).

governo do Pará disponibilizou aos japoneses 600 mil hectares de terras no município do Acará, atual colônia de Tomé-Açu (NIKKEY SHIMBUN, 2012).⁴⁰

O jornal *O Globo* de 29 de janeiro de 1929⁴¹ noticiou que já estava em terras paraenses a empresa japonesa Companhia Nipônica de Plantações do Brasil, que as expectativas para com as ações da empresa ainda não figuravam otimismo, mas certos receios. Dentre as informações, ainda noticiou que as terras ocupadas seriam no município de Acará, especificamente na região de Tomé-Açu, os esforços de produção seriam para plantação de arroz, tabaco, cacau e algodão. Em meados da década de trinta foram introduzidas as primeiras plantações de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, sendo em meados da década de quarenta e cinquenta que a produção gerou grandes expectativas para a população rural da região, sendo os japoneses os grandes produtores. (TRINDADE, 2016, p 14).

Para Akira Nagai (2015) memorialista e redator da revista regional “*Bem-te-vi*”, a colonização japonesa que gerou a Tomé-Açu, assim como ordenou a ocupação e o desenvolvimento de uma agricultura próspera, uma vez que o acordo entre os governos do Japão e do Pará continham regras, assim como perfilavam os colonos que ocupariam a região. O Extrato do convênio relativo à imigração e colonização⁴² previa que independente de constituídos de famílias ou não, seriam considerados imigrantes japoneses aqueles que se enquadrassem como; agricultores, trabalhador rural, criador de animais, camponeses comuns, técnicos em agropecuária, técnicos em produção agrícola ou profissão correlata, aqueles que venham com propósito de fixarem-se, não importando que se torne imediato ou não proprietário de terreno rural. Esses colonos ocupariam as terras próximas aos rios, para assim facilitar o transporte de produção, como também a locomoção entre a colônia e a sede do município que na época era Acará.

É neste contexto que o processo de desenvolvimento econômico pensado pelo estado estava intimamente atrelado à produção rural e a consequente substituição das florestas por áreas de cultivo e produção voltada ao mercado. A legislação e os acordos firmados entre o governo do Pará e o Japão, pensavam o imigrante que buscasse desenvolver atividades ligadas à produção rural. As características fixadas pelo extrato do convênio relativo à imigração e colonização, buscavam enquadrar os sujeitos nos

⁴⁰ O Jornal Nikkei Shimbun é de origem japonesa, pertencente a uma editora com o mesmo nome, de circulação no Japão.

⁴¹ Jornal O Globo – 29 de janeiro de 1929 – Hemeroteca digital

⁴² Revista Informativo “Bem-te-vi” n° 41 – novembro de 2015.

objetivos propostos por ambas as partes interessadas. A ocupação das terras consideradas desabitadas na Amazônia, assim como o desenvolvimento de uma atividade que proporcionasse o crescimento da economia regional. Para Olivette (2002)⁴³ a modernização da agricultura brasileira é resultante de políticas governamentais não isoladas e heterogêneas, sendo destaque a vocação agrícola de algumas regiões, assim a disponibilidade ou não de mão de obra. Políticas governamentais como de incentivo a imigração, disponibilidade de créditos e financiamentos, buscaram desenvolver a agricultura e o setor rural como um todo.

Dessa forma, o colono imigrante fixado no Extrato do convênio relativo à imigração e colonização, estabelecido entre os governos do Japão e Pará, colocava o sujeito ligado ao meio rural como precursor do desenvolvimento, sendo tal proposta pensada para o meio rural. O que leva a compreensão que o projeto de desenvolvimento pensado pelos governos tinha no espaço rural um setor estratégico para superar os problemas da região. Percebemos em Tomé-Açu, uma importante experiência de projeto para o desenvolvimento de uma sociedade projetada para o estabelecimento de uma economia rural.

Por mais que produção de pimenta-do-reino seja a mais conhecida prática econômica de Tomé-Açu, não foi a primeira, com a colonização japonesa, os nipônicos se dedicaram a atividades diversas, desde a produção de hortaliças e arroz, assim como a fabricação de utensílios agrícolas. A edição de nº 38 do informativo “*Bem-te-vi*” de novembro de 2014 buscou atribuir a origem dos nomes de bairros e regiões de Tomé-Açu. Um dos exemplos foi a região rural conhecida como Kuronuma, de acordo com o memorialista e redator da revista, Akira Nagai, a região levou esse nome em função da primeira família de japoneses que ocupou aquelas terras, os Kuronumas, foram agricultores imigrantes que se dedicavam a produção de pilões e moinhos movidos a água. Somente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que os kuronumas passaram a dedicar a produção de pimenta-do-reino, devido à valorização da pimenta produzida no Brasil, uma vez que parte das plantações asiáticas foram destruídas no conflito.

Para Homma (2007) inicialmente os japoneses em terras paraenses se dedicaram à produção de hortaliças, reunidos em cooperativas passaram a transportar a produção para a capital paraense. A horticultura dos imigrantes gerou inúmeros prejuízos devido a

⁴³ OLIVETTE, M.P. et al. Distribuição da área agrícola. Agricultura em São Paulo. v.49, n.1, p.95-125, 2002.

produção ser sensível ao clima quente do Pará. Homma concluiu apontando as dificuldades enfrentadas pelo grupo, mesmo diante dos acordos entre os governos do Pará e Japão. Somente em 1933, com a chegada de mudas de pimenta-do-reino a Tomé-Açu, pelos imigrantes japoneses, é que a história da imigração ganhou novas possibilidades.

Hajime Yamada rememorou as dificuldades enfrentadas por seus pais, afirmou que era uma imensidão de florestas, cheias dos mais diferentes bichos, veados, tatus, jabutis... eram muito comuns de encontrar, árvores, a mata era fechada e os igarapés cheios e até misteriosos, era difícil para o imigrante conseguir pensar na vocação que essas terras teriam para a sobrevivência em meio a Amazônia. As impressões de Hajime Yamada demonstram a grandiosidade das florestas perante a ocupação daqueles que até então a desconheciam. Assim como os demais imigrantes, a família de Hajime se dedicou a plantação de hortaliças que seriam vendidas na capital do Pará, porém o trajeto até Belém era feito por rio e levava mais de um dia de viagem entre a Colônia e a capital, fato que tornava a produção ainda mais cara e praticamente zerava a possibilidade de lucro. Dessa forma, os imigrantes passaram a viver e produzir baseados numa perspectiva de subsistência.

Em entrevista ao jornal *Pará Terra Boa*⁴⁴, o agricultor Jorge Itó, afirmou que se não fosse a pimenta-do-reino, certamente os japoneses não teriam continuado em terras amazônicas. O agricultor atribuiu a pimenta-do-reino o que ele chamou de sucesso da imigração japonesa na Amazônia, assim como ao surgimento do município paraense de Tomé-Açu. Armando Wilson Tafner Júnior (2010) considera que o cooperativismo foi “a base e solidificação dos imigrantes japoneses na Amazônia”, o argumento usado para tal afirmativa é baseado no fato dos japoneses da Colônia de Tomé-Açu terem fundado a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu.

A primeira cooperativa criada pelos imigrantes japoneses em Tomé-Açu foi fundada ainda em 1931, intitulada Cooperativa de Hortaliças, sendo o primeiro presidente Konesuke Takada, a tesouraria ficou a cargo de Toshio Sugae, e Tatsunosuke Murakami ficou encarregado pelas vendas dos produtos. A criação de uma cooperativa na região foi novidade, porém era uma prática comum no Japão. (TAFNER JÚNIOR, 2010, p 62). A cooperativa enfrentou dificuldades e gerou inúmeros prejuízos aos produtores. Para Homma (2007) a perecibilidade da produção horticultora, associada à distância entre a colônia e as principais cidades do Pará foram fatores que tornaram a vida e trabalho dos

⁴⁴ Jornal Pará Terra Boa – Secretaria de desenvolvimento agropecuário e da Pesca - Pará

agricultores japoneses ainda mais difícil. A viagem entre a Colônia de Tomé-Açu e a capital do Pará, local onde a produção era vendida, levava mais de 18 horas, dessa forma, uma parte da produção era perdida,

Outra dificuldade que os imigrantes japoneses encontraram na produção horticultora, foi o fato de os paraenses não possuírem o costume de consumir hortaliças. Somente as pessoas que pertenciam à classe alta é que consumiam legumes e verduras. As pessoas de classe mais baixa nunca haviam consumido ou nem mesmo visto tais produtos. A missão de introduzir aos poucos esse tipo de alimento no cardápio e no gosto dos paraenses era muito difícil. (TAFNER JÚNIOR, 2010, 64).

“Enfrentando rigores da natureza em ambiente de matas, num cenário quase infernal” a família do imigrante Hajime Yamada persistiu na tentativa de manterem e reproduzirem a vida em meio a floresta. As lembranças de Hajime nos permite perceber a carga de emoções que “ir” ao passado lhe causaram, sua precisão nas falas e datas impressionam. O imigrante disse que viu o cenário colonial nascer, engatinhar, ser atacado pelo surto epidêmico da malária brava e outras doenças tropicais, assim como viu famílias se retirarem em fugas desses males. Seguiu afirmando que;

A produção de hortaliças não conseguia sustentar os imigrantes, não conseguiam encontrar cultura que fosse viável para região, o cacau que era uma das alternativas não tinha dado certo. Tudo estava incerto para os colonos e para o empreendimento. Por volta de 1933-1934 houve a visita de Makinosuke Ussui, coordenador dos grupos de imigrantes, trouxe com ele cerca de 20 mudas de pimenta-do-reino da Singapura, é que o navio que trazia os imigrantes teve que parar em Singapura, devido a morte de um dos ocupantes do navio. E foi assim que a pimenta-do-reino chegou em Tomé-Açu. (HAJIME YAMADA, 2019).

A chegada das mudas de pimenta-do-reino não simbolizou o início da produção e comercialização do produto. Em 1935 a colônia passava por uma crise econômica que culminou no retorno de vários colonos ao Japão, entre eles estava Hachiro Fukurara, que ocupava o cargo de presidente da Cooperativa de Hortaliças. Ao deixar a colônia, Hachiro deixou também o cargo na cooperativa, fato que ocasionou na desorganização da estrutura administrativa e a consequente acirramento da crise. (CAMTA, 2019).

Com o fim do controle da empresa de colonização, os colonos passaram a introduzir novos produtos e buscaram outros espaços para comercialização.

Buscando reorganizar a estrutura da Colônia, em novembro de 1935, os colonos japoneses decidiram retomar os trabalhos da Cooperativa de Hortaliças, que devido aos novos produtos cultivados pelos agricultores, ganhou nova denominação, passando a ser chamada Cooperativa Agrícola do Acará, comercializando produtos de agricultores imigrantes japoneses na capital do Pará. Importante ressaltar que era uma cooperativa que empregava mão de obra familiar e exclusiva de imigrantes japoneses, até o início da

Segunda Guerra Mundial não se tem informações ou fontes que confirmem a presença de famílias de outra origem nos 600 mil hectares concedidos para colonização japonesa em terras do município de Acará.

De acordo com Nagai (2015) com a criação da Cooperativa Agrícola do Acará, os japoneses buscaram diversificar a produção rural, foi nesse contexto que a pimenta-do-reino foi implantada nas cercanias das moradas dos colonos e vagarosamente ganhou destaque no comércio regional. Mas somente após o fim da Segunda Guerra Mundial que a pimenta teria atingido proporções significativas na economia local. Pois o período de guerra colocou os colonos japoneses na posição de suspeitos e até inimigos do Brasil, fato que influenciou nas relações econômicas e sociais dos nipônicos em solo amazônico. Hajime Yamada rememorou que com a Segunda Guerra Mundial a Colônia japonesa sofreu pesadas opressões do governo brasileiro, e os japoneses passaram a ser vigiados e vistos como inimigos, sendo a cooperativa Agrícola de Acará confiscada pelas autoridades, devido ao posicionamento do Japão durante a guerra.

Com a entrada do Brasil na guerra, os japoneses passaram a ser inimigos e isso afetou diretamente a colônia dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu. Com o Brasil e Japão em lados opostos na Segunda Guerra Mundial, os japoneses resistentes na Amazônia foram tratados como inimigos. Não só os japoneses sofreram, alemães e italianos - nacionalidade dos países do Eixo - também foram atingidos. Os bens pertencentes às pessoas destas nacionalidades foram confiscados assim como os documentos, sendo alguns queimados. Estes imigrantes passaram dificuldades, pois os brasileiros se negavam a vender-lhes produtos de primeira necessidade. (TAFNER JÚNIOR, 2010, p 65).

Em função do período de guerra, o governo passou a interferir em Tomé-Açu, que passou a ser chamada de Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA). Os imigrantes passaram a ser controlados pelo governo, assim como o acesso a Tomé-Açu passou a ser vigiado. ABE (1959) considerou que Tomé-Açu em tempos de guerra se tornou um “campo de concentração” para vigiar os sujeitos que o governo brasileiro considerava suspeitos.⁴⁵ A condição de inimigos da nação acabou interferindo nas relações comerciais dos japoneses, que tiveram dificuldade na venda da produção. Mesmo com esses fatores, em 1942, a colônia já produzia grande quantidade de pimenta-do-reino, sendo o segundo produto mais vendido para o comércio da capital do paraense, ficando atrás somente do arroz. (CAMTA, 2016).

Com o fim da guerra, os imigrantes fundaram a União dos Lavradores e buscaram negociar junto ao governo do Pará a reestruturação da Colônia. Cerca de dezessete

⁴⁵ ABE, N. História de 30 Anos da Cooperativa Agroindustrial de Tomé-Açu. Tomé-Açu: CAMTA, 1959.

imigrantes japoneses compuseram a União dos Lavradores de Tomé-Açu e se reuniram com lideranças estaduais. Entre outras coisas, a nova organização construiu o primeiro transporte fluvial dos colonos, o barco Universal I foi inaugurado em 1946, que passou a transportar produtos e passageiros de Tomé-Açu para Belém. (CAMTA, 2019, p 9).

Em junho de 1946 os imigrantes fizeram uma reunião para definição e estruturação de um planejamento para o desenvolvimento da Colônia, foi quando surgiram as diretrizes para reformulação dos objetivos da cooperativa. Hajime Yamada disse que os objetivos iam além de comercialização, os japoneses queriam mais.

A ideia de uma cooperativa registrada formal e legalmente amadurecia entre os colonos, mas os poucos recursos que estes detinham os impediam de concretizar essa idéia. Em 1946 e 1947 a pimenta-do-reino começava a se destacar na produção estando abaixo apenas do arroz. Em 1947, a produção do arroz estava no valor de Cr\$322.697,00. A produção de hortaliças alcançava a quantia de Cr\$105.279,00. Até 1946, só aparecia nos relatórios da cooperativa os itens arroz, hortaliças e outros. A pimenta-do-reino apareceu no relatório de 1947, e sua produção obteve a importância de Cr\$55.066,00. Antes de 1947 a pimenta-do-reino sempre era encaixada no item “outros”, mas com a devastação dos pimentais ocasionada pela Segunda Guerra Mundial nos países que eram os maiores produtores de pimenta-do-reino – Malásia, Indonésia e Índia – o preço desta iguaria teve um aumento de 2000% , o que serviu de incentivo para os colonos japoneses cultivarem essa iguaria. (TAFNER JÚNIOR, 2010, p 68).

A dedicação à produção da pimenta-do-reino se deu em função do aumento do preço do produto, que passou de 5 mil reis o quilo para 100 mil reis em 1947. (HOMMA, 1998, p 69). Foi dessa forma que a pepicultura foi se tornando a principal produção da região, empregando mão de obra de outras regiões no processo produtivo que ocorreu na colônia. O memorialista Akira Nagai, afirmou ser a história da pimenta-do-reino no Brasil, intimamente ligada a história dos japoneses, sendo eles os precursores da produção, e Tomé-Açu foi resultado da junção dessas “histórias”.⁴⁶

Importante ressaltar que o que ocorria em Tomé-Açu era justamente o que os políticos do Pará e, inclusive a nível federal, pensavam para a região Amazônica. De fato, como orientou Getúlio Vargas em 1940, “era necessário civilizar, dominar as grandes torrentes equatoriais e transformar o que chamou de energia cega em força disciplinada”. (VARGAS, 1940). De acordo com a historiadora paraense Ana Camila Bastos, Tomé-Açu ainda no período que pertencia a Acará, já apresentava destaque econômico e oportunidades de trabalho para os que desempenhavam funções na agricultura. Nagai (2015) afirma que os japoneses conseguiram, apesar de enfrentarem uma natureza tão

⁴⁶ Informativo “Bem-te-vi”, Nº 38, Tomé-Açu, 2014.

hostil, desenvolver seus modos de vida e constituir riquezas através da agricultura da pimenta-do-reino.

Os tempos “áureos” da colonização iniciaram por volta de 1948, quando teve início o cultivo da pimenta-do-reino em grandes áreas rurais, que coincidiu com o alto valor atribuído ao produto no mercado externo. Assim, o cultivo de arroz e hortaliças passou a ser substituído pela produção de pimenta. Para Hajime Yamada, por volta de 1955, a região de Tomé-Açu era o lugar mais próspero do Pará, sendo tal prosperidade atribuída à produção rural da pimenta-do-reino e ao cooperativismo.⁴⁷

Para o escritor José de Melo Barrocal, 85 anos, as paisagens de Tomé-Açu no período final da década de 1940 e início de 1950 já estava praticamente tomada pela produção de pimenta-do-reino, assim como as notícias que se tinha da região estavam sempre relacionadas a economia próspera que agricultura da região apresentava.

O preço do produto animou os agricultores japoneses, o salto no valor fez com que muitos logo deixassem sua produção mais moderna, contrataram trabalhadores, compraram maquinários e carros. Naquela época ninguém tinha carro por lá, mas os donos dos pimentais já tinham. (BARRACAL, 2019).

⁴⁷ ABE, N. História de 30 Anos da Cooperativa Agroindustrial de Tomé-Açu. Tomé-Açu: CAMTA, 1959.

IMAGEM 6: PRODUTOR JAPONÊS NA PLANTAÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇU



FONTE: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

A consolidação da produção rural de Tomé-Açu em torno da agricultura ocasionou no fortalecimento dos produtores imigrantes que se reuniam quinzenalmente para discutir os rumos da cooperativa. Com o aumento da produção e dos lucros, o grupo buscou expandir a produção e consequentemente a associação, uma vez que quanto maior fosse a produção, novas demandas surgiriam. Certos em tais objetivos, os japoneses fundaram em 30 de dezembro de 1949 a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. (CAMTA, 1954, p 06).

O interesse dos agricultores da colônia reunidos em cooperativa era justamente em acessar os benefícios das políticas de desenvolvimento amplamente divulgadas pelo governo do Brasil. Recordemos que em 1946 foi criada a Política de Desenvolvimento da Amazônia, dispositivo previsto na constituição de 1946, sendo a agricultura uma das atividades econômicas que teria apoio técnico e financeiro veiculado através do governo

e posteriormente de suas agências. Nesse mesmo contexto, de incentivo à agricultura, Tomé-Açu já se destacava pela economia baseada na produção rural dos japoneses.

Para Armando Tafner Júnior, os japoneses encontraram nas terras amazônicas muito trabalho, labutaram bastante para enfrentar as matas, construir moradias e estruturar a colônia, “o que significou trabalhar intensamente em condições precárias”, sendo que a vivência e ações em torno da cooperativa e da produção de pimenta modificou a realidade dos imigrantes no nordeste do Pará.

As relações criadas a partir da união do grupo de produtores e do processo produtivo, acabou criando características de uma produção essencialmente capitalista, uma vez que os produtores de pimenta-do-reino eram sobremaneira os japoneses, já os trabalhadores e empregados rurais eram de origem nacional. Ainda na década de cinquenta, a CAMTA empregava dezenas de trabalhadores em funções permanentes.

A CAMTA passou a compor as paisagens da colônia, na localidade de Quatro-Bocas, distante doze quilômetros de Tomé-Açu, foi erguida uma estrutura para abrigar o centro da administração da cooperativa. Além dos prédios administrativos e os galpões para armazenamento da produção, também fora erguida uma loja para fornecer produtos agropecuários para os produtores, sobremaneira associados. (CAMTA, 2008).

De acordo com José Barrocal, escritor aposentado e morador de Tomé-Açu desde 1948, a colônia estava conhecida como numerosa em oportunidades de trabalho e circulação de renda. Assim como os vilarejos também pareciam pequenas cidades, com comércio, circulação de pessoas e algumas lojas de vestuário. Acredita-se que devido a produção rural da cultura da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, fez com que a região apresentasse mais características urbanas e sua população consumindo cada vez mais devido a circulação de renda.

A experiência dos trabalhadores e proprietários rurais japoneses em Tomé-Açu em torno da cooperativa agrícola foi um importante capítulo da história rural do Pará. Sendo concomitante as políticas e a criação das instituições de desenvolvimento rural para a Amazônia. Sobre essas questões, observa-se que a partir da década de 1950, as ações dos japoneses reunidos em cooperativa passaram a ser mais características de empreendedores rurais, como a aquisição de maquinários e a compra de mais de propriedades para a extensão das plantações de pimenta-do-reino. Hajime Yamada afirmou que com uma tonelada do produto era possível comprar um automóvel vindo dos Estados Unidos, foi o que ele fez na década de 1950, sendo que a safra do produtor resultou em mais de cem toneladas de pimenta-do-reino em 1956.

Apesar do preço do produto, os agricultores enfrentavam desafios para produzir em meio a região, de acordo com Akira Nagai, devido às fortes chuvas, as estradas que davam acesso às plantações e fazendas eram precárias. Fato que elevava os gastos em torno do processo produtivo. Por esse motivo, a cooperativa disponibilizava de tratores que por vezes eram usados para abertura de estradas e manutenção do que eles chamavam de ramais. Assim como os caminhões eram usados para transportar trabalhadores e a produção.

Essa estruturação dos imigrantes japoneses em torno da agricultura chamou atenção de políticos e instituições da época, pois a colônia, mesmo pertencente ao município de Acará, já funcionava independente da sede. O comércio, até mesmo os contatos políticos já eram feitos praticamente entre a colônia e a capital do Belém, não mais dependendo de Acará.

Ao observamos Tomé-Açu como uma área de destaque produtivo e econômico em torno da agricultura, em meio a floresta amazônica, descrita como hostil ao desenvolvimento por políticos e escritores, podemos concluir que as ações dos imigrantes, incentivados por instituições e reunidos em cooperativa, caracterizaram um cenário de mudanças nos hábitos produtivos e na construção de relações de trabalho. Importante mencionar, que a região foi criada a partir de um processo de colonização idealizado por políticos com tendências e discursos desenvolvimentistas, que observaram nas florestas um impedimento a criação de uma sociedade com economia próspera.

Em 1956 Tomé-Açu exportava a produção de pimenta-do-reino diretamente para Estados Unidos e Argentina.⁴⁸ Com a expansão da produção voltada para exportação, foi necessário empregar mais mão de obra. Fato que movimentou a Colônia e atraiu centenas de trabalhadores que buscavam trabalhos nas fazendas dos japoneses. Nesse período, Otavio dos Santos deixou o Maranhão e rumou ao Pará junto com seus pais, Beatriz Santos e João Matos, nas memórias de Otávio que na época era uma criança, a viagem para o Pará foi em busca de trabalho e melhorias, uma vez que a vida em Santa Quitéria do Maranhão era dificultosa. Assim como outras centenas de pessoas, a família de maranhenses chegou a Tomé-Açu pelos rios e buscou nas fazendas de pimenta-do-reino a possibilidade de emprego e renda.

As memórias de Otávio se unem a de outros que foram a terra da pimenta no Pará, assim ficou conhecida a Colônia de Tomé-Açu. Para Moraes (2017) os trabalhos na

⁴⁸ (CAMTA, 1970, p 02).

lavoura de pimenta-do-reino de japoneses em Tomé-Açu, mobilizou trabalhadores de várias regiões do Pará e do nordeste do Brasil. Manoel Rodrigues Lopes⁴⁹, 74 anos, carpinteiro aposentado, foi do município paraense de Cametá para Tomé-Açu junto com o irmão em busca de trabalhos em torno da produção rural. Manoel Lopes rememorou que a ida para Tomé-Açu era feita de barcos através dos rios, que se configuravam como estradas, sendo a chegada em um “trapiche” espécie de porto na sede do antigo vilarejo, sede da Colônia japonesa. A imagem que segue, faz parte da memória de muitos homens e mulheres que passaram pelo local em busca de trabalhos rurais nas lavouras da região. Essa emergência de mão de obra para o trabalho rural em Tomé-Açu em torno da produção de pimenta, pode ser observada como um fenômeno característico do capitalismo rural do Brasil, que José de Souza Martins (1979) definiu, como “subordinação da produção ao comércio”. Ao tratar das mudanças das formas de trabalho do escravista para o colonato, Martins afirma que o grande referencial para a história do capitalismo rural no Brasil foi justamente a introdução de trabalhadores de outras regiões no cotidiano de trabalho brasileiro, fato que podemos observar que ocorreu também em torno da produção de pimenta, assim como ocorreu na cafeeira, analisada por José de Souza Martins.

Como dito, a porta de entrada para Tomé-Açu na década de cinquenta era pelos rios, a região não dispunha de estradas que a conectassem com a capital do Pará ou com outras regiões. Dessa forma, as águas do rio Acará foram navegadas por muitos homens e mulheres que buscavam oportunidades de trabalho nas lavouras.

⁴⁹ Manoel Rodrigues Lopes, 74 anos, agricultor aposentado, natural de Cametá-Pa. Entrevista concedida em 08 de maio de 2022.

IMAGEM 7: PORTO/TRAPICHE HIDROVIÁRIO DE TOMÉ-AÇU

Fonte: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar.

O terminal hidroviário, construído com recursos do Estado e dos sócios da CAMTA (ACTA, 2009), foi um espaço simbólico que ainda ocupa a memória de homens e mulheres que vivenciaram experiências na região. Migrantes e regionais passaram pelo trapiche para adentrar em Tomé-Açu em busca de trabalhos, como disse Manoel Rodrigues Lopes.

A imagem mostra caminhões estacionados aguardando trabalhadores para adentrarem na colônia rumo às fazendas de pimenta-do-reino, eram famílias inteiras recrutadas para o trabalho na atividade rural. Maria das Dores Oliveira é uma agricultora aposentada, natural do município de Bragança, também no Pará, assim como muitos outros sujeitos, a agricultora também fez o caminho pelos rios para ir a Tomé-Açu buscar trabalho nas lavouras de pimenta-do-reino. Descrevendo o trajeto, Maria das Dores lembrou que eram dias de barco adentrando nas florestas da Amazônia, muitas vezes as embarcações sofriam com a forte maresia causada pelas fortes chuvas que acometem a região.

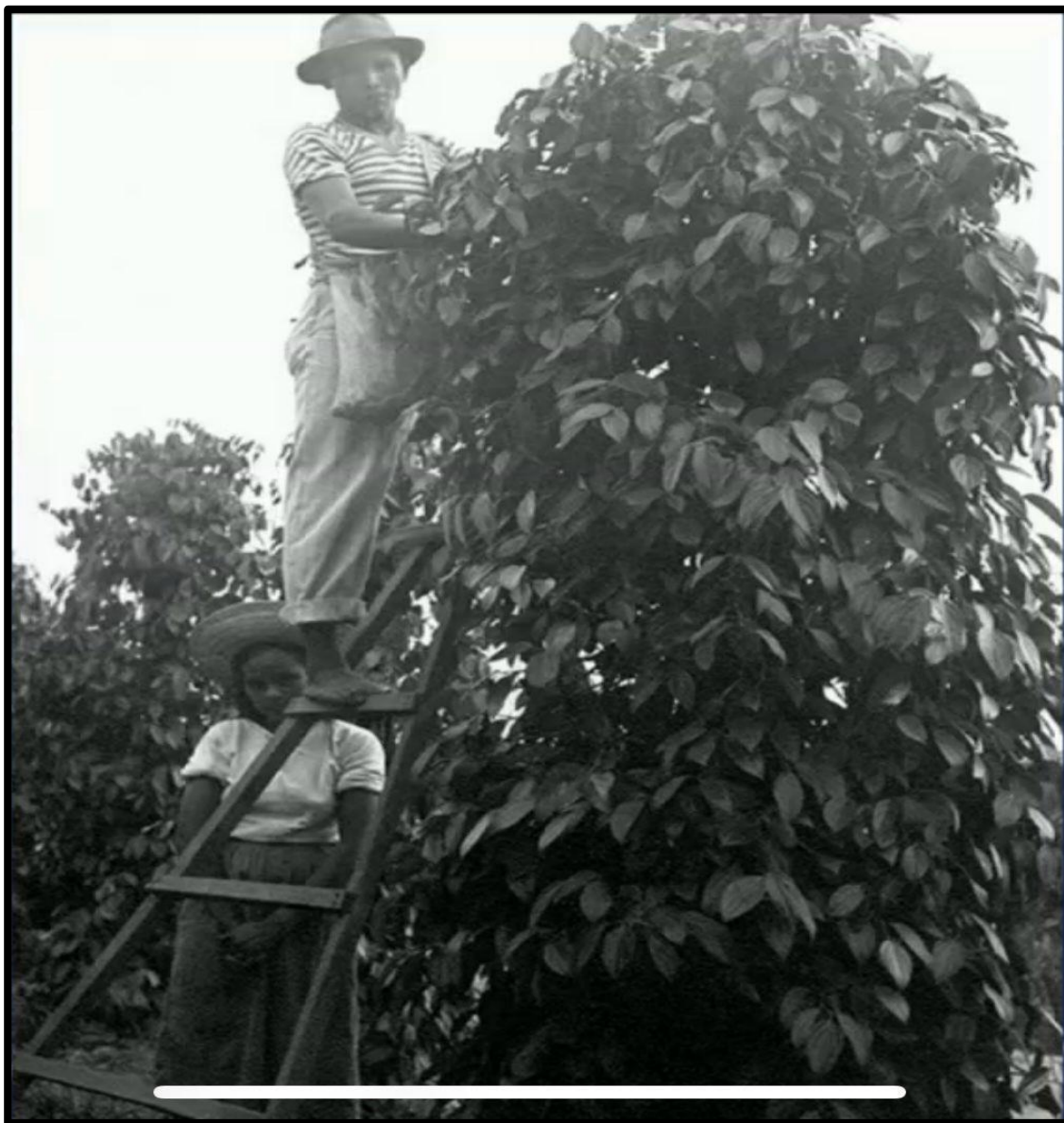
Assim como Manuel Rodrigues, Antônio Mira⁵⁰, motorista aposentado, natural de Bujarú-PA, foi um dos sujeitos que chegou a Tomé-Açu em busca de trabalho, de acordo com Mira, ao chegar, era necessário ir até a delegacia da cidade, prestar informações, sendo uma forma controle para manter a segurança no local. Na sede da colônia haviam homens enviados pelos fazendeiros para selecionar trabalhadores para desempenharem funções nas fazendas de pimenta. Os trabalhos eram diversos, era desde a derrubada das matas, geralmente desempenhadas por homens adultos, vista a complexidade das tarefas, até a limpeza, manutenção das lavouras de pimenta, completou Antônio Mira.

Os vários relatos e memórias aqui tão úteis para pensar as dinâmicas sociais e econômicas, também políticas que ocorreram em várias regiões do Brasil, nos atenda a perceber o quão abrangente é a história, e ainda o quanto pode ser complexo definir um campo, tempo e um espaço para compreender os fatos. José de Assunção Barros (2012) chama o século XX de conturbado “século das especializações”, que por mais que os historiadores se esforcem para inserir seus estudos em campos, como a história cultural econômica, ou mesmo social como aqui tratamos este estudo, mas a verdade é que não há fatos que sejam somente políticos, econômicos, culturais ou sociais. Para Barros (2012) é complexo sujeitar os estudos da história a operações por ele chamadas de simplificadoras, que levariam ao isolamento.

Nessa perspectiva de “encaixar” os estudos sobre a população rural amazônica, submetida a políticas de governo, podemos perceber o fator econômico rural atuando fortemente nas decisões familiares, uma vez que sujeitos deixaram suas regiões e buscaram trabalhos em outros espaços. Nas colheitas os esforços de trabalho envolviam toda a família, eram mulheres, homens, crianças, todos empenhados no trabalho rural. Maria da Conceição Silva, recordou que os pais trabalharam na colheita de pimenta na região do Breu em Tomé-Açu, relatou que era uma rotina exaustiva que envolvia jovens e crianças.

⁵⁰ Antônio Sousa Mira, 79 anos, motorista aposentado, natural de Bujaru-PA. Entrevista concedida em 20 de março de 2021.

FIGURA 8: TRABALHADORES NA COLHEITA DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇU



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista Tomé-Açú

A imagem configura uma forma de retratar os trabalhos rurais, misturando aos relatos de homens e mulheres que vivenciaram os períodos e práticas, compondo assim as memórias rurais que emanam uma temporalidade específica que foge ao tempo cronológico, pois é um tempo significado pelas narrativas destes sujeitos, o qual denominamos o “tempo da roça”. Nesta temporalidade, o trabalho rural emerge nas narrativas dos migrantes, onde a família aparece como o elemento chave para a realização deste trabalho e o contínuo da sobrevivência. (GLÓRIA, 2012).

O tempo é um elemento importante na agricultura, conseqüentemente, definia também as oportunidades de trabalho. Os períodos que mais necessitavam de trabalhadores eram durante as safras, que na década de cinquenta iniciavam no final de maio e findavam em meados de outubro. (CAMTA, 2009). Dessa forma, o fluxo de pessoas aumentava consideravelmente. Austriclinio Viana disse ser as safras que mais empregavam trabalhadores, uma vez que era possível tanto adultos como crianças participarem das colheitas.

O trabalho nos pimentais eram variados, desde as plantações até as colheitas, necessitando de grande demanda de trabalhadores. Cláudio Meirelles, 93 anos, cametaense, foi para a região trabalhar nas derrubadas das florestas para a instalação das plantações. O trabalho foi descrito como exaustivo e insalubre, uma vez que a floresta contava com a vida selvagem, animais e flora abundante, tornando as ações mais difíceis. As derrubadas eram feitas no período de verão, para que as folhagens secassem para futuras queimadas.

Após as queimadas e a preparação da área a céu aberto, tinha o trabalho para instalação dos tutores de madeira, comumente chamados pelos trabalhadores como estacas. Retirados das árvores da floresta, os tutores mediam de 1,5 a 2,5 metros de altura, eram fincados em buracos feitos manualmente pelos trabalhadores. Gerhard Flohrschutz (1983) ao analisar os estabelecimentos rurais do Pará, caracterizou a agricultura da pimenta-do-reino como complexa desde o início até a colheita, pois demandava muito trabalho e grande estrutura, sobremaneira pela necessidade dos tutores. O sistema tradicional de plantio exige uma boa limpeza da área, através de destoca mecanizada ou de uma boa queima e coívara, implicando no uso de trator para preparação do solo e a fixação dos tutores. (FLOHRSCHUTZ, 1983).

Dessa forma, era necessário ter terras, tutores, as plantas para produzir as mudas e ainda ter recursos para empregar trabalhadores nas plantações. Ainda assim, alguns trabalhadores passaram a buscar autonomia ainda na década de 1950. Cláudio Meirelles foi um deles, mesmo dedicado ao trabalho na produção dos japoneses, também buscou constituir sua própria plantação em terras distantes dos vilarejos.

Eu fui para a região hoje chamada de Canindé, na época ninguém morava para lá, ouvi dizer que era do estado, fui eu e mais outros que queriam terras e começamos a ocupar, botar uma roça de mandioca. Em 1956 por aí, eu plantei meu primeiro pimental aqui nessas terras. Mesmo eu trabalhando na terra dos japoneses, nos sábados e domingos

eu trabalhava aqui nessas terras com meus filhos e assim fui tendo minha própria terra. (CLÁUDIO MEIRELLES, 2019).

Era comum que muitos trabalhadores dedicassem parte dos dias de trabalho nas plantações dos japoneses em jornadas curtas, e outros dias dedicava a sua própria produção, como no caso citado por Cláudio.

Benedito Lopes⁵¹, natural de Bragança, também ocupou terras nas vizinhanças de Cláudio na região hoje conhecida como Canindé, dedicou-se à plantação de pimenta e desempenhou funções nas fazendas de japoneses. Nesse contexto, se criava uma sociedade dividida por trabalhadores, muitos buscando acessar terras nos arredores das propriedades concedidas pelo estado, e uma classe financeiramente dominante, constituída sobremaneira por japoneses donos de extensas plantações de pimenta-do-reino.

Tomé-Açu reúne importantes fatores que são fundamentais para a compreensão da relação entre o governo, seus projetos e os atores sociais que atuaram na floresta. Pois a partir da lei 2.746 de 13 de novembro de 1928, as terras da região foram destinadas a colonização japonesa, este grupo, se vinculou em associações de produção rural, visando de maneira coletiva acessar mercado para a venda de seus produtos a melhores preços, com a introdução da produção da pimenta-do-reino e com o alto valor atribuído à produção, Tomé-Açu passou a ser uma região com economia rural forte, atraindo trabalhadores de outras regiões do Pará e até mesmo do nordeste do Brasil. A renda oriunda da produção de pimenta-do-reino fez surgir na população o desejo de autonomia política em relação ao município de Acará, iniciando assim um novo momento na história social da região (NAGAI, 2014).

⁵¹ Benedito Lopes, paraense, 87 anos, aposentado. Entrevista concedida em 28 de novembro de 2019.

2.2 – A BUSCA DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA – A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE TOMÉ-AÇU

A década de cinquenta foi agitada, a volta de Getúlio Vargas ao poder executivo nacional através do voto popular simbolizou também a reestruturação da intervenção do governo em diversos setores. Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, inovando no planejamento de desenvolvimento regional e materializando o artigo 199 da constituição de 1946. Tal agência, ligada ao Governo Federal, passou a ser responsável por elaborar e conduzir o desenvolvimento da Amazônia. Observando o cenário nacional e estadual, e consumidos pelo otimismo gerado pelos lucros da produção de pimenta-do-reino, um grupo de moradores de Tomé-Açu iniciou um movimento em busca de autonomia política, tentando desvincular a colônia em relação ao Acará.

A colônia japonesa contava com a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, a associação de produtores já possuía força a nível nacional, contando com interpostos comerciais em São Paulo.⁵² A relativa autonomia da CAMTA era admirada por políticos paraenses, os japoneses vinculados à cooperativa mantinham relações amistosas com membros do executivo estadual (NAGAI, 2014). Entre 1953 e 1954, o preço da pimenta-do-reino atingiu o maior preço dos últimos 10 anos, chegando a 130 cruzeiros por quilogramas, dando lucro recorde aos associados.⁵³ Tais fatores culminaram na criação de vínculos entre os colonos, através da CAMTA, com as agências do governo, como o Banco de Crédito e SPVEA.

Para Akira Nagai, o movimento que culminou na autonomia política de Tomé-Açu foi iniciado pela CAMTA, uma vez que os associados não contavam com serviços básicos, como saúde e educação, fornecidos por Acará, mas sim pela própria CAMTA. Aos associados era assegurado assistência à saúde, quinzenalmente o médico da cooperativa visitava a Colônia. No campo da educação, a CAMTA contratou professoras para a educação de crianças e jovens.⁵⁴ Nesse sentido, a autonomia administrativa criaria

⁵² Informativo “Bem-te-vi” edição Nº 39, Julho de 2015.

⁵³ CAMTA, 1971.

⁵⁴ Ibidem

um poder público local para assumir as responsabilidades que os cooperados acusavam o Acará de não cumprir, uma vez que de certa forma os colonos prestavam diversos serviços que deveriam ser ofertados pelo poder executivo municipal.

Os colonos acompanhavam as ações políticas que aconteciam no Brasil e queriam poder administrar os recursos, lidar com as instituições, e como Tomé-Açu mesmo sendo um povoado grande, mas ainda dependia da prefeitura do Acará para muita coisa. Aqui já existia um grupo político que buscava benefícios mesmo sem o Acará, então a luta para se tornar independente do Acará começou. A ideia era fazer o governador entender a importância da região. (YAMADA, 2018).

Para Trindade (2016) a luta pela instalação de uma estrutura municipal na colônia de Tomé-Açu se deu por diversos atores sociais, membros da igreja católica, funcionários públicos, agricultores, trabalhadores, todos viam na emancipação política a possibilidade de melhoria nas condições de vida da população local. Desde 1952 que membros da sociedade que compunha Tomé-Açu reuniam e buscaram junto às autoridades estaduais reivindicar o que chamavam de independência.

Em 10 de maio de 1955, entrou em vigor da lei estadual de nº 1.127, assinada pelo então governador do Pará Zacarias de Assunção, a lei autorizou a criação de novos municípios, fato que causou grande otimismo na população local, que viam na autonomia administrativa a possibilidade de crescimento econômico e melhorias estruturais. Porém, em 04 de outubro de 1955 o Supremo Tribunal declarou que a criação dos novos municípios era inconstitucional. Antônio Mira, recordou que foi uma comoção e decepção da população local, pois já estavam animados com a elevação de Tomé-Açu a categoria de município. Nesse contexto, a população buscou estratégias para representação política, lançaram um candidato de Tomé-Açu para concorrer ao cargo de vereador em Acará. Elegeram Ney Carneiro Brasil, servidor público que cuidava da linha de telégrafo da colônia, como vereador para legislar na Câmara municipal. Segundo Austriclinio Viana, Ney Brasil era bem-visto em Tomé-Açu, mas era desafeto de muitos na sede do município de Acará, pois já o viam como alguém que lutaria pela autonomia de Tomé-Açu em relação ao Acará.

IMAGEM 9: APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1956 - A COLÔNIA DE TOMÉ-AÇU ELEGU NEY BRASIL COMO VEREADOR PARA ATUAR NA CÂMARA DE ACARÁ



Fonte: Acervo de Rubens Silva

A imagem acima mostra a apuração das eleições municipais de Acará em 1955, na qual Ney Brasil, a esquerda abraçando uma de suas filhas, foi candidato ao legislativo, tendo como principal promessa de campanha lutar por Tomé-Açu. Para Akira Nagai (2016) o momento vivenciado pelos sujeitos da colônia na década de cinquenta condicionou o surgimento de lideranças como Ney, que prometeu buscar novas terras para colonização, assim como expandir as áreas de cultivo, conseqüentemente gerou na população local a esperança de crescimento em diversos âmbitos.

Ney Carneiro Brasil passou a ser uma figura que buscou junto a autoridades do Estado representar o desejo da população de Tomé-Açu pela autonomia. O vereador organizou reuniões com os moradores para a construção de estratégias para buscar a emancipação da região. Para Akira Nagai, o político passou a ser visto pela população como uma liderança que de fato buscava tornar a região independente. Seus discursos apresentavam possibilidades para os diversos grupos, aos nacionais prometeu terras e apoio na produção.

Ney Brasil se aproximou das agências do governo, se comprometeu a direcionar esforços para tornar Tomé-Açu uma região com representação junto ao poder público. Em 1958, reuniu nas dependências da igreja católica do povoado para discursar a população, informou que o pedido estava nas mãos do governo do Pará, assim como também buscou apoio do superintendente da SPVEA, na época Waldir Bouhid. Por ter assumido o governo do Pará no início da década de cinquenta, Bouhid conhecia a causa dos moradores de Tomé-Açu, simpático à região, teria reforçado o pedido ao governo do Pará em meados de 1958. (AGUIAR, 2018).

Em 17 de março de 1959 o governador Luís Geólas de Moura Carvalho, promulgou a lei 1.725, que elevou Tomé-Açu a categoria de município. Em 9 de julho de 1959 a Câmara dos vereadores de Acará votou o projeto que previa as terras de Tomé-Açu como desmembradas oficialmente de Acará, na ocasião, um grupo de senhoras buscaram impedir que Ney Brasil, na época vereador por Acará, descesse no porto para participar da reunião legislativa, sem sucesso. Sob vaias, a Câmara aprovou o desmembramento do seu distrito para elevação à condição de município. (SILVA, 2016, p. 19).

Devido a trajetória política e sua participação no processo de emancipação, Ney Brasil foi e ainda é estimado pelos antigos moradores de Tomé-Açu e por muitos possuidores de terras da região de Canindé, uma vez que foi um dos criadores de uma política de colonização municipal que fez dezenas de trabalhadores acessarem terras na região. Philippe Ariés (1993) chamou atenção para questões relativas à memória coletiva em torno de figuras políticas que atendiam às emergências sociais no século XVIII, que as ações políticas por terem beneficiados sujeitos necessitados, tornaram as figuras políticas parte integrantes da memória coletiva. Dessa forma, podemos concluir que devido Ney Brasil ter sido uma figura constante nas lutas pela emancipação política de Tomé-Açu, ter sido o primeiro prefeito eleito do município e ter participado da política de distribuição de terras, este faz parte da memória coletiva de homens e mulheres que vivenciaram o período e os fatos históricos narrados.

Para Maurice Halbwachs, a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração, outro ponto crucial afirmado por Halbwachs que nos serve para entender muitos fatores que cercam a história rural foi o fato da memória coletiva depender do poder social que o grupo detém. Acrescentamos afirmando que não somente a memória como categoria de análise das ciências, mas também no campo das políticas, do direito, muitos grupos foram esquecidos ou deixados a margem de projetos de governo por conta

de questões ligadas a fatores econômicos, os mais ricos foram atendidos pelo governo através de projetos, financiamentos e custeios. Em Tomé-Açu a elite rural era composta preponderantemente por japoneses, produtores de pimenta-do-reino, que devido ao prestígio social foram considerados por políticos e estudiosos como um dos únicos grupos responsáveis pela economia e desenvolvimento regional.

Documentos, fotografias, reportagens sobre Tomé-Açu da década de sessenta, apresentam a forte presença de japoneses como sujeitos de relevância para as agências de governo e instituições técnicas. Nordestinos, cametaenses, quilombolas e indígenas não aparecem com a mesma relevância que o grupo nipônico. A ausência dos grupos de trabalhadores e nativos na documentação dos arquivos de Tomé-Açu, assim como em outros do estado do Pará, por vezes configuram um empecilho para pesquisa em história. A ausência de fontes escritas, ou imagens pode ter privilegiado ainda mais os japoneses nos discursos e nas pesquisas científicas. Dessa forma, para estudar populações do espaço rural, numa perspectiva dos próprios sujeitos, é necessário o uso de fontes orais, da memória de sujeitos que vivenciaram os diversos processos vivenciados.

Para Ferreira (2002) o historiador necessita de cuidado metodológico quanto ao uso da oralidade como fonte de pesquisa, uma vez que na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. Dessa forma, as vivências rurais de sujeitos históricos nos processos políticos e sociais ocorridos em torno dos projetos rurais, narradas na perspectiva dos próprios sujeitos, tendem a apresentar elementos e influências do presente. Portanto, a história não é uma ciência do passado, mas uma constante, com fortes elementos do presente. Explorar as relações entre a memória e a história possibilitou a aceitação dos testemunhos diretos, reconhecendo que subjetividade dos discursos, as possíveis distorções dos depoimentos ou mesmo a falta de veracidade deve ser encarada como uma maneira, “não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa” (FERREIRA, p 19, 2002).

Nessa perspectiva, depoimentos, como de Austriclinio Viana, Raimunda Rosalda, Antônio Mira e outros que vivenciaram a primeira década de Tomé-Açu como município, com autonomia administrativa, contribuem de maneira importante para compreender a percepção popular em relação ao período e espaço objetos dessa pesquisa. Os festejos em torno da comemoração da instalação do município, datados em setembro de 1959, geraram muitas imagens e documentos, assim como memórias, que expõem o entusiasmo dos sujeitos.

A população via naquele contexto as figuras políticas com certa simpatia. A agricultora paraense, Raimunda Rosalda Pontes de Sousa⁵⁵, diz que Moura Carvalho foi um grande homem, assim como Ney Carneiro Brasil, atribuiu a sua admiração pelas lutas pela emancipação de Tomé-Açu, assim como pelas políticas de doação de terras que Ney Brasil desempenhou quando ocupou o cargo de prefeito. Em relatos, a agricultora rememorou o dia da cerimônia de assinatura da elevação da região à condição de município.

Eram centenas de pessoas aguardando no porto da cidade, todos festejando a chegada do governador e da sua comitiva que vinham assinar o documento que tornou nossa região um município. De certa forma era a esperança de melhorias para todos, teríamos então mais independência. (SOUSA, 2019).

IMAGEM 10: POPULARES AGUARDANDO A COMITIVA DE POLÍTICOS PARA A FESTA DE EMANCIPAÇÃO DE TOMÉ-AÇU - 1959



Fonte: Acervo de Rubens Silva.

Muitas faixas com textos em agradecimento foram espalhadas no espaço que passou a ser a sede municipal, muitas saudavam o governador Moura Carvalho, assim como os políticos locais. A imagem que apresenta inúmeras pessoas, desconhecidos no presente,

⁵⁵ Raimunda Rosalda Pontes de Sousa, agricultora aposentada, natural de Bujaru-PA. Entrevista concedida em 22 de maio de 2021.

mas que assim como emprestaram suas feições para a fotografia, certamente desempenharam funções sociais, fizeram história nos espaços que trilharam e compuseram a história do espaço rural de uma importante região da Amazônia.

A emancipação política de Tomé-Açu representou a possibilidade de trabalhadores que eram empregados nas fazendas de pimenta-do-reino acessaram terras e se tornarem produtores. De acordo com o estudioso da biografia de Ney Carneiro Brasil, Elielson Aguiar, nas campanhas para vereador, assim como nas reuniões para incentivo a emancipação, Ney Brasil havia prometido aos moradores de Tomé-Açu que era possível disponibilizar terras para os que ainda não possuíam, uma vez que com a criação do novo município, novas terras seriam incorporadas na região, sendo que o poder executivo municipal poderia administrar e até distribuir essas terras.

Os financiamentos, as políticas de emancipação de regiões, a introdução de novos produtos na agricultura amazônica, os créditos concedidos aos produtores, todos esses fatores tiveram como resultado a modificação da dinâmica rural produtiva, assim como ocasionou o surgimento de lideranças políticas que se valeram do momento para se promoverem e fazer carreira com apoio da população. Ney Carneiro Brasil foi um desses sujeitos, em 1959, o político marchou ao lado do então governador do Pará, Moura Carvalho, expondo sua influência política e impondo autoridade que pretendia deixar perceber entre os presentes.

IMAGEM 11: MOURA CARVALHO, GOVERNADOR DO PARÁ, E AUTORIDADES LOCAIS EM TOMÉ-AÇU – 1959



Fonte: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar

A imagem produzida em 1959 mostra o governador do Pará, Moura Carvalho caminhando à frente da comitiva, ao lado direito, Ney Brasil, segurando o livro ata que consumava a criação do novo município, logo atrás o superintendente da SPVEA Waldir Bouhid. O desfile de autoridades reuniu políticos, membros da diretoria da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e de agências ligadas ao governo federal, religiosos.

O jornal correio da manhã de 08 de setembro de 1959⁵⁶ publicou na coluna *flash social* as expectativas sobre a criação do novo município, a “renda inicial de 4 milhões terá Tomé-Açu”. Na publicação, também foi dado ênfase à produção rural e a importância econômica de Tomé-Açu para o vale do rio Acará. O jornal deu notoriedade ao prefeito interino Francisco Portilho de Melo e citou Ney Carneiro Brasil, que já era tido pelo povo como possível prefeito no pleito que iria ocorrer. Assim como frisou que a região era fruto da colonização japonesa e da produção de pimenta-do-reino.

⁵⁶ Jornal Correio da manhã – 08 de setembro de 1959

Outro fator importante citado, foi da quantidade de postos de trabalho que a região oferecia em torno da agricultura, fato que como já dito, atraiu muitos sujeitos de vários municípios do Pará e até de outras regiões do Brasil. Em 1959 Tomé-Açu reunia uma elite rural composta por japoneses produtores de pimenta-do-reino, associados a CAMTA, que empregavam trabalhadores nacionais. A agricultura de Tomé-Açu foi tida como promissora, os produtores contavam com máquinas e tratores que auxiliavam na produção rural. Em 01 de setembro, na ocasião das festas comemorativas da emancipação, os produtores desfilaram com seu maquinário e expuseram o que Akira Nagai chamou de a “força do agricultor tomeaçueense”.

IMAGEM 12: DESFILE DE TRATORES RURAIS EM TOMÉ-AÇU- PA 1959



Fonte: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar

Eram os imigrantes japoneses os detentores dos meios de produção, o desfile dos maquinários foi uma demonstração de força e expressão do desenvolvimento regional através da agricultura. Tomé-Açu expressa a construção de uma identidade e economia baseada no desenvolvimento rural orquestrado por políticas em meio às florestas do vale do rio Acará. A partir da mudança na situação política de Tomé-Açu, a região passou a

contar com instituições bancárias e estrutura própria, o que para Moraes (2015) possibilitou que a população se aproximasse de políticas fundamentais, como saúde, educação.

A experiência da população rural de Tomé-Açu é um demonstrativo das lutas dos povos que se dedicaram à agricultura em meio às hostilidades que a floresta impunha. Uma população que no período de efervescência do pensamento desenvolvimentista no Brasil, (1940-1966), já estava vinculada a trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino e empregava trabalhadores de diversas regiões do país. Dessa forma, já cumpriam um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia, que era desenvolver a região a partir de suas potencialidades, construindo uma economia que possibilitasse a oferta de trabalho e a comercialização de produtos oriundos da agricultura. Assim, em um período em que a economia amazônica ainda era preponderantemente extrativista, Tomé-Açu já desenvolvia atividades agrárias e constituía uma cooperativa de produção, assim como uma elite econômica que surgiu de atividades rurais ligadas a pimenta-do-reino.

CAPÍTULO III: “RENOVAÇÃO” NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Em 13 de junho de 1965, o presidente do Banco de Crédito da Amazônia⁵⁷ Armando Dias Mendes, expôs os principais problemas que a instituição financeira vinha enfrentando ao longo de sua missão de prestar créditos ao desenvolvimento regional. Em suas falas, sugeriu reformulações na política institucional, e apontou para a necessidade de diversificar a economia regional, “sem abandonar a produção da borracha, mas era necessário a ampliação de outras atividades”, além de apontar para a falta de recursos para fomentar a produção. Era necessário que a instituição financeira deixasse os objetivos limitados, e evoluísse para torna-se um banco de desenvolvimento, que acompanhasse os problemas com intenções e possibilidades de solução. A expansão da instituição, significaria a “concessão de meios para evidenciar sua atuação no crescimento econômico da região”.

Os problemas expostos pelo presidente, teriam “impressionado vivamente, obtendo larga repercussão em todos os círculos”, inclusive ao presidente Humberto Castello Branco, que estava presente na ocasião do pronunciamento de Armando Mendes.⁵⁸ As instituições de crédito e desenvolvimento regional estavam em crise política e legislativa. Os problemas da região não haviam diminuído aos olhos do governo. Com a tomada do poder no viés do autoritarismo, as reformulações nas políticas anteriores a tomada autoritária do poder, muito além de intenções de melhorias, simbolizavam atestar a “incompetência” dos gestores que antecederam o golpe de Estado que o Brasil vivenciou em 1964. A partir disso, o governo militar, passou a reformular a política desenvolvimentista da região amazônica, mudando as nomenclaturas e o quadro administrativo, atendendo aos interesses dos aliados e buscando se consolidar, como um governo que superaria as crises e desenvolveria a região. As críticas referidas ao cenário administrativo tomado pelos militares evoluiriam para as mudanças nas principais instituições que atuavam na Amazônia, dessa forma, é importante compreendermos as

⁵⁷ O Banco da Amazônia foi criado em 9 de julho de 1942, no Governo Vargas, com o nome de Banco de Crédito da Borracha, com a missão de financiar os seringais da região. Em 1950, o Presidente Eurico Gaspar Dutra transformou o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, passando a fomentar as atividades produtivas da indústria, do comércio e da agricultura da região amazônica. Em 1966, no Governo de Castello Branco, sendo Ministro da Fazenda Eduardo Lopes Rodrigues, recebeu o nome de Banco da Amazônia S/A, quando assumiu o papel de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal. (Alves, p 12, 2012).

⁵⁸ Informações constantes no Jornal do Comércio de 13 de junho de 1965.

novas instituições e seus efeitos nas políticas rurais de desenvolvimento, principalmente na região que analisamos, Tomé-Açu.

Em 27 de outubro de 1966 foi criada oficialmente a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) pela lei 5.173, simbolizando a renovação na política de desenvolvimento regional, substituindo a SPVEA. A nova agência deveria criar diretrizes para o crescimento da região, efetivando o pensamento dos militares. Importante ressaltar, que a visão dos governantes se contrapunha ao discurso de preservação das florestas, propondo a ocupação e o uso dos recursos naturais da Amazônia. Dessa forma, analisaremos como os sujeitos se valeram das políticas institucionais e dos discursos do governo para acessarem terras em áreas de colonização em meio a floresta amazônica, assim como perceberemos os discursos e projetos da instituição para a ocupação e colonização das terras e florestas da região.

3.1. SUDAM E A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – NOVAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO EM TOMÉ-AÇU

“Os discursos que defendem a preservação da natureza só transformaram a região amazônica em lugar de miséria e estagnação”, disse o presidente Castelo Branco em 1966. As palavras do político buscavam defender a ocupação e criação de áreas de colonização em meio a imensidão da floresta. Como dito de maneira exaustiva, os militares acreditavam “que estaríamos em estágio atrasado de avanço civilizatório, e que tínhamos potencial de sobra para alcançar esse avanço tão sonhado”. Valendo-se dos discursos políticos e de incentivos institucionais, muitos sujeitos buscaram acessar terras e constituir empreendimentos na Amazônia. É importante ressaltar que havia áreas de colonização antes da tomada de poder dos militares em 1964, porém, buscamos compreender como as propostas de renovação nas agências ligadas ao governo foram absorvidas pela população rural.

Em relação ao município de Tomé-Açu, ainda na década de sessenta, a empresa Japan Migration and Colonization (JAMIC) uma instituição de colonização criada pelo governo do Japão para estimular a imigração de japoneses para países da América Latina e Havaí, buscou instalar uma nova colônia japonesa. Numa região mais afastada da sede do município, cerca de 28 quilômetros de terras foram destinados à ocupação de uma colônia agrícola. A negociação que visou a concessão das terras foi capitaneada pela

Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, pela prefeitura do município e governo do Pará em consonância com instituições de desenvolvimento regional.

Na Câmara Municipal de Tomé-Açu, o vereador Lâercio Igreja defendeu o projeto de uma nova Colônia japonesa, justificando que a região de Tomé-Açu constituía um exemplo de ocupação e desenvolvimento agrícola graças a presença dos japoneses, sendo assim, um dever do legislativo incentivar a ida de mais irmãos japoneses para integrar a sociedade toméaçense.⁵⁹ Completou que era projeto do governo Federal desde a criação da SPVEA em 1953 estimular a ocupação das florestas e transformar a força da região através do estímulo a atividades agrícolas, logo Tomé-Açu expressava a tradição de cultivar e gerar renda.

A região que seria destinada a nova colônia pertencia ao Estado, sendo cortada pelos rios Pequeno e Igarapé Cuxiú, a aprovação da destinação daquelas terras para um novo projeto de ocupação por japoneses não foi difícil, devido ao cenário político de incentivo, além da experiência dos japoneses na primeira fase da colonização em Tomé-Açu ter sido considerada por políticos e intelectuais como exitosa. Para Cosme Ferreira Filho, as práticas dos japoneses em terras amazônicas eram fixadoras de homens em solo.

Em quase todas as terras enxutas da região, em cuja estrutura haja predominância de argila e com participação de elementos orgânicos, a pimenta produzida pelos asiáticos é cultura de possibilidades, tanto para o consumo doméstico como para a exportação, tendo-se em vista a universalidade de seu uso culinário. A multiplicação das lavouras dessa piperácea já não guarda segredos, encontrando-se a técnica de seus tratamentos culturais suficientemente difundida na região. Produzida por agricultores japoneses e brasileiros, suas safras vêm permitindo colocação nos mercados externos. Com ciclo vegetativo de cerca de 10 anos, inclui-se no grupo dos vegetais perenes ou de médio ciclo, funcionando como fator de fixação do homem e de sedimentação de riqueza. Embora uma planta exótica, sua cultura, já consideravelmente difundida, merece ser estimulada e ampliada. (FERREIRA FILHO, 1967).

Tal discurso defendia que as autoridades, “satisfeitas com o intenso cultivo da pimenta-do-reino”, deveriam ampliar a área de cultivo e desenvolvimento da agricultura, dando assim mais uma fonte de receitas e trabalho para a região.

A instalação de uma nova colônia de japoneses em Tomé-Açu simbolizaria a expansão da agricultura na Amazônia, assim como a ocupação de terras até então não exploradas. A proposta do governo japonês através da JAMIC era fornecer infraestrutura, como a construção de um grupo escolar, hospital, centro comunitário. A construção de uma espécie de agrovila que atenderia aos anseios dos colonos sem a necessidade

⁵⁹ Discurso proferido em 28 de maio de 1967, Câmara Municipal de Tomé-Açu.

constante de ir até a sede do município, dessa forma, a proposta da criação da Colônia JAMIC foi orquestrada pelos japoneses ligados à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu junto ao governo do Pará e a SUDAM, tratada aqui nesta tese como uma das experiências de colonização incentivadas pelo estado através de suas instituições. É importante compreender a experiência dessa nova política de ocupação ocorrida em Tomé-Açu a partir da década de 1960 incentivada por instituições, e assim perceber como os trabalhadores nacionais se apresentaram dentro desse mesmo cenário, vislumbrando assim entender os complexos dentro desses programas de colonização e ocupação do rural amazônico.

Moacir Vieira Gomes,⁶⁰ vereador de Tomé-Açu, chegou a ser prefeito do município na década de oitenta, defendia a introdução de japoneses na região do rio Cuxiú. Ao discursar na tribuna da Câmara Municipal destacou que os japoneses juntos com os nacionais elevaram a região a uma das maiores economias do Pará, ficando atrás somente de Belém e Santarém. A defesa de Vieira Gomes destaca como elemento importante nas mudanças econômicas da região o modelo de ocupação ocorrido nas florestas e a prática da agricultura, deste modo, era favorável à concessão de novas áreas que atendessem ao modelo de desenvolvimento que um dia já havia dado certo na região. Esse modelo de produção já exaustivamente aqui discutido, foi uma característica da segunda metade do século XX, para Hobsbawm (1995) o que motivava tais ações era o advento de uma ideologia do progresso dominante, onde o homem ao dominar a natureza estava representando o avanço da humanidade. Tais pensamentos estiveram presentes em todas as esferas políticas desde Vargas, e ganharam espaço também entre a população. Abelardo Lima⁶¹, agricultor de Tomé-Açu, de origem maranhense, disse que os próprios brasileiros viram com entusiasmo a abertura de uma nova colônia japonesa na região, pois seria a possibilidade de mais postos de trabalho e melhorias.

Como já dito, Tomé-Açu havia experimentado grandes transformações devido a agricultura da pimenta-do-reino, e muitos dos japoneses que ocupariam a nova colônia na região, antes de tornarem-se colonos, eram trabalhadores nas lavouras de grandes produtores. Alguns trabalhavam na extração, outros na secagem e alguns até no transporte da pimenta de Tomé-Açu para Belém. Integrando assim uma rede de relações em torno da agricultura na região. Dessa forma, usar mais terras e destiná-las a ocupação com o

⁶⁰ Moacir Vieira Gomes, político paraense. Arquivo da Câmara Municipal de Tomé-Açu.

⁶¹ Abelardo Lima, agricultor aposentado, 69 anos. Entrevista concedida em 19 de maio de 2022.

objetivo de desenvolver a agricultura simbolizaria mais desenvolvimento para o município.

Com a criação da SUDAM como instrumento do governo para o desenvolvimento regional, as políticas de ocupação foram potencializadas. Moura (2018) afirmou que os governos militares usaram de propagandas de maneira insistentes para atrair famílias e empreendimento para a região. Dessa forma, podemos concluir que a política de ocupação era uma das etapas pensadas para o desenvolvimento, buscando assim suprir o que foi tratado com vazio demográfico. Porém, as negociações para instalação da Colônia da JAMIC já vinham sendo tratadas desde meados da década de cinquenta, mas a consolidação e início da instalação só ocorreu na década seguinte.

O que se tem de documentação sobre a colônia da JAMIC encontra-se nos arquivos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e basicamente se constitui de descrição da área que foi destinada à nova ocupação de imigrantes em terras toméaçuense. Para Nagai (2018), o projeto já havia sido idealizado pelos grandes produtores de pimenta-do-reino da região que constituíam a diretoria da CAMTA e viam na construção da colônia e na distribuição de terras para mais imigrantes a possibilidade de expandir seus domínios, para isso era necessário abrir estradas e fornecer serviços básicos como educação e saúde.

Importante destacar que a SUDAM tinha um “projeto e política de ocupação para o desenvolvimento”⁶² que defendia a transferência de grupos para desenvolver atividades econômicas na região. Milton Senna, foi um dos superintendentes da instituição, seguiu a mesma perspectiva do governo em ocupar áreas de florestas, visando a transformação das atividades extrativistas em constantes produções agrícolas. Para Senna (1972) a ocupação de terras na Amazônia teria que ser antecedida de planejamento para fixar os rumos, definir os objetivos, estabelecendo metas, determinando assim fins para alcançar. Foi nessa perspectiva, aproveitando do momento ideológico que incentivava a destinação de terras para ocupação, que novamente em Tomé-Açu os japoneses buscaram terras para expandir seus domínios.

Dessa forma, a nova colônia proposta pela JAMIC para Tomé-Açu estava em consonância com os intuítos de quem estava à frente das instituições ligadas ao governo do Brasil. Considerando os direcionamentos, a implantação de uma nova colônia japonesa

⁶² Documento integrante do acervo da Biblioteca da SUDAM que apresenta as principais diretrizes para a ocupação da Amazônia.

em Tomé-Açu com o propósito de desenvolvimento da agricultura e conseqüentemente da economia estava dependendo das autoridades locais e da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, isso significa que os investimentos para a construção de uma infraestrutura colonial estava condicionada mais ao poder local do as instituições ligadas ao governo do Brasil, porém, validados a partir de um discurso desenvolvimentista que defendia a ocupação e dominação das florestas em detrimento da atividade agrícola.

Como dito, na Câmara Municipal de Tomé-Açu não havia oposição ao projeto de colonização, inclusive era um espaço constante de discussão sobre concessão de terras a quem buscava. Raimundo Paixão⁶³ chegou a ser parlamentar e compôs a legislatura na região, disse que muitos queriam terras, alguns pediam, outros ocupavam sem nem avisar ao poder público, dessa forma, a proposta de uma nova colônia parecia ser mais ordenada e assim ensejava desenvolvimento em uma área até então sem ocupação.

Sobre algumas áreas de ocupação sem anuência do poder público em Tomé-Açu na década de 1960, registra-se a ocupação na região de Nova Vida, atualmente as margens da rodovia PA 252, que estaria ocupada por cerca de oito famílias de nordestinos que deixaram os trabalhos nas lavouras de pimenta-do-reino próximos a sede do município e buscaram terras próprias a convite de Miguel Raimundo Santos. De acordo com Pedro do Santos, 72 anos, filho de Miguel Raimundo, o pai era uma liderança ligada à igreja católica em Tomé-Açu e sempre lutou pelos direitos da população da região, viu nas terras sem dono a possibilidade dos que não tinham, possuir terras.

Pedro Araújo, um dos moradores da região de Nova Vida solicitou ao vereador e compadre Raimundo Paixão, então parlamentar, que fosse aberta uma estrada que ligasse a região à sede do município. O vereador levou a tribuna o pedido, argumentando que reuniria homens em mutirões para abrir caminhos para a nova região que surgiu. Desta forma, ao mesmo tempo que a infraestrutura para os brasileiros trabalhadores se arrastava em pedidos e as soluções eram sempre braçais, um contraste se evidenciava, pois surgia a segunda colônia japonesa em Tomé-Açu com uma infraestrutura até então desconhecida na região.

Ribamar Braga Matias, político de origem maranhense, foi vereador em Tomé-Açu e afirma que apesar das mudanças que ocorreram a partir da criação do município, não havia recursos para investimentos na abertura de estradas ou em outros setores. Cita

⁶³ Político aposentado, morador de Tomé-Açu desde 1955. Entrevista concedida em 22 de maio de 2023.

que recorriam a mutirões, eram homens e crianças, mulheres, todos derrubando árvores, arrancando tocos para abrir caminhos.

Não tinha isso de máquinas, na década de sessenta para ir ao Canindé, Nova Vida era preciso passar por veredas, o transporte eram os cavalos e os pés, era raridade alguém possuir uma bicicleta aqui na região. Agora os japoneses tinham caminhões, maquinários, terras com registros, hospitais administrados por eles e boas relações políticas com membros do governo do estado.

IMAGEM 13: MUTIRÃO PARA ABERTURA DE ESTRADA EM TOMÉ-AÇU, DÉCADA DE SESENTA



Fonte: Acervo de Rubens Silva

As estradas abertas nesse período pelos próprios moradores da região do Canindé e Nova Vida resultou em cerca de 38 quilômetros e ligava a sede do município até a casa de Pedro Araújo, que ocupou terras próximas ao baixo rio Acará. Portanto, apesar de ser uma região ocupada por famílias que dedicavam suas atividades a agricultura e assim contribuía com a economia regional, não usufruíam de direitos que deveriam ser garantidos pelo poder público.

Elielson Cabral (2018), que se dedicou a biografia do primeiro prefeito eleito de Tomé-Açu, Ney Brasil, afirmou que apesar das intenções dos políticos da época, os recursos eram rasos e não davam possibilidades de grandes investimentos, sendo que muitas vezes os políticos locais viam nas parcerias com os japoneses a única forma de abrir estradas, proporcionar acesso da população a educação. Interessante observar que mesmo em meio ao cenário citado, no campo teórico a SUDAM propunha uma ocupação dirigida e com garantias de apoio ao homem “naquele meio”. A referência era a floresta densa e pouco habitada que compunha não somente Tomé-Açu, mas toda a imensidão amazônica.⁶⁴

Raimundo Martins, agricultor de origem cearense trabalhou nas lavouras de pimenta-do-reino na região do Breu, próximo ao distrito de Quatro Bocas, por volta de abril de 1967 conseguiu terras às margens da estrada que ligava a sede do município de Tomé-Açu à região de Nova Vida. O agricultor descreveu o processo de acesso a terras como fácil, a lida com as florestas é que lhe custaram muito suor e sangue. Para Raimundo, acessar as terras era poder ser um colono, alguém que pudesse trabalhar para si mesmo e produzir para comercializar, “todo trabalhador queria ser colono”, completou. Antônia Martins, esposa de Raimundo disse,

Ficamos felizes em ter terras, quando chegamos do Ceará ali por volta de 1965 era na esperança justamente de ter nossa terrinha para plantar uma mandioca, feijão e criar os meninos. Mas nos deparamos com muitas dificuldades, trabalhamos dois anos ali no Breu colhendo pimenta-do-reino e tudo que a gente ganhava era para alimentar os meninos, não tinha isso de escola, os meninos também trabalhavam com a gente, eu grávida trabalhei ajudando o Raimundo na derrubada de uma roça para os japoneses. Quando conseguimos essas terras aqui tudo melhorou um pouco, já que agora trabalhamos para nós mesmos.⁶⁵

Como podemos observar no depoimento citado, o trabalho e a busca por acesso a terras em Tomé-Açu na década de sessenta para os nacionais eram doloroso, necessitando de muito esforço, inclusive familiar. As considerações da agricultora, expõe o desejo de acessar terra como forma de melhorar a condição de vida do trabalhador rural e conseqüentemente de suas famílias. Assim como permite que vejamos o cenário rural daquela região sem estrutura básica para receber aqueles que buscaram na terra os meios para desenvolver seus modos de vida.

⁶⁴ Ministério do Interior, SUDAM. Amazônia, estratégia de ocupação e desenvolvimento. 1968.

⁶⁵ Antônia Martins, agricultora aposentada, natural do Ceará, moradora de Tomé-Açu desde 1965. Entrevista concedida em 14 de maio de 2023.

Enquanto em finais de 1967 pessoas lutavam por acesso a terras e possibilidades de produção em áreas rurais da Amazônia, o superintendente da SUDAM fazia um balanço do que considerou ser um progresso da atuação da instituição na região. Para Milton Senna (1972) o governo assumiu efetivamente a responsabilidade quando o país estava em crise, sendo que naquele momento a passos largos a região se integrava, física, social e economicamente ao Brasil, surpreendendo inclusive governos de outros países.⁶⁶ Sobre as terras, Senna pontuou que era a fonte de riqueza que levava o desenvolvimento regional, as espécies de natureza vegetal e animal, às águas, os minérios, tudo integrava a grande missão que seria capaz de elevar a região a prosperidade.

Interessante constatar que existiram e ainda existem pontos cegos na política, grupos que mesmo presentes foram invisibilizados e tiveram que buscar dentro das possibilidades existentes se inserirem, através de estratégias para sobreviver e progredir. Vimos na imagem anterior um grupo de homens que buscaram apoio político para abertura de estradas e na negativa, reuniram em mutirões e abriram com as próprias mãos um caminho que deu acesso a suas moradias e roças. Além da experiência familiar de acesso a terras e desenvolvimento de uma pequena produção baseada na agricultura da família de cearenses, tudo isso contrastando com o discurso desenvolvimentista de Milton Senna.

Prova disso é o relato de Maria do Carmo Costa⁶⁷, professora aposentada, moradora da região Canindé desde 1958, disse que a região era uma floresta quase que indomável,

Os barulhos de bichos eram constantes e não se tinha moradores como tem hoje por aqui, assim como não se sabia de fato quem era dono da terra, por isso as pessoas foram entrando e se instalando, o Miguel Raimundo que ainda trabalhou mostrando os picos de cada terra, dividindo a terra para quem chegava para evitar confusão. O transporte para a cidade não existia, hospital só dos japoneses lá em Tomé-Açu, quando a gente precisava tinha que ir a cavalo ou na carroça ou pé mesmo.

Maria do Carmo evidenciou a experiência em viver nas florestas de Tomé-Açu na década de sessenta e as dificuldades, que retratam a ausência de políticas inclusive de saúde pública para a população de trabalhadores. O acesso a terras, de acordo com a professora, se deu através de uma negociação com a liderança comunitária, na figura de Miguel Raimundo, sendo uma espécie de interlocutor da gestão do município com a população

⁶⁶ SENNA, Milton Câmara. Amazônia, Política de ocupação para o Desenvolvimento. SUDAM, 1973.

⁶⁷ Maria do Carmo Costa, professora aposentada, entrevista concedida em 13 de janeiro de 2023.

que desejava ocupar a região. Prisco do Santos, filho de Miguel Raimundo disse que a ordem que o pai recebia da gestão municipal era conceder terras para quem quisesse trabalhar, o que culminou no surgimento de alguns povoados na região do Canindé, mas que de fato não havia infraestrutura para receber essas famílias que mesmo vagarosamente passaram a residir naquelas terras.

Meu pai contava que tudo era difícil, que mesmo as terras estando aí, mas trabalhar na terra naquele tempo era até perigoso, muitos bichos, doenças, ele teve acho que malária, não morreu por sorte e intercessão divina, pois não tinha assistência à saúde do povo que morava aqui na região, nós colonos se quiséssemos um hospital ou escola tinha que ir para a cidade lá onde os japoneses.

Sobre a infraestrutura na Amazônia da segunda metade do século XX, o superintendente da SUDAM, Milton Câmara, destacava que no plano de colonização da Amazônia elaborado e aplicado pela instituição haveria a construção de uma ampla malha viária que alcançaria todas as regiões habitadas, de maneira a integrar as áreas mais longínquas de assentamentos humanos até os centros urbanos. As rodovias eram chamadas pelas autoridades como “caminhos da integração”, acreditava-se que o “apreciável número de obras de infraestrutura presentes na Amazônia seriam o caminho natural para a ocupação da região”.⁶⁸

De fato, muitos que foram para a região em busca de trabalho acabaram ficando e posteriormente constituindo propriedades de maneiras diversas, porém a infraestrutura presente nos discursos políticos não foi uma realidade para todos. Como observamos, as experiências rurais de trabalhadores nacionais em Tomé-Açu não contaram com apoio do governo e das instituições, a ocupação das terras por esse grupo ocorreu de maneira desordenada, as ações de construção de estradas foram marcadas por ações coletivas e de solidariedade.

⁶⁸ SENNA, Milton Câmara. Amazônia, Política de ocupação para o Desenvolvimento. SUDAM, 1973.

**IMAGEM 14: AGRICULTORES E SEU PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE,
TOMÉ-AÇU 1971**



Fonte: Acervo da Paróquia de São Francisco Xavier

Na imagem anterior o agricultor de Tomé-Açu percorre uma estrada na região de Canindé com seu principal meio de transporte, as carroças atreladas aos cavalos eram utilizadas para escoar a produção e transportar as pessoas de uma localidade para a outra. Com pouquíssimos serviços públicos para atender a população em Canindé, a população viu nas ações de solidariedade uma forma de garantir a sobrevivência.

Concomitante a região de Canindé e ao seu processo de ocupação, se erguia com anuência do governo do Pará, orquestrado pela Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu e aplaudido por autoridades municipais a segunda colônia japonesa na região. As terras nove quilômetros a leste de Canindé passariam a pertencer aos japoneses. Lá foi erguida a maior infraestrutura colonial do município, com recursos do Japão e do governo do Brasil.

Desde 1963 a possibilidade de imigração entre Japão e Brasil tinha sido celebrada oficialmente através do 52.920, de 22 de novembro, foi o Acordo de Migração Brasil-

Japão. Como Tomé-Açu já havia sido destino de japoneses ainda na década de 1930, com o acordo firmado foi possível promover uma segunda ocupação na região. Como justificativa, o governo do Brasil via nos japoneses a possibilidade de inserção de pessoas com qualificação técnica e profissional para atuação em terras brasileiras, de modo a agregar na economia e desenvolvimento social das regiões.⁶⁹

O acordo garantia que a chegada dos japoneses deveria ser assistida pelo governo local, gerando garantia de acesso a terras e serviços básicos. Prioritariamente foi estabelecido que a imigração dirigida de japoneses ao Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, deveria compreender as seguintes categorias; agricultores, lavradores, criadores de gado, camponês em geral e operários agropecuários. Sendo justamente esses grupos que passaram a ocupar a segunda colônia japonesa em Tomé-Açu. Por ser uma área de florestas e com propensão a atividades rurais, recebeu imigrantes que tinham vocação para o desenvolvimento de tais ações.

Quatro anos após o acordo dos governos do Brasil e Japão a nova colônia japonesa já recebia integrantes. Diferente do modo de ocupação e da realidade dos brasileiros, os japoneses contaram com amparo do governo e com uma certa infraestrutura. Também lhes foi garantido que levassem para a colônia maquinários, caracterizando assim o acordo como um importante mecanismo de incremento rural e colonizador da forma que os governos pensaram o desenvolvimento para as áreas de ocupação, baseado em práticas rurais.

Além dos maquinários, o acordo também previa que fossem levadas matrizes animais ou vegetais para as novas colônias, o que Akira Nagai ⁷⁰ acreditava ser devido a importância que a pimenta-do-reino passou a ter na economia regional, levou ao incremento do item no novo acordo, uma vez que a economia de Tomé-Açu foi sustentada por décadas pela cultura da pimenta. Apesar de constar que os novos colonos japoneses poderiam levar espécies vegetais para cultivo na colônia, não foi necessário, uma vez que a Cooperativa Agrícola Mista (CAMTA) em acordo com a JAMIC havia se comprometido em fornecer mudas de pimenta-do-reino e de outras espécies para que os

⁶⁹ DECRETO Nº 52.920, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1963 - Publicação Original

⁷⁰ Akira Nagai foi um escritor e memorialista japonês, morador de Tomé-Açu, historiador, uma figura importante na cultura e memória local. Foi idealizador da revista Bem-te-vi que divulgava memórias e reportagens históricas da região. Seus trabalhos constituíram uma importante base escrita para estudos sobre a história de Tomé-Açu.

novos moradores pudessem ter a possibilidade de iniciar os trabalhos e contribuir com a economia regional.

Somado a isso, agricultores japoneses já instalados em Tomé-Açu também doaram maquinários de uso no trabalho rural para aqueles que tivessem interesse de ocupar a região às margens do rio Cuxiú. Foram enxadas, enxadecos, serras manuais, máquinas manuais de cultivo de arroz, alguns equipamentos já usados, outros novos comprados e doados pelos próprios associados vinculados à CAMTA. Sobre a doação dos itens para o trabalho no cotidiano da nova Colônia, Hajime Yamada disse ser fundamental para a integração social e econômica dos novos colonos, item inclusive previsto no plano de ocupação e desenvolvimento proposto pela SUDAM⁷¹, que pregava como objetivo a adaptação dos indivíduos ao novo ambiente social que viveriam, no caso amazônico, essa integração seria ao ambiente hostil que as florestas inicialmente apresentavam, sendo necessário que os homens a domesticassem e a transformassem em força através de atividades econômicas.

Diferente do modelo de ocupação usado pelos brasileiros em Tomé-Açu, especificamente na região do Canindé, os colonos trazidos pela Japan Migration and colonization (JAMIC) para as terras às margens do Rio Cuxiú contaram com uma certa estrutura. Foi erguido um prédio para abrigar um hospital dentro da própria colônia.

Por conta das florestas densas e dos rios poucos conhecidos ainda na década de 1960, era comum doenças tropicais e ataques de animais como cobras, escorpiões, devido também a distância de Tomé-Açu até a capital do Pará, era necessário que qualquer empreendimento ou espaço de ocupação contasse com uma estrutura básica que ofertasse serviços de saúde para garantir aos colonos segurança e assistência. (MOURA, p 58, 2018).

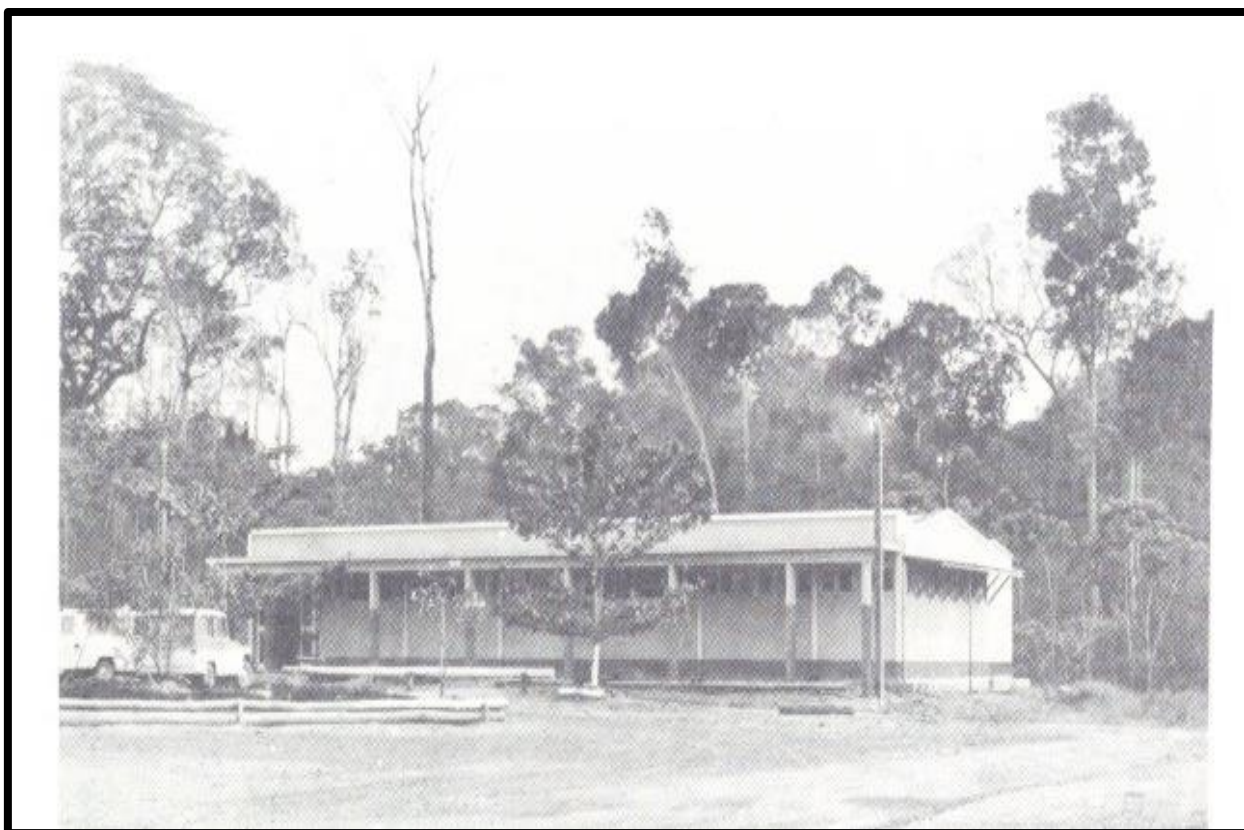
De acordo com o texto institucional da CAMTA de 2002, a construção de postos médicos nas áreas de colonização japonesa foi uma necessidade, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, devido a malária que acometia muitos colonos. As doenças tropicais castigaram imigrantes japoneses e também de outras regiões do Brasil em Tomé-Açu, as matas fechadas, os animais por muitos desconhecidos, as fortes chuvas frequentes, tudo era motivo para adoecer aqueles que decidiram enfrentar as florestas e praticar atividades econômicas usando os recursos da terra, disse o escritor e memorialista Akira Nagai.

As 28 famílias de japoneses que ocuparam a colônia que levou o mesmo nome da empresa de migração (JAMIC) contaram com certa estrutura desde o início da ocupação.

⁷¹ SENNA, Milton Câmara. Amazônia, Política de ocupação para o Desenvolvimento. SUDAM, 1973.

A construção do Hospital de JAMIC se deu com recursos da prefeitura de Tomé-Açu e da Cooperativa Agrícola Mista, assim como da própria empresa de migração. De acordo com o vereador Gilberto Sawada, o poder legislativo e a prefeitura de Tomé-Açu não mediriam esforços para estruturar a nova colônia e possibilitar que a história da imigração japonesa na Amazônia tivesse o mesmo sucesso que teve no passado, pois era sabido que foi através dos japoneses que as florestas densas se transformaram em grandes áreas de produção baseadas na agricultura. Dessa forma, a chegada de mais japoneses, amparados por diversas instituições municipais, estaduais e até nacionais, faria Tomé-Açu crescer ainda mais em diversos cenários da economia e sociedade.⁷²

IMAGEM 15: HOSPITAL DA COLÔNIA RURAL DA JAMIC EM TOMÉ-AÇU - 1969



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Dessa forma, foi erguido o Hospital da Colônia Rural da JAMIC em Tomé-Açu para atender as necessidades da população moradora da região. A localização do prédio foi no

⁷² Pronunciamento do Vereador Gilberto Sawada (ARENA) na Câmara Municipal de Tomé-Açu (1966).

espaço central das terras destinadas à colonização, ligada a estradas de chão e piçarra abertas pelos maquinários da prefeitura municipal.

Para o memorialista Austriclínio Viana, foi um dos maiores esforços do governo da época, uma região relativamente jovem e com necessidade de ocupação, acabou gerando além da colônia planejada, outras também surgiam concomitante e muitos passaram a buscar terras às margens da área colonizada. Além das 28 famílias de imigrantes, também chegavam homens e mulheres de outras regiões do Pará e buscaram se instalar nos arredores de JAMIC. José Ribeiro⁷³, agricultor e pecuarista, foi um desses sujeitos que passou a ocupar terras próximas a área de colonização, apesar de não ter sido beneficiado diretamente com um lote de terras, mas adquiriu propriedade a uma distância de quatro quilômetros do hospital da colônia.

Na época não era tão difícil adquirir terras em Tomé-Açu, a própria prefeitura incentivava e muitos japoneses possuidores de terras as vendiam em troca de trabalho, dinheiro ou mesmo de produção. Eu comprei minhas terras de um japonês, Joarês Kimura, homem que eu tinha certa amizade e cheguei a trabalhar nas derrubadas de matas para ele. Além das terras, também comprei algumas plantas de pimenta-do-reino com ele, também comprei estacas. (RIBEIRO, 2023).

Gerhard Flohrschutz (1983) ao fazer uma análise econômica de estabelecimentos rurais de Tomé-Açu, Pará, observou uma diferença entre as terras ocupadas pelos japoneses e brasileiros. Sendo os nipônicos assistidos pelo poder público nacional e japonês, tanto com acesso a terras legalizadas e com certa estrutura de saúde e educação, como postos médicos, assim como escolas, já as comunidades ocupadas por brasileiros possuem cultivos básicos e casas de madeira com pouca ou nenhuma estrutura necessária.

Ao analisar dez propriedades rurais de brasileiros em Tomé-Açu, Flohrschutz (1983) observou a disponibilidade e uso disponível de recursos para a produção, assim como os principais produtos e práticas adotadas. As observações do pesquisador abrangeram o ano agrícola, permitindo que fosse calculada a renda familiar e que chamou de nível de capitalização e descapitalização de cada propriedade em relação ao ano anterior. Dessa forma, foi capaz de definir os coeficientes técnicos de nove culturas e de um sistema pecuário de criação bovina, estabelecendo vários sistemas de produção diferentes para uma cultura, ou seja, os agricultores brasileiros em Tomé-Açu não seguiam a mesma técnica de produção, justamente por não possuírem assistência técnica ou orientação que pudesse criar uma certa estabilidade na produção.

⁷³ José Ribeiro, agricultor e pecuarista de origem cearense, morador de Tomé-Açu desde 1958. Entrevista concedida em maio de 2023.

Outro fator também observado por Flohrschutz, que cria um panorama e diferencia os tipos de ocupação e a estrutura disposta a brasileiros e japoneses é justamente as características de cada propriedade e o modo de produção. Os agricultores nacionais produziam de maneira itinerante e produção variada para consumo próprio, já os japoneses costumam produzir de maneira perene e produtos de comercialização, somados a uma assistência técnica e institucional. Em conclusão, o estudioso disse que as propriedades de posse dos brasileiros não geravam renda suficiente para pagar a mão de obra usada nos trabalhos e produção e colheita, fato que possivelmente não atraiu os olhares do poder público para a criação de mecanismos que pudessem assistir à população rural com a infraestrutura básica necessária.

Se levarmos em consideração que o texto institucional da SUDAM que descreveu as estratégias para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia preconizava que para alavancar e desenvolver a economia era necessário investimentos em quatro categorias principais; investimentos para formação de estoques; investimento na infraestrutura como transportes, estradas, educação, saúde, saneamento, habitação e incentivo a instalação de empresas públicas e privadas. Podemos concluir que somente uma parcela da população de fato teve acesso a tais políticas, e no caso da experiência dos povos rurais de Tomé-Açu, os japoneses foram os únicos assistidos por tais benefícios de maneira direta, restando aos demais a necessidade de lidar com as florestas e suas hostilidades, assim como as burocracias impostas pelas instituições para tentar participar de alguma política.

Sobre o processo de instrução e educação disposto no espaço rural de Tomé-Açu no período mencionado, podemos observar a diferença no cenário vivenciado por posseiros brasileiros em relação aos japoneses. Na própria colônia JAMIC havia um grupo escolar com prédio próprio mantido pela prefeitura de Tomé-Açu. A escola contava também com transporte escolar que buscava as crianças e as deixava em suas residências diariamente.

IMAGEM 16: TRANSPORTE ESCOLAR NA COLÔNIA JAMIC EM TOMÉ-AÇU-PARÁ. 1971



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

A Escola Isolada Esperança foi construída na colônia da JAMIC para atender prioritariamente os filhos dos japoneses, por esse motivo, a Secretaria de Estado de Educação atendeu ao pedido da CAMTA e contratou educadoras japonesas, buscando assim manter traços culturais de origem dos colonos mesmo no Brasil. As senhoras Seiko Matsuzaki e Sra. Chizuko Matsuzaki foram as primeiras professoras e dirigentes da escola.⁷⁴

Na documentação arquivada na Secretaria Municipal de Educação de Tomé-Açu, mostra que a escola contava inicialmente com 43 crianças de diferentes idades, todas de origem japonesa, sendo assim uma escola construída e mantida para atender os interesses dos colonos da região. O colono japonês de Tomé-Açu, do ponto de vista das autoridades locais, como podemos observar, era digno de profundo respeito, dispoñdo de uma certa estrutura política tanto na área da saúde como também da educação.

⁷⁴ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: Sua contribuição ao desenvolvimento agrícola.** EMBRAPA. Belém-PA. 2007.

Além da estrutura já mencionada, José Ribeiro, rememora que para os japoneses que ocuparam terras às margens do rio Cuxiú havia também um serviço móvel de saúde que levava profissionais até as áreas mais afastadas para atendimentos domiciliares, serviço este dispensado para outros grupos não ligados à colônia japonesa. Hajime Yamada, afirmou que o serviço domiciliar de saúde estava ligado à Cooperativa agrícola Mista de Tomé-Açu, sendo direcionado aos associados e seus dependentes, de toda forma, era exclusividade dos japoneses.

IMAGEM 17: ENFERMEIRA INDO AO ATENDIMENTO DE COLONOS RIBEIRINHOS EM TOMÉ-AÇU



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Sobre a atuação dos japoneses e da empresa de imigração JAMIC na Amazônia, Milton Câmara o superintendente da SUDAM proferiu elogios, dizendo ser uma atuação revolucionária nos projetos de colonização agrícola, assegurando aos colonos capital e possibilidades de qualidade de vida. Além de contribuir com o desenvolvimento da Amazônia através da agricultura, fortemente ligada ao cooperativismo. Ainda proporcionando educação e assistência à saúde a população de Tomé-Açu, assumindo

ações que deveriam ser proporcionadas pelo poder público. O discurso do superintendente era em defesa de mais ações que entregassem as responsabilidades do governo a empresas e instituições privadas.

José Maria Paiva, foi prefeito de Tomé-Açu, declarou que a colônia da JAMIC era um dos locais onde não havia preocupação do poder público municipal, pois havia assistência aos colonos prestada pela Cooperativa Agrícola Mista (CAMTA), assim como pela empresa de colonização. Além do hospital já mencionado, na colônia também havia um serviço de saúde móvel que usava os rios para atender a população ribeirinha. Como podemos observar, as áreas de ocupação japonesa em Tomé-Açu possuíam certa estrutura que amparou as famílias recém-chegadas e criaram condicionantes para que a população pudesse produzir em solo paraense.

Hajime Yamada apontou que o maior problema enfrentado pelos imigrantes japoneses tanto na primeira colônia quanto na região hoje denominada como JAMIC foi justamente as questões relacionadas ao ambiente amazônico, desconhecido pelos que chegaram. “As florestas escondiam muitos animais e doenças, por isso era tão importante ter um serviço de saúde na colônia para atender aqueles que adoeciam”.⁷⁵ Outra questão evidenciada nos depoimentos de sujeitos e memorialistas que falaram sobre a ocupação e colonização de Tomé-Açu foi a ausência de políticas públicas. Apesar da colônia criada pela JAMIC apresentar alguns traços de contribuições políticas, mas ainda assim a maioria das ações se deram a partir da própria empresa de colonização que buscou estruturar as novas terras para a manutenção dos colonos japoneses em meio a floresta amazônica.

Já na década de 1970, com a colônia já instalada, contando com hospital, serviço de saúde domiciliar, escola para os filhos de colonos, área para prática religiosa e um centro cooperativa filial a CAMTA, os colonos passaram coletivamente a buscar por mais estruturação. De acordo com Nagai (2018), as famílias da região da JAMIC se dedicavam a agricultura comercial da pimenta-do-reino e necessitavam de estradas para escoar a produção, dessa forma eram constantes as solicitações por melhorias. Em 1972 os colonos reuniram para a construção de uma ponte sobre o rio que cortava a região, o Cuxiú.

Essa ponte é de extrema necessidade para a população que reside na região do Cuxiú, dessa forma poderemos expandir as áreas de ocupação e povoar ainda mais as regiões de Tomé-Açu até então sem habitantes, construiremos assim uma região ainda mais próspera e estruturada. Existe um grande potencial na

⁷⁵ Hajime Yamada, memorialista japonês, morador de Tomé-Açu desde 1931. Entrevista concedida em maio de 2023.

nossa região que só conseguirá expressar sua grandeza se dermos condições para a população. (BRASIL, 1972)

As falas de Ney Carneiro Brasil, na época deputado estadual, expõe o olhar político sobre a ocupação das áreas despovoadas visando o desenvolvimento. A construção da ponte sobre o rio Cuxiú simbolizaria mais uma possibilidade de criação de áreas para a ocupação e implementação de um modelo de agricultura valorizado pelos políticos e praticado principalmente pelos japoneses. No mesmo ano se deu início às obras de construção da ponte, com recursos da CAMTA e da prefeitura de Tomé-Açu.

IMAGEM 18: TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO CUXIÚ – COLÔNIA JAMIC – TOMÉ-AÇU



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

Para Akira Nagai, a estruturação e expansão das áreas de colonização japonesa em Tomé-Açu se deu através da parceria da CAMTA e dos governos de Tomé-Açu e do Pará, juntamente com outras instituições ligadas ao governo federal. Essas relações políticas foram conquistadas pelos japoneses devido aos trabalhos que desenvolveram na agricultura, sendo uma região que prosperava devido ao modelo econômico implantado pelos imigrantes.

Os japoneses conseguiram em Tomé-Açu implementar o modelo de cooperativismo que levou desenvolvimento para a agricultura local. Em 1972 o Banco da Amazônia, junto a SUDAM elaboraram um estudo sobre os modelos de desenvolvimento nas áreas rurais do Pará e apontaram o cooperativismo como um dos mais promissores, sendo a CAMTA um dos principais expoentes do seguimento.⁷⁶ Importante enfatizar que na colônia da JAMIC foi implementada uma subsede da cooperativa, como forma de expansão da instituição entre os imigrantes. Esses modelos de desenvolvimento agrário planejados pela SUDAM geralmente seguiam experiências exitosas e tentavam reproduzi-las na Amazônia, o cooperativismo é um dos exemplos de atividades que contribuíram para a estruturação da região e transformação das florestas em áreas de ocupação e reprodução de modelos econômicos baseados na agricultura, uma vez que os sujeitos ligados às cooperativas muitas vezes desempenhavam funções que em tese eram responsabilidades do poder público, como a abertura de estradas, construção de pontes, assim como buscavam a comercialização dos produtos por melhores preços.

A participação em associações de produtores rurais ou cooperativas facilitava o acesso a políticas e benefícios, assim como financiamentos junto ao BASA ou outras instituições financeiras. Como os japoneses chegaram no Brasil com garantias via instituições, em tese foi menos complexo o processo de ocupação e reconhecimento junto ao poder público local. Para Moura (2018) a ocupação das terras destinadas aos japoneses em Tomé-Açu teve diferenças discrepantes em relação aos brasileiros que tentaram reproduzir seus modos de vida no mesmo local. Uma vez que um grupo foi assistido e reconhecido imediatamente, já o segundo teve que buscar em laços de solidariedade para sobreviver em meio às florestas e a legislação que sempre privilegiou um grupo seletivo.

Dessa forma, podemos concluir que a documentação que integra os arquivos da SUDAM sobre os projetos de desenvolvimento e ocupação para a Amazônia, junto aos depoimentos de sujeitos que ocuparam áreas rurais em Tomé-Açu em dois modelos diferentes de colonização, um orquestrado por instituições e outro caracterizado pelo voluntariado e trabalhos de mutirão, expõe experiências rurais diferentes em meio a floresta. Os japoneses devido aos acordos de imigração e colonização selados entre Brasil e Japão, assim como da representação institucional da CAMTA e JAMIC tiveram mais facilidade e reconhecimento junto a SUDAM, fatores que consequentemente permitiram acessos a diversas políticas que permitiram a estruturação das áreas de colonização em

⁷⁶ SUDAM, BASA. Diagnóstico da Situação Cooperativista no Pará. 1972.

Tomé-Açu. Podemos perceber que nas terras ocupadas pelos brasileiros sem orientação institucional houveram maiores dificuldades e menos reconhecimento do poder público, assim como precariedades nos serviços básicos, sendo que os agricultores se uniram para cumprir as lacunas deixadas pelos governantes.

3.2 – AS POLÍTICAS DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA – ALGUNS CONTRASTES

Em 6 de julho de 1971, o presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, assinou o Decreto/Lei Nº 1.179, instituindo assim o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). O projeto constituiu-se de uma forma de agregar os investimentos do setor rural, e redistribuir terras para formação de propriedades rurais produtivas, para fomentar a empresa rural, agroindústria. À medida que os projetos de desenvolvimento atingiam a estrutura do setor rural, a fim de reformulá-lo, se consolidava o discurso da necessária intervenção estatal para criar um cenário de desenvolvimento e superar a economia extrativista, vagarosamente foi se criando um cenário de contraste na Amazônia, enquanto o governo incentivava a modernização nas práticas de produção, surgia um grupo marginalizado que não conseguia participar das políticas e cada vez mais era empurrado para os extremos da sociedade.

Em 1968, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)⁷⁷ apontava para a insegurança nas questões ligadas à terra na Amazônia, a falta de aplicação das leis que outorgavam os direitos aos trabalhadores e arrendatários rurais. Os setores ligados aos trabalhadores rurais expunham que a legislação não servia para garantir os direitos de todos. Havia uma falta de instrumentos para cumprimento da legislação em benefício da gente humilde do campo, do trabalhador rural, do pequeno produtor proprietário. Fatos que destacamos no tópico anterior, uma vez que determinados grupos eram privilegiados em relação a outros.

Cogels (1972) afirmou que esses grupos, que viviam afastados dos centros urbanos, eram “párias do mundo jurídico” da economia e do trabalho e, também,

⁷⁷ Criada em 1945, a FAO também atua como fórum de negociação para debater políticas e impulsionar iniciativas ligadas à erradicação da fome e da insegurança alimentar. (SEBRAE, 2017).

dispersos em vastas extensões territoriais, que não puderam recorrer ou pleitear qualquer direito. Estamos afirmando que a legislação, criada em torno do ideal de desenvolvimento rural, constituiu numa burocratização, que privilegiou as elites e “jogou” ao campo de lutas o pequeno agricultor, que atuava em terras amazônicas. Na política de estímulo à agroindústria isso ficou ainda mais evidente, por se tratar de uma prática mais moderna e de maior investimento, a indústria despertou interesse em vários setores da elite, o que ocasionou em vários contrastes e desvios de recursos.

A criação de uma política institucionalizada para a redistribuição e incentivo do desenvolvimento nos setores rurais, certamente agravou a situação dos homens e mulheres do campo, que se distanciavam dos ouvidos jurídicos e dos interesses de muitos que administravam os projetos. Acreditamos que compreender a legislação em torno dos projetos, suas finalidades e objetivos, proporcionarão uma compreensão mais detalhada do que houve nas regiões atingidas por esses projetos. A proposta é analisar os principais projetos que preconizavam o desenvolvimento da indústria rural como forma de constituir o povoamento e ocupação, através da legislação que constituíram as propostas estatais.

O PROTERRA teve como objetivo a promoção do mais fácil acesso do homem à terra, além de criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.⁷⁸ Foram previstos investimentos em torno de Cr\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), os recursos teriam como destino a aquisição de terras, ou a desapropriação, empréstimos fundiários aos médios e pequenos produtores rurais, para que assim pudessem adquirir sua própria terra, ou para ampliar as propriedades já em posse.

Outra finalidade dos recursos, era a “justa indenização” aos proprietários de latifúndios improdutivos, que concederiam suas propriedades para o desenvolvimento e para a melhor e mais racional distribuição das terras cultiváveis. A agroindústria de insumos destinados à agricultura, também fazia parte das propostas de financiamentos do governo. Os proprietários rurais poderiam contar com o governo para a modernização da sua propriedade rural, para ampliação de serviços, escoamento e armazenamento da produção. Os agentes financeiros agentes financeiros do Programa o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Nacional de

⁷⁸ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, foi criada pela Lei de Nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959. (BRASIL, 1959).

Desenvolvimento Econômico, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e a Caixa Econômica Federal. Para a região Amazônia, o PROTERRA, deveria proporcionar condições para a instalação de propriedades rurais produtivas, e agroindústrias que criassem postos de trabalho para absorver a mão de obra.

O primeiro Caderno do Jornal do Brasil de 27 de janeiro de 1973, anunciou que o PROTERRA havia recebido verbas para desapropriar o latifúndio, o anúncio se deu a partir do pronunciamento do Presidente do INCRA⁷⁹ José de Moura Cavalcanti, alertando para o esgotamento do prazo para que os latifundiários se apresentassem na sede da delegacia do INCRA. Os proprietários de latifúndios, deveriam apresentar uma carta apresentando o parcelamento de sua propriedade para que fosse indenizado, e assim, a parcela concedida seria redistribuída para outros, que tivesse interesse e condições de receber a terra e desenvolvê-la.⁸⁰

Muitos políticos aproveitaram para repassar suas terras e receber os incentivos do governo, o *Jornal do Brasil* noticiava “Ex-governadores aderem”. Os proprietários dos latifúndios deveriam dividir de 20 a 50% de suas propriedades, que seriam financiadas e vendidas aos trabalhadores rurais. Importante pensar, que muitos trabalhadores rurais, sem vínculos com associações ou entidades representativas, não tinham conhecimento do processo burocrático em torno da legislação da época, fatos que empurraram muitos a marginalização econômica e social. Os projetos, sem orientação efetiva, tornaram os incentivos, uma forma de indenizar grandes proprietários do latifúndio, que não tiveram prejuízos, e sim, por muitas vezes, havia adquirido as terras através de incentivos e políticas anteriores a década de 1970. O que fortalece nossa afirmação, de que as políticas de desenvolvimento, forjaram o discurso de promoção de igualdade, mas na verdade, privilegiaram a elite econômica e rural das diversas regiões do Brasil.⁸¹

O latifundiário José Lopes, disse ter acabado de entregar cerca de 7.889 hectares de terra ao INCRA, para que fosse feita a redistribuição. As terras a qual havia repassado, haviam sido herdadas por ele de seu pai e de seu avô, e que não relutava em colaborar com o governo em seus projetos, porém, antes do pronunciamento, muitos proprietários não pareciam satisfeitos com as condições impostas pelo governo, noticiou o *Jornal do Brasil*.⁸²

⁷⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado a partir do Decreto Lei Nº 1.110 de 9 de julho de 1970. (BRASIL, 1970).

⁸⁰ (JORNAL DO BRASIL, 1973).

⁸¹ Ibidem

⁸² Ibidem

O presidente do Incra buscou dialogar com os proprietários, afirmando que não era de intenção do governo destruir o que já havia sido feito, mas que havia necessidades de distorções existentes, assim como era necessário combinar ações nas terras ociosas em propriedades, para fortalecer a infraestrutura. Os superintendentes, presidentes, políticos, dialogavam com seus pares, com suas classes, e aos agricultores e pequenos produtores, restava aceitar a legislação, e buscar fazer parte, para sobreviver e desenvolver seu trabalho. As considerações do presidente do INCRA, apontavam para a promissora parceria pacífica entre agências e o grande proprietário rural, o latifúndio, dessa maneira, o desenvolvimento regional sinalizava ocorrer aos moldes legislativos, mas na verdade pareceu atender aos anseios e questionamentos de uma velha elite rural.

Nesse contexto, muitos “donos” de terras surgiram sem nunca terem pisado nas propriedades que contestavam. Pedro Araújo dos Santos, disse que em Água Azul, um pequeno povoado de Tomé-Açu, apareceu um grupo de homens, entre eles um engenheiro chamado Antônio Fernandes, contestando a posse das terras e afirmando ser o verdadeiro dono de extensas áreas na região. Porém, há mais de uma década dezenas de famílias ocupavam propriedades e praticavam agricultura em Água Azul. Para o agricultor aposentado Pedro Araújo, aquele grupo forjava a posse das terras buscando comercializá-las. Os agricultores escreveram uma carta e tentaram enviar ao governador Jarbas Passarinho;

Apareceu aqui um estrangeiro, sem dar sua identidade para o povo, sem mostrar o documento de terras, e nesta área tem muitos que já moram tem muito tempo, desde a época do governo do Aloysio Chaves e Fernando Guilhon. Esses colonos têm grandes plantações de cacau e pimenta, criam porcos e vacas. É uma região com muitas pessoas, tem até uma escola que foi erguida e levará o seu nome, Jarbas Passarinho. Agora esse estrangeiro quer deixar nós colonos aperreados sem ter para onde ir, estamos fazendo um apelo para o senhor, ajude a manter nós na terra, trabalhamos muito aqui nessas matas do Alto Acará e queremos continuar em nossas terras..⁸³

Acreditamos que com a divulgação e incentivo por parte das agências do governo para adesão dos latifundiários ao PROTERRA, estabelecendo regras de compensação para aqueles que concedessem terras para a reforma agrária, muitos oportunistas surgiram contestando áreas que nunca de fato foram possuidores. Para Ferreira (2016) o programa citado buscava levar mais elementos para o desenvolvimento regional, traçando um

⁸³ A carta foi escrita por Miguel Raimundo dos Santos, liderança comunitária do povoado de Água Azul, Tomé-Açu. Atualmente a carta faz parte do acervo pessoal da família do líder, fato que leva a crer que nunca chegou a ser lida pelo governador.

projeto de ocupação a partir da constituição de novas propriedades rurais para os que não possuíam terras, e dando recursos para os agricultores que já atuavam transformarem sua produção agrícola em industrial.

Ao entregar a terra para o INCRA, o latifundiário, não necessariamente estava em prejuízo, ele estava trocando parte de sua propriedade sem uso, e recebendo recursos para o investimento nas terras que lhe sobravam. Eram grandes propriedades, em posses de pequenos grupos, que há gerações se diziam donos. Em contrapartida, milhares de famílias, não possuidoras de terras, lutavam pela sobrevivência, ao submeter-se a trabalhos na produção desses grandes latifundiários.

Parte dos recursos previstos no Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), foram direcionados ao estímulo da produção de energia na região Amazônica. A reformulação no destino dos recursos do PROTERRA e de outros projetos do governo foram discriminadas no Decreto 1.498 de 1973⁸⁴. A justificativa é que a criação de infraestrutura possibilitaria o desenvolvimento dos projetos, logo, a produção de energia era uma necessidade básica para que houvesse interesse de empresas do setor privado em se estabelecerem na região. Esses recursos, tiveram um “desvio” de finalidade, e foram retirados da previsão oficial do projeto e a partir do decreto 1.498, passaram a ser considerados como contribuição da União.

A justificativa exposta por João Leitão de Abreu, Ministro Extraordinário para os Assuntos da Casa Civil⁸⁵, era que os empreendimentos de energia foram “sabidamente empreendimentos que tiveram, desde o início, uma história complicada”, assim como a dificuldade em condução, o que ocasionou na oneração dos valores previstos para o término das obras. Assim, o maior projeto que possibilitaria o acesso a terras através de financiamentos a pequenos agricultores, teve parte de seus recursos destinados à produção de energia. É certo, que o setor energético, possibilitaria a introdução de empresas para atuação na região, porém, as condições para a conclusão das obras, com recursos do PROTERRA, certamente dificultaram o desenvolvimento do projeto inicial. O deputado Federal Chaves Amarante, membro da Comissão de Economia, disse que as distorções nos recursos foram na verdade um investimento, que efetivamente atendeu aos mais altos interesses do país, recursos esses destinados a dotar as regiões do território brasileiro da

⁸⁴ Câmara dos Deputados, Mensagem do Executivo de N° 288 de 1973.

⁸⁵ Ibidem

infraestrutura econômica, indispensável ao projeto de integração daquelas áreas a economia do Brasil.⁸⁶

Aproveitando-se dessas políticas disponíveis para as áreas rurais da Amazônia, os cooperados pertencentes a CAMTA em Tomé-Açu buscaram fortalecer a instituição e beneficiar os produtos rurais oriundos de suas terras e transformá-los através de uma agroindústria. Os sujeitos vinculados à cooperativa buscaram através da política de incentivo a agroindústria promover a instalação de máquinas para beneficiamento de arroz, armazenamento de pimenta-do-reino e frutos para transporte e venda em outras regiões do Brasil. Nesse contexto, os cooperados buscaram deixar apenas de produzir, mas buscaram se inserir no novo modelo de desenvolvimento proposto pela SUDAM, a agroindústria na Amazônia.⁸⁷

Ficou estabelecido pela SUDAM que os cooperados que se dedicavam integralmente a seus roçados, sejam próprios ou não, poderiam receber financiamentos individuais até o valor correspondente a vinte vezes o maior salário-mínimo do país. Aqueles que desenvolviam outras atividades dentro da agricultura e pequena indústria rural, poderiam ser financiados até cinquenta vezes o maior salário-mínimo. Nesses termos, aqueles que já eram membros de associações e cooperativas saíram na frente na corrida pela aquisição de financiamentos e custeios para investimentos na produção.⁸⁸

Foi através da política de estímulo à agroindústria que foram construídas as primeiras instalações de galpões de armazenamento e processamento de produtos rurais na Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. O que basicamente não foi difícil para os cooperados, uma vez que já possuíam uma estrutura jurídica e econômica bem representada no Pará. Todos os cooperados possuíam documentação das terras que ocupavam, assim como não apresentavam débitos junto a instituições financeiras, dessa forma, organizados de maneira coletiva, puderam acessar financiamentos para a construção de uma estrutura agroindustrial em Tomé-Açu.

⁸⁶ Câmara dos Deputados, Comissão de Economia, 10 de setembro 1973.

⁸⁷ Ata de reunião dos Cooperados – CAMTA 1973.

⁸⁸ Plano de incentivo a agroindústria na Amazônia. SUDAM, 1971.

IMAGEM 19: SEDE ADMINISTRATIVA E AGROINDÚSTRIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU – 1974.



Fonte: Jornal O globo

Além da cooperação dos associados, a CAMTA dispôs de recursos ofertados pelo governo através do PROTERRA e do Banco da Amazônia. A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu foi considerada pela SUDAM como “uma empresa rural já consolidada, com investimentos e pleno funcionamento, gerando emprego e renda para além dos associados.”⁸⁹

No mesmo período os agricultores da região de Canindé em Tomé-Açu, também reunidos em torno de uma associação de agricultores, buscaram financiamento para uma usina de beneficiamento de arroz, porém, devido a burocracia e falta de alguns documentos dos solicitantes, o BASA negou o recurso. Austriclinio Viana em relato disse que os agricultores, principalmente os brasileiros em Tomé-Açu eram sufocados pela ausência de organização e pelas dificuldades que tinham nas relações com as instituições.

Era muita burocracia para um posseiro, agricultor que muitas vezes não sabia ler nem escrever, eram pessoas rurais que não frequentavam escolas e não tinham documentação completa, ou seja, não sabia lidar sozinho com grupos políticos a ponto de buscar um financiamento. E foi assim que muitos se uniam em associações para buscar lidar com essas instituições. (VIANA, 2018).

⁸⁹ Diagnóstico da Situação Cooperativista no Pará, SUDAM 1974.

Para Francisco Oliveira (2006), o governo Militar tratou a SUDAM e suas ações, como uma instituição burocrática para atender os interesses do governo, que traçou suas estratégias políticas através de negociação direta com os estados e grupos dominantes, fato que distorceu o planejamento regional e a autonomia institucional. Reproduzindo simbolicamente, que a criação e manutenção das instituições, eram formas de expressar a presença do governo no planejamento regional, mas que não necessariamente o eram.

Analisando o cenário nacional das políticas de desenvolvimento, podemos observar que apesar de beneficiar numerosos grupos de agricultores na Amazônia, o PROTERRA foi um exemplo da perda de autonomia institucional da SUDAM, em detrimento do projeto de desenvolvimento nacional. Os recursos antes previstos para valorização econômica da Amazônia, passaram a atender projetos de interesse nacional. A SUDAM teria o papel de gerir ações do PROTERRA no território de sua jurisdição, porém, os recursos passaram a ficar escassos e o desenvolvimento esteve em comprometimento. Ou seja, o desenvolvimento regional passou a ficar subordinado aos planos de desenvolvimento nacional. O Plano Nacional de Desenvolvimento de 1970 (PND), reordenou a política de desenvolvimento nacional, a partir daí, o planejamento regional passou a ser caracterizado por projetos em subordinação aos planos nacionais.

Por se tratar de um projeto para o setor rural, os poderes locais da Amazônia e de outras regiões do Brasil, estiveram interessados nos investimentos para mudança dos cenários regionais. A Câmara do Deputados Federais, ocupou-se por diversas vezes em agregar mais investimentos ao setor rural, em 1976, em ocasião de um debate sobre o desenvolvimento regional, onde o PROTERRA foi assunto, a Câmara divulgou o projeto de N° 69, o que ocasionou na seguinte conclusão;

É bem verdade, que as necessidades de crédito para atender à demanda do setor rural, em país da extensão do setor territorial do Brasil, são verdadeiramente inesgotáveis. Quanto mais se destinar recursos aos programas especializados de investimentos rurais capazes de elevar a produtividade do setor, maiores serão as necessidades que surgem em decorrência da sistemática própria à implantação dos novos investimentos programados.⁹⁰(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1976).

Como afirmava o texto dos parlamentares, o setor rural brasileiro necessitava de investimentos inesgotáveis, uma vez que a modernização das práticas surgiria com o crescimento das demandas em torno do setor em crescimento. Aqui levantamos mais uma vez a questão de onde estavam os pequenos produtores em meio a essa

⁹⁰ Câmara dos Deputados, Projeto de N° 69 de 1976.

burocratização do campo, devido aos aspectos modernizantes e comerciais que as atividades do setor agrícola vinham tomando. A infraestrutura prevista não era acessível para todos os grupos que residiam ou atuavam em atividades rurais.

Gabriella Cogels (1972), atestou que o homem do campo amazônico, pequeno produtor rural e extrativista, lidava com um “grande problema” até 1972, não possuía acesso à justiça social, seus direitos básicos, como terra e trabalho, não eram respeitados. O rural brasileiro, e conseqüentemente amazônico, possuía grandes tensões sociais, clima de insatisfação coletiva, ocasionando conflitos sem a intervenção da justiça. Concluiu, afirmando que a máquina da judiciária, no funcionamento da época, foi um empecilho para assegurar, na zona rural, os direitos dos que mais precisavam de justiça.

Esta análise, complexa da atuação da justiça no espaço rural, proporciona novas reflexões sobre os problemas em torno da burocratização do rural, e da não efetivação dos direitos das “minorias”. O PROTERRA, desencadeou em uma série de questões em torno do rural, onde o governo buscou mediar a desocupação do latifúndio improdutivo para ocupação do trabalhador rural e pequeno produtor. Mas é importante mencionar que esse trabalhador, projetado no PROTERRA não pode ser pensado como aquele que simplesmente desejava manter essa relação com as instituições do governo. Importante mencionar que diversas regiões do Brasil abrigavam indivíduos que não possuíam conhecimento burocrático para lidar com essas instituições. Nesse sentido, estamos falando de um projeto voltado para um grupo de produtores rurais instruídos, que poderiam lidar com o processo burocrático em torno dos projetos.

Em 1973, o agricultor de origem maranhense, Arnésio Rodrigues de Souza⁹¹, adquiriu terras na região rural do município paraense de Tomé-Açu, as terras foram financiadas, em uma relação do agricultor com o BASA⁹², porém, a mediação foi feita pelo proprietário do latifúndio. Arnésio Souza, disse que toda negociação ocorreu em relação direta com o dono da terra, e os preços foram estabelecidos verbalmente.

Por mais que a mediação do governo, entre o latifúndio e o pequeno produtor representasse a busca por soluções aos problemas relacionados a ocupação das terras, em regiões mais longínquas, as instituições estatais não exerciam de forma direta o controle sobre os setores sociais dependentes, deixando a tarefa a cargo das estruturas locais de poder tradicional de poder tradicional das zonas rurais. (COGELS, 1972).

⁹¹ Arnésio Rodrigues de Souza, Agricultor de origem migrante maranhense aposentado, residente desde 1961 em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 13 de março de 2020.

⁹² Banco da Amazônia, Agência 0078, Tomé-Açu.

Podemos perceber, que nesse contexto das décadas de setenta e começo de oitenta as políticas rurais se diversificavam e privilegiavam grupos já consolidados e dominantes. Como na experiência de Tomé-Açu que tal grupo era composto basicamente por japoneses, dessa forma, os demais ficavam à margem dessas políticas, quando se integravam era por intermédio dos japoneses.

Além da redistribuição de terras através da venda de parcelas do latifúndio improdutivo, o PROTERRA também previa canalizar recursos para programas efetivos de criação de novos investimentos rurais, que influenciasse o aumento da produtividade rural, bem como para acionar os mecanismos com a finalidade de reduzir os custos e as taxas de juros. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, p 09, 1976). A proposta era conceder financiamentos e custeios para a produção no espaço rural.

Em 1974, o agricultor José Josias Leite⁹³, foi comunicado pelo Banco da Amazônia, que havia sido concedido o crédito de Duzentos e Nove Cruzeiros e quatro centavos. ⁹⁴O valor havia sido solicitado na modalidade de custeio para a aquisição de adubos para aumento da produção de pimenta-do-reino, o agricultor paraense matinha uma produtividade rural em Tomé-Açu. O valor recebido fazia parte dos investimentos previstos no PROTERRA, e foi disponibilizado para devolução em parcelas anuais que findariam em 1980. Atestamos aqui uma concessão de recursos a um pequeno produtor, mas José Josias Leite tinha uma posição de liderança religiosa, e mantinha boa relação com políticos a nível local e estadual, o que facilitou a obtenção de informações e desburocratizou o acesso aos incentivos do governo.

O financiamento recebido pelo agricultor paraense constituía uma parcela mínima de interesse do governo, a intenção maior era modernizar o campo e inserir grandes produtores. O Conselho Monetário Nacional já havia reunido em 1972, para buscar soluções aos investimentos destinados ao PROTERRA, e foram definidas como prioridades a concessão de financiamentos para aquisição de tratores, implementos agropecuários para empresas agropecuárias. A pecuária deveria ser modernizada, para isso, foram dispostos recursos para a compra de reprodutores, e estrutura para congelamento de sêmen bovino.

Nesse sentido, o interesse do governo em defender o PROTERRA, e garantir recursos, fazia parte do projeto modernizante, destinado a grande produção e estruturação

⁹³ José Josias Leite, 74 anos, agricultor paraense aposentado, morador da comunidade rural do Poeirão. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2020.

⁹⁴ Ficha técnica de correntista/cliente – BASA 1974.

de um empresariado rural. O desenvolvimento, forjado, não era para todos, era para o grupo que já constituía uma estrutura e bens, que seriam, a partir das concessões previstas no projeto, beneficiados e fortalecidos. Este modelo de incentivo era ainda importante para realizar o fortalecimento das relações políticas do governo, através de suas instituições, com as elites locais, atestando a eficácia governamental frente ao desenvolvimento e integração das diversas regiões ao contexto econômico nacional. Criou-se um programa, de caráter desenvolvimentista rural, que preconizava a redistribuição de terras e o desenvolvimento técnico de atividades produtivas, mas que disponibilizou incentivos aos mais próximos dos interesses de manutenção política do regime existente. O governo, argumentava através que nunca houve no Brasil, em toda sua história do setor rural, um crédito tão volumoso de recursos, e uma tão variada opção, com juros subsidiados, “através de uma política firme e eficaz”. Porém, essa eficácia era para o setor rural das elites do campo.

Em 1974 o Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli⁹⁵, criticou a política de distribuição de terras desenvolvida pelo PROTERRA, afirmando que o programa não havia direcionado esforços necessários para as questões fundiárias. Sendo a maior preocupação em conceder incentivos à produção em propriedades já existentes. A não priorização das questões fundiárias, dificultava o desenvolvimento da agricultura, lamentou o ministro. Isso pode ser explicado não apenas pelos contornos tomados dentro do desenvolvimento do projeto, mas também em torno do interesse dos políticos locais e nacionais. A perspectiva do ministro era desenvolver a agricultura a partir da concessão de terras, e dirimir um problema dentro de sua zona de gestão, uma vez que os conflitos agrários, geravam prejuízos ao funcionamento da agricultura.

Alysson Paulinelli (1974) ainda alertou para o fato das poucas terras distribuídas serem constituídas por terras de solo impróprio a cultivos. Era a denúncia que assinalava a ineficiência ou inexistência de estudos do solo, previstos para execução do PROTERRA. Para o êxito do programa, era necessário que integrado a distribuição das terras, o governo deveria incentivar que os organismos participantes deveriam estudar as “peculiaridades locais”. Para isso, estava em disposição a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)⁹⁶, que contava com 600 técnicos em formação.

⁹⁵ Câmara dos Deputados, Pronunciamento do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelle. (1976).

⁹⁶ Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. (EMBRAPA, 2016).

O ministro orientou que era necessário adotar a filosofia de pesquisa, e promover reuniões entre agricultores, técnicos da extensão rural e pesquisadores, para formarem pacotes tecnológicos, para que os produtores pudessem usar e proporcionar mudanças expressivas e festejáveis no setor rural. O fortalecimento das rendas do produtor rural seria ensejado pelo estabelecimento destes com o mercado consumidor de produção, era necessária a constituição com o comércio regional, assim como viabilizar a exportação dos produtos rurais, principalmente os de origem pecuária.

Em contato com os sujeitos de Tomé-Açu que vivenciaram todo o processo descrito é possível perceber que a maioria estava aquém do que era discutido no campo político institucional. Esses investimentos ou distorções nos recursos não eram assuntos comuns no cotidiano do pequeno produtor rural. Porém, podemos observar que a CAMTA acompanhava através dos cooperados as mudanças que ocorriam no cenário regional e nacional, uma vez que constituíam uma agroindústria e contavam com aparato jurídico e financeiro. Em reunião administrativa ocorrida entre os membros da cooperativa agrícola e da companhia de imigração, ocorrida em 1973, ficou definido quais eram os projetos que as referidas instituições buscariam acessar. Baseados no PROTERRA, a JAMIC buscava mais terras para colonização e constituição de propriedades para mais japoneses, já a CAMTA buscou a instalação de uma nova agroindústria na região colonizada às margens do rio Cuxiú, conhecida como JAMIC, a segunda colônia japonesa em Tomé-Açu. A imagem que segue mostra o grupo reunido analisando os principais projetos e todo o processo burocrático necessário para acessarem as políticas disponíveis.⁹⁷

⁹⁷ A maioria das informações foram adquiridas a partir de depoimentos de membros da própria cooperativa, com destaque para Hajime Yamada, o imigrante vivo mais antigo da Colônia. Em Tomé-Açu existe o Museu da Imigração, criado e mantido pela CAMTA, um importante espaço para a pesquisa que sustenta esta tese.

IMAGEM 20: DIRETORIA DA CAMTA REUNIDA COM MEMBROS DA COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO JAMIC



Fonte: Acervo da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú

Além de buscarem novas instalações para agroindústrias, os cooperados propuseram acessar recursos para a criação bovina e de aves. Havia uma previsão de investimentos do Governo Federal através de suas agências para o setor pecuário.

Em 1975 o governo disponibilizou, através do PROTERRA, mais de 100 milhões de cruzeiros adicionais no orçamento para o incentivo à pecuária. Além de assistência técnica. O governo explicitava que a intenção era enriquecer os produtores através da concessão de crédito para aumento da produção, e não o endividamento, para evitar gastos não racionais, as agências ficaram responsáveis por fiscalizar e orientar as formas de investimentos para que não houvesse desvios de finalidade. (PAULINELLI, p 19, 1974). Podemos observar que o programa foi um dos maiores incentivos a reformulação do modelo rural da Amazônia, buscando reorganizar desde a distribuição de terras, até mesmo as atividades que seriam desenvolvidas em meio a floresta. Apesar da grandiosidade em objetivos e recursos, alguns contrastes marcaram esse período das políticas desenvolvimentistas.

O relatório da Câmara dos deputados que avaliou as ações do PROTERRA, apresentou a conclusão de que o problema em torno da distribuição de terras aos produtores mais carentes não foi deixado de lado pelo INCRA. O que ocorreu, foi a limitação dos recursos para tais fins, e por isso o assentamento das famílias, que não tinham condições básicas de crédito orientado para investimentos, necessitava de uma estrutura, como transporte para viabilizar a comercialização.⁹⁸ É importante salientar que nesse contexto alguns agricultores já estavam organizados em torno de associações, justamente para buscar representatividade em meio às políticas de desenvolvimento, assim questionavam e esperavam por propostas do governo que pudessem suprir suas necessidades.

A política adotada pelo governo através do PROTERRA, um dos maiores programas de incentivo a mudanças no setor rural do século XX, inclusive, pela sua magnitude, teria tirado a autonomia das agências de desenvolvimento regional, pois o programa era de responsabilidade direta do ministério da agricultura, sendo uma ação de caráter nacional de superação de problemas ligados ao setor rural e a propriedade. A justificativa era, que o governo mediaria um entendimento entre os proprietários do latifúndio e o “parceleiro”, para que as divergências, permanentes ou ocasionais, não frustrassem a arrancada do processo de redistribuição de terras. Considerando que o setor primário necessitava de “elementos fundamentais, como crédito e taxas subsidiadas, objetivando o aumento na produtividade.”⁹⁹ Além do controle sobre a distribuição de terras e ações das instituições, o governo garantia as decisões nos setores que acreditava ter prioridade e lucro mais rápido, assim, através do PROTERRA, e dos decretos e propostas de emendas, recursos, ora destinados a redistribuição de terras, ou para a criação de agroindústrias, tiveram suas finalidades desviadas para o setor de produção de energia e para o fortalecimento da pecuária. Restando a população rural, a condição de “parceleiro”, caso possuísse crédito para aquisição das propriedades dispostas, ou, trabalhar nas grandes propriedades em condições diversas. Aqueles que estavam organizados em associações ou cooperativas conseguiram benefícios, como no caso dos membros da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú, que estruturou a agroindústria, assim como investiu em galpões para armazenamento da produção.

⁹⁸ Câmara dos Deputados, Projeto de N° 69 de 1976.

⁹⁹ *Ibidem*

3.3 – AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PARA AGRICULTURA DA AMAZÔNIA – A INTRODUÇÃO DA LAVOURA CACAUEIRO

Restou aos pequenos produtores negociar diretamente com os japoneses para conseguir mudas de pimenta, adubos e até mesmo orientação de como evitar que as pragas tomassem os pimentais. (Dugés Crispim, 2019).

Como visto, nas décadas de sessenta e setenta houve “vultuosos” investimentos no setor rural, porém acessados por um seleto grupo, geralmente de empresários rurais ligados a sociedade política, o que certamente facilitava tais benefícios. Com investimentos voltados à distribuição de terras, pecuária e agroindústria, o campo novamente passou por uma dinâmica de transformação a partir de ações projetadas por agências do governo. Em Tomé-Açú, houve a crise na produção de pimenta-do-reino, devido a pragas que destruíram partes das plantações, assim como a desvalorização do produto no mercado, afetando principalmente o agricultor que atuava com mão de obra familiar. Foi nesse contexto, que outros produtos passaram a fazer parte das atividades agrícolas da região, a exemplo da produção do cacau. Foi prática comum principalmente entre os pequenos produtores, que devido a durabilidade da produção do cacau, a viram como mais lucrativa e de menor investimento. Dessa forma, consideramos a introdução do cacau na produção rural da Amazônia como o projeto que mais despertou interesse dos pequenos produtores.

A lavoura cacaueira foi incentivada em alguns estados do Brasil, além de ser uma atividade lucrativa, as plantações de cacau são de longa duração, o que possibilitaria a permanência dos produtores por décadas de dedicação a atividade. Em meio ao tecnicismo que se desenvolvia no Brasil na década de cinquenta, foi fundada em 20 de fevereiro de 1957 a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, através do decreto Federal de Nº 40.987¹⁰⁰. A instituição técnica passou a fazer parte das políticas do governo Federal para o desenvolvimento rural, assim como para a fixação de sujeitos em áreas despovoadas. A partir de 1970, através da execução de uma série de políticas que pretendiam integrar a região amazônica e desenvolver a ocupação e economia, a CEPLAC passou a executar políticas nos estados do Pará e Rondônia.

¹⁰⁰ Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), criada através da Lei 40.987 de 20 de fevereiro de 1957. (SENADO FEDERAL, 1957).

A presença da instituição técnica tinha como objetivo melhorar os índices e condições de produção de cacau na região, uma vez que a Amazônia já produzia cacau a partir do extrativismo. A CEPLAC desempenharia as orientações técnicas aos produtores de cacau, além de incentivar a produção em outras regiões através da agricultura, com a introdução de novas sementes, mais produtivas, e passou a fornecer produtos agrícolas para adubação e manutenção das plantações. Dessa forma, pensamos a chegada da instituição e sua atuação, como um exemplo de contato do governo, através de suas instituições, até o agricultor, ao extrativista, com sua proposta de mudança de hábitos para atender ao mercado nacional, assim como uma forma de fixar os sujeitos em terras amazônicas, uma vez que a lavoura cacauzeira é caracterizada por longa duração.

A produção, orientada pela CEPLAC, estabelecia regras de cultivo, manejo, colheita e comercialização, o que obrigava os agricultores submetidos à instituição, a seguir os protocolos ao lidar com a produção. O que caracteriza a introdução de orientações e técnicas, de maneira a proporcionar a modificação da relação das famílias com a terra. Dessa forma, as práticas extrativistas, aos olhos das agências do governo foram classificadas como pouco produtivas, dariam lugar a agricultura cacauzeira, que geraria mais lucros, e desencadearia a mudança nas características dos produtores regionais.

TABELA 2: PRODUÇÃO DO CACAU DO BRASIL E DA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE SETENTA EM TONELADAS

ANO / AGRÍCOLA	BRASIL (A)	AMAZÔNIA (B)	% A/B
1972/73	173.138	2.212	1,27
1973/74	184.859	1.480	0,8
1974/75	187.692	1.364	0,73
1975/76	271.788	1.538	0,56
1976/77	215.245	1.465	0,68
1977/78	252.666	1.629	0,64
MÉDIA	214.231	1.615	0,75

Fonte: Acervo da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Entre 1972 e 1978, a produção cacaueira na região amazônica chegou a 9.688 toneladas, uma média de 1.615 toneladas por ano, o que representou menos de 1% da produção nacional. O agravante era a disposição das árvores cacaueiras da região amazônica, sendo a maioria constituídas de plantas nativas, de maneira irregular, a manutenção e colheitas eram feitas de maneira rudimentar, sem técnicas de manejo e produção. Nesse período, os maiores produtores de amêndoas de cacau eram os municípios paraenses de Cametá, Barcarena e Mocajuba, que representavam cerca de 65% da produção paraense. O agrônomo da CEPLAC D. P. Alvin disse ser interessante pensar que a região amazônica não estava em desenvolvimento, mesmo sendo de lá que duas espécies tivessem sido retiradas e enriquecidos outras regiões do Brasil e do mundo, citando o cacau e a borracha. A retirada das espécies da região amazônica e levada para Malásia teria modificado a economia rural do país asiático.¹⁰¹ Assim, o cacau também deveria ser um produto que poderia mudar a economia das áreas rurais amazônicas.

A baixa produtividade do cacau na Amazônia, de acordo com os relatórios técnicos da CEPLAC era devido às técnicas de produção, além de ser uma atividade

¹⁰¹ Relatório técnico da CEPLAC de N° 167 de Janeiro de 1975. CEPLAC.

extrativista, assim, a partir de orientações técnicas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira o modo de produção extrativista deveria ceder espaço para a produção baseada na agricultura. Com isso, a CEPLAC se apresentava como uma agência técnica que auxiliaria no desenvolvimento e ocupação da Amazônia a partir da agricultura, assim como na introdução das técnicas na produção rural da região.¹⁰²

Para o engenheiro agrônomo Paulo de Tarso Alvim, a implantação da CEPLAC na região amazônica fazia parte do projeto de desenvolvimento, por ser considerada “uma instituição de pesquisa e de assistência técnica do mais alto nível”. Eram essas ações que viriam “arrancar” a região do estágio de atraso, “de uma economia de subsistência e das condições de pobreza e infra-humanas em que ainda vivem os caboclos da Amazônia”. Esses discursos em defesa da atuação das agências na Amazônia estão exaustivamente disseminados em praticamente todas as partes do texto, a ideia de enfrentamento das florestas e das práticas primitivas dos povos que nele desenvolveram seus modos de vida. Tais discursos defendiam o desenvolvimento, que seria alcançado se a região apresentasse uma produção que atendessem os mercados externos.

O relatório do Ministério da Agricultura apontou quatro aspectos principais que fortaleciam o desejo de implantar a lavoura cacaueira na região. O primeiro aspecto era estratégico, uma vez que o cultivo do cacau seria capaz de fixar o homem na terra, e dessa forma colaborar na ocupação dos vazios demográficos da região, assim, as extensas faixas de fronteiras de forma nodular seriam povoadas. Era a defesa de uma ocupação mais racional, com técnicas de plantação, para assim transformar a agricultura. Nesse sentido, a instituição colaboraria com os objetivos da SUDAM, de proporcionar a ocupação e colonização em terras consideradas vazias.¹⁰³

O aspecto econômico, uma vez que a produção garantiria ao agricultor uma “conveniente remuneração, e conseqüentemente contribuiria para melhoria nas balanças de pagamentos regionais e nacionais, crescendo as receitas cambiais. O fator ecológico também apareceu como preocupação da instituição, que justificou que era um cultivo tipicamente conservacionista, que mantinha um equilíbrio ambiental, imitando as florestas. Compreendemos o fortalecimento da atuação da CEPLAC como uma importante política regional de instrumentalização e relação do pequeno produtor com as

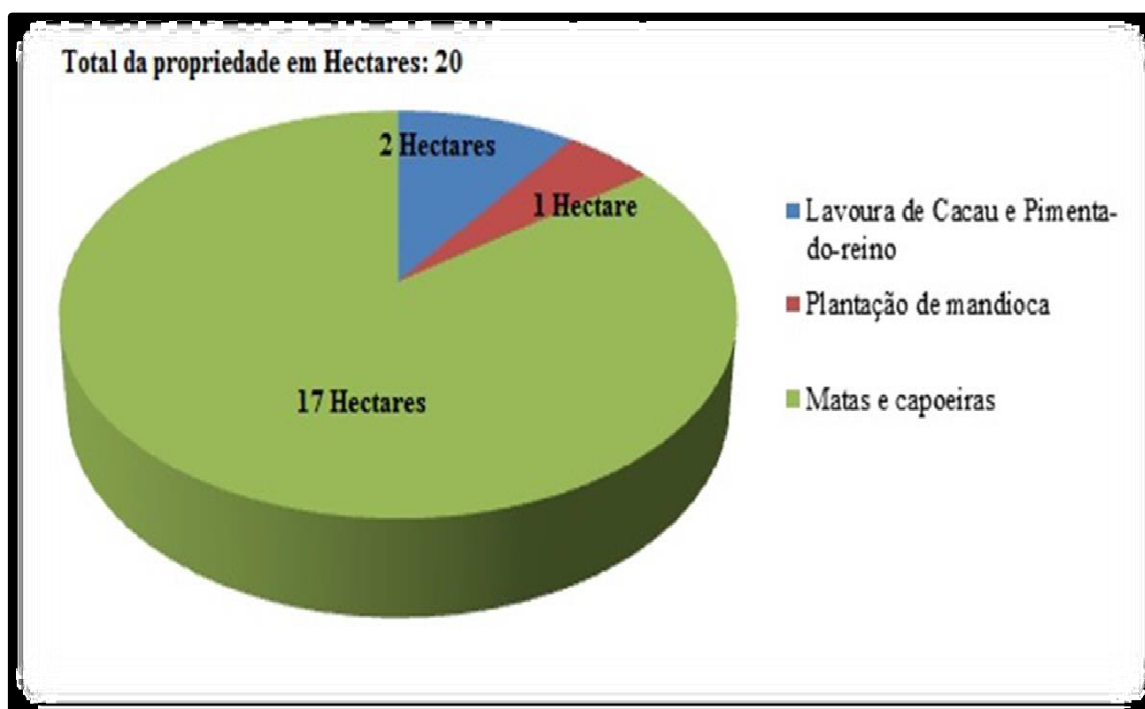
¹⁰² Ibidem

¹⁰³ Introdução da Lavoura Cacaueira na Amazônia. Ministério da Agricultura, 1974.

instituições do governo, sendo uma das instituições que desenvolveu projetos mais próximos do pequeno produtor.

Arnésio Rodrigues de Sousa, é um agricultor aposentado que possuiu terras em Canindé, área rural de Tomé-Açu, teve acesso aos incentivos para a produção de cacau, em orientação dada pela CEPLAC. O agricultor recebeu o crédito de 30.5000.00 cruzeiros para custear a implantação da lavoura cacauzeira nas terras que ele ocupava. A fazenda São Bernardo, constante na ficha técnica de avaliação da CEPLAC, havia uma previsão de produção de cerca de quarenta arrobas de cacau em 2 hectares de terra. Arnésio Rodrigues foi considerado apto para receber o custeio, na avaliação constava que o agricultor possuía em suas terras as condições de infraestrutura para o beneficiamento da produção.¹⁰⁴

IMAGEM 21: DIVISÃO DA PROPRIEDADE RURAL - FAZENDA SÃO BERNARDO



Fonte: CEPLAC Tomé-Açu – PA

¹⁰⁴ Ficha de laudo de avaliação da CEPLAC; proposta de custeio de Lavoura de cacau. Acervo da CEPLAC 1982.

Observamos que mesmo com os cultivos propostos, a área da fazenda era constituída em maioria por matas e capoeiras, e a produção de cacau era constituída pelo sistema de cultivo de culturas diversas, além do cacau, também haviam plantações de pimenta-do-reino. Com os lucros produzidos com a produção, a infraestrutura da fazenda deveria ser melhorada, sob a orientação da agência técnica. É possível observar que a CEPLAC teve uma proposta mais próxima de um desenvolvimento do espaço rural a partir de uma relação com o pequeno produtor, garantindo um menor impacto ambiental.

Assim, a CEPLAC, através da promoção da lavoura cacauzeira, contribuiria com a economia nacional, através do desenvolvimento de uma política econômica agrícola, promovendo um balanceamento na produção do cacau nacional, a produção foi distribuída entre os estados brasileiros que reuniam condições de desenvolvimento, levando em consideração os fatores climáticos e de solo. Era uma forma de evitar que a produção fosse concentrada somente na Bahia, que até 1971, detinha 95% da produção nacional.¹⁰⁵

Importante pontuar que a atuação da CEPLAC na Amazônia já ocorria antes de 1970, em 1965, a instituição firmou a colaboração técnica com o Ministério da Agricultura, através do Departamento de Pesquisas Agropecuárias, constituindo assim o início da atuação da CEPLAC da Amazônia. Nesse período foi implantado a pesquisa de experimentação de cacauzeira, desenvolvida em Belém do Pará. Em junho de 1965 foram realizadas expedições botânicas pela região amazônica para selecionar cacauzeiros nativos para estudos e melhoramento genético. Por ser uma atividade agrícola já desenvolvida de forma extrativista, acabou atraindo o interesse dos pequenos produtores, o que potencializou a atuação da CEPLAC na região. No final da década de sessenta, a instituição firmou convênios com outros organismos, no Pará, a Secretaria de Estado de Agricultura. Dessa forma, os municípios de Bragança, Santa Izabel, Castanhal, Tomé-Açu, Itaituba e Marabá passaram a ter suas lavouras assistidas pela CEPLAC.

O decreto de Nº 73.960 de 18 de abril de 1974 deu ênfase à política econômica desenvolvida pela CEPLAC, e a incumbiu de promover o aperfeiçoamento da lavoura cacauzeira e criar novos pólos de produção de cacau no país. Além de desenvolver alternativas para a implantação de agroindústrias nas regiões produtoras de cacau, dessa forma, a instituição técnica contribuiria com o desenvolvimentismo incentivado pelo

¹⁰⁵ Relatório técnico apontando os Aspectos para a implantação da Lavoura cacauzeira na Amazônia. CEPLAC (1971).

governo Federal. Estimava-se que a demanda de cacau ofereceria grandes potencialidades econômicas para os países tropicais, dessa forma, seria uma atividade propulsora de desenvolvimento econômico, que ajustaria a economia amazônica. Foi através desse decreto, que a CEPLAC passou a constituir as políticas nacionais de desenvolvimento, mantendo estreitas relações com outras instituições, como INCRA, SUDAM e com programas federais como o POLAMAZÔNIA.

A CEPLAC representou também, a introdução de técnicas acadêmicas de manejo e estudos do solo, a criação dos campos de experimentação e dos pólos de produção, foram precedidas de estudos. Nas mesmas áreas de atuação do POLAMAZONIA, foram desenvolvidas pesquisas de solo para compreender se eram aptos ao desenvolvimento da cultura cacaeira. A atuação da CEPLAC na Amazônia se deu a partir da criação de treze Polos para implantação da lavoura cacaeira, no projeto institucional, intitulado Pólos Cacaueiros na Amazônia, a implantação do projeto foi justificada que a implantação se deu em face ao melhor conhecimento das características da região, e “reconhecida insuficiência de recursos próprios orçamentários,” a CEPLAC procurou assim, definir, uma forma para atuar na Amazônia.¹⁰⁶

Após as pesquisas de solo e condições das plantações feitas sem a orientação institucional, a CEPLAC, apresentou o relatório conclusivo, que definiu princípios básicos para atuação. O relatório, discriminava que não era para ser incentivado novos plantios de cacau em áreas de várzeas, pois havia grandes incertezas, uma vez que eram terras propensas a grandes enchentes, comuns nos rios amazônicos. Outro fator, era que esse tipo de solo, representava um menor prazo de produção e existência, diminuindo a produção e desgastando investimentos. Dessa forma, percebemos que os estudos institucionais, condicionavam as áreas que seriam mais viáveis para introdução e manutenção da lavoura, mas também reprovava outras. O que simbolizava a exclusão de alguns grupos que só dispunham de terras de várzea. Ao passo que a introdução da lavoura cacaeira vislumbrava o desenvolvimento econômico do campo, também representou o maior abandono dos produtores de cacau de várzea. Pois a partir da introdução das técnicas da CEPLAC, os esforços para produção se voltaram para as áreas de terra firme. Assim como, os compradores passaram a comprar a produção nas regiões de atuação da CEPLAC, uma vez que se tornaram regiões mais produtivas, a um custo mais baixo.

¹⁰⁶ CEPLAC, Os Polos Cacaueiros na Amazônia. 1975.

Dessa forma, a orientação se deu em torno da concentração das áreas de plantação cacauera em terra firme, de alta fertilidade natural, o que ocasionaria no barateamento da produção, uma vez que não iria necessitar de fertilizantes. A partir da criação dos polos, a CEPLAC passou a contar com orçamentos do governo Federal, da SUDAM, através do BASA e do apoio dos governos estaduais. Dessa forma, principalmente os agricultores que atuavam em contato com outras agências do governo, foram mais atentos às possibilidades dispostas no cenário político de atuação das agências ligadas ao governo. Em 1976 a os cooperados ligados a CAMTA solicitaram mudas de cacau, assim como orientações técnicas para o cultivo e manejo da planta.¹⁰⁷ De acordo com os atos da reunião da cooperativa, os associados solicitavam informações inclusive sobre os tipos de adubos usarem na lavoura cacauera, assim como almejavam a instalação de uma sede da agência técnica em Tomé-Açu.

A construção do prédio da sede da CEPLAC em Tomé-Açu ocorreu somente em finais de 1980, porém a presença dos técnicos passou a ser uma constante ainda em meados de 1970, com orientação e incentivo a produção cacauera, rapidamente a agência técnica ganhou espaços no cotidiano dos agricultores da região. Interessante ressaltar, que não foram somente os japoneses que acessaram as políticas da agricultura cacauera, nacionais também tiveram interesse e produziram cacau. Conceição Souza,¹⁰⁸ agricultora aposentada, disse ter trabalhado nas plantações de cacau de posse do agricultor Antônio Brito, um dos maiores produtores de cacau da região do Canindé em Tomé-Açu.

Em pouco tempo a CEPLAC aumentou seu campo de atuação, e passou a vender aos agricultores os insumos necessários para a manutenção das lavouras. Além de fornecer assistência técnica, controle sobre os solos e ações dos agricultores, a instituição passou a vender produtos aos agricultores a partir de suas agências nos municípios de atuação. Os serviços de revenda de material agrícola foram interiorizados, oito armazéns passaram a funcionar como serviços de distribuição. Em Belém, Castanhal, Tomé-Açu, Altamira, Rurópolis, Alenquer, e Cametá, passaram a sediar as vendas no Pará, os agricultores deveriam se direcionar ao comércio institucional para adquirir os produtos necessários para o manejo produtivo do cacau. Assim, a instituição técnica passou a fortalecer sua relação com os produtores, uma vez que foi criada uma situação de dependência quase total. A instituição prestava os estudos técnicos, aprovava, ou não, a

¹⁰⁷ ATA de reunião dos Cooperados (CAMTA, 1976).

¹⁰⁸ Conceição Souza, agricultora aposentada, 61 anos. Moradora da comunidade rural São José, Tomé-Açu.

implantação da lavoura, fornecia a instituição financeira a ordem de financiamento, acompanhava a plantação e manutenção da lavoura, e ainda fornecia os produtos necessários para a cultura, além de direcionar os compradores da produção.

TABELA 3: VENDAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ATRAVÉS DA CEPLAC EM 1977

ITENS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (Cr\$)
Calcário	1.700	Tonelada	846.600,00
Uréria	715	Sc. 50 kg	103.989,00
Pulv. Motorizado	500	Pulveriz.	2.892.600,00
Cobre Sandoz	1.664	Sc. 25 kg	1.309.285,00
Adesivo AG-BEM	4.704	Litros	151.567,00
Terracur granulado	5.000	Sc. 10 Kg	166.200,00
Sacos de Polietileno	20.000	Milheiros	2.429.000,00
Podões	1.000	Podões	7.500,00
Malatol	972	Litros	94.114,29
B.H.C	10.000	Sc. 25 kg	500.000,00
TOTAL			8.500.855,29

Fonte: DEPEA/DIAEA CEPLAC

O quadro com as vendas feitas através da CEPLAC mostra que mesmo com o elevado número de produtos vendidos, um se destacou pela pouca saída, o pulverizador motorizado teve apenas 500 unidades vendidas em 1977, o que nos faz perceber que o poder aquisitivo dos produtores de cacau, não era igualmente. O uso de instrumentos movidos a motor na agricultura amazônica não era algo tão comum na realidade do pequeno produtor, em contrapartida, a quantidade de fertilizantes pareceu bastante elevada, o que caracteriza o sucesso da CEPLAC na relação estabelecida com o consumidor. O monopólio institucional foi justificado como necessário, pois, para o funcionamento da lavoura cacauzeira, seria importante a assistência técnica de forma contínua. O boletim técnico de Nº 66 de 1979¹⁰⁹, justificava que o extensionista do cacau tem de ser um especialista no cultivo, que envolve uma série de reconhecimentos técnicos, a cada dia em mutação e de detalhes de manejo. Prova disso foi a orientação dada aos agricultores de Tomé-Açú em 1978, de acordo com o agricultor José Josias Leite, a agência enviou de Ilhéus na Bahia, técnicos para palestrar aos cacauzeiros do Amazônia.

Dessa forma, a instituição tinha papel fundamental desde a plantação até a colheita e comércio da produção. A Comissão detinha agora, com a comercialização de adubos e insumos para a lavoura, de todas as etapas do processo produtivo, nesse sentido, o agricultor, que houvesse recebido o financiamento da produção cacauzeira, inevitavelmente, deveria seguir os ditames institucionais. Entendemos que a proposta, era além do desenrolar institucional, mas simbolizava a mudança de hábitos, a regulação de atitudes, a proposta de uma relação técnica do produtor com a terra.

Talvez fatos, causa o entendimento que mesmo sendo uma proposta que mais se aproximou da realidade do pequeno produtor rural, mas, no desenvolvimento da atuação da agência, e com sua eminente expansão, as medidas passaram a beneficiar principalmente os agricultores com maior poder aquisitivo com propriedades em terra firme e disposição para comprar os insumos mais modernos. Por outro lado, com as orientações técnica e venda de produtos, a CEPLAC atendia aos anseios locais, uma vez que muitos municípios do interior da Amazônia não dispunham de casas de venda de produtos rurais, nesse sentido, a instituição foi importante na mudança das técnicas de cultivo, também na introdução de máquinas no cotidiano do agricultor. Nesse sentido, a CEPLAC através da introdução da lavoura cacauzeira na Amazônia, foi uma importante

¹⁰⁹ AFONSO, Frederico Monteiro Álvares. O cacau na Amazônia. Boletim Técnico 66. CEPLAC. Ilhéus-BA 1979.

agência de desenvolvimento rural, transformando a produção extrativista em comercial, assim como integrando os pequenos produtores no cenário das políticas desenvolvimentistas.

CAPÍTULO IV: O RURAL E O INSTITUCIONAL: DESENVOLVIMENTO, TERRA E CONFLITOS

Em 16 de outubro de 1969, Magno Batista teve seu pedido de financiamento para implantação de uma pequena usina de beneficiamento de arroz negado pelo Banco da Amazônia, a agência justificou que a documentação necessária para a liberação dos recursos não foi devidamente apresentada.¹¹⁰ O agricultor e comerciante da região do Canindé possuía algumas roças de arroz e pretendia comprar uma máquina que descascasse o produto para comercializá-lo diretamente para os consumidores da região. A negativa da agência expõe um fato comum do novo cotidiano dos povos rurais da Amazônia, lidar com as burocracias institucionais de agências que faziam parte do projeto desenvolvimentista pensado pelo governo para as florestas. Assim como Magno, outros sujeitos buscaram acessar as diferentes políticas, alguns possuíam “débitos na praça”, outros não conseguiram comprovar que suas terras eram próprias para a produção que buscavam financiamento, foram diversas as situações que permearam o cotidiano dos agricultores a partir da introdução de projetos do governo para o espaço rural amazônico.

Além das burocracias, grupos conflitavam pela posse de terras na região, com o golpe civil militar de 1964, as propagandas incentivaram ainda mais a entrada do grande capital na Amazônia, abrindo estradas e espaços para quem buscava investir nos mais diversos setores. Em meados da década de setenta o jornal O globo convidava os pecuaristas para “tocarem sua boiada para a Amazônia, pois era lá o maior pasto do mundo.”¹¹¹ O incentivo fazia parte das políticas da SUDAM, se por um lado facilitava para os grandes pecuaristas, por outro burocratizava a vida dos pequenos produtores, assim como culminou em conflitos entre os diferentes grupos, ocasionando em crimes que marcaram a história regional.

¹¹⁰ Propostas de Concessão de Recursos à Produtores Rurais (BASA). 1976.

¹¹¹ Ministério do Interior. SUDAM, 1974.

4.1 - BUROCRACIA INSTITUCIONAL NO ESPAÇO RURAL

Com a chegada dos militares ao poder através de um golpe proferido em abril de 1964, aliados a civis, as políticas desenvolvimentistas ganharam mais forças, empresários que viam na Amazônia a oportunidade de garantir grandes extensões de terras puderam materializar suas pretensões. Como visto, a sociedade política sempre andou próxima aos grupos mais abastados, a exemplo de Tomé-Açú, município onde predominou grupos da elite pimentalista, constituída em sua maioria por japoneses que tiveram terras concedidas a partir de uma política de colonização capitaneada pelo Estado. Esse modelo de projeto, apresentou de forma clara a intervenção de políticos que privilegiaram determinados grupos.

Intervenção que Octavio Ianni (1979) aponta como propulsora de conflitos agrários, foi resultado dos projetos de colonização do governo militar, que implantou políticas que faziam oposição às possibilidades de reforma agrária. Para o autor, as intenções dos militares ao projetarem políticas de colonização para região, era proporcionar um cenário atrativo para os grandes empreendimentos ligados ao capital privado, a exemplo da mineração, atividade madeireira e agropecuária. Além dos projetos de colonização, o estado também buscou proporcionar o desenvolvimento de atividades econômicas no setor rural através das políticas de financiamento para modernização das atividades, políticas essas que geravam possibilidades para empresariado e relegavam ainda mais o pequeno produtor ao processo burocrático característico das instituições de cunho desenvolvimentistas.

O caderno econômico do *correio da Manhã* de 27 de dezembro de 1968, noticiou que o ministro Delfin Netto comunicou ao presidente da Confederação Nacional da Agricultura, senador Flávio da Costa Brito, que foi criado o Fundo de Isenções que permitiu isentar do ICM as transações com produtos agropecuários efetuados no mercado interno, o que possibilitaria a diminuição do tributo incidente sobre a exportação. Ou seja, uma política que beneficiaria o grande produtor rural, tratava-se de uma política que garantiria a um determinado grupo a possibilidade de investimentos com a diminuição de impostos e encargos. Mas é notório que tais ações buscaram objetivamente um determinado grupo, os grandes produtores.

Nesse mesmo período, o governo Federal disponibilizou através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹¹² financiamentos para a produção rural e criação de animais. Os empreendimentos seriam avaliados pelas instituições do Estado, a concessão, assim como os valores disponibilizados, dependia da complexidade de cada empreendimento. Para obter os financiamentos era necessário enviar ao BNDE uma carta-consulta contendo os elementos descritivos do projeto para que o banco pudesse se pronunciar. Dessa forma, o banco avaliaria como e quanto financiar. Esses elementos, garantiriam aos sujeitos que dispunham de meios de informação, que possibilitariam organizar a documentação para buscar acessar tais projetos. É uma realidade muito distante dos pequenos produtores que produziam para a subsistência ou mesmo para comercialização local.

A professora e ex-vereadora de Tomé-Açú, Cecília Reinaldo de Oliveira, possuiu terras na região do Mocoões, área rural do município. Sua trajetória de atuação foi ligada a questões rurais e luta pela terra. Por ser professora, se tornou uma liderança feminina importante, participando ativamente de reuniões junto a agências do governo. Ao relatar sua experiência, apresentou as principais dificuldades;

ser um pequeno agricultor na década de sessenta e setenta em Tomé-Açú e querer ter o mesmo tratamento dado pelos bancos aos japoneses era impensável, até hoje não é possível. Essas agências não tratam pobres igual aos ricos. Naquele tempo os sindicatos e associações foram se formando justamente para que o povo unido em torno delas conseguissem pagar um advogado, pois geralmente a associação ou sindicato tinha um advogado, também era assim que era possível conseguir orientação para buscar acessar um financiamento, além conseguir um trator, uma máquina para arrumar uma estrada. Então, através das dificuldades vistas, os agricultores acharam na reunião e comunidade uma forma de diminuir os problemas. Sobre buscar financiamentos nos bancos para produção, tinham os critérios, nem todos os agricultores tinham possibilidades de conseguir, alguns nem tentavam, pois era muita burocracia.¹¹³

Outro fator apontado por Cecília Reinaldo foi a preocupação com o endividamento dos agricultores que buscaram participar das políticas de financiamento. Pois tratava-se de pequenos produtores que dependiam de safras para o sustento.

¹¹² O **BNDES** foi criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, no segundo governo Vargas, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (**BNDE**), como um Banco de Estado, tendo autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sendo depois repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (SENADO FEDERAL, 1952).

¹¹³ Cecília Reinaldo de Oliveira, professora aposentada, ex-vereadora de Tomé-Açú, 86 anos. Entrevista concedida em maio de 2023.

IMAGEM 22: FAMÍLIA REINALDO DE OLIVEIRA, TOMÉ-AÇÚ, 1976

Fonte: Acervo pessoal da família Reinado de Oliveira

Na imagem, mostra Cecília Reinado e seus filhos, a foto de 1976 foi feita na propriedade da família na zona rural de Tomé-Açú. A história da família Reinaldo expressa uma experiência importante no fenômeno político que ocorreu em Tomé-Açú, apontando a ligação de todos os setores ao rural, Cecília Reinaldo é viúva, criou os filhos sozinha, além de agricultora era professora, líder comunitária, também foi vereadora. A trajetória de mulheres como Cecília cruzou com outros inúmeros sujeitos que buscaram espaço no novo cenário de relação entre o trabalho rural e as agências de governo.

Vendo as dificuldades que muitos agricultores tiveram na busca por acessar as políticas, buscou orientá-los, assim como adverti-los das consequências. Em 1967 organizou uma reunião comunitária na vila Água Branca, reuniu cerca de vinte e seis agricultores, na ocasião teria esclarecido que era importante a participação de todos em reuniões periódicas para discutir a regularização de terras, criação de uma pequena

associação para buscarem coletivamente acessar políticas disponibilizadas para as áreas rurais. Percebemos que mesmo sem mandato, Cecília fazia atos políticos que a colocaram em situação de liderança a frente do grupo de pequenos produtores rurais da região onde morou.

Raimundo Sousa, agricultor aposentado, rememorou as ações de Cecília Reinaldo como uma figura importante na mediação dos agricultores com menos instruções e as agências do governo.

Dona Cecília levava gente aos bancos, tentava ajudar a ter os documentos e queria que a gente também tivesse vez nos bancos, nos lugares. Ela que chegava falando que a prefeitura tava doando mudas de cacau, ela que organizava as reuniões para que a gente pedisse um trator para limpar a estrada, aqui na Água Branca quase tudo era ela.¹¹⁴

A rotina dos agricultores, mesmo os de pequena produção, passou a cruzar com os projetos de governo, com a intensificação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, mais grupos buscaram aderir aos financiamentos e custeios, assim como o governo passou a criar mais agências para gerir os recursos.

O *Correio da Manhã* de 27 de dezembro de 1968, apresentou outras ideias do governo para o setor rural do Brasil, o então ministro da agricultura Ivo Arzua Pereira defendeu a criação de bancos exclusivos para o setor rural, a exemplo do que vinha ocorrendo na Colômbia e outros países vizinhos. A criação de uma agência financeira para atender exclusivamente o setor rural foi uma das estratégias presentes no plano de atuação do estado para o crescimento do setor rural, era o Programa Estratégico de Desenvolvimento do Ministério da Agricultura, que visava financiar com dinheiro público os empreendimentos rurais de grande complexidade. Agropecuária, irrigação, aquisição de maquinários. O Banco da Amazônia, atuava em consonância com os projetos da SUDAM nessa perspectiva de modernização da produção rural através da introdução de maquinários e assistência técnica aos produtores. Em nota técnica, o BASA apontou alguns impedimentos que atrasaram o implemento do projeto em áreas da Amazônia.

A agricultura de subsistência, falta de conhecimento técnico e documentação incompleta, são elementos que contribuíram para o atraso nos objetivos de mecanização de variadas formas de produção. O setor rural amazônico ainda é composto em sua maioria por famílias com práticas produtivas pouco rentáveis em terras sem documentação que comprove posse.¹¹⁵

¹¹⁴ Raimundo Sousa, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de Água Branca, Tomé-Açu. Entrevista concedida em janeiro de 2023.

¹¹⁵ BASA, Nota técnica, 1971.

No final da década de sessenta foram disponibilizados cerca “207,3 milhões correntes” para o Plano Nacional de Mecanização (PLANAME)¹¹⁶, um projeto do Ministério da Agricultura que visou a introdução de maquinários no setor rural do país, financiando tratores e máquinas agrícolas com prazo para pagamento de até 10 anos.

De acordo com o relato de Cecília Reinaldo, a mecanização não era uma preocupação da maioria dos agricultores de Tomé-Açú, muitos nem sabiam da existência dessas possibilidades, sendo uma política que foi acessada por uma minoria da elite rural da região.

Eram os pimentalistas ligados a CAMTA, ou os pecuaristas que tinham proximidade com alguém das agências que iam atrás desses financiamentos, os agricultores de pequena produção tinham outras preocupações, e mesmo que quisessem não tinham condições de conseguir comprar um trator, estamos falando de pessoas que usavam animais para escoar a produção.

Akira Nagai recordou que muitos agricultores de origem japonesa compraram maquinários financiados pelo governo brasileiro através do projeto mencionado. Uma vez que os japoneses eram organizados em associações produtivas, a exemplo da CAMTA, era possível com mais facilidade acessar as políticas. Para o memorialista Nagai, a modalidade de organização dos japoneses em torno da cooperativa agrícola facilitou a concessão de créditos.

Importante perceber que os projetos do governo por vezes chegam como uma possibilidade até o produtor, só que é notório que devido aos critérios de seleção para o acesso as políticas rurais são por vezes excludentes. A forma que tais políticas chegaram ao campo privilegiam os sujeitos que já atuavam como médios produtores e até empresários rurais. Não é costumeiro observar um pequeno produtor, posseiro, buscando adquirir um trator durante a década de sessenta. Essa perspectiva de desenvolvimento não comporta o posseiro que luta pelo direito a terra e ao trabalho, que buscava reproduzir seus modos de vida.

Além do fator desenvolvimento, nesse contexto o governo buscava se consolidar, uma vez que era um regime ditatorial apoiado por empresários, buscou-se através dos investimentos se mostrar necessário, com o discurso de reestabelecer a ordem e o crescimento nacional. Thiago Mesquita (2018) destacou a busca de consolidação do regime militar através da motivação “coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”. Porém, percebemos que mesmo os projetos que se aproximaram da

¹¹⁶ PLANO NACIONAL DE MECANIZAÇÃO (Ministério da Agricultura). 1972.

realidade do pequeno produtor levaram consequências diversas ao modo de organização rural amazônico.

Raimundo Sousa¹¹⁷, agricultor aposentado, morador da comunidade rural Poeirão, solicitou em 1972 financiamento para a produção de cacau através da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). O agricultor dedicava sua atenção e esforço de trabalho na produção de pimenta-do-reino, a introdução do cacau seria uma nova possibilidade de renda, considerada de menor risco de exposição a pragas e de maior duração. Segundo o agricultor, foram essas as vantagens expostas pelos técnicos da instituição, a introdução da lavoura cacaueira foi política de governo que visou a fixação dos sujeitos na terra, assim promovendo e mantendo a ocupação das áreas da região. Mas para receber os recursos o agricultor precisava comprovar a posse das terras que ocupava, assim como ser correntista no Banco da Amazônia, principal instituição financeira ligada aos projetos da SUDAM.

Raimundo Sousa se disse perdido em relação às exigências, uma vez que não era comum lidar com as agências, mas que era de interesse produzir cacau orientado pela CEPLAC, o preço das amêndoas geraria lucros maiores para a produção, mas um outro fator despertou o interesse do agricultor, que a concessão dos financiamentos o faria possuir documentos que comprovariam sua posse sobre as terras.¹¹⁸

Se eu conseguisse alí plantar cacau financiado pelo banco da Amazônia e recebesse orientação da CEPLAC, estaria dono igual os outros de Tomé-Açu e assim eu teria ainda mais condições de documentar as terras e ficar com elas, pois onde eu morava era antes terra que a prefeitura deu.

As terras de Raimundo totalizavam vinte e oito hectares, de acordo com o agricultor a área cultivada era pequena, preponderavam as plantações de arroz e mandioca, se concedido o financiamento para a produção cacaueira, seria um investimento que o faria entrar para o mercado rural com um produto que durabilidade e lucro maior. Podemos perceber, que os discursos propagados pelas agências penetraram nas áreas rurais de forma a criar nos pequenos produtores a expectativa de participação das políticas dispostas.

Outro fato notável é que cada projeto teve um público específico, o Plano de Mecanização não objetivava o pequeno produtor amazônico, assim como a introdução da

¹¹⁷ Raimundo Sousa, agricultor aposentado, maranhense, morador da comunidade rural de Poeirão, Tomé-Açu -PA. Entrevista concedida em 24 de abril de 2021.

¹¹⁸ Raimundo Sousa, agricultor aposentado, maranhense, morador da comunidade rural de Poeirão, Tomé-Açu -PA. Entrevista concedida em 24 de abril de 2021.

lavourea cacaeira não era para o empresário rural. Dessa forma, a perspectiva de desenvolvimento propagada pelos governos era ressignificada através das políticas institucionais e cada projeto pensava um sujeito, que apesar de compartilhar do mesmo cenário de atuação, possuía condições diferentes.

Nos registros de ações do BASA de 1973, foram concedidos recursos para implantação de uma área para pecuária no Alto Acará para Antônio Barreto, o valor disposto equivalia a “CR\$ 112.000,00 mil moedas correntes”,¹¹⁹ pela disponibilidade de terras e concretização na entrega da documentação, assim como pelo histórico de relação do cliente com instituições bancárias, não foi difícil a aprovação do financiamento. Para implementação da pecuária havia a necessidade de dispor de alguns pré-requisitos, como terras, experiência na criação de animais, fatos que viabilizariam a devolução dos valores financiados (BASA, 1972). Dessa forma, podemos perceber que a pecuária, apesar de ser incentivada pelas agências de governo, não era uma política viável para os pequenos produtores. Concluimos que de todas as políticas dispostas para as áreas rurais da Amazônia, o incentivo à produção cacaeira foi a que mais se aproximou da realidade do pequeno produtor rural amazônico, nesse sentido, é importante compreendermos a influências desses projetos no cotidiano desses sujeitos.

Cecília Reinaldo afirmou que a pecuária foi responsável pela ocupação de extensas áreas de terra por um grupo pequeno de grandes empresários, assim como pela devastação das áreas de florestas, introdução das grandes queimadas e acirramento dos conflitos rurais.¹²⁰ Também foi para a introdução da pecuária na Amazônia que o governo militar dedicou mais esforços e recursos. Para Fernandes (1996), o regime militar fazia um esforço através de diversos projetos para a introdução do capitalismo na Amazônia, de modo a fortalecer a elite rural consolidada historicamente, assim como buscou através dessas ações conter os movimentos sociais de origem campesina. Dessa forma, os investimentos em projetos voltados à elite latifundiária não foi somente um projeto de cunho econômico, mas também político. Entendemos que a diminuição nos investimentos dispostos ao pequeno produtor rural, assim como a burocracia enfrentada por aqueles que buscaram nas agências financiamentos para suas atividades, foram parte da estratégia dos militares para desestabilizar a possibilidade de organização do pequeno produtor rural amazônico

¹¹⁹ Financiamentos para implementação da pecuária na Amazônia. BASA, 1972.

¹²⁰ Cecília Reinaldo de Oliveira, professora aposentada, ex-vereadora de Tomé-Açú, 86 anos. Entrevista concedida em maio de 2023.

IMAGEM 23: PROPAGANDA DE INCENTIVO À PECUÁRIA NA AMAZÔNIA - SUDAM

Toque sua boiada para o maior pasto do mundo.

Na Amazônia a terra é barata, e sua fazenda pode ter todo o pasto que os bois precisam.

Sem frio ou estiagem queimando o capim, o gado fica bonito de janeiro a dezembro.

E, para ir para a Amazônia, você escolhe a ajuda que quiser. Com um projeto aprovado pela

Sudam, sua empresa recebe os incentivos fiscais de milhares de empresas de todo o país.

E, com o financiamento agropecuário do Banco da Amazônia, você tem todo o apoio de que precisa.

Quando chegar a hora de vender o gado, as notícias serão ótimas.

É que a produção atual da região Norte é muito menor que seu consumo. E, quando essa produção alcançar 1 milhão de cabeças por ano, em 1975, você terá o mercado nordestino ali pertinho à sua espera.

E também os portos que embarcam carne para a Europa e EUA.

Por falar nisso, a carne sem

gordura do zebu é a mais procurada no mercado internacional.

É por isso tudo que mais de 300 empresas agropecuárias já estão se instalando na Amazônia.

Essa gente foi para lá movida por um forte impulso pioneiro, patriótico e empresarial.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM
BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.

SUDAM
SISTEMA
DE INCENTIVO
FISCAL
DO INTERIO
DO NORTE
DO BRASIL
PARA O
DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO
SUDAM



Fonte: Biblioteca Inocêncio Machado Coelho – SUDAM

O Ministério do Interior, através da SUDAM e do BASA investiram em propaganda para atrair investidores que tivessem interesse em transformar as áreas de florestas em criação bovina, apresentaram a região com disponibilidade de terra “boa e barata” e com toda a pastagem que os bois precisam. Por ter um clima até então sem grandes estiagens, apresentava a possibilidade de ter pastos bonitos de janeiro a dezembro. O projeto seria submetido à aprovação da SUDAM e financiado com recursos públicos geridos pelo BASA, a propaganda afirmava que o pecuarista teria todo o apoio que precisava. A imagem acima expõe ainda o apelo nacionalista que ainda se mantinha nas propagandas das agências de governo, incentivando o que nomearam de “pioneirismo patriótico e empresarial”.¹²¹

¹²¹ Anúncio sobre a ocupação da Amazônia, SUDAM, 1972.

A propaganda expõe a facilidade que as agências propagavam para atrair grandes empreendimentos para a região, assim como a ausência de propagandas para os projetos voltados à agricultura expõe o desinteresse do governo em atrair a pequena produção rural. Não observamos propaganda nos meios de comunicação da época que buscassem atrair agricultores para a Amazônia. Podemos concluir que durante o governo militar a agricultura foi vista como uma atividade secundária, o que refletiu nos investimentos dispostos aos produtores que se dedicavam à agricultura.

Como dito anteriormente, o projeto voltado para agricultura que teve maiores investimentos nas décadas de sessenta e setenta foi a produção cacaueteira, a introdução da plantação de cacau tecnicamente orientado aos produtores amazônicos simbolizaria o desenvolvimento de atividades agrícolas mais rentáveis para fins de comercialização. Com a criação da SUDAM em 1966, a CEPLAC integrou os quadros de agências técnicas, direcionando projetos para o espaço rural da região, em atividades ligadas à agricultura cacaueteira. Dessa forma, a documentação de projetos institucionais, assim como as fichas técnicas individuais dos agricultores assistidos pelas agências possuem muitas informações que possibilitam a compreensão das intenções do estado para com a população rural, e definem o papel da agricultura nesses projetos.

Em 1971 a CEPLAC estabeleceu um termo de cooperação com o INCRA, para introduzir o cultivo do cacau como alternativa de exploração para a colonização oficial. Dessa forma, a CEPLAC orientava que era necessário um trabalho integrado, estabelecido com órgãos federais e estaduais, para que fossem utilizados os recursos regionais disponíveis.¹²² Tais informações validam alguns apontamentos de Octavio Ianni (1979)¹²³ Sobre o processo de colonização aplicado pelo estado autoritário entre 1964 e 1985, onde a reforma agrária foi na visão do autor uma “contrarreforma”, visto que o estado subordinou, orientou, disciplinou, bloqueou os debates iniciados pelos movimentos que buscavam acessar as terras. Para tais ações autoritárias o governo se valia de legislações a exemplo do Estatuto da Terra de 1964, promovendo de maneira autoritária o acesso à terra a partir de projetos de colonização, que para o autor não se confunde com reforma agrária.

Nas áreas de colonização e em regiões já ocupadas por pequenos produtores o Estado buscou atuar através de suas agências para reproduzir uma agricultura que

¹²² SECRETARIA DO ESTADO DE AGRICULTURA. Programa Inicial Projeto Cacau, Governo Eng. Fernando Guilhon 1971/74. Belém, Pará, Brasil. 1971. 89 p.

¹²³ IANNI, Octávio. Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

atendesse aos interesses produtivos de outras regiões, com o discurso de que a introdução de novos produtos na agricultura seria um incremento para a economia local.¹²⁴

Para materializar tais intenções, em 14 de março de 1972, no salão da igreja católica de Forquilha ocorreu uma reunião que contou com a presença de agricultores e técnicos da CEPLAC, onde foram apresentadas possibilidades para a introdução do cacau como uma forma de melhoramento da renda e produção. Na ata da reunião contém 68 assinaturas, sendo a maioria de nomes masculinos, mas que de acordo com Gorette Carvalho¹²⁵ muitos não sabiam assinar, ou seja, a reunião pode ter contado com mais participantes.

Pedro Rocha¹²⁶ ouviu as propostas dos técnicos institucionais que falaram para racionalizar a produção e melhorar o desempenho das propriedades rurais. Na ocasião da reunião era necessário preencher uma ficha com os dados pessoais, endereço e localização da propriedade para receber uma visita dos técnicos da instituição. A propriedade rural de Pedro Rocha ficava localizada na região de Canindé em Tomé-Açu, terras ocupadas desde o início da década de 1960 durante a ocupação de terras dirigidas pela prefeitura municipal. Assim como os demais agricultores de Canindé, Pedro também rememorou com estima a figura de Ney Brasil, que foi prefeito de Tomé-Açu e responsável pela política de distribuição de terras em que o agricultor foi beneficiado. Apesar de ocupar as terras, não havia documentação comprobatória que oficializasse a posse, porém, de acordo com o relato, os técnicos da CEPLAC haviam enfatizado que as terras com áreas cultivadas garantiriam a posse definitiva por parte dos agricultores, uma vez que a agência trabalhava em acordo com o INCRA.

A região do Canindé em Tomé-Açu foi a que mais teve agricultores interessados em aderirem aos projetos da CEPLAC, seguida de Mocoões, área rural liderada pela professora e agricultora Cecília Reinado de Oliveira. Na região do Igapó-Açu, o fazendeiro José Litro era o único a constituir uma extensa área de criação bovina, o pecuarista foi financiado pelo BASA para pecuária, mas também solicitou financiamento para a plantação de quatro mil plantas de cacau de maneira consorciada com a pimenta-do-reino.¹²⁷

¹²⁴ Boletim Técnico da SUDAM, Biblioteca Inocêncio Machado Coelho, 1972.

¹²⁵ Gorette Carvalho, agricultora aposentada, moradora da Vila Forquilha. Entrevista concedida em 13 de junho de 2021.

¹²⁶ Pedro Rocha, agricultor aposentado, maranhense, morador da comunidade rural de Poirão. Entrevista concedida em 12 de junho de 2021.

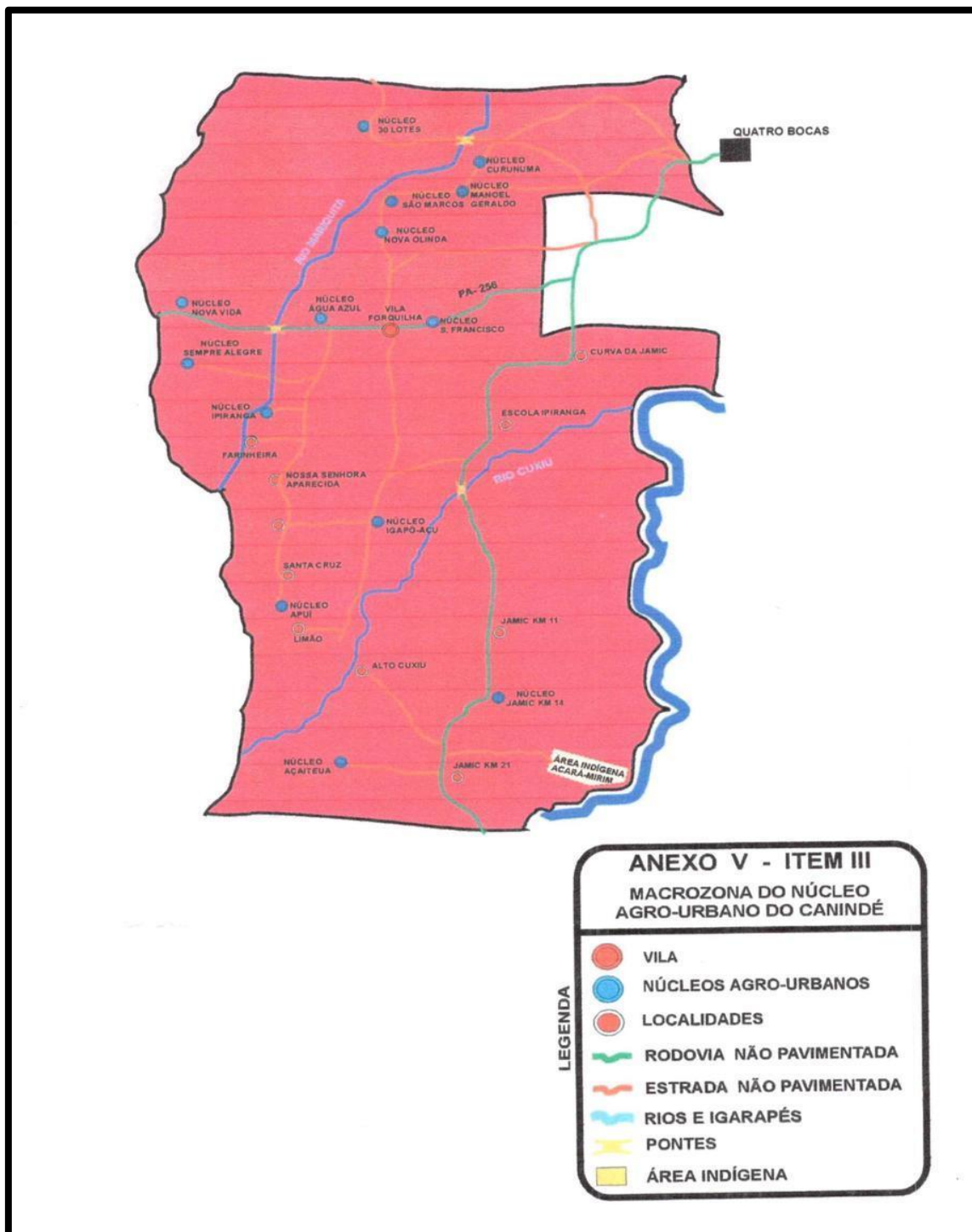
¹²⁷ Ficha técnica da propriedade rural de José Araújo Santos, CEPLAC, 1978.

A partir da chegada da CEPLAC na região, o cacau passou a fazer parte do cotidiano dos agricultores, Lúcia de Fátima, trabalhadora rural aposentada, trabalhou na colheita de cacau em fazendas próximas à vila Forquilha, principal povoado da região Canindé. De acordo com o relato da trabalhadora, o cacau passou a ser mais atrativo do que a própria pimenta-do-reino em meados de 1970. Percebemos que a proposta de uma agência técnica, a serviço da SUDAM, conseqüentemente do governo, mudou a produção de uma região. Ou seja, os projetos afetando os sujeitos e dinamizando a economia rural de modo a adequar aos interesses econômicos ensejados pela classe política e empresarial.

No núcleo rural São Francisco às margens da rodovia PA 252, o produtor Manoel Passarinho possuía uma pequena fazenda de produção de pimenta-do-reino, em 1974 buscou incrementar outros produtos e buscou investimentos para tal, recebeu orientação da CEPLAC e BASA e dos projetos dispostos, o que mais se adequava para suas atividades era a produção cacauífera. A ficha técnica da propriedade de Manoel Passarinho não apresenta os valores que lhe foram concedidos para a produção cacauífera, mas a partir da documentação percebe-se que foi um projeto que fez os agricultores acessarem as agências e lidarem com as burocracias impostas para se chegar aos recursos dispostos pelo governo.

Diferente da pecuária, que necessitava de maiores recursos e área, a produção cacauífera dividiria espaço com outros cultivos, como da pimenta-do-reino. Para Gerhard Flohrschutz (1983) o cacauífera apresentava mais produtividade, tanto da mão de obra quanto da terra, dessa forma, introduzir o cacau junto a plantação da pimenta-do-reino, seria economicamente e ambientalmente viável, seria uma forma de aumentar os ganhos sem consumir grandes áreas da propriedade. Esses fatores foram colocados aos agricultores, por isso a adesão expressiva dos agricultores da região Canindé em Tomé-Açú a atividade cacauífera.

IMAGEM 24: LOCALIZAÇÃO DOS POVOADOS QUE COMPÕEM A REGIÃO RURAL DE CANINDÉ



Fonte: Domínio público

A região Canindé engloba vários povoados rurais, cortada pelo Rio Mariquita, composta em sua maioria por agricultores migrantes que passaram a ocupar a região a partir da criação do município de Tomé-Açu, em 1959. A maioria dos agricultores produziam

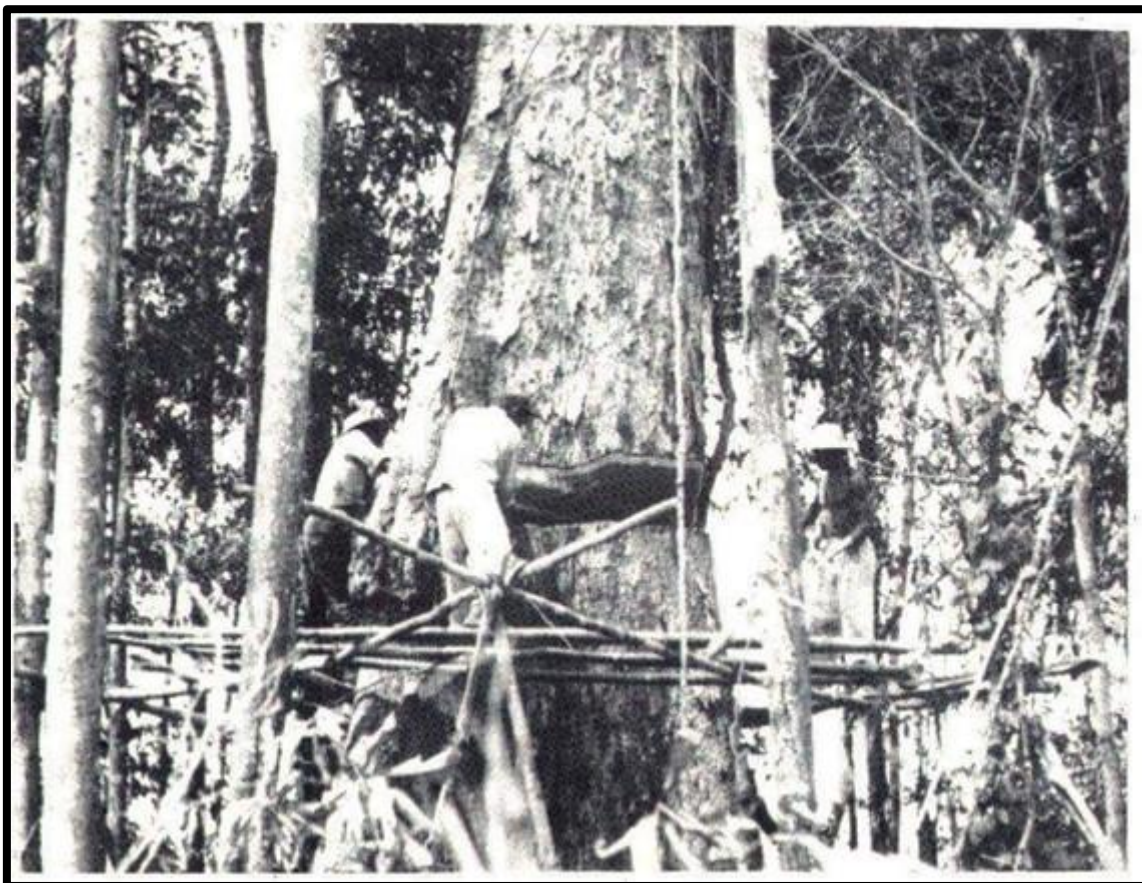
pimenta-do-reino e com a introdução da produção cacaueteira, através da CEPLAC, muitos agricultores buscaram introduzir o produto em suas áreas de plantação. Acessando os arquivos da CEPLAC foi possível ter acesso aos cadastros de dezenas de agricultores, com a descrição das situações das propriedades, com tamanho, localização, se continham rios ou igarapés, mata ou capoeira. O núcleo rural Curunuma, São Marcos e Manoel Geraldo, abrigava cerca de quarenta e seis famílias, que viviam da produção rural familiar, todos produziam pimenta-do-reino e foram caracterizados pela CEPLAC como pequenos produtores rurais sem técnicas de produção, fato que dificultava os melhoramentos nos rendimentos e na qualidade do produto. O acesso às comunidades foi descrito como de difícil tráfego e impróprio para a circulação de veículos da agência, com propensão a danificação dos automóveis, por isso orientavam que os agricultores que tivessem interesse fossem a sede da CEPLAC para reuniões e orientações sobre o processo para solicitação de acompanhamento e conseqüentemente financiamento para a produção.

Um fator interessante nas propostas da CEPLAC, é o fato de haver uma preocupação com questões ambientais em um período que o governo reproduzia um discurso de abertura para grandes empreendimentos que claramente tinham grandes impactos ambientais. A proposta da agência para Tomé-Açú apresentava o fator ecológico como justificativa, pois a produção cacaueteira era “tipicamente conservacionista e imitava a floresta, assim proporcionando o equilíbrio ambiental”,¹²⁸ em uma área de grandes devastações e queimadas para a instalação das extensas plantações de pimenta-do-reino.

Todos os povoados expostos na imagem acima tinham a agricultura como principal prática econômica, o extrativismo era atividade secundária, principalmente a extração de madeira, geralmente retirada para a construção de moradias, também para confecção de estacas que serviam como tutores para auxiliar nas plantações de pimenta-do-reino.

¹²⁸ AFONSO, Frederico Monteiro Alves. O cacau na Amazônia. Boletim Técnico 66, CEPLAC. Pará, 1983.

IMAGEM 25: EXTRATIVISMO DE MADEIRA PARA PRODUÇÃO DE ESTACAS E INSTALAÇÃO DE PLANTAÇÕES DE PIMENTA-DO-REINO – TOMÉ-AÇÚ



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu

A imagem de meados da década de setenta expõe trabalhadores derrubando uma árvore para a produção de estacas próximo ao núcleo rural da Água Azul na região Canindé. Entre os sujeitos na imagem estava o agricultor aposentado Pedro Rocha, expondo que agricultura da pimenta-do-reino necessitava de ações extrativistas, é uma mostra do cotidiano dos agricultores em meio a floresta que compõem as áreas rurais da Amazônia.

Ainda em 1972, Pedro Rocha recebeu a visita técnica dos agentes da CEPLAC, oportunidade onde expôs as atividades que desenvolvia nas terras que ocupava, destacando a sua vocação para agricultura, de maneira a se mostrar apto para receber incentivos em busca do cultivo do cacau orientado pela agência. Porém, a propriedade de Pedro Rocha foi descrita como alagadiça, o que dificultaria a introdução da produção cacaueira, sendo reorientada para pastagem voltada à criação de animais. De acordo com

análise técnica, cerca de 85% da propriedade estava submetida a alagamentos, o que impossibilitaria, ou arriscava a produção cacauzeira.¹²⁹

Dessa forma, a propriedade de Pedro Rocha foi avaliada como imprópria, o agricultor acredita que não foi somente a questão de alagamentos que o impossibilitou de receber os incentivos da agência técnica, afirmando que outros agricultores em situações semelhantes à dele receberam os incentivos e orientações das instituições ligadas ao governo. Somados ao fato de sua propriedade conter centenas de plantas frutíferas de pimenta-do-reino, deixando claro que as terras eram propensas à agricultura. Para Pedro, os agentes escolhiam por outros critérios quem receberia ou não os recursos. Era um período em que quem era mais próximo do pessoal do banco, da CEPLAC ou de algum político, com certeza ganhava mais, completou o agricultor. A pecuária seria uma das opções apresentadas a Pedro, porém o financiamento para tal prática necessitava de uma estrutura que demandava investimentos maiores.

Como eu não tinha como plantar o cacau financiado pelo banco, por conta da reprovação do tipo de solo que as minhas terras tinham, me disseram para tentar criar gado, mas eu não tinha como comprar, por aqui não tinha fazendeiros como tem hoje, eu não sabia lidar com bicho, não tinha pasto cercado nem curral, não tinha condições de mostrar para o banco que eu iria conseguir pagar se me emprestasse.¹³⁰

As propostas não pareciam caber a todos que demonstraram interesse, o projeto de desenvolvimento também era excludente, as áreas que seriam destinadas ao cultivo do cacau foram consideradas impróprias e hostis ao modelo de produção cacauzeira. A CEPLAC emitiu uma nota técnica, que foi pauta da reunião realizada em novembro de 1972 em Tomé-Açu, expondo que o fator clima¹³¹ definiria o sucesso da produção cacauzeira na região, que por esse motivo as avaliações técnicas também analisariam os solos e as condições das terras. Ao que tudo indica, a propriedade de Pedro Rocha havia sido reprovada em função do solo ter sido julgado impróprio para o cultivo do cacau, fato importante e que certamente influenciou a avaliação a que o próprio agricultor atribuiu a

¹²⁹ Ficha técnica – Análise de propriedade rural de Pedro Rocha 1972.

¹³⁰ Pedro Rocha, Agricultor aposentado, morador da comunidade rural Poerão, região Canindé, Tomé-Açu.

¹³¹ O cacauzeiro é uma plintét típica das regiões tropicais e subtropicais, com pouca capacidade de suportar períodos muito prolongados de estiagem. Na região produtora de cacau da Bahia, a distribuição de chuva ao longo do ano, com regularidade e sem "deficits" h (dricos, permite uma produção de cacau quase que durante todo o ano. Já nas regiões produtoras de cacau de Trinidad, como do continente africano (Gana e Nigéria, por exemplo), com períodos secos bem marcados, a estrutura de produção é um tanto diferenciada da produção baiana, evidenciando-se a concentração de produção quase que num único período. A safra principal ("main crop") ocorre entre setembro, outubro, novembro e dezembro, enquanto que a safra menor ("light crop") é inexpressiva, com uns 10% da produção anual. (AFONSO, 1979, p 09).

sua propriedade, além do estigma que as terras de Pedro passaram a carregar na própria comunidade.

Ter suas terras avaliadas negativamente por uma agência ligada ao governo era uma desonra a agricultores que se submeteram às avaliações técnicas. Além de perceber outras propriedades vizinhas recebendo incentivos do governo e orientação para produção, sendo que suas terras estavam fora de tais projetos. Interessante perceber o que ocorreu no interior das atuações das agências e instituições do governo e suas relações com os pequenos produtores, e como as decisões técnicas atingiram a produção e a própria autoestima do posseiro. Como a CEPLAC foi a agência técnica que mais se aproximou dos agricultores, conseqüentemente foi o projeto que mais percebemos a presença dos pequenos produtores galgando oportunidades de financiamento para a produção.

Raimunda Rosalda Pontes, agricultora, chegou a receber visitas técnicas dos servidores da CEPLAC;

A gente sempre plantou pimenta-do-reino, no meio tinha café também, uma produção sempre bem sortida e eles chegavam e ficavam maravilhados aí pela roça, viam que a gente trabalhava mesmo sem ninguém vir dizer o que fazer. Quando vieram logo atestaram que minhas terras estavam sendo usadas para o trabalho, trabalho duro. (RAIMUNDA PONTES, 2021).

Raimunda Pontes recebeu assistência técnica dos agentes da CEPLAC e recursos para produção e manutenção através do Banco da Amazônia. Mas disse ter enfrentado dificuldades para acessar os recursos devido a exigências na documentação das terras e nos documentos pessoais. Apesar da facilidade propagada, nas agências bancárias havia prioridade para os projetos ligados à implantação de agroindústrias, sendo os projetos voltados para agricultura de menor importância no contexto da ditadura militar.

Em 1986 Octavio Ianni publicou o texto intitulado “Ditadura e agricultura”, a obra teve como objetivo analisar as propostas políticas e econômicas implantadas pela ditadura militar de 1964, apontando para o predomínio do grande capital como propulsor do desenvolvimento orquestrado pelos ditadores. De acordo com Ianni (1986) os projetos do governo tiveram intenção de monopolizar as propriedades rurais nas mãos dos grandes empresários e expulsar índios e posseiros, pois eram vistos como um impedimento ao desenvolvimento econômico nacional. A agricultura que os militares buscaram proporcionar através de seus projetos seria subordinada à indústria e aos interesses de outros projetos pensados pelo governo em consonância com os representantes do grande capital.

Isabel Oliveira¹³² é agricultora aposentada e por muito tempo produziu pimenta-do-reino e cacau, em 1976 chegou a receber Cz\$ 30.500,00 para a produção de cacau através do Banco do Brasil. Teve suas propriedades assistidas com frequências por técnicos da CEPLAC, a agricultora relatou que recebeu custeios para adubação da lavoura de pimenta-do-reino através do BASA. Quando perguntado sobre o consumo e destino final dos produtos, Isabel disse desconhecer, afirmou que costumava vender no distrito de Quatro Bocas, “de lá eu não sei para onde ia”. No mesmo período a região recebia grupos de outras regiões que buscavam sorte parecida, terras para reproduzir seus modos de vida e participação na agricultura.

Maria da Conceição Araújo¹³³, agricultora, migrante maranhense, moradora da comunidade São José, afirmou que a vida dos migrantes recém-chegados era sofrida, que apesar da facilidade em ter acesso a terras, era difícil conseguir participar das políticas que estavam dispostas, uma vez que os posseiros não possuíam documentação da terra. Certamente, ser inserido na sociedade rural não seria algo realizado em curto espaço de tempo, porém, agricultores que já ocupavam terras e produziam, também enfrentavam situações burocráticas que representavam empecilhos. Ainda segundo Maria da Conceição Araújo, os agricultores contavam com a solidariedade uns dos outros, valiam-se de negócios selado em apertos de mão, sem a necessidade de documentação.

¹³² Isabel Oliveira, 76 anos, maranhense, agricultora aposentada, moradora da Comunidade rural Calmaria. Entrevista concedida em 18 de junho de 2021.

¹³³ Maria da Conceição Araújo, maranhense, agricultora aposentada, moradora da comunidade rural São José, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 02 de fevereiro de 2020.

IMAGEM 26: MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO E SEU IRMÃO CHAGAS ARAÚJO – TO-MÉ-AÇU - 1972



Fonte: Acervo pessoal de Maria da Conceição Silva

Na imagem podemos observar Maria da Conceição Araújo, acompanhada pelo irmão Chagas Araújo e com o filho no colo. De acordo com a agricultora o irmão havia comprado uma vaca através de acordo com um pecuarista local, o animal havia sido adquirido em troca de trabalhos, o irmão trabalharia durante alguns períodos na propriedade do vendedor, em troca do animal. Os irmãos eram migrantes maranhenses que foram para Tomé-Açu em busca de trabalhos na agricultura, adquiriram terras em Canindé e passaram a compor a região. A agricultora relatou que era desejo constituir uma pequena criação de bovina, desenvolver a atividade pecuária nas terras que ocupava, porém não teve condições de adquirir financiamentos para a produção, pois era difícil lidar com os bancos.

A gente que chegava de outra região não costumava lidar com bancos, conseguir a terra era uma benção, mas esses financiamentos ai não era todos que conseguiam, ainda mais para criar gado, a gente muitas vezes nem tentativa. Tinha medo de não conseguir pagar e o banco tomar nossas terras.

Quando chegamos aqui poucos criavam gado, só os que tinham condições melhores, mas a gente queria ter uma vaquinha para ter leite para as crianças.¹³⁴

A professora e agricultora Cecília Reinado disse que Tomé-Açú foi destino de muitos migrantes, sobremaneira do Nordeste, e o modelo de ocupação muitas vezes desordenado culminou em conflitos, assim como por vezes atrapalhou a regularização dos projetos de criação das associações. Uma vez que ao chegar e acessar terras, esses agricultores não tinham documentos das terras e muitas vezes também não possuíam documentos pessoais. Importante mencionar que esses projetos de incentivo à agricultura, pecuária e agroindústria ocorriam concomitante a ampla campanha do governo para ocupação de áreas ainda consideradas vazias, isso em plena década de setenta.

A migração de nordestinos para região amazônica (colonização dirigida) foi forjada pelos governos militares como uma de suas intenções, de modo a diminuir as tensões sociais ocorridas no Nordeste. De acordo com Ianne (1979) além dos trabalhadores rurais oriundos do Nordeste, outros grupos também rumaram para região amazônica, o que proporciona a conclusão de que a expectativa governamental que buscava diminuir as tensões sociais no Nordeste, não estava sendo consumada. Ou seja, mesmo os programas de colonização dirigida não atenderam aos interesses expostos pelo governo. Para os migrantes, foi ainda mais difícil o acesso a políticas, justamente pela ausência de comprovação de documentação e condições para a produção.

¹³⁴ Maria da Conceição Araújo, maranhense, agricultora aposentada, moradora da comunidade rural São José, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 02 de fevereiro de 2020.

IMAGEM 27: MIGRANTES NORDESTINOS CHEGANDO EM TOMÉ-AÇU-1976



Fonte: Acervo pessoal de Antônio Oliveira

Antônio Oliveira¹³⁵, de camisa branca na imagem acima, é um agricultor cearense, migrou ao Pará em 1972, em terras paraenses conseguiu constituir uma pequena propriedade rural na região Canindé em Tomé-Açu. Por volta de 1974 buscou financiar uma lavoura de pimenta-do-reino através do Banco da Amazônia, porém teve dificuldades, uma vez que havia adquirido as terras partir de um acordo feito entre ele e de um outro posseiro da região, não constituindo documentação que validasse a posse aos olhos institucionais. Dessa forma o agricultor acabou não obtendo financiamento.

Um fato que nos leva a pensar, o que realmente interessava os pequenos produtores posseiros dentro das políticas de governo. Os sujeitos que vivenciaram esse processo de intervenção do estado no espaço rural através de suas agências, conseguiram se perceber dentro das dinâmicas e propostas do estado? E o desenvolvimento pregado, foi absorvido pelos pequenos produtores como um objetivo?

Pedro Araújo, agricultor aposentado, ex-líder sindical, respondeu alguns questionamentos como os propostos no parágrafo anterior, pois o agricultor foi acometido

¹³⁵ Antônio Oliveira, 81 anos, cearense, agricultor aposentado. Morador da comunidade rural São José, Tomé-Açu – PA. Entrevista concedida em 22 de abril de 2021.

pelas propostas de governo, analisando o passado que vivenciou, disse que devagar a dinâmica do campo foi se modificando, que na década de sessenta era comum que os agricultores produzissem praticamente tudo que consumiam, comprando apenas o sal nos comércios, “tudo era feito em casa” comprávamos poucas coisas no comércio e vendíamos apenas a produção de pimenta-do-reino, mas nem todos produziam, alguns plantavam mandioca para a produção de farinha, mas não tinha a pressa de produzir”, disse Pedro. Porém, as políticas de financiamentos condicionavam os agricultores a devolver em determinados prazos os valores concedidos, dessa forma, produzir e vender a produção passou a ser uma necessidade de quem assume o compromisso perante as instituições.¹³⁶

Para avaliar os projetos a SUDAM, através dos seus técnicos desenvolvia a produção de relatórios socioeconômicos que levavam em consideração vários fatores, como; demografia, populações, atividades, ocupação e distribuição de terras. Os estudos buscaram montar um panorama para a instalação de outros projetos que poderiam suceder os investimentos anteriores. Nesse contexto, Tomé-Açu apareceu nos relatórios da SUDAM como pertencente à região estratégica do Nordeste do Pará, mais especificamente no vale do Rio Acará, como foi tratada no relatório institucional. A introdução de projetos na região estava inserida dentro da proposta de recuperação da economia do nordeste do Pará, o PRONORPAR foi um dos projetos que previa investimentos na região, buscando aproveitar as atividades de trabalho que a população já desenvolvia na região antes da intervenção institucional do governo. Dessa forma, a infraestrutura social seria usada para o desenvolvimento das atividades.¹³⁷

O nordeste do Pará é a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará, o que a condiciona a uma região amplamente explorada, região produtora de alimentos e de forte intervenção do estado em todos os períodos históricos. Com a abertura da rodovia Belém-Brasília o desmatamento foi acelerado, consequência do projeto de integração nacional. Junto com os projetos de governo vieram homens ávidos por riquezas, se dedicando a extração madeireira, mineral e a agropecuária, fatos que modificaram a paisagem amazônica. Esses processos intervencionistas do estado no nordeste do Pará, com o incentivo à agricultura, extrativismo, grandes projetos, produção mecanizada,

¹³⁶ Tais fator fortalecem o que Octavio Ianni discutiu em “Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)” sobre o projeto dos governos militares que visou subordinar a agricultura aos demais projetos industriais e a exportação.

¹³⁷ Descrição do Programa de Recuperação Socioeconômica do Nordeste Paraense (SUDAM, 1976).

grandes projetos de extração mineral e metalúrgico e agropastoris acabou expulsando muitas comunidades tradicionais do seu local de origem.¹³⁸

Os projetos intervencionistas eram justificados como necessários para o desenvolvimento nacional. Sabendo que nosso anseio é perceber os projetos rurais mais específicos e compreender o pequeno produtor rural dentro desse panorama capitalista a qual a região foi submetida na segunda metade do século XX, deixamos de lado algumas discussões já levantadas por outros pesquisadores. E buscamos compreender outros projetos de crédito e financiamentos que ocuparam os esforços de sujeitos que compuseram o momento histórico aqui discutido. Dessa forma, em entrevista com Arnésio Rodrigues de Sousa, tivemos a informação que o agricultor, buscou junto ao banco Brasil, crédito para obter um trator, descrito por ele como um trator básico, para usar na produção rural e limpeza de área.

O financiamento de maquinários e tratores foi tratado como financiamentos e investimentos rurais, que objetivavam a modernização e organização (desenvolvimento) das atividades e propriedades rurais. Uma vez que o espaço rural brasileiro estava num estágio de desenvolvimento que já necessitava de modernização através da introdução de maquinários.¹³⁹ O espaço rural brasileiro foi tratado pelos programas ligados ao estado como homogêneo, com as mesmas necessidades, como se os produtores rurais estivessem no mesmo patamar econômico e burocrático, os projetos preconizavam necessidades econômicas de modernização e mecanização, que exigia do interessado um amplo conhecimento burocrático e técnico. Dessa forma, atestar que o estado tinha um projeto para o espaço rural, não necessariamente é comprovar que tal objetivo era inserir os sujeitos que ocupavam o espaço, muitas vezes era expulsá-los, pelo teor dos objetivos, aqueles que não se integrassem ao projeto seriam realocados, ou teriam suas atividades atingidas pelas políticas. Outro fator era submeter a agricultura aos interesses industriais e de exportação. Destarte, se tornou ainda mais evidente que grupos obtinham prioridades nas políticas do estado nas diversas frentes, afastando ainda mais o pequeno agricultor, caboclo, das oportunidades e da autogestão. Não era somente a nível federal que os projetos privilegiavam os grupos dominantes, tais situações se reproduziam em todos os níveis de poder.

¹³⁸ CPI Amazônia de 1980 – DOC N° 195.

¹³⁹ Programa de Incentivo ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 04.11.71

Em 17 de maio de 1971 o vereador Gilberto Sawada (ARENA) subiu à tribuna da Câmara dos vereadores de Tomé-Açu, defendendo a abertura e ampliação da estrada que ligava a sede do município de Tomé-Açu até a região rural de Igapó-Açu¹⁴⁰, justificando que a região necessitava de estradas para o desenvolvimento de atividades econômicas, escoamento de produção, para que as terras às margens da rodovia fossem povoadas e gerasse mais valor a essas terras. Em conversa com Antônio Mira, tivemos a informação que as intenções do vereador era valorizar sua propriedade, uma vez que o parlamentar possuía terras em Igapó-Açu. Gilberto Sawada, além de parlamentar era possuidor de terras na área de colonização municipal de Canindé, a fazenda do vereador deu nome à região de Igapó-Açu, com aprovação do projeto e abertura da estrada que ligava as terras do vereador até a sede do município, o fluxo de veículos e pessoas aumentou.¹⁴¹

IMAGEM 28: VEREADORES DE TOMÉ-AÇU, A ESQUERDA GILBERTO SAWADA - 1971



¹⁴⁰ Igapó-Açu é o nome de uma das regiões que integram a Colônia Canindé – Tomé-Açu -PA. (SILVA, 2016).

¹⁴¹ ATA de reunião da Câmara de Vereadores de Tomé-Açu – 17 de maio de 1971.

Fonte: Acervo de Elielson Cabral de Aguiar

Com a abertura da estrada o aumento das áreas de pastagens e pecuária foi percebido pela população local. José Josias Leite¹⁴² disse que nesse contexto, por volta de 1973 a região de Canindé ganhou novos integrantes de outras regiões, além de colonos, fazendeiros também passaram a integrar a região. Nesse período, foram concedidos financiamentos para criação bovina na região através do banco da Amazônia, previsto no Programa de Incentivo ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária (FATOR)¹⁴³ que objetivava o aumento da produtividade rural através do incremento à produção e ao uso de fertilizantes; defensivos agrícolas; suplementos proteicos e minerais; rações; sementes e mudas melhoradas; implementos e máquinas agrícolas, além da construção de cercas e cercados para criação de bovinos. O projeto tornou a procura por terras mais acirrada, uma vez que os financiamentos gerariam volumosos investimentos no setor rural, auxiliando principalmente os produtores que tivessem mais possibilidades de lidar com as instituições. É nesse pensamento que podemos pensar que o FATOR pode ter sido um estímulo para a chegada de fazendeiros na região rural de Canindé, atraídos pelas possibilidades de aumentar seus ganhos com o amparo do estado.

De acordo com o relatório econômico, os insumos que foram oferecidos aos produtores rurais foram acompanhados de programas especializados de assistência técnica, a preços e juros subsidiados, mediante o uso de mecanismos bem articulados, os quais tiravam os subsídios inflacionários, que prejudicavam os processos de desenvolvimento. Configurando o mais volumoso projeto de concessão de crédito direcionado ao setor rural da história do Brasil, fato elogiado e amplamente divulgado por políticos, buscando configurar um cenário de otimismo para o setor rural, uma vez que anunciava os investimentos como benéfico para toda sociedade rural.¹⁴⁴

Em 23 de março de 1975 o deputado federal Ernesto Valente¹⁴⁵, membro da comissão permanente de agricultura e política rural da Câmara dos Deputados proferiu em discurso aos membros do legislativo nacional que nunca no Brasil, em toda a história do crédito direcionado ao setor rural, houve oferta tão volumosa de recursos e tão generalizada de opções, a juros subsidiados, através de política creditícia “firme e eficaz

¹⁴² José Josias Leite, agricultor aposentado, morador da comunidade rural Poeirão. Entrevista concedida em 21 de junho de 2022.

¹⁴³ CPI PROTERRA – Câmara dos Deputados – Nº 69 de 1976

¹⁴⁴ CPI PROTERRA – Câmara dos Deputados – Nº 69 de 1976

¹⁴⁵ Deputado Federal pelo ARENA do estado do Ceará, membro da Comissão de Agricultura e Política Rural

como no Programa de Incentivo ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária.” (BRASIL, 1975).

As políticas rurais previam a mudança na produção e inserção de uma rotina rural que geraria lucros e mudança de hábitos, a introdução de maquinários, melhoramento genético de animais, estabelecimento de cercas e cercados, tudo configurava uma realidade que deixava o pequeno produtor de fora do projeto. Os projetos voltados à agricultura, eram mais viáveis para o pequeno produtor, por esse motivo o que mais veio à tona nas conversas com agricultores, a maioria aposentados, que contribuíram para a pesquisa, foram os projetos ofertados pela CEPLAC e os financiamentos rurais para custeio de atividades na agricultura. A pecuária parecia um projeto mais propenso à elite rural regional, com financiamentos mais volumosos e mais burocráticos. Os projetos pareciam muito bem direcionados, a agricultura dirigida e controlada pelo estado através de suas agências manteria os pequenos produtores em espaços distantes daqueles que interessassem ao grande capital, já os grandes empreendimentos, pareciam ser priorizados e incentivados, haja vista que muitos políticos e homens de posses se interessavam mais por esses projetos, como apontam as documentações.

Como consequência nociva aos pequenos produtores, o estabelecimento de fazendas na região rural de Canindé em Tomé-Açu passou a afetar diretamente a população rural regional. José Josias Leite afirmou que os fazendeiros muitas vezes não respeitavam as terras vizinhas, ateavam fogo que acometiam propriedades de outros e não importavam com o prejuízo que causavam. Ao passar com os tratores, por vezes derrubavam bananeiras, afirmou o agricultor. Geralmente esses fazendeiros chegavam e logo se “amigavam dos políticos, como davam trabalho para meia dúzia aqui na região”, aí ganhavam fama, concluiu José Leite.

O relato do agricultor aposentado nos mostra o incômodo ao qual o camponês foi relegado, exposto. A forma que o fazendeiro se expandiu causou prejuízos que nesse contexto narrado parece pequeno, mas que por vezes foi trágico. Para Otávio Guilherme Velho (1981)¹⁴⁶ A expansão da fronteira agropecuária para a região amazônica nas décadas de 1970 e 1980 estabeleceram complexas relações no interior da floresta. Podendo inclusive concluir que foram propulsoras do acirramento e aumento dos conflitos regionais pela terra.

¹⁴⁶ VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão da estrutura agrária: um estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Seguimos a compreensão de fronteira orientados pelo pensamento de José de Sousa Martins (2012)¹⁴⁷, que define como um espaço de disputas e conflitos entre grupos culturais, visões de mundos, realidades étnicas e objetivos diferentes, fatos que tornam as relações com grandes tendências aos embates;

A fronteira, a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações humanísticas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. (...) Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão do “outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções de espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é. (MARTINS, 2012, p. 10)

O autor expressa que as propriedades privadas na região amazônica foram constituídas de maneira ilegal, validadas por instituições que representaram as intenções do estado, que privilegiaram o avanço do grande capital, e dessa forma, promoveram injustiças, violaram direitos e condicionaram ao rural amazônico um espaço de constantes embates, deixando o pequeno produtor, indígenas e caboclos na trincheira.

Os projetos, em nome do desenvolvimento, resultaram no fortalecimento de uma elite rural que passou a ter poder econômico e aliaram-se aos políticos locais. Em Tomé-Açu, estradas e rodovias eram abertas a pedido de fazendeiros locais para escoamento da produção e movimentação dos próprios fazendeiros. Dessa forma, é notório que o agronegócio, o latifúndio e os grandes empresários rurais, expandiram suas influências e poder econômico amparados pelo poder público, enquanto o pequeno produtor lutava para manter seus modos de vida ou mesmo ganhar espaço nessa nova dinâmica de intervenção do estado no espaço rural.

Em 1976 a agricultora Joséfa Alves¹⁴⁸ pediu ao vereador de Tomé-Açu, Laércio dos Prazeres Igreja que solicitasse junto ao poder público abertura de um ramal na região conhecida como Sempre Alegre, a abertura da estrada se estenderia por cerca de 8 km de extensão, a primeira abertura teria sido feita pelos próprios moradores de forma braçal. Na plenária da Câmara dos vereadores o parlamentar defendeu o projeto que foi aprovado por unanimidade, porém, segundo Joséfa Alves o projeto nunca saiu do papel.¹⁴⁹ Os

¹⁴⁷ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁴⁸ Joséfa Alves, agricultora aposentada, maranhense, moradora da comunidade rural Sempre Alegre. Entrevista concedida em 15 de maio de 2021.

¹⁴⁹ Informação das Atas de reuniões parlamentares da CMTA – novembro de 1979

moradores tiveram que manter a estrada com esforços coletivos. Somente na década seguinte, quando Ribamar Braga Matias foi eleito vereador, que o ramal foi expandido e mantido através de ações do poder público municipal, uma vez que o parlamentar tinha propriedades em Sempre Alegre. Segundo a agricultora, os ramais eram abertos quando alguém ligado ao poder público tinha propriedades ao longo das estradas, concluindo assim que a política gerava benefícios para os próprios políticos ou para os que tinham boas relações com os governantes.

Se nos projetos políticos tanto a nível federal como municipal no primeiro momento parecia que beneficiaria a coletividade, mas na execução não era bem como parecia ser, políticos e grupos mais abastados, de maior influência, acabavam levando vantagens e direcionando os projetos em benefícios próprios, deixando de lado grupos com menor representação ou possibilidades de protestos. No caso de Tomé-Açu, a ação dos políticos locais refletia as intenções para a criação de projetos e políticas que atendessem aos interesses de políticos ou de grupos ligados a eles.

No mesmo período os projetos de abertura dos ramais/estradas ganharam mais forças nas regiões da Vila Socorro, que fica localizada 22 quilômetros do centro urbano de Tomé-Açu, de acordo com a justificativa do projeto discutido na Câmara dos vereadores de Tomé-Açu, a região necessitava de ramais para que os produtores de pimenta-do-reino pudessem escoar a produção. Dessa forma, abertura ou melhoramento dos ramais era uma ação necessária para criar infraestrutura para viabilizar a produção regional. Além do que a produção de pimenta-do-reino era vista como atividade lucrativa que durante muito tempo proporcionou o desenvolvimento da região.¹⁵⁰

A introdução de projetos, o crescimento econômico regional demandaria de esforços de todo poder público, os municípios necessitavam viabilizar a introdução dos projetos através da abertura de estradas, assim como os órgãos responsáveis pelas questões fundiárias deveriam agir para que não houvesse impedimentos para a liberação dos financiamentos. Ou seja, se a área não possuía requisitos básicos para atender as exigências das agências do governo, possivelmente não seriam assistidas nem teriam projetos financiados, o que excluía os agricultores menos influentes das políticas rurais.¹⁵¹

Além das estradas serem inviáveis para o acesso até as propriedades rurais, outros fatores também dificultaram as possibilidades dos pequenos produtores para conseguir

¹⁵⁰ Relatório de execução de obras da SETOURB – Tomé-Açu de 1978

¹⁵¹ Relatório de Infraestrutura social da Secretaria de Agricultura do Pará – Biblioteca da SUDAM

manter relações com os agentes do governo. De acordo com o relatório da EMATER Pará de 1976, foram plantadas cerca de 4.260 hectares de cacau até o final da década de setenta, sendo que desse total, apenas 1.750 hectares gozaram do amparo creditício, que previa um investimento médio de Cr\$ 16.000,00 por hectare, ou seja, apenas 41% da produção foi financiada pelo Banco da Amazônia, de acordo com o relatório institucional, um dos fatores que impossibilitou o financiamento total foram os problemas fundiários do Pará, comuns no Pará, que retardaram o uso do crédito para cacauicultura, assim como a falta de infraestrutura de muitas propriedades.¹⁵²

Em Tomé-Açu apenas nove projetos foram financiados para a produção de cacau em 1976, sendo todos os beneficiados eram de origem japonesa, ocupando terras concedidas pelo governo do estado através da política de colonização implantada ainda na década de trinta¹⁵³. O que fortalece a nossa concepção de que a elite rural foi criada, financiada e mantida através das relações estabelecidas e incentivadas pelo poder público. O estado incentivou e financiou a elite rural ligada ao agronegócio e marginalizou ainda mais o pequeno produtor.

Em 1977 outros impedimentos comprometeram as metas institucionais, de 300 famílias que deveriam receber financiamentos e créditos para a lavoura cacauera no Pará, apenas 67 tiveram acesso, devido a diversas situações, sendo umas das principais a infraestrutura viária, que não foi implantada pelas prefeituras, fato que impossibilitou o acesso aos lotes por parte das equipes das instituições técnicas. Pois de acordo com a EMATER, era necessário que os técnicos visitassem os lotes para orientar na escolha das áreas de plantio, transporte de mudas, além das visitas técnicas para supervisão.¹⁵⁴

Os critérios para seleção levavam em consideração a projeção esperada pelos técnicos institucionais. O Pará foi o estado da região amazônica que mais plantou cacau assistido pela CEPLAC. De 1974 a 1978 foram plantados cacauzeiros em 12.352,0 hectares de terras paraenses, toda área com incentivos concedidos pelo BASA, compondo o maior investimento em agricultura de um único produto,¹⁵⁵ e um dos únicos financiamentos acessados por pequenos produtores.

Em 1976, de acordo com Dugés Crispim de Sousa, o seu pai recebeu a visita de técnicos da CEPLAC, que conduzidos até os lotes atestaram a possibilidade de

¹⁵² Relatório do Fundo Rotativo Suplementar para Expansão da Cacaicultura (FUSEC) – EMATER -PA

¹⁵³ Relatório Técnico da CEPLAC – 1976 – Arquivo Institucional da CEPLAC

¹⁵⁴ EMATER - Nota técnica nº 18

¹⁵⁵ Áreas plantadas no período 1971/72 - 1974/75 - DEPEA/APAEA

financiamentos para a produção cacaueteira na fazenda São Bernardo, a localização da propriedade as margens da rodovia PA-256 possibilitavam tanto a chegada de insumos assim como o escoamento da produção de cacau. De acordo com Dugés, sempre que os técnicos chegavam à propriedade do pai, voltavam com as caminhonetes carregadas de frutas, além de galinhas caipiras, era uma forma de estreitar as relações entre o pai e os membros da CEPLAC.

Assim como a reprovação da possibilidade de financiamento causou em outros agricultores um desconforto, a aprovação deixava certamente o pai de Dugés Crispim orgulhoso, a propriedade ganhava aprovação de órgãos que representavam o poder público, era o reconhecimento que o desenvolvimento poderia contar com a participação do agricultor. Bernardo Rodrigues de Sousa, pai de Dugés Crispim, agora estava inserido na dinâmica da economia regional, tendo sua propriedade e produção assistida pelo poder público, fato de grande animação para o migrante maranhense em terras no Pará, completou Dugés Crispim.

Guido Mantega (1984) caracterizou as ações estatais para promover o desenvolvimento como expansão da produção capitalista, como uma tentativa utópica de diminuição das desigualdades, para o autor o efeito foi reverso, os desníveis sociais ao invés de desaparecerem ou diminuir, acabaram se ampliando. Segundo Mantega, os projetos que simulavam o desenvolvimento no país não atendiam os interesses da maioria da população brasileira, como foi forjado nos discursos, mas beneficiava, sobretudo um pequeno grupo social elitizado que já tinha espaço nas políticas prioritárias dos setores políticos.

No vale do rio Acará desde 1949 que os japoneses já estavam reunidos de forma associativa através da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA)¹⁵⁶ para organizar as atividades produtivas e crescer as possibilidades de negócios para os associados. A EMATER definiu que a existência da associação otimizou a produção rural da região, assim como a EMBRAPA assinalou que os japoneses associados expandiram as possibilidades de produção e elevaram a qualidade dos produtos oriundos da atividade agrícola (HOMMA, 1983). Dessa forma, os japoneses além de possuírem a situação fundiária regularizada, reunidos em associação e bem-vistos junto ao poder público,

¹⁵⁶ Sobre a CAMTA ler JÚNIOR, Armando W. Tafner & SILVA, Fábio Carlos. A história emblemática da cooperativa agrícola mista de Tomé-Açu no Nordeste do Pará. 2016

puderam investir nas atividades rurais com assistência do governo através de suas agências técnicas e financeiras.

A CEPLAC previa que associações de produtores rurais ganhariam mais possibilidades de receber financiamentos, uma vez que o beneficiamento e comercialização do cacau se tornariam mais lucrativos se fossem feitos de maneira coletiva. O beneficiamento do cacau envolve práticas de colheita, quebra, fermentação, secagem (natural, ao sol ou artificial) e o aproveitamento do mel do cacau para o preparo da geleia. As instalações e equipamentos necessários para a manipulação do cacau, transformando-o em cacau seco, comercial, envolvem pesados investimentos de capital fixo: cochos e casa para a fermentação para a faixa dos pequenos agricultores de cacau nos Projetos Integrados de Colonização, está-se trabalhando como prestadora de serviços de toda a 'fase, desde o transporte de cacau mole (cacau úmido) até a central de beneficiamento e o processamento propriamente dito.¹⁵⁷

A proposta de contenção de gastos individuais para o beneficiamento de cacau fortaleceu a possibilidade de surgimento de associações para o compartilhamento de estruturas agrícolas no espaço rural. Porém, em meados da década de setenta somente os japoneses estavam organizados em associações, o que os tornou mais propensos às políticas rurais de financiamentos. Já os agricultores de origem nacional, que não estavam associados, não possuíam proximidades com políticos locais, estava afastado das regiões com estradas acessíveis, ainda lutavam pela possibilidade de se inserirem nas dinâmicas rurais e propostas governistas.

Austriclinio Viana disse que os japoneses agiam de maneira muito contida, era um grupo seletivo e de poucas palavras, muito trabalhadores, mas também muito na deles. O seletivo grupo mantinha relações entre seus pares, o que dificultava a entrada de nacionais nas associações, até pela forma de relação que os japoneses mantinham com a natureza era diferente dos demais grupos que compunham a sociedade regional. Os agricultores japoneses ligados à CAMTA tiveram projetos aprovados para o beneficiamento de cacau. Todos os agricultores que se submeteram a avaliação da instituição para crédito tiveram seus pedidos aprovados, com a justificativa que os produtores ligados à associação apresentavam maior possibilidade de bons resultados a baixo custo, uma vez que a CAMTA contava com uma Central de Beneficiamento que atenderia a todos os

¹⁵⁷ Boletim Técnico de N°66 – CEPLAC – Cacau na Amazônia

associados. De acordo com a nota técnica¹⁵⁸, a associação contava com uma “minicentral” que atenderia a uma produção de 30 mil arrobas de 15 quilos de cacau, uma produção de 30 ou 40 produtores, conhecidos como parceleiros.

Os benefícios das minicentrais seriam;

- a) Eliminar os pesados investimentos de capital fixo em instalações individuais, em cada unidade de produção de cacau.
- b) Preparo de um produto de melhor qualidade, padronizado e com melhores possibilidades de comercialização em mercados mais exigentes, como os do Mercado Comum Europeu ou da Rússia, por exemplo.
- c) Liberação da mão-de-obra do parceleiro ou de seus familiares das tarefas do beneficiamento, para outras tarefas mais remunerativas e, ao mesmo tempo, criação de empregos no meio rural para a operação da "mini-central".
- d) Possibilidades de aproveitar subprodutos, como o mel do cacau, para a fabricação de geleias, ou, ainda mais remotamente, da própria casca do cacau, para alimentação de animais (suínos, gado leiteiro), ou para a fabricação de adubos orgânicos.
- e) O fortalecimento do Sistema Cooperativo existente, ou a ser implantado.

Dessa forma, as orientações institucionais apontavam para as exigências em todo processo de financiamento até a produção e venda. Dessa forma, as estruturas necessárias para o desenvolvimento de atividades rurais guiadas aos olhos institucionais, necessitavam de uma ampla estrutura que excluía as minorias rurais, como os posseiros, os que ocupavam lotes mais longínquos ou de difícil acesso.

Tais fatos mostram que os projetos do estado para o meio rural amazônico privilegiaram grupos que já possuíam certa infraestrutura e possibilidades de lidar com as burocracias impostas para acessar as políticas. No que tange a agricultura, que serviu como atividade para atender outros setores econômicos prioritários do governo, como a indústria e exportação, teve seu principal expoente o desenvolvimento da atividade cacaeira, tanto nas áreas de colonização, quando em regiões que tradicionalmente desempenhavam a agricultura, como Tomé-Açu. A CEPLAC, vinculada ao Ministério da Agricultura e a SUDAM, usou de critérios para conceder autorização técnica para que agricultores pudessem produzir o cacau, tais critérios deixaram de fora agricultores, como

¹⁵⁸ Boletim Técnico 66 – CEPLAC – Ministério da Agricultura

Pedro Rocha, que fora da dinâmica vigente, continuou produzindo uma agricultura mais voltada à subsistência. Essas relações estabelecidas no desenvolver dos projetos não foram homogêneas, alguns acessaram com mais facilidade, outros tiveram dificuldades, a localização das propriedades, a infraestrutura viária, as questões fundiárias, o solo, entre outros, determinaram as decisões institucionais. Os projetos de colonização e as políticas de financiamentos e incentivos, tornaram as terras amazônicas espaços atrativos, terras de especulação, assim como levaram homens e mulheres ávidos para reproduzir seus modos de vida, também despertaram interesses em fazendeiros que viram na região a possibilidade de expandir seus domínios investindo pouco, contando com o consenso do estado.

4.2 ASSOCIATIVISMO, SINDICALISMO E CONFLITOS NO ESPAÇO RURAL

As décadas de setenta e oitenta foram decisivas para o despertar do interesse dos agricultores em relação à agricultura de caráter comercial. Nesse contexto, as associações passaram a buscar regularização, principalmente de terras, para viabilizar as lutas coletivas. Em 19 de setembro de 1979, reunidos no salão comunitário na vila Água Azul, em Tomé-Açu, cerca de quarenta moradores discutiram a oficialização da constituição de uma associação de moradores. Como de costume, a reunião foi iniciada pela liderança católica da comunidade rural, a senhora Maria Salvadora Souza Costa.¹⁵⁹ O senhor Pedro Araújo do Nascimento argumentou que “através da união e legalização de uma associação a comunidade teria mais forças para reivindicar e lutar por melhorias junto aos órgãos oficiais e empresas privadas”¹⁶⁰.

A oficialização junto aos órgãos jurídicos, constituiu o momento do surgimento institucional aos olhos do aparelho burocrático que compõe a sociedade, mas no caso de Água Azul, as ações comunitárias e associativas já existiam, as igrejas, além do alento espiritual, serviam como mecanismo de socialização e lutas políticas. Adriane da Silva

¹⁵⁹ Maria Salvadora Souza Costa, maranhense, moradora da comunidade rural de Água Azul, 88 anos. Fonte (ATA de reunião - Acervo da Associação dos Moradores da Vila Água Azul).

¹⁶⁰ Argumentação de Pedro Araújo do Nascimento na ocasião de instalação da Associação dos Moradores da Vila Água Azul. (ATA de reunião - Acervo da Associação dos Moradores da Vila Água Azul).

Prazeres (2021)¹⁶¹ em seu texto sobre as lutas de agricultores e extrativistas no vale do Tocantins, região paraense, atestou para a importância da igreja católica como forma encontrada pelos povos rurais mediante o complexo aparelho burocrático do Estado no contexto da ditadura civil-militar. Os espaços das igrejas foram utilizados para reuniões, festejos e debates comunitários sobre assuntos políticos e de segurança. De acordo com a historiadora paraense, as populações que habitavam e atuavam nas florestas paraenses usaram da legislação de terras do Pará, de maneira a buscar estratégica, acionando a legislação e buscaram se inserir na dinâmica social e jurídica através da legislação já existente e da lei criada pelos próprios posseiros, a lei Anilzinho. A obra de Adriane da Silva Prazeres é um importante trabalho que expressa a luta da população rural por reconhecimento e participação nas dinâmicas sociais, assim como sua militância em busca de garantir o que acreditavam ser direito seu. Ou seja, não somente as ações oficializadas em órgãos ligados ao poder público devem ser consideradas como uma forma de expressar lutas, muitos mecanismos, inclusive “clandestinos” aos olhos positivistas, constituíram formas de lutas e resistências.

Dessa forma, não deve ser compreendido como surgimento de associações apenas quando oficializada junto ao cartório ou órgãos do governo, antes de tais acontecimentos, já existiam lutas coletivas de engajamento comunitário que mobilizaram moradores das regiões que compunham o setor Canindé¹⁶². Antes mesmo da fundação em 1979, os moradores de Água Azul já possuíam uma usina de beneficiamento de arroz. O barracão da usina também serviu como espaço para algumas reuniões da associação, situado nas terras do agricultor de origem maranhense Lino Barroso, o barracão da usina foi usado para várias outras ocasiões, como festas, comícios com intuítos políticos.

A formação de associações com a de vila Água Azul é um salutar exemplo da hipótese em debate, atestando que o governo militar, ou melhor, os governos militares, tinham propostas e projetos para as áreas rurais da Amazônia, materializadas a partir das agências de governo. A partir desses projetos, quando entraram em “campo”, desencadearam mudanças nos modos de vida e nas relações sociais do espaço rural. Nos capítulos anteriores dediquei espaços longos apresentando instituições, projetos, tentando situar a região amazônica nesses discursos e projetos de desenvolvimento propostos por

¹⁶¹ SILVA, Adriane dos Prazeres AS TERRAS DE USO COMUM E OS CASTANHAIS DO VALE AMAZÔNICO: Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991). 2021, Tese de doutorado, UFPA. Belém – PA.

¹⁶² Era o termo usado para designar as comunidades rurais da região Canindé em Tomé-Açu.

governos desde o início do século XX, para isso dispôs de fontes diversas, que expressaram a partir da interpretação autoral as intenções dos governantes e apreciações de jornalistas e escritores. A partir disso, podemos dedicar os próximos momentos a sujeitos cruciais no contexto e espaço histórico analisado. Importante mensurar que, por mais que os projetos do governo apresentassem proposta para o rural, em contraste não era intenção a distribuição justa das terras, inclusive perseguiu intelectuais e artistas que se comprometeram com a distribuição mais democrática da propriedade de terra. (MOTTA, 2004, p. 05).

Água Azul, Forquilha, Nova Vida, Comunidade São José, Comunidade Santa Luzia Bragantina, Comunidade Santa Rosa, Sempre Alegre, Igapó-Açu, Curva da Jamic, região 2, Vila Nova, Açaiteua, Trinta Lotes, Breu, Poeirão, Vila Canindé (Chibé), Quatro – Bocas, Vila 40, Vila Maranhense, Ipiranguinha, Apuí, regiões pertencentes a Tomé-Açu, somando ainda com Calmaria, Urucuré, ambas pertencentes ao município de Acará, todas foram regiões que causaram curiosidades científicas para busca de atestação das hipótese outrora proposta. São vilarejos e comunidades que exemplificam que a partir dos projetos de governo e da burocratização e complexificação da vida rural, consequências de tais projetos, os povos rurais, em sua maioria, buscaram estratégias para manterem suas práticas rurais e constituírem-se parte da sociedade campesina.

Os sindicatos e associações juntaram agricultores na luta por direitos relacionados à terra e ao trabalho rural. De acordo com o Jornal Terra Livre¹⁶³ de fevereiro de 1963, o Pará teve o primeiro sindicato de trabalhadores rurais em 1963. A matéria noticiou que “Trabalhadores rurais do Pará se organizaram em sindicatos”, afirmando que os trabalhadores do Pará estavam se movimentando em torno da fundação de seu primeiro sindicato rural, onde a diretoria e os coordenadores seriam escolhidos em 23 de fevereiro de 1963, realizada na cidade de Capanema no nordeste paraense. O jornal ainda noticiou que a criação do sindicato os lavradores elaboraram um vasto plano de reivindicações que visavam melhorar o desenvolvimento econômico da região.

Em entrevista ao jornal *Terra Livre*, Manuel Martins, presidente da Associação de Lavradores da Vila Ipojuma na região do município paraense do Capim, no KM 108 da rodovia Belém-Brasília, fez um apelo convocando todos os lavradores do Pará a unirem-se em sindicatos e associações de trabalhadores rurais, pois, segundo o presidente, com a organização, os trabalhadores caminhariam “firmes para a conquista da reforma

¹⁶³ Pequeno almanaque TERRA LIVRE de fevereiro de 1963.

final, que era a reforma agrária radical”. Os sindicatos e associações simbolizaram a união dos trabalhadores para alcançar objetivos comuns.

Os grandes projetos injetaram recursos na região amazônica principalmente na década de setenta, porém, com a crise econômica que afetou o Brasil em meados da década de oitenta, com o final do período dos governos militares, os projetos já instalados apresentaram sua ineficiência. Os grandes projetos dos governos militares abriram espaço para a entrada de grandes empresários e especuladores que buscavam constituir terras na região, afetando os modos de vida da população da região e criando empecilhos para o acesso a terras por parte dos pequenos produtores. Os projetos, propagandas, as ações do governo através de suas agências, abriram a região e convidaram a conquistá-la, explorá-la. Os resultados foram o acirramento dos conflitos, o crescimento das disputas entre comunidades tradicionais e grupos com interesses de constituir terras na região.

Bernardo Alves, maranhense, 69 anos, tentou acessar financiamentos para a produção de cacau, contatou com agentes da CEPLAC, sua propriedade foi reprovada, pois segundo o agricultor, por volta de 1976, os japoneses eram os maiores produtores de cacau em Tomé-Açu. Uma vez que os nipônicos organizados em associações, tinham contato mais representativo junto às instituições. Bernardo Alves disse que chegou a participar de reuniões na sede da CAMTA, cooperativa de predomínio dos japoneses, justamente para compreender o processo burocrático para acessar financiamentos para a produção cacauzeira. Porém, por não ter a documentação que comprovasse sua posse das terras que ocupava, acabou não conseguindo obter o incentivo financeiro nem a orientação técnica. Dessa forma, o agricultor passou a produzir sem a assistência técnica da CEPLAC, fez algumas mudas de cacau por conta própria e tentou adotar técnica que aprendeu com outros produtores mais experientes.

Fato parecido ocorreu com Arnaldo Santos, agricultor baiano, morador da região do Canindé em Tomé-Açu. O agricultor tentou agendar na secretaria de agricultura de Tomé-Açu uma reunião com o prefeito Benigno Goes, para solicitar a abertura de um ramal que ligasse Forquilha, principal vilarejo da região de Canindé, até a comunidade Ipiranga, local onde o agricultor possuía plantações de cacau e pimenta-do-reino. Porém, o agricultor não foi recebido, dessa forma, a proposta não chegou ao político e logo a estrada não foi aberta pelo poder público municipal. Sendo necessário que o agricultor em mutirão, abrisse a estrada sem participação do poder público.

Nesse contexto em que pequenos agricultores recebiam com constância as negativas do governo, tanto dos municípios como das agências ligadas ao governo

Federal, a igreja católica integrava a região com forte interferência, muito além de um espaço religioso, era também um espaço de organização para atividades coletivas, para momentos de socialização e contato. A comunidade católica de Nossa Senhora da Conceição, em Forquilha, se tornou um desses espaços, os agricultores da região do Canindé iniciaram muitas ações coletivas por se constituírem membros do mesmo espaço simbólico que a igreja expressava. De acordo com José Josias Leite, a igreja era um espaço de debates políticos, assuntos econômicos, organização de lutas coletivas. Após os cultos homens e mulheres comungavam momentos de interação, ou seja, as igrejas constituíram esse momento de contato entre os moradores da região, onde predominavam atividades agrícolas.

Em 21 de junho de 1973, o vereador Francisco Altino teria reunido com agricultores da região de Água Branca, nas dependências da igreja católica de São Raimundo, na ocasião, os cidadãos solicitaram à Câmara dos vereadores que concedessem terras a José Nonato Reis, Antônio Silva e Constantino Viana, todos de origem maranhense. O vereador defendeu a concessão de terras, uma vez que havia disponibilidade de terras e os homens apresentavam grande disposição para o trabalho. Além do que, os três pareciam compelidos a integrar Tomé-Açu como verdadeiros munícipes.¹⁶⁴

O papel da igreja católica como espaço político, a apropriação que os políticos faziam da terra, do espaço rural, dos sujeitos ávidos por terras, constituem um episódio importante da história do espaço rural. As intenções políticas tanto a nível municipal quando federal possuíam características parecidas, ocupar e fazer lucrar. Integrar Tomé-Açu, seria reproduzir a economia rural regional e produzir para atender ao comércio externo, uma vez que o cacau e pimenta-do-reino, principais produtos do espaço rural de Tomé-Açu não eram consumidos pela população local.

Interessante informação foi concedida por Prisco dos Santos, em entrevista concedida em janeiro de 2020. O radialista, filho de Miguel Raimundo dos Santos, vivenciou as ações do seu pai, sendo seu genitor um dos principais servidores responsáveis pela distribuição de terras pelo município. Pelo que Prisco dos Santos informou, era muito fácil acessar terras em Tomé-Açu nas décadas de 60 e 70. Dessa forma, semanalmente chegava alguém querendo terras para plantar uma roça, porém, não necessariamente aquele alguém se tornava possuidor da terra. Dessa forma, muitos

¹⁶⁴ Ata de reunião de 25 de junho de 1973. Câmara Municipal de Tomé-Açu.

recorriam a Câmara dos vereadores para que de alguma forma garantissem, validassem, que alguma autoridade municipal havia reconhecido que quem ocupava a terra poderia ser a partir de então o dono da terra que ocupava.¹⁶⁵

Ou seja, acessavam terras através da concessão da prefeitura, logo após se integravam a dinâmica local, frequentavam igrejas, criavam relações e buscavam constituir proximidade com políticos locais para solicitar a concessão da terra, uma vez que viam nos políticos uma autoridade que poderia validar as posses de terra. Por outro lado, os políticos locais se aproveitaram desse fato, para aumentar suas áreas de influência.

Ainda na década de sessenta, foram concedidos trinta terrenos rurais próximo à região do distrito de Quatro Bocas em Tomé-Açu, a área de concessão ficou conhecida como Trinta Lotes, a região foi ocupada por maranhenses e cametaenses. A maioria deles, antes de constituir propriedades na região descritas, foram trabalhadores nas plantações de pimenta-do-reino de japoneses. Nessa região de colonização, Austriclinio Viana obteve um dos lotes de terra, cametaense, chegou a fazer parte da política municipal, ocupando o cargo de parlamentar pelo MDB. Os fatos reiteram algumas reflexões que já fizemos em parágrafos anteriores, principalmente sobre a importância das influências políticas para facilitar o acesso a terras e mesmo a projetos de governo, além dos privilégios concedidos a quem possuía boas relações com membros do governo e funcionários das agências de desenvolvimento.¹⁶⁶

Tais fatos foram alvos de duras críticas do economista Edson Roffe Borges que afirmou que ao final da década de oitenta a região amazônica teria sido abandonada pelo poder público, após anos de expectativas engendradas a partir de grandes projetos, que na prática foram corrompidos para atender aos interesses de ricos ligados a oligopólios do sul e sudeste do país. Os projetos que ainda restaram teriam se transformado em linhas de crédito tão burocráticas que atenderam apenas ao empresariado rural ligados à agropecuária.¹⁶⁷

Os projetos inseriram novas perspectivas no espaço rural amazônico, mas que não foram efetivados da maneira que havia sido projetado. Dessa forma, a busca de participação nas políticas de distribuição de terras, nos projetos de concessão de financiamentos, custeios e assistências técnicas não foram acessados por alguns grupos,

¹⁶⁵ Entrevista concedida por Prisco dos Santos, radialista, 56 anos. 20 de janeiro de 2020.

¹⁶⁶ Ata de reunião parlamentar de 18 de março de 1968 – Câmara Municipal de Tomé-Açu.

¹⁶⁷ PCR 195 CPI Amazônia de 1981 – Câmara Federal

principalmente por aqueles que não dispunham de boas relações políticas ou mesmo poder de barganha. Nesse sentido, a manutenção dos modos de vida passou a apresentar dificuldades, e muitos grupos passaram a ter interesses em participar da dinâmica rural voltada ao comércio de produtos de origem rural. Porém, houve a percepção que a exemplo de outros grupos, era necessário ter representação, fatos que podemos atestar nas narrativas do memorialista Akira Nagai;

Os japoneses sempre estiveram vinculados entre si pela origem cultural, pela história. Dessa forma, se mantiveram no intuito de continuarem juntos mesmo em terras amazônicas, lutaram e transformaram a região, inseriram novos produtos na econômica, formaram a CAMTA, uma grande associação cooperativa que causou exemplos nos Brasileiros, que também tentaram fundar associações para chamar de sua. (NAGAI, 2013, p 12).

IMAGEM 29: POLÍTICOS VISITANDO AS INSTALAÇÕES DA CAMTA - 1961

Fonte: Acervo de Elielson Cabral de Aguiar

De acordo com Nagai (2013) às associações em Tomé-Açu teriam surgido a partir da formação da cooperativa constituída por japoneses. Porém, percebemos que vai além, as associações passam a expressar uma necessidade, uma vez que a população rural passou a constituir uma sociedade com constantes interferências de políticas direcionadas pelo estado. Sendo objetivo político projetar resultados que dependiam do espaço rural. O desenvolvimento viria a partir da intervenção dos governantes, através de suas agências nas diversas regiões do Brasil, sendo a região amazônica um espaço importante e estratégico.

Deodato Martins, agricultor de origem maranhense, morador da região de Canindé em Tomé-Açu desde 1969, possuiu terras na região. Deodato comprou o lote com dinheiro que conseguiu a partir de trabalhos como braçal diarista na própria região. A pretensão do era se tornar agricultor e produzir, além de construir moradia para abrigar sua família. De acordo com o próprio agricultor, possuir terras foi a realização de um dos seus grandes sonhos, poder plantar e produzir, significava a possibilidade de melhoria de vida. O agricultor passou a frequentar os cultos católicos na comunidade de Nossa

senhora da Conceição em Forquilha, local onde ficou sabendo da possibilidade de financiamentos para a plantação de cacau, sendo necessário aprovação e auxílio técnico da CEPLAC. Porém, era necessário a regularização do lote junto aos órgãos públicos, fatos que desanimaram o agricultor. O relato de Deodato é um dos muitos que desistiram de tentar acessar as políticas de governo, sendo o caso da produção cacauzeira um dos mais constantes, uma vez que foi o mais próximo da realidade dos pequenos produtores. Foram essas dificuldades e as disponibilidades de projetos que fizeram muitos agricultores da região a se juntarem e constituírem mecanismos comunitários de representação.¹⁶⁸

Acreditamos que o surgimento das associações de agricultores na região teve algumas influências. A formação da CAMTA, que reuniu japoneses e os tornou um dos principais públicos assistido pelo governo através de suas instituições, assim como as dificuldades que os agricultores não vinculados a CAMTA tiveram quando procuraram participar dos projetos do governo, como financiamentos e custeios. Dessa forma, uma vez que a maioria dos agricultores não eram letrados, as dificuldades para lidar com as questões burocráticas ligadas às propostas de projetos, como documentação, regularização de lotes, assim como entender os caminhos para se tornarem aptos a receber os financiamentos, se tornaram cada vez mais atenuantes. E as associações e sindicatos constituíram uma forma coletiva para lidar com esses problemas e galgar soluções. A Associação dos Moradores da Vila Água Azul surgiu como uma das manifestações de organização e luta coletiva de agricultores que buscaram acessar políticas de governo, e como dito no estatuto da associação, que afirmava ser objetivo buscar todo apoio necessário em prol do desenvolvimento social e econômico dos associados.

Manoel Bezerra foi vice-presidente da associação de moradores da Vila Água Azul, o agricultor aposentado, disse que a oficialização da associação não simbolizou o início da luta coletiva. Antes mesmo de criarem estatutos, buscaram reconhecimento junto a bancos e instituições técnicas, já reuniam para desempenharem ações que beneficiariam a comunidade. As lideranças locais geralmente tinham forte participação religiosa, os salões da igreja católica davam espaços para as reuniões comunitárias. Quando perguntado o que havia motivado a criação de uma associação registrada, Manoel Bezerra argumentou que sozinho era mais difícil conseguir regularizar uma terra,

¹⁶⁸ Deodato Martins, morador da região Canindé em Tomé-Açu, entrevista concedida em 15 de novembro de 2021.

conseguir um desconto junto ao banco ou mesmo uma loja, assim era mais difícil ser visto.

Além da falta de representatividade junto aos órgãos do governo, muitos agricultores também enfrentaram problemas quanto ao reconhecimento do direito de propriedade por parte dos outros. Por mais que os vizinhos reconhecessem que o posseiro era o primeiro a ocupar a terra e constituía o direito de explorar e reproduzir seus modos de vida, na década de setenta iniciava a especulação fundiária incentivada por setores ligados ao governo. Em 1974 Cecília Reinaldo, denunciava a Câmara dos vereadores de Tomé-Açú e cobrou atitudes dos parlamentares para proteger os direitos dos pequenos produtores rurais da região;

Se faz necessário que os senhores tomem alguma atitude, percebemos chegar homens de fora e com posses para colocar suas fazendas aqui, financiados pelo governo para criação de gado e muitas vezes ocupando terras que já tem donos. Vemos os bancos e agências priorizarem os grandes empresários, os japoneses e dizem muitas vezes não ao pequeno produtor, se não cuidarmos do povo vamos perder espaço e a população rural vai desaparecer dando lugar ao empresário rural, vai nos sobrar empregos com baixos salários, os senhores precisam tomar as rédeas desse município¹⁶⁹.

O protesto de Cecília Reinaldo, proferido na Câmara Municipal dos Vereadores de Tomé-Açú, expressou que era necessária uma ação do poder público para conter a tentativa de grileiros se apossarem de terras que eram ocupadas e exploradas por grupos reconhecidos pelo poder público municipal. Porém, se tratava de um projeto que de fato buscava desenvolver empreendimentos rurais. Uma vez que estamos tratando do período dos governos militares, como dito, priorizaram e buscaram enquadrar o espaço rural nos projetos de desenvolvimento, mas priorizando grupos que tinham proximidade com membros do governo e das agências, a preocupação de Cecília Reinaldo, ao cobrar uma atitude do legislativo municipal era para evitar conflitos e a perda de direito por parte dos pequenos produtores, que se viam esquecidos pelos novos projetos de desenvolvimento dispostos através das agências pelo governo.

De acordo com o relato de Cecília Reinaldo, na década de setenta foram concedidas grandes extensões de terra para criação bovina na região da comunidade rural Marupaúba, naquelas terras um fazendeiro passou a derrubar árvores e provocar queimadas para a plantação de capim com o intuito de desenvolver a pecuária, financiado pelo banco da Amazônia, os créditos concedidos através da agência pareciam legitimar o uso das terras por parte de quem era beneficiado, assim como impunha aos vizinhos

¹⁶⁹ Pronunciamento de Cecília Reinaldo de Oliveira, 11 de abril de 1974. Câmara Municipal de Tomé-Açú.

respeitar a atividade desenvolvida. Esses fatos expõe a face do projeto dos militares pensado para o espaço rural amazônico, assim como tornou possível observarmos as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor em meio a todo o processo burocrático imposto por tais projetos.

A ausência de uma política focada nos pequenos produtores se deu pela concepção dos problemas rurais na visão dos governos militares, pois não acreditaram ser a má distribuição de terras, mas sim a ausência de financiamentos e créditos, as condições de armazenamento, o planejamento e transporte. (MEDEIROS, 2019, p 215). Tais pensamentos predominaram na política da época justamente pela falta de acesso do pequeno produtor e de seus representantes no debate político sobre o rural, pessoas como Cecília discursaram em tribunas de Câmaras municipais, mas não conseguiram ser ouvidas pela sociedade política dominante, essa andava lado a lado com o grande empresário rural, e era para eles que os projetos eram direcionados com facilidades.

É nesse aspecto, do poder ao lado sempre dos grandes empresários que nos apoiamos na tese de José de Souza Martins,¹⁷⁰ que parte do pressuposto que as leis rurais, a exemplo da lei de terras veio tão somente para assegurar os interesses dos grandes proprietários, que se constituiu como um marco importante no processo de apropriação capitalista no Brasil. Da mesma forma, pensamos que os grandes projetos rurais tiveram intenções similares a da lei de terras, pensada para um grupo que representava o capitalismo, sendo o pequeno produtor um insistente em fazer parte das dinâmicas econômicas e sociais propostas pelo Estado através de suas instituições.

Antônia do Carmo Santos¹⁷¹, professora aposentada, atuou durante toda a carreira docente em Água Azul, e foi do conselho fiscal da associação da vila. Antônia Santos disse ter participado de reuniões que precipitavam a necessidade de organização dos agricultores para defenderem suas terras de situações como a descrita por Cecília Reinado. Pois a política de distribuição de terras mudava de acordo com o poder municipal, se mudasse o prefeito poderia mudar também a situação rural. Antônia acredita que as políticas rurais de distribuição de terras, assim como os financiamentos, foram formas de controle de políticos para com a população. Quem era próximo dos políticos tinha suas solicitações atendidas, quem não era teria mais dificuldades. Foi uma maneira dos políticos mostrarem que mandavam e coagirem, afetarem quem não os apoiava. Dessa

¹⁷⁰ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 3ª Edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1986.

¹⁷¹ Antônia do Carmo Santos, professora aposentada, entrevista concedida em 23 de março de 2021.

forma, uma das maneiras mais eficazes de resistir às ações do governo, ou mesmo se proteger era participando de associações, completou Antônia.

Os projetos de governo e as possibilidades de acesso a terras na região Amazônica atraiu muitos homens e mulheres de outras regiões. Grupos variados passaram a disputar terras e oportunidades no meio rural, fatos que acirraram os conflitos por terras e por reconhecimento junto aos órgãos públicos. A situação se agravou na década de oitenta, os agricultores de menos posses buscaram se vincular às associações e sindicatos, na intenção de evitar que suas terras fossem tomadas por grileiros.

Para Rosa Acevedo Marin (2002)¹⁷² no espaço rural brasileiro as relações se definiram, em uma forte oposição e contradição, fatos que desencadeiam conflitos, violência, lutas pelo controle dos recursos naturais, terra e mão de obra. De acordo com Marin os “conflitos de terra, conflitos pela terra, conflitos fundiários” causaram desdobramentos nocivos, principalmente para as populações mais pobres, tornando-as propensas a quadros de violência, confrontos, morte, e em muitos casos o deslocamento compulsório de grupos ameaçados.

De acordo com Hebéte (2004) a SUDAM, principal agência de desenvolvimento do governo, foi responsável por projetos excludentes que condicionaram ao espaço rural os conflitos que marcaram a história regional. Ao conceder incentivos fiscais a grandes empresas para a implantação de uma zona de pecuária bovina, aumentou o interesse pela posse da terra na região. Ao aumentar a especulação fundiária, deixou os pequenos produtores em situação de risco em relação aos grupos de grandes empresários que usaram da força para que seus projetos fossem concretizados.

Em 1984 um grave conflito ocorria envolvendo terras na região conhecida como Colatina, no município de Acará. Alguns posseiros que ocupavam lotes na região enfrentavam a contestação de um fazendeiro natural do estado do Espírito Santo, que sem pisar em terras paraenses havia enviado homens para contestar a posse da terra. O capixaba, cujo nome era Acrino Breda entrou na justiça para que os posseiros fossem retirados da terra. Os posseiros recorreram ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, na época presidido por Benedito Alves Bandeira. O então presidente foi uma figura muito conhecida na região, por ser uma liderança sindical e fazer parte da coordenação da igreja católica de Tomé-Açu. A luta pelas terras da região do vale do rio

¹⁷² MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. Conflitos agrários no Pará. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Coord.). Contando a história do Pará, Vol. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX). Belém: E. Motion, 2002.

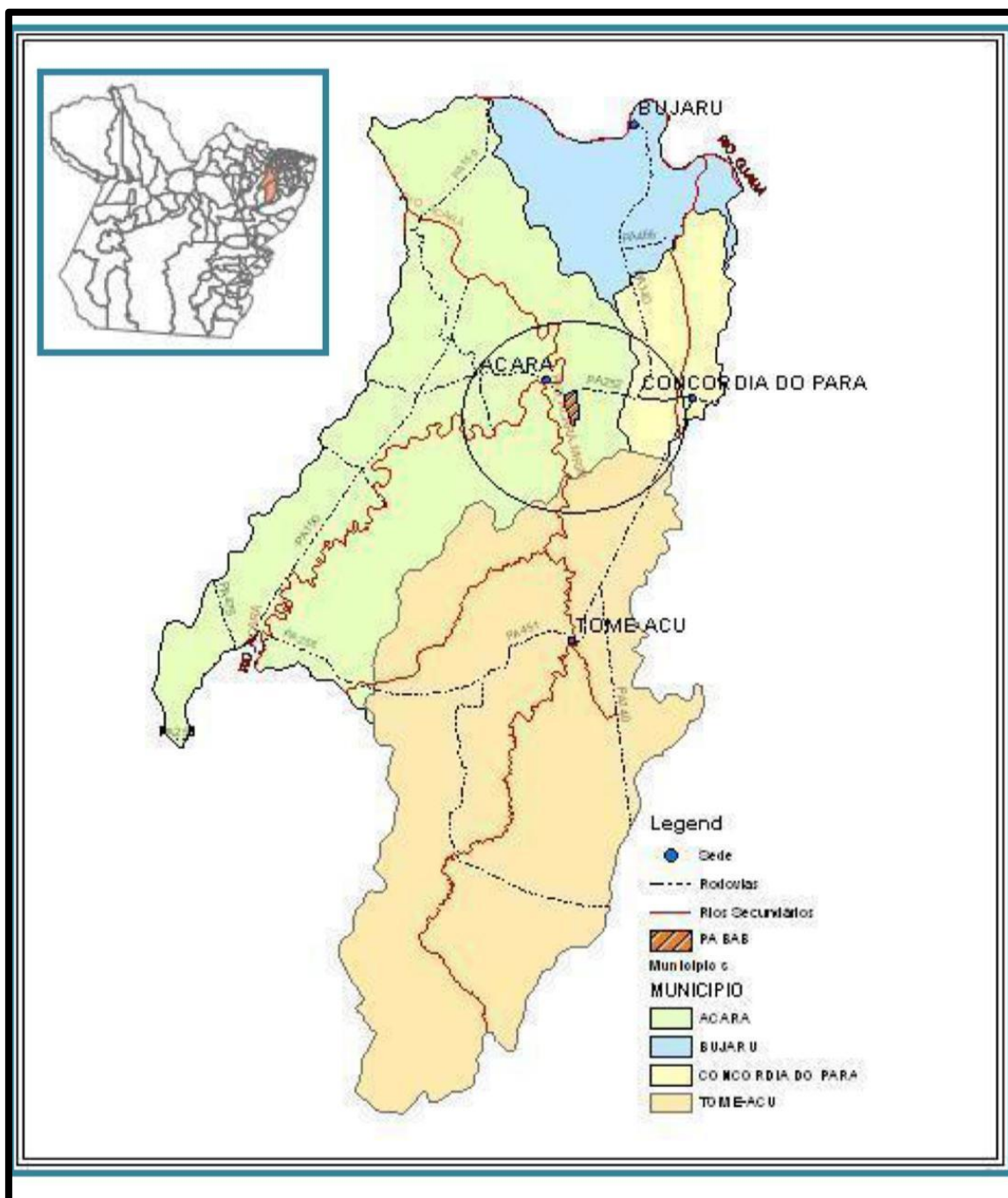
Acará ocorria desde meados da década de sessenta, com o incentivo do governo a colonização e pecuária, grupos de empresários assim como os sujeitos mais próximos da classe política passaram a integrar a região e especular terras ocupadas há décadas por pequenos produtores posseiros.

O caso do assentamento Colatina, hoje conhecido como assentamento Benedito Alves Bandeira, foi emblemático e marcou a população rural dos municípios de Tomé-Açu e Concórdia, devido a violência escancarada usada com o intuito de calar e expropriar do pequeno produtor às suas terras. Para Benjamin (2016) o governo militar foi responsável pelo acirramento dos conflitos no espaço rural amazônico, uma vez que impulsionou a introdução do grande capital e seus representantes na região, usando das políticas de financiamentos e custeios para a modernização do campo.

impulsionado pelo regime militar brasileiro (1964-1984), em vez de dividir a propriedade, o capitalismo promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante, onde o crédito facilitava a aquisição de terra e máquinas. Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre econômico". O país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada. (BENJAMIN, 2016, p, 19).

A partir desse cenário político ficou mais complexo para os agricultores assentados manterem a posse de suas terras, valendo-se do apoio aos grandes empreendimentos, muitos sujeitos com pretensões de adquirir terras na Amazônia recorreram à justiça e a métodos ilegais para expulsar a população rural de suas terras, como no caso do assentamento rural Colatina.

IMAGEM 30: ÁREA DE DISPUTA PELA POSSE DE TERRAS NO VALE DO RIO ACARÁ



Fonte: Benjamin, 2010.

Através do sindicato rural, os posseiros conseguiram contratar um advogado para lutar pela permanência do grupo nas terras da região rural de Colatina. Percebendo a organização do grupo, assim como a importância de Benedito Alves Bandeira no processo de luta coletiva dos agricultores posseiros, o empresário Acrino Breda recorreu a comum prática para resolver desavenças por terras na Amazônia, contratou três homens para

assassinarem o líder sindical. Benedito Alves Bandeira foi assassinado a caminho do assentamento Colatina, em meio a luta pela terra, representando um grupo de pessoas que teriam seus direitos usurpados para beneficiar um homem que foi trazido pela especulação, atraído pela possibilidade de explorar, fatos que foram amplamente incentivados pelo governo nas décadas de sessenta e setenta.¹⁷³

O projeto do governo para o espaço rural era explorar as riquezas da região, direcionar o que a região deveria produzir e os comportamentos produtivos dos agricultores. Os vinculando às instituições para controlá-los e dessa forma ditar o que produzir, como e para onde vender. As consequências dos projetos apontam para a introdução de uma dinâmica que acentuou os conflitos, privilegiou grupos ligados a políticos e arremessou o pequeno produtor dentro de um processo burocrático criado pelo estado. Mais grave ainda, reproduziu um cenário altamente nocivo aos pequenos produtores, que na necessidade de representatividade acabaram se juntando e formando associações, sindicatos, e mesmo em lutas coletivas ainda tiveram seus direitos violados, suas vidas ceifadas.

A morte de Benedito Alves Bandeira, ocorrida em 04 de julho de 1984 é considerada um marco da luta pela terra e pelos direitos dos povos rurais de Tomé-Açu. Na triste ocasião a polícia local agiu rapidamente, pressionada pela população local os agentes de polícia prenderam os acusados, Juracy Pedro de Souza, José Machado do Nascimento e Nathan Rocha e os levaram para Tomé-Açu. Em função do velório a cidade estava tomada por populares que reunidos acabaram fazendo justiça com as próprias mãos. A delegacia de polícia foi invadida e os três acusados foram assassinados a pauladas pela população. As informações anteriores foram presentes na fala de Milton Ramos, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de Nova Vida em Tomé-Açu. Milton Ramos¹⁷⁴ foi líder de associação de agricultores em Nova Vida, de acordo com o agricultor, o triplo assassinato dos pistoleiros por parte da população enfurecida, mostrava que o povo não acreditava na justiça, nem no poder público. A população sabia que a polícia e os políticos estavam do lado daqueles que tinham mais dinheiro, completou Milton Ramos.

Para Sacramento (2020) a luta pela terra na Amazônia na segunda metade do século XX foi acirrada pela disputa entre grandes empresários e a população rural, sendo

173

174 Milton Ramos, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de Nova Vida. Tomé-Açu. Entrevista Concedida em 21 de junho de 2020.

os últimos privilegiados e violentos, recorrendo a pistolagem para tirar de cena os grupos que se tornaram empecilhos para os seus planos. Benedito Alves Bandeira, assim como outras lideranças, buscaram guiar a luta da população rural para o acesso e permanência nas terras, por esse motivo, teve sua vida tirada e passou a ser um símbolo da luta pela terra na região.

IMAGEM 31: CARTAZ DE PROTESTO POR JUSTIÇA PELA MORTE DE BENEDITO ALVES BANDEIRA



Fonte: Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu

Esse crime, trágico e marcante para a história rural do Pará, assim como o despejo onde a população buscou “justiça” com mais violência expõe ao perigo que as ações do governo expuseram a população rural da Amazônia, uma vez que a partir de 1964 o modelo de crescimento econômico rural, agrodesevolvimentismo tratou de maneira hostil o pequeno produtor, privilegiando e dando poderes aos grandes empresários.

Só é possível entender essas lutas e conflitos se compreender as dinâmicas que foram impostas para a região. As ofertas de terras, de financiamentos e custeios, tornaram as regiões mais atrativas e conseqüentemente mais propensas a violência e problemas sociais. A tentativa de se apossar das terras ocupadas por posseiros em Colatina durante a década de oitenta, assim como em Água Azul em meados de setenta, foram fatos que mostram que as relações sociais da região estavam se complexando a ponto de culminar em conflitos e confrontos. Os dois episódios expuseram de maneira mais evidente que os projetos de governo para o espaço rural tiveram conseqüências comuns ao capitalismo, a disputa e avidez por lucros.

Ainda na década de setenta a SUDAM em seus relatórios já alertava para a possibilidade de conflitos na região do nordeste paraense entre indígenas, fazendeiros e colonos, orientando que para evitar maiores embates era necessário integrar todos os grupos aos projetos institucionais. Na região entre Tomé-Açu e Paragominas, bovinos teriam sido mortos e as carnes dos animais teriam sido levadas por grupos nativos, fato que apontava para o iminente problema de ordem na região. No relatório 042/1974, intitulado Relatório Final do Plano de Desenvolvimento Integrado, assinado por Virgílio Rocha, foi alertado que o desenvolvimento das atividades poderia gerar problemas para os grupos que integravam a região;

O problema maior parece ser com os tribais, que não se integram ao Brasil, mais difíceis são as recomendações e previsões nos casos de contatos com frentes agrícolas e pastoris. Sabe-se que as frentes extrativistas estão interessadas nos produtos da terra e não na terra em si mesma. É o oposto do que ocorre com a frente agrícola e pastoril. Pois num e noutro caso a terra é fundamental e os riscos de investimentos são enormes, assim, tais frentes criariam conflitos com grupos tribais irreversíveis, podendo tanto colonos quanto índios virem a sofrer com tais relações hostis.

Para evitar os conflitos entre os grupos que compunham o meio rural amazônico e a floresta, Virgílio Rocha orientou que era necessário demarcar áreas indígenas, criando cercas em áreas estratégicas e onde os conflitos fossem notados ou tivessem possibilidades de eclodir. De acordo com o técnico da SUDAM, as frentes agrícolas e pastoris deveriam ser estimuladas em áreas mais afastadas dos territórios tribais, para evitar o choque entre os grupos.

Outro fato indicado por Virgílio no relatório técnico com orientações para o desenvolvimento rural era integrar as atividades. Quando mencionou as atividades mineradoras e madeireiras, o relatório apontava para a necessidade de separação das atividades para que ocorressem longe das reservas indígenas. Outro fator interessante no relatório era a orientação para integração dos indígenas à nova realidade econômica, de forma que fossem criados programas especiais visando motivar os grupos tribais (forma usada nos textos institucionais para se referir aos grupos indígenas), a praticarem atividades madeireiras e comercializarem. Ou seja, as próprias instituições já apontavam para os conflitos que poderiam ser gerados nas áreas de desenvolvimento dos projetos, atividades agrícolas, extrativistas e mineradoras foram idealizadas e estimuladas para a região, assim como suas consequências foram mensuradas pelas instituições.

Lúcio Tembê, 82 anos, indígena Tembê, é uma das maiores lideranças indígenas do nordeste paraense, o líder indígena avaliou que as relações com os colonos sempre foram amistosas, não recorda briga com o pequeno produtor rural, de acordo com Lúcio, que nasceu e cresceu em Tomé-Açu, a comunidade indígena não teve problemas com nordestinos nem cametaenses, sendo os maiores problemas os grandes fazendeiros que sempre costumavam agir com violência.

O fazendeiro grande sempre age como um grande dono de tudo, a forma bruta que derruba as florestas, que trata os povos, e parece que sempre se dão bem, geralmente eram eles que também eram os políticos, então são esses que governam, que são políticos, por isso sempre tão ai mandando. Mas nos também sabemos brigas e brigávamos, mas já os colonos não, nordestinos vieram e tiveram terras aí, cametaenses, mas nunca tivemos problemas. (LÚCIO TEMBÉM, 2021).

Foram os projetos institucionais que atraíram os grandes empresários para a região amazônica, motivados pela possibilidade de acesso a grandes áreas de terras para a extração madeireira e agropecuária, somadas a possibilidade de financiamentos para a limpeza de área, obtenção de maquinários, melhoramento genético de animais, modernização do campo e muitos outros benefícios que já citamos em capítulos anteriores, que só poderiam ser obtidos por quem já contava com uma ampla estrutura rural, tais projetos de maior investimento não poderiam ser integrados por um pequeno produtor, por um ribeirinho ou indígena.

Em 1978 a família de Dircelene Barbosa foi surpreendida pela decisão do pai, José Porfiro Barbosa, de deixar o Sul da Bahia para migrar para Tomé-Açu, Pará. De acordo com as informações de Dircelene Barbosa, o pai sempre gostou de trabalhar na produção de cacau em grandes fazendas baianas, e viu na possibilidade de migrar ao Pará a

oportunidade de possuir terras e ter sua própria fazenda de cacau. Com a decisão tomada, José Barbosa vendeu a casa da família e com o dinheiro rumou ao Pará com a família, chegou em Tomé-Açu em março de 1979, comprou terras na região conhecida como Água Branca e se dedicou às plantações de cacau, além de trocar experiências com os agricultores locais. Para Dircilene não era difícil se integrar a região, as pessoas não brigavam com outros colonos, os pobres se entendiam.

Logo meu pai passou a nos levar aos cultos na igreja de São Raimundo lá na vila Água Branca mesmo, então acabamos conhecendo todo mundo. Nesse período vieram muitos baianos aqui para região, quando começaram a plantar cacau aqui a maioria das sementes vieram da Bahia, e meu pai ficou sabendo que aqui tinha muitas terras, que tinha até empréstimo para quem quisesse plantar.¹⁷⁵

Essa atração que levou famílias como a de Dircelene Barbosa a deixar a Bahia e rumar ao Pará foi uma das consequências das políticas do governo para o espaço rural Amazônico. A falta de estrutura necessária somadas às pragas de vassoura de bruxas acabaram afetando as lavouras de cacau, fato que destruiu parte do sonho de José Barbosa, que viu sua produção cair e sua lavoura secar em função das vassouras.

Como toda intervenção gera consequências, os diversos projetos do governo para a região amazônica a partir de suas instituições acabaram atraindo diversos grupos para o mesmo espaço, todos passaram a ocupar espaços que antes não apresentavam a dinâmica desarmônica tão forte. A partir da intervenção estatal, nativos, colonos e ricos fazendeiros passaram a integrar o mesmo espaço e disputar pela possibilidade de constituir suas práticas em solo amazônico. E nesse sentido que a sociedade passou e se constituiu a partir desses projetos, conflitos por terra, invasão de propriedades, crimes, contestações políticas e lutas por direitos. A vida dos indígenas, assim como do pequeno produtor rural, do ribeirinho, passou a ser determinada e exposta a partir dos projetos institucionais. O que nos faz concluir que o estado teve um projeto para o espaço rural amazônico, que através de suas instituições e agências acabou alterando as relações sociais rurais e atenuando os conflitos nos campos amazônicos. Os projetos institucionais, por mais que vultuosos, não apresentaram condições para que o pequeno produtor rural amazônico pudesse participar da nova dinâmica estabelecida e incentivada pelo governo, uma vez que os investimentos contavam com critérios burocráticos que necessitavam de investimentos prévios. Dessa forma, alguns agricultores copiaram os projetos de governo e os reproduziram em suas terras, fazendo uso de sementes doadas, no caso do cacau e na

¹⁷⁵ Dircelene Barbosa, agricultora aposentada, moradora de Tomé-Açu. Entrevista concedida em março de 2023.

compra de animais através do parcelamento. Outro fator observado, é que a análise da terra feita pelas agências técnicas ligadas ao governo, tornaram as propriedades mais ou menos valorizadas, como no caso das terras de Pedro Rocha, que foram consideradas alagadiças e não propícias ao cultivo cacaueiro. De toda forma, apesar da presença de instituições que preconizavam a ideia do desenvolvimento rural nos sertões amazônicos, ainda assim o pequeno produtor foi praticamente deixado de lado, como estratégia se juntaram e buscaram na luta coletiva o acesso às políticas e ao reconhecimento junto às instituições, atestando que “o sertanejo é antes de tudo um forte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão de quem é de fora sobre a Amazônia criou narrativas que ficaram entranhadas nas mentalidades sobre a região. Muito se deu pelo esforço de políticos e “intelectuais” que defenderam a intervenção e abertura da Amazônia para um desenvolvimento baseado na exploração dos recursos naturais por sujeitos de outras regiões do país e até mesmo por estrangeiros. Tal processo foi financiado com recursos vultuosos e muitos grupos de empresários foram agraciados por subsídios estatais. Tudo em nome do desenvolvimento capitalista, em uma época de ideologia desenvolvimentista, política nacional adotada a partir do governo de Getúlio Vargas, e expandida por aqueles que o sucederam.

“Conquistar e dominar” os vales e torrentes equatoriais, transformar a força cega da região em energia extraordinária e disciplinada, não foi somente um discurso político de Getúlio Vargas, mas materializadas em projetos governamentais substanciados por agências. Fazendo uso da força do aparelho ideológico do Estado, políticos e intelectuais introduziram na região Amazônica centenas de projetos, concederam espaços para nacionais e estrangeiros, tencionando as vivências do caboclo, e pequeno trabalhador rural amazônico. Estes, quando mencionados, foram descritos como “raquíticos e sem grandeza”, palavras usadas nos poemas de Lúcio Marianni. Já a floresta foi definida como hostil, foram esses discursos que definiram os projetos considerados necessários para a região.

O desenvolvimento e integração da Amazônia a economia nacional passou a ser pauta das políticas de governo, uma responsabilidade não somente dos “brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, que viriam colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias”¹⁷⁶ Dessa forma foi construído e disseminado um discurso sobre a necessidade de inserção da Amazônia no cenário de desenvolvimento capitalista, onde políticos e intelectuais desenvolveram e materializaram ações e as conduziram, visando transformar a realidade local aos moldes de outras regiões do país, inclusive atraindo sujeitos e empreendimentos do Sul e Sudeste para Amazônia.

Os discursos passaram a constituir políticas, que resultaram em leis estaduais, como a 2.746, que concedeu terras para a ocupação japonesa no estado do Pará. Assim

¹⁷⁶ (VARGAS, 1941, p. 228).

como viraram dispositivos constitucionais, a exemplo do artigo 199 da Constituição de 1946, que definiu a política de Valorização Econômica da Amazônia, onde municípios, Estados e união deveriam destinar recursos para investir no desenvolvimento econômico da Amazônia. Instituições foram criadas e recriadas: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Banco da Amazônia S/A, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, isso simboliza o esforço para abrir uma região para a introdução do desenvolvimento em uma época de entusiasmo em combater a floresta.

Dentro de todo o cenário foi possível notar que as políticas de desenvolvimento direcionadas para a região percebiam o espaço rural como importante meio para os objetivos preconizados, eram nas políticas de colonização, na criação de polos de desenvolvimento, nos custeios para adubação, nas orientações técnicas para a produção rural, nos financiamentos concedidos pelo Banco da Amazônia e outras inúmeras ações que o desenvolvimento se materializaria. Deste modo, essa tese, que enfatizou a experiência rural de Tomé-Açu, município do nordeste do Pará, confirma que aquela sociedade surgiu a partir de políticas direcionadas para as florestas, seu desenvolvimento assim como as relações sociais e econômicas tiveram forte influência dos projetos capitaneados por agências do governo.

Uma vez que a colonização japonesa no Pará, na região do vale do rio Acará resultou na criação do município de Tomé-Açu. Os japoneses que receberam as terras frutos de um acordo entre o governo do Pará e do Japão, a partir da lei estadual de número 2.746, que concedeu mais de 1 milhão de hectares de áreas de florestas aos nipônicos. O processo de colonização foi considerado exitoso, pois os japoneses passaram a cultivar pimenta-do-reino e elevaram o Brasil à condição de maior produtor de pimenta do mundo. Os cametaenses, naturais do município de Cametá-PA, que foram para Tomé-Açu em busca de trabalhos nos pimentais de japoneses, assim como os nordestinos, que foram na mesma intenção, tais sujeitos passaram a constituir a sociedade tomeaçuense, predominantemente rural, buscando também representação junto às agências do governo para acessarem políticas de financiamento para mudanças no modelo de produção.

Com a criação do município de Tomé-Açu a partir da lei 1.725 de 1959, mais terras foram incorporadas a região, a antiga Colônia passou a ser um município e os seus habitantes passaram a ambicionar possuir terras, os trabalhadores que se dedicaram a produção de pimenta-do-reino nas propriedades dos japoneses, buscaram a partir de então fazer parte da nova dinâmica. Foi nesse contexto que lideranças locais que ambicionavam cargos políticos se aproveitaram para se comprometerem em distribuir terras aos novos

municípios, Ney Carneiro Brasil se tornou uma liderança na luta pela criação de Tomé-Açu, foi o primeiro prefeito eleito e hoje faz parte da memória de muitos que vivenciaram a década de sessenta, pois foi na gestão dele como prefeito que as terras foram distribuídas a migrantes nordestinos e cametaenses, assim como foram distribuídos equinos para ajudar no escoamento da produção rural.

Na década de 1960, os japoneses mostraram sua influência junto ao governo brasileiro, ganhando mais terras para uma segunda colônia em Tomé-Açu, JAMIC, como ficou conhecida, abrigou centenas de imigrantes e contou com estradas, pontes, pequena agroindústria, escolas, hospital e espaços para lazer coletivo em meio a florestas, paralelo a isso brasileiros tentavam acessar políticas básicas e enfrentavam inúmeros percalços devido à falta de espaços junto às agências, uma demonstração do contraste existente nas políticas rurais do século XX, que fortaleceu uma elite e relegou aos demais a luta em espaços marginais da política.

Na coexistência do pequeno produtor, sem instrução e amparo técnico, e dos japoneses, reunidos em torno de uma cooperativa e do apoio do governo do Pará e do Japão, certamente havia uma discrepância de condições de produção e expansão. Mas mesmo diante do cenário descrito, os pequenos produtores nacionais buscaram se relacionar com as instituições de desenvolvimento, como a SUDAM, técnicas, como a CEPLAC, responsável pela qualidade da produção cacaueteira, e financeiras, BASA. Uma estratégia dos produtores foi reunir em torno de associações rurais, para assim buscarem através da luta coletiva, espaços para desenvolverem e manterem seus modos de vida.

A luta coletiva do pequeno produtor, através das associações, teve como resultado o acesso a financiamentos, a aquisição de maquinários e a concessão de custeios para a produção rural, aquisição de aposentadoria rural para os agricultores, a regulamentação de terras, mas não impediu a ocorrência de crimes e conflitos. Um exemplo disso foi a tragédia ocorrida em 1984, onde uma liderança sindical foi brutalmente assassinado a mando de um fazendeiro, o líder sindical Benedito Alves Bandeira foi um símbolo da luta dos trabalhadores rurais da região do vale do rio Acará, e representou a luta pela terra, morto em função de sua luta, é lembrado por muitos que vivenciaram o processo de acirramento dos conflitos pela posse da terra em tempos de agrodesevolvimento.

Portanto, concluímos que o agrodesevolvimentismo foi um discurso que se opunha à condição da Amazônia no século XX, tal política superaria o atraso e conduziria a região a uma economia próspera, a integrando ao restante do Brasil. O discurso virou política, que gerou instituições, atraiu e orientou sujeitos, acirrou conflitos, resultou em

uma sociedade rural dinâmica. O fato é que no século XX, o Estado se dedicou a políticas para o desenvolvimento para Amazônia a partir de agências de planejamento e orientações técnicas, tendo como objetivo desenvolver a região a partir da produção rural.

Dessa forma, apresentar o rural amazônico de meados do século XX não é somente uma pretensão de expor uma narrativa sobre o passado, mas suscitar uma compreensão do presente, uma vez que buscamos evidenciar como o pequeno produtor, caboclo, migrante, agiu, assim como se percebeu dentro das políticas de desenvolvimento para o espaço rural amazônico, na oportunidade, contrastamos com a visão externa que descrevia o homem amazônico como não civilizado. “O sertanejo é antes de tudo um forte”, é desse pensamento que nos apropriamos para apresentar o homem amazônico, assim como o pequeno produtor, muitas vezes migrante, mostrando que mesmo em meio aos conflitos, as lutas e aos problemas corriqueiros do cotidiano rural, buscou se inserir e acompanhar as novas dinâmicas impostas pelo Estado através de suas políticas.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, Frederico Monteiro Álvares. **O cacau na Amazônia**. Boletim Técnico 66. CEPLAC. Ilhéus-BA 1979.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, BUTTO, Andrea, CASTRO, Edna. **Brasil Rural em Debate**. Coletânea de Artigos. CONSEA - Grupo temático de Juventude.

ALMINO, João. **Os Democratas Autoritários**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALVES, D. S. O. **Processo de desmatamento na Amazônia**. Parcerias Estratégicas, v. 12, p. 259-275, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2013. (Texto para Discussão, n. 1.828).

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. **El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005**. In: CAVE, R. Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886- 1944. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**- Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre Estado**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Centro Gráfico, 1946.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Reportagem especial. Para recriação das Superintendências**. 9 de outubro de 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: CEBRAP, 1977.

COGELS, Gabrielle. **A integração da Amazônia e a racionalização do Extrativismo**. Temas Brasileiros I. IBRADES, Edições Loyola São Paulo, 1972.

CONGOST, Rosa. **Tierras, leyes, história: estúdios sobre “la gran obra de la propiedad”** Barcelona : Crítica, 2007.

COSTA, Heloise. **Surpresa objetiva: novos modos de ver nas revistas ilustradas modernas**. In: SAIMAN, Etienne. Como pensam as imagens. Campinas: Unicamp, 2012.

COSTA, F. A. **Questão agrária e macropolíticas na Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 53, n. 19, p. 1-26, 2005.

FAUSTO, Boris. A. **Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo, Brasiliense. 1970.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Amazônia em novas dimensões**. Manaus: Editora Conquista, 1961.

FERREIRA, Mario Puga Ferreira, BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. Unicamp. São Paulo, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes.

FERREIRA Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 1

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

FLOHRSCHUTZ, G. **Análise econômica de estabelecimentos rurais no município de Tomé Açu, Pará: um estudo de caso**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. (Documento, 19).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção de um conceito**. Brasília, 2015.

FONTES, Edilza, MALHEIROS, Rogério e MESQUITA, Thiago. **Na estrada da memória: a história do município de Abel Figueiredo (1960-2011)**. Belém: Paka Tatu, 2011.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **História do Brasil Nação (1808-2010): Olhando para dentro 1930-1964**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: **Os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. 2 ed. Ed. e Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: **Maquiavel. Notas sobre o Estado e política**. 3.ed. Ed. e Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. 2ª edição. Vértice, São Paulo- SP 1990.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **As Políticas Públicas Como Indutora da “Morte Anunciada” dos Castanhais no Sudeste Paraense**, pp 1-25.

- IANNI, Octávio. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JORNAL DO BRASIL, Problemas na SPVEA, Manaus, 05 de junho de 1961.
- JORNAL DO BRASIL, 1º Caderno, PROTERRA recebe verba, Rio de Janeiro, 1973.
- JORNAL DO COMÉRCIO, Grandes problemas da Amazônia, Manaus, 11 de fevereiro de 1955.
- JORNAL DO COMÉRCIO, Médici visita Amazônia, Manaus, 08 de outubro de 1970.
- JORNAL DO COMÉRCIO, Transformação do BCA, Manaus, 13 de junho de 1955.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889- 1916)**. Belém: Ed. Açaí, 2010.
- LARANJEIRA, Raymundo. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços**. São Paulo: Editora UNESP, 2015
- LIMA SOBRINHO, Aliomar Baleeiro Barbosa. **Constituições Brasileiras**. Brasília, 2012.
- LINS, Álvaro. **A glória de César e o punhal de Brutus. Ensaios e estudos (1939 1959)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 245. v. 42. Coleção “Vera Cruz”.
- LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. **A questão fundiária na Amazônia. Estudos Avançados**, 19 (54), p. 77-98, 2005.
- LOUREIRO, Violetto Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza – 3. Ed.**- Belém, Pa: Cultutra Brasil, 2014.
- LOUREIRO, Violetto Refkalefsky. **Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia-** 2º ed.- Belém: Cejup, 2001. – coleção Amazônia.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Quilombolas na Ilha do Marajó: território e organização política**. In: GODOI, Emilia P. de; MENEZES, Marilda A. de Menezes; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categoria: construções identitárias e sociabilidades**. v. 1. – São Paulo: Editora UNESP: Brasília, Núcleos de estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2009.
- MARIN, R. A.; EMMI, M. F. **Trabalhadores nas Áreas de Castanhais do Tocantins**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, n. 22, p. 79-98, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2012.

- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história: Interfaces**. 1996, Revista Tempo, vol.1 n. 2, p. 73-98 Disponível in: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acessado em 18/nov./2010.
- MARTINS, José de Souza. **A vida privada nas Áreas de expansão brasileira da sociedade brasileira**. In: NOVAIS, F. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Conflitos agrários no Pará**. In: FONTES, Edilza Joana Oliveira (Coord.). Contando a história do Pará, Vol. II: os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (Século XX). Belém: E. Motion, 2002.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo. Polis; Petrópolis, Vozes, 1994.
- MESQUITA, Thiago Broni de. **“Uma estrada revela o mundo”: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará**. 2018. Tese (Doutorado em história social) Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MORBACH, Marise Rocha. **A publicidade no Período Médici: Os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia**. Campo Grande – MS, 2001.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 179.
- MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Grilagem– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- MOTTA, Márcia. **Direito a terra no Brasil: a gestão do conflito, 1795- 1824**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NUNES, Francivaldo Alves. **Terras de Colonização: Agricultura ao Norte do Império Brasileiro**. Scortecci, São Paulo, 2016.
- NUNES, Francivaldo Alves. **A Lei de Terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará**. Tempos Históricos: revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de Graduação em História da Unioeste, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 2, p. 99- 125, 2012.
- PAIXÃO, Cláudio Chaves. **Radionovelas: o cotidiano da população amazônica nas produções da rádio nacional da Amazônia (1977 a 2019)**. UFT. Palmas/Tocantins, 2019.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka Tatu, 2003.

OMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: Sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. EMBRAPA. Belém-PA. 2007.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. tradução de Alain François. Campinas: Unicamp.2007.

RODRIGUES, M. A. **Políticas Públicas São Paulo**: PubliFolha, 2010.

SACRAMENTO, Elias Diniz. “**É muito triste não conhecer o pai**” a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. 2020. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Pará.

SILVA, Adriane dos Prazeres. **AS TERRAS DE USO COMUM E OS CASTANHAIS DO VALE AMAZÔNICO: Luta, Resistência e a lei dos posseiros (1930 - 1991)**. 2021. Tese (Doutorado em história Social) – Universidade Federal do Pará.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson. **Atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) no Mercado Promovendo o Cooperativismo e a Sustentabilidade na Amazônia**. UFPA, Belém-PA 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEBER, Max – **A política como vocação** - Editora: UNB, N° 1, 2003.

WELCH, Cliff. MOTTA, Márcia Menendes (Org.) **Propriedade. In: Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (pp. 376-379).

VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FONTES

Entrevista com:

CARNEIRO, Francisca Reis, 78 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 07 de julho de 2019, Comunidade São José, Forquilha.

- COSTA, Bernardo Caldas, 76 anos, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 12 de junho de 2019, Comunidade São José, Forquilha.

- COSTA, Lúcia de Fátima, 57 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 11 de junho de 2019, Forquilha.

- LEITE, José Josias, 64 anos, agente de endemias. Entrevista concedida em 03 de julho de 2019, Vila Poirão.

- RODRIGUES, Carlos Alberto, 68 anos, Técnico agrícola aposentado. Entrevista concedida em 05 de julho de 2019, Quatro-Bocas.

- SILVA, Bernardo Soares, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 14 de julho de 2019, Comunidade São José, Forquilha.

- SILVA, Deuzuite Santos, 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 16 de julho de 2019, vila Água Azul.

- SILVA, Maria da Conceição de Souza, 53 anos, agricultora. Entrevista concedida em 04 julho de 2016, Comunidade São José, Forquilha.

- SILVA, Prisco dos Santos Rodrigues, 53 anos, radialista. Entrevista concedida em 10 de Julho de 2019, vila Água Azul.

- SILVA, Senhorinha de Belém Malcher, 67 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 05 de julho de 2019, Ramal dos paraibanos.

- SOUZA, Arnésio Rodrigues, 85, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 28 de junho de 2019, Vila Poirão.

- SOUZA, Dugés Crispim, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 27 de junho de 2019, Vila Poirão.

- Antônio de Sousa, motorista e agricultor aposentado, 77 anos, natural de Belém do Pará. Entrevista concedida em 18/10/2020.

- Raimunda Rosalda Pontes de Sousa, agricultora aposentada, 79 anos, paraense. Entrevista concedida em janeiro de 2020.

- Prisco dos santos, comunicador, natural de Tomé-Açu-Pa, entrevista concedida em março de 2018.

- Autriclínio Viana, foi um agricultor e artista paraense, natural do município de Cametá, entrevista concedida em abril de 2016.
- Dugés Crispim de Sousa, agricultor aposentado, 64 anos, entrevista concedida em 19 de março de 2019.
- Arnésio Rodrigues de Souza, Agricultor de origem migrante maranhense aposentado, residente desde 1961 em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 13 de março de 2020.
- José Josias Leite, 74 anos, agricultor paraense aposentado, morador da comunidade rural do Poirão. Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2020.
- Raimunda Rosalda Pontes de Sousa, agricultora aposentada, natural de Bujaru-PA. Entrevista concedida em 22 de maio de 2021.
- Raimundo Sousa, agricultor aposentado, maranhense, morador da comunidade rural de Poirão, Tomé-Açu -PA. Entrevista concedida em 24 de abril de 2021.
- Gorete Carvalho, agricultora aposentada, moradora da Vila Forquilha. Entrevista concedida em 13 de junho de 2021.
- Pedro Rocha, agricultor aposentado, maranhense, morador da comunidade rural de Poirão. Entrevista concedida em 12 de junho de 2021.
- Isabel Oliveira, 76 anos, maranhense, agricultora aposentada, moradora da Comunidade rural Calmaria. Entrevista concedida em 18 de junho de 2021.
- Maria da Conceição Araújo, maranhense, agricultora aposentada, moradora da comunidade rural São José, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 02 de fevereiro de 2020.
- Antônio Oliveira, 81 anos, cearense, agricultor aposentado. Morador da comunidade rural São José, Tomé-Açu – PA. Entrevista concedida em 22 de abril de 2021.
- José Josias Leite, agricultor aposentado, morador da comunidade rural Poirão. Entrevista concedida em 21 de junho de 2022.
- Maria Salvadora Souza Costa, maranhense, moradora da comunidade rural de Água Azul, 88 anos. Fonte (ATA de reunião - Acervo da Associação dos Moradores da Vila Água Azul).
- Deodato Martins, morador da região Canindé em Tomé-Açu, entrevista concedida em 15 de novembro de 2021.
- Antônia do Carmo Santos, professora aposentada, entrevista concedida em 23 de março de 2021.
- Milton Ramos, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de Nova Vida. Tomé-Açu. Entrevista Concedida em 21 de junho de 2020.

Documentos:

- BASA. Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966 – Torna o BASA o agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal.
- BASA. Investimentos privilegiados na Amazônia. Belém: S/D.
- BASA. Concessão de financiamentos rurais. 1978 – 1983 – Belém.
- BASA. Critérios para concessão de financiamentos. Belém.
- SUDAM. Projetos de Desenvolvimento agrário. Belém, 1968.
- BRASIL, SUDAM. Operação Amazônia (Discursos). Belém, 1968. (MIMEO), 1968.
- CEDEPLAR, SUDAM. Migrações internas na região Norte: estudo de campo da Região de Marabá. Belo Horizonte, 1977.
- MECOR (Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais). Operação Amazônia: Relatório apresentado ao Presidente da República. Ano: 1966.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDAM. Amazônia Legal: atuação da SUDAM. Conferência pronunciada para o Curso Superior de Guerra pelo Coronel de Divisão Ernesto Bandeira Coelho. Belém, 1971.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDAM. Amazônia: política e estratégia de ocupação e desenvolvimento. Palestra proferida na Escola Nacional de Informações pelo Coronel Milton Câmara Senna. Brasília, 1973.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDAM. Aspectos geoeconômicos da Amazônia: instrumentos para o desenvolvimento. Belém, 1972.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDAM. Os problemas e desafios da Amazônia brasileira. Conferência pronunciada para o Convívio Sociedade Brasileira de Cultura pelo Coronel Milton Câmara Senna.
- *Lei estadual 2.746 de 13 de novembro de 1928*
- Lei estadual nº 1725 de 1959
- Lei 5.122 de 28 de setembro de 1966
- Lei nº 5.173, substituindo e extinguindo à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).
- Lei nº 5.173 de 1966.
- Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Cria o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
- Ofício de Nº 046-65 do Sindicato da Indústria da Extração da Borracha do Estado do Amazonas. (Arquivo do Congresso Nacional).

- Câmara dos Deputados, Projeto de N° 69 de 1976
- Decreto/Lei N° 1.179, instituindo assim o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)
- Lei de N° 3.692 de 15 de dezembro de 1959 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- Projeto de lei N° 69 de 1976 (Câmara dos deputados)
- Ata de reunião de 25 de junho de 1973. Câmara Municipal de Tomé-Açu
- CPI PROTERRA – Câmara dos Deputados – N° 69 de 1976
- CPI Amazônia de 1980 – DOC N° 195
- O decreto de N° 73.960 de 18 de abril de 1974
- Relatório de N° 02 de 1975 do Banco da Amazônia. Biblioteca do BASA
- Decreto Lei N° 1.110 de 9 de julho de 1970. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- CDE, Exposição de Motivos Interministerial n° 015/1974, de 24 de setembro de 1974. Programa de Recuperação Econômica do Nordeste do Pará
- Relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar distorções ocorridas na execução dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia. (Câmara dos Deputados 1980).
- Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), criada através da Lei 40.987 de 20 de fevereiro de 1957. (SENADO FEDERAL,1957).
- Relatório técnico da CEPLAC de N° 167 de Janeiro de 1975. CEPLAC.
- Relatório técnico apontando os Aspectos para a implantação da Lavoura cacaueira na Amazônia. CEPLAC (1971)
- Programa de Incentivo ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 04.11.71
- ATA de reunião da Câmara de Vereadores de Tomé-Açu – 17 de maio de 1971.
- Relatório do Interventor Mário de Barros Cavalcante 1965. Biblioteca Inocêncio Machado Coelho
- Diretrizes de Governo: Programa Estratégico de Desenvolvimento.” Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (BRASIL.1967).
- SECRETARIA DO ESTADO DE AGRICULTURA. Programa Inicial Projeto Cacau, Governo Eng. Fernando Guilhon 1971/74. Belém, Pará, Brasil. 1971. 89 p.
- Boletim Técnico da SUDAM, Biblioteca Inocêncio Machado Coelho, 1972.
- Jornal Correio da manhã – 08 de setembro de 1959

- Livro de requerimentos de 1969 – Câmara Municipal de Tomé-Açú
- *O jornal Folha do Norte de 24 de maio de 1926*
- Discurso do Rio Amazonas – de 10 de outubro de 1940
- Mensagem do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, em 1950, em ocasião da abertura da Sessão Legislativa. A documentação faz parte do acervo da Biblioteca da Presidência da República.
- Câmara dos Deputados, Pronunciamento do Ministro da Agricultura Alysso Paulinelle. (1976).
- Relatórios Técnicos de Governo Federal – 1948.
- O Relatório de Governo do Acre (RGA) Biblioteca Inocêncio Machado Coelho.
- O Cinejornal Caminho da Libertação - Operação Amazônia (discursos), publicado pelo Serviço de Documentação de Divulgação (SDD). Belém, 1968
- Pronunciamento de Artur César Ferreira Reis – 03 de dezembro de 1966 – Manaus – AM - CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Relação dos dep.; Diário do Congresso Nacional; FRANCO, A. Escalada; ROQUE, C. Grande.
- Pronunciamento do Presidente Militar Emílio Garrastazu Médici em visita a Manaus em 8 de outubro de 1970. (Jornal do Comércio).
- BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Centro Gráfico, 1946.
- Percentual dos recursos destinados à política de valorização da Amazônia durante o governo Dutra – SUDAM – Biblioteca Inocêncio Machado Coelho
- Relatório de Infraestrutura social da Secretaria de Agricultura do Pará – Biblioteca da SUDAM
- Relatório do Fundo Rotativo Suplementar para Expansão da Cacaicultura (FUSEC) – EMATER -PA
- Relatório Técnico da CEPLAC – 1976 – Arquivo Institucional da CEPLAC
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DOS VALES DOS RIOS, XINGU E TAPAJOS – SUDAM 1973/74
- EMATER - Nota técnica nº 18
- Áreas plantadas no período 1971/72 - 1974/75 - DEPEA/APAEA
- Jornal do Comércio de 11 de fevereiro de 1955
- JORNAL DO BRASIL de maio de 1959
- Caderno Econômico Correio da Manhã de 27 de dezembro de 1968
- Jornal O Globo – 29 de janeiro de 1929 – Hemeroteca digital

- Revista Informativo “Bem-te-vi” nº 41 – novembro de 2015.
- Jornal Pará Terra Boa – Secretaria de desenvolvimento agropecuário e da Pesca – Pará
- Informativo “Bem-te-vi” edição Nº 39, Julho de 2015.
- Pequeno almanaque TERRA LIVRE de fevereiro de 1963.

ANEXOS

ESCOLA RURAL DA REGIÃO RURAL DO BREU - CANINDÉ



Acervo: ACTA

**FRANCISCA REIS E JOSÉ REIS – AGRICULTORES DA REGIÃO RURAL DE
CANINDÉ**



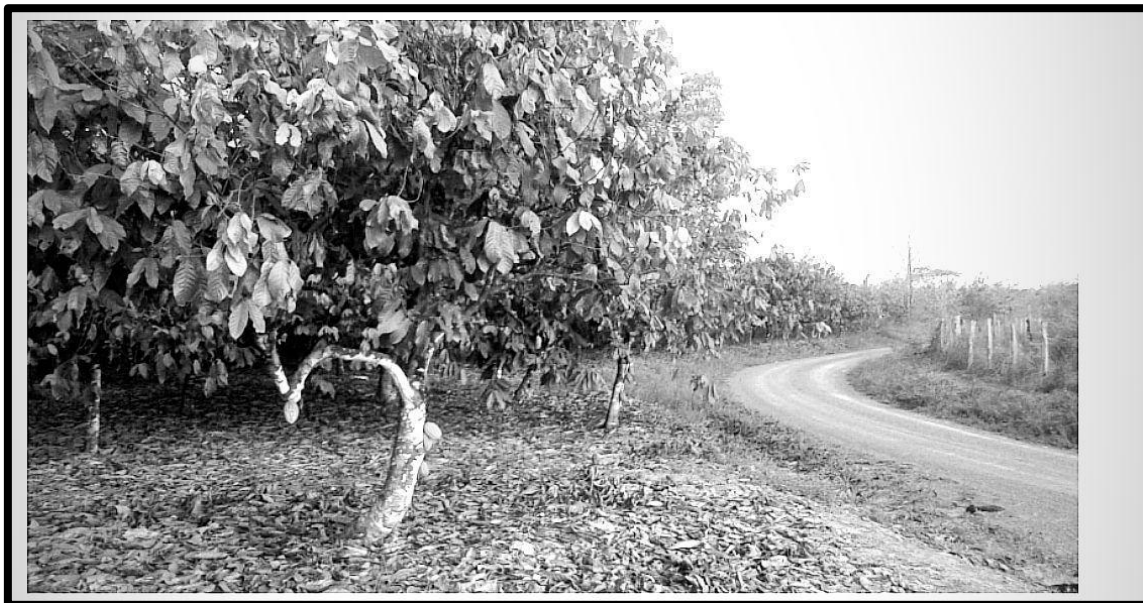
Fonte: Acervo pessoal da família reis

PROPRIEDADE RURAL DE AGRICULTORES EM TOMÉ-AÇU



Fonte: Acervo pessoal da família Soares

PLANTAÇÃO DE CACAU EM TOMÉ-AÇU - CEPLAC



Fonte: CEPLAC

LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DA REGIÃO DO CANINDÉ



Fonte: Acervo pessoal da família Reis

FICHA FINANCEIRA DE EMPRÉSTIMO PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

ente

Tomé-Açu (PA) 02.07.74

REF. 2.02.002-EMPRESTIMOS A PRODUÇÃO AGRÍCOLA
48-Outras Operações-B-Custeio-PESAC/73
JOSÉ JOSIAS LEITE-FCR-74/38.

RECEBIMENTO — Comunicamos-lhe que a CRÉDITO de sua conta em referência
recebemos de Titular.

quantia de DUZENTOS E NOVE CRUZEIROS E QUATRO GEN-

VOS: x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x Cr\$ 209,04

ref. jrs. e com. do 1º sem/74.

rs.....192,96 ✓

om.....16,08 ✓ R\$ 209,04

RA.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

[Signature]

ON 10 - 800 bis. - 50x4 - 11/72 1610 - Leite da Silva Cardoso
Ch. Setor C. Especializado

Fonte: Acervo do Banco da Amazônia

**FICHA DE COLETA DE AMOSTRA DE SOLO E RESULTADO ANALÍTICO
DA PROPRIEDADE RURAL DE BERNARDO RODRIGUES DE SOUZA**

CEPLAC/DEPEA/COPEs SOLOS E NUTRIÇÃO MINERAL LABORATÓRIO DE SOLOS		FICHA DE COLETA DE AMOSTRA DE SOLO E RESULTADO ANALÍTICO	
1. A SER PREENCHIDO PELO COLETOR DA AMOSTRA:			
ESCRITÓRIO LOCAL:	<u>TOMC. ACU</u>	Nº AMOSTRA E.L.	<u>105</u>
PROPRIETÁRIO:	<u>BENEDITO RODRIGUES DA SOUZA</u>		
FAZENDA:	<u>SÃO BERNARDO</u>		
ESTADO:	<u>PARÁ</u>	MUNICÍPIO:	<u>TOMC. ACU</u>
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA AMOSTRADA:	<u>CAMINDC.</u>		
TAMANHO (ha):	<u>3.0</u>	PROF.:	0 a 20 cm <input checked="" type="checkbox"/> 20 a 40 cm <input type="checkbox"/>
RELEVO: Plano <input checked="" type="checkbox"/> Suave Ondulado <input type="checkbox"/> Ondulado <input type="checkbox"/>	Situação Parte Superior <input type="checkbox"/> Parte Média <input type="checkbox"/> Parte Inferior <input type="checkbox"/>		
SOLOS - CÔR: Roxa <input type="checkbox"/> TEXTURA: Arenosa <input type="checkbox"/>	Amarela <input type="checkbox"/> Argilosa <input type="checkbox"/>	Vermelha <input type="checkbox"/> Argilo-Arenosa <input type="checkbox"/>	Escura <input checked="" type="checkbox"/> Areno-Argilosa <input checked="" type="checkbox"/>
VEGETAÇÃO: Mata Capoeira <u>CACAU</u>	Idade: <u>7 ANOS</u> Idade: _____ Idade: _____ Idade: _____	Última Queimada _____	
CONDIÇÃO ATUAL DO CACAUAL:	Sombreado <input checked="" type="checkbox"/>	Não Sombreado <input checked="" type="checkbox"/>	
ESTADO FITOSSANITÁRIO: Bom <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/>	ASPECTO FENOLÓGICO: Bom Reg Ruim Floração <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Frutificação <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> Lançamento <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
ÉPOCA DA COLETA DA AMOSTRA: Inverno <input type="checkbox"/> Verão <input checked="" type="checkbox"/>	Chuvoso <input type="checkbox"/> Sêco <input checked="" type="checkbox"/>		
Foi Adubada? <u>SIM</u>	Ano <u>1983</u>	Tipo/Dosagem <u>7.0530</u>	Kg/ha
Recebeu Calagem? <u>-</u>	Ano _____	Quantidade <u>750</u>	Kg/ha
Data da Coleta <u>17 de Outubro de 1983</u>	Responsável <u>CARLOS A. R. DA SILVA</u>		
2. A SER PREENCHIDO PELO LABORATÓRIO:		DATA ENTRADA AMOSTRA: <u>27/10/83</u>	
RESULTADO ANALÍTICO Nº <u>5255</u>			
pH	mEq/100g		ppm
<u>5,2</u>	Al ⁺⁺⁺ <u>0,1</u>	Ca ⁺⁺ +Mg ⁺⁺ <u>2,2</u>	K ⁺ <u>0,01</u>
SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM			
CALCÁRIO DOLOMÍTICO: _____	Kg/ha		ADUBAÇÃO: <u>300g/ha adub F.A.</u>
OBS: _____			
Analista <u>[Assinatura]</u>		Responsável p/Recomendação <u>[Assinatura]</u>	
1a. VIA - PROPRIETÁRIO		OBS: As 1a. e 2a. vias deverão ser enviadas ao	
2a. VIA - ARQUIVO LABORATÓRIO		laboratório devidamente preenchidas e	
3a. VIA - ARQUIVO ESCRITÓRIO LOCAL		acompanhadas de uma cópia deste	

Fonte: Acervo da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

PROPOSTA DE CUSTEIO PARA LAVOURA DE CACAU

CEPLAC

PROPOSTA DE CUSTEIO DE LAVOURA DE CACAU

Financiado: **Arnésio Rodrigues de Sousa** natural de
Maranhão com **46** anos, estado civil **Casado** domiciliado em
Colônia Canindé - Tomé-Açu-PA propõe à carteira de
 Crédito Rural do **Banco do Brasil S.A.** financiamento de Cr\$ **30.500,00** para
 custeio de sua lavoura de cacau, na conformidade do(s) orçamento(s) anexo(s), declarando estimar em **40**
 arrobas a produção a ser obtida no(s) imóvel(is) abaixo indicado(s).

Arnésio Rodrigues de Sousa
(Proponente)

LAUDO DE AVALIAÇÃO DA CEPLAC

N.º de Ordem	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	Produção (arrobas)	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA (em hectares)					
			a	b	c	d	e	f
I	Fazenda São Bernardo	40	2,0	-	1,0	-	17,0	20,0
TOTAL		40	2,0	-	1,0	-	17,0	20,0

Área : a - c/cacauzeiros em produção
 b - c/cacauzeiros em desenvolvimento
 c - c/outras culturas
 d - com pastagens
 e - com matas e capoeiras
 f - total de cada imóvel

Beneficências e instalações :
 O proponente dispõe de infra-estrutura necessária à colheita e beneficiamento da produção.

Localização e acesso ao(s) imóvel(is) :
Colônia Canindé - Tomé-Açu PA

Sistema de exploração : **Proprietário**

Comentários do avaliador : _____

[Assinatura]

Tomé-Açu (PA) 21 de outubro de 1987

Fonte: Acervo da Comissão executiva do plano da lavoura cacauzeira (CEPLAC)